

ISSN 1982-0518

Bagoas

ESTUDOS GAYS

Gênero e Sexualidades

15

V. 10, n. 15, jul./dez. 2016

Bagoas

ESTUDOS GAYS

Gênero e Sexualidades

15

ALÍPIO DE SOUSA FILHO
EDITOR

Proposta Editorial

Publicação semestral de estudos teóricos, pesquisas empíricas, ensaios e resenhas sobre as temáticas de gênero e sexualidade, com destaque para os estudos gays, lésbicos e *queer* sobre homossexualidades, lesbianidades, transexualidades. A revista publica igualmente trabalhos de teoria social, direitos humanos, cultura e política que dialoguem com a temática central.

A revista tem registo no Sociological Abstracts

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Bagoas : revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - V. 1, n. 1 jul./dez. 2007)- . - Natal : EDUFRN, 2007- .
v. ; 23 cm.

Semestral.

Início: jul./dez. 2007.

Editor: Alípio de Sousa Filho.

Descrição baseada em: v. 1, n.1, jul./dez. 2007.

ISSN 1982-0518

1. Ciências Humanas e Sociais - Periódico. 2. Sexualidades - Periódico.
3. Ética sexual - Periódico. 4. Ética moral - Periódico. 5. Homossexualidades - Periódico. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 168.522:3(05)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues
Vice-Diretor: Sebastião Faustino Pereira Filho

EDITOR

Alípio de Sousa Filho

EDITOR ADJUNTO

Durval Muniz Albuquerque Junior

APOIO TÉCNICO

Alyne Karla de Oliveira Vieira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Laurisa Alves

COMISSÃO EDITORIAL

Anne Christine Damásio – UFRN
Carlos Guilherme Valle – UFRN
Cinara Nahra – UFRN
Eduardo Anibal Pellejero – UFRN
Elisete Schwade – UFRN
Ilza Matias de Souza – UFRN
Jáder Ferreira Leite – UFRN
Márcio de Lima Dantas – UFRN
Maria das Graças Pinto Coelho – UFRN
Rozeli Maria Porto – UFRN

CONSULTORIA EDITORIAL

Adriana Piscitelli - UNICAMP
Adriana Resende Barretto Vianna - UFRJ
Alessandro Soares da Silva – USP
Alexandre Câmara Vale – UFC
Daniel Welzer-Lang – Univerité Toulouse 2 – França
David Foster – Arizon University – EUA
Denílson Lopes – UFRJ
Edrisi Fernandes – UFRN
Emerson da Cruz Inácio – USP
Eugênia Correia Krutzen – UFPB
Fabiano Gontijo – UFPI
Felipe Bruno Martins Fernandes – UFBA

Fernando Bessa Ribeiro – UTAD – Portugal
Fernando Villamil – Universidad Complutense de Madri – Espanha
Francisco Oliveira Barros Junior – UFPI
Horácio Costa – USP
James Noyle Green – University of Brown – EUA
Joel Birman – UFRJ
Júlio Simões – USP
Laura Moutinho – USP
Leandro Colling – UFBA
Luiz Fernando Dias Duarte – UFRJ
Luiz Mello de Almeida Neto – UFG
Luiz Mott – UFBA
Luiz Paulo Moita Lopes – UFRJ
Lourdes Bandeira – UNB
Maria Helena Braga – UFRN
Maria Luiza Heilborn – UERJ
Michel Maffesoli – Sorbonne – França
Miguel Vale de Almeida – ISCTE – Portugal
Miriam Grossi – UFSC
Paulo Roberto Ceccarelli – PUC-BH
Peter Fry – UFRJ
Ricardo Barrocas – UFC
Richard Misckolci – UFSCar
Regina Facchini – UNICAMP
Robert Howes – University of London – Inglaterra
Rogério Diniz Junqueira – INEP
Rosa Oliveira – UNICAMP
Sérgio Carrara – UERJ
Sonia Correa – ABIA
Steven Butterman – University of Miami – EUA
Severino João Albuquerque – University of Wisconsin – EUA
Tânia Navarro-Swain – UNB
Toni Reis – ABGLT
Wanderson Flor do Nascimento – UnB
Wilton Garcia Sobrinho – UBC

PROJETO GRÁFICO

Janilson Torres

CAPA

Janilson Torres (a partir da obra anônima "Master of the garden de vertueuse consolation" - 1470-1475 d.c. - , na qual Bagoas é retratado, intercedendo por Nabarzanes, diante de Alexandre Magno. Visualize o original).

sumário

EDITORIAL 9

ARTIGOS 11

**A sexualidade tem um passado?
Do éros grego à sexualidade contemporânea:
questionamentos modernos ao mundo antigo**

Does Sexuality Have a Past?

*From the Greek Eros to Contemporary Sexuality:
a modern question in the Ancient World*

Sandra Boehringer

13

**“Ideologia de gênero”:
interpretação equivocada, repetição do equívoco**

"Gender ideology":

misinterpretation, repetition of the misunderstanding

Ismar Inácio Santos Filho

33

**Do espetáculo da diversidade sexual
à performatividade do corpo identitário:
olhares sobre a XX Parada do Orgulho LGBT de São Paulo**

*From the spectacle of sexual
diversity to the performativity of the body identity:
views about the XX LGBT Pride Parade of Sao Paulo*

Murilo Peixoto da Mota

59

**Travestis e transexuais no
universo das pesquisas científicas**

*Transvestites and transsexuals in
the world of scientific research*

Junior Araujo Sousa

75

101
**Numa tarde qualquer:
Uma antropologia da Parada da Diversidade
em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo**
*In an afternoon any: An anthropology of Diversity Parade
in Cuiabá and LGBT culture in contemporary Brazil*
Marcos Aurélio da Silva

131
**Pesquisas em educação
sobre travestis nas escolas**
*Research in education
on transvestites in schools*
Fernando Guimarães Oliveira da Silva

153
**Sexualidade e virtualização em Câmera Privê:
sociabilidade, desejo e consumo através da webcam**
*Sexuality and Virtualization in Câmera Privê:
sociability, desire and consumption through webcam*
Maria Aparecida Ramos da Silva
Allyson Darlan Moreira da Silva

177
**A visão do público heterossexual a respeito
de marcas preferidas e/ou assumidas gays:**
Calvin Klein, Diesel, Sergio K
*The vision of heterosexual public about favorite
brands and/or gay assumed: Calvin Klein, Diesel, Sergio K*
Barbara Regina Lopes Costa
João Lucas de Miranda Junior

203
**A fala de gays sertanejos:
aproximações e distanciamentos
discursivos em duas gerações**
*The gay sertanejo speech:
discursive similarities and differences
between two generations*
Deivid Luiz de Souza Ferraz
Jamilyls Maiara da S. Nogueira
Danniel da Silva Carvalho
Virgínia Cavalcanti Pinto
Dorothy Bezerra Silva de Brito
Renata Livia de Araújo Santos

**Expressões da homossexualidade masculina:
práticas, contextos e vulnerabilidades em saúde**

*Expressions of male homosexuality:
practices, health vulnerability contexts*

Grayce Alencar Albuquerque

Jameson Moreira Belém

Jeane Fonsêca Cavalcanti Nunes

Mônica Fonseca Leite

Jucicleide Félix Saldanha

223

**As imagens de O Boticário
e a celebração do Dia do Homem:
Narrativas de (des)legitimação da masculinidade**

*The images of O Boticário
and the celebration of Men's Day:
Narratives of (de)legitimation of masculinity*

João Paulo Baliscei

Victor Hugo Jordão

Vinícius Stein

249

Bagoas

A sexualidade tem um passado? Do éros grego à sexualidade contemporânea: questionamentos modernos ao mundo antigo¹

*Does Sexuality Have a Past? From the Greek Eros to
Contemporary Sexuality: a modern question in the Ancient World*

Sandra Boehringer

*Professora de História grega
Faculté des Sciences Historiques – Université de Strasbourg
s.boehringer@unistra.fr*

Tradução: Letticia Batista R. Leite*

*Doutora em História pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne – Anhima
Bolsista CAPES – Doutorado Pleno
letticabrl@gmail.com*

Revisão: Natália Gonçalves de Souza Santos

*Doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo
Bolsista FAPESP
nataliasantosgs@gmail.com*

1

Resumo

As formas de conceber o amor e a sexualidade das sociedades antigas são bastante distintas daquelas que caracterizam as sociedades ocidentais contemporâneas. Aquelas pouco levavam em conta a ideia de uma identidade sexual. No âmbito da produção poética do período arcaico (VII-VI a.C.), os poetas insistem nos efeitos e na força de *érôs*. No século IV a.C., em uma passagem d'O *Banquete*, Platão elabora um mito filosófico que apresenta diversos aspectos de *érôs* como elã. Essas abordagens do mundo antigo, com o auxílio da categoria gênero, permitem historicizar nossas categorias, evidenciando a dimensão cultural e política da sexualidade contemporânea.

Palavras-chave: desejo, sexualidade, Antiguidade.

Abstract

Perspectives on love and sexuality in the Ancient societies differ greatly from those of contemporary western societies, in that the sexual identity of individuals has little bearing if any. In ancient poetry (7th–6th century BCE), the poets emphasize the effects and the force of *eros*. In the 4th century, in a passage of the *Symposium*, Plato elaborates a philosophical myth which displays the aspects of an *eros* as a life force. Looking at the ancient world using gender as our tool enables us to historicize our categories and thus highlight the cultural and the political dimension of contemporary sexuality.

Key-words: desire, sexuality, Antiquity.

¹ Artigo originalmente publicado em francês: BOEHRINGER, Sandra. "La sexualité a-t-elle un passé? De l'*érôs* grec à la sexualité contemporaine: questions modernes au monde antique". *Recherches en psychanalyse*, Paris, L'Esprit du Temps, vol. 2, n. 10, 189-201. 2010. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-recherches-en-psychanalyse-2010-2-page-189.htm#anchor_abstract. Acesso em: 20 maio 2016. As notas são da autora. As notas acrescentadas pela tradutora serão indicadas pela sigla N.T.

*Agradeço à autora, a professora e pesquisadora Sandra Boehringer, por ter me permitido traduzir e publicar esse artigo.

“O amor, de novo”, é o clamor que aparece com frequência nos cantos dos maiores poetas gregos da época arcaica, no século VI a.C. A expressão grega exata é: *Érôs, dêute me*, “Éros, de novo, me faz...”. O que vem em seguida, varia de acordo com a situação evocada: sofrer, alegrar-me, inflamar-me, morrer de prazer. Safo, a célebre poeta de Lesbos, canta: “Éros de novo – o solta membros – me agita, doce-amarga inelutável criatura” (Fr. 130. In: VOIGT, 1971)². O *érôs* de Anacreonte, poeta grego do século VI a.C., é mais performático: “Lançando-me de novo uma bola carmim, Éros de áureos cabelos convoca-me para jogar com uma moça de sandálias bordadas.” (Fr. 358. In: PAGE, 1962)³. Porém, a imagem mais recorrente na época arcaica é aquela de um *érôs* devastador que, uma vez que atinge o ser apaixonado, destrói tudo o que se encontra no seu horizonte: “Éros sacudiu meus sentidos, qual vento montanha abaixo caindo sobre as árvores” (Fr. 47. In: VOIGT, 1971)⁴, escreveu Safo, ou “Éros de novo me golpeou (...) banhando-me na torrente glacial” (Fr. 413 In: PAGE, 1962)⁵, como cantou Anacreonte.

Tais clamores de amor e de dor nos parecem intemporais. Basta pensar na *Fedra* de Racine, torturada pela paixão por Hipólito, que nos célebres versos diz: “*Je le vis, je rougis, je pâlis à sa vue*”⁶ (Racine retoma aqui um poema de Safo, transposto para o masculino⁷). Igualmente intemporais são os versos de Paul Éluard a Nusch, as cartas de Heloísa a Abelardo, as primeiras palavras que Tristão endereça a Isolda, as nuances de Jacques Brel ao cantar “*Ne me quittes pas*”. Mas se os sentimentos, as dores amorosas e as paixões são intemporais – porque na verdade únicos e incomparáveis (é possível, aliás, comparar, em uma mesma época, o prazer ou a dor de cada um(a)?) –, no entanto, a maneira de conceber o laço amoroso e erótico mudou consideravelmente ao longo da história. O que nos parece evidente e por vezes tão “natural”, no entanto, não o era em outras épocas. O amor é eterno? Não, podem afirmar de antemão historiadores e antropólogos. Ele não pode ser eterno, uma vez que ele é... cultural. O amor, assim como a sexualidade – duas noções fortemente associadas pelas sociedades ocidentais – são construções sociais, culturais e políticas. Uma viagem pela Antiguidade grega e romana pode nos permitir historicizá-las.

² N.T.: tradução do grego feita por RAGUSA, 2005, p. 445.

³ N.T.: tradução do texto grego minha.

⁴ N.T.: tradução do texto grego feita por RAGUSA, 2005, p. 444.

⁵ N.T.: tradução do texto grego minha.

⁶ N.T.: 1º Ato, Cena 3, v. 273.

⁷ Trata-se do Fr. 31 [VOIGT, 1971], retomado, imitado, adaptado ou traduzido por diversos autores da Antiguidade até o presente. Ver a bela coletânea feita por BRUNET, 1998.

Éros como elã

Para explorar os mundos remotos e, sobretudo, para se interessar pelo que para nós tem relação com o amor e com a sexualidade, é necessário reconhecer de antemão que o que hoje definimos como “mulher”, “homem”, “feminino”, “masculino”, trata-se de conceitos ou de noções culturalmente construídos, moldados pelas sociedades, e que se encontram relacionados ao contexto geográfico e temporal nos quais os mesmos emergiram. Se tudo fosse natural, o ato de historicizar se tornaria desnecessário. Escrevemos história de quadros evolutivos, sobre mudanças, enfim, sobre o que não é “natural”. Os historiadores e historiadoras que trabalham no campo da “história do gênero” acham, justamente, que identidade tais como “mulher”, “homem”, e as características que costumamos atribuir às mesmas, não são dadas, elas não foram inventadas por uma divindade, nem tampouco definidas por uma Natureza. Ambos pensam que estamos tratando de uma invenção humana, ou melhor, de várias invenções humanas passíveis de serem estudadas de forma análoga, por exemplo, aos estudos feitos sobre as classes sociais na Rússia, as castas religiosas na Índia, a construção das identidades nacionais entre as duas grandes guerras, ou ainda, tal como estudamos a invenção da democracia ateniense. Ao mergulharmos no espaço descrito pelo termo grego “*érôs*”, percebemos que o campo de emoções que ele engloba é bastante distinto daquele implicado pelo nosso termo “amor”, e que a sua ligação com o que nomeamos de “sexualidade” articula-se de uma maneira completamente diferente.

O termo *érôs* aparece desde os textos gregos mais antigos, aqueles que remontam à época arcaica. Na épica homérica, *érôs* significa sobretudo um elã cujo objeto, no entanto, não é necessariamente definido; pode tratar-se de um elã relativo à boa comida ou, ainda, ao desejo imperativo de beber. A expressão “assim que eles satisfizeram o desejo (*érôs*) de comer e de beber vinho”⁸ aparece com frequência na poética homérica. O termo significa igualmente um desejo passível de satisfação: “assim que eu tiver satisfeito o meu desejo de pranto”⁹, diz um herói. *Érôs* qualifica também o elã de um homem por uma mulher. Enfim, como acabamos de exemplificar, seu uso não é restrito. Mesmo porque o tema das relações amorosas não é o assunto principal da *Iliada* e tampouco da *Odisséia*¹⁰. Ao longo dos séculos VII e VI a.C., os significados de *érôs* e do verbo correspondente, *erân*, alteram-se, passando a designar,

⁸ N.T.: ver *Iliada*, I, 469; II, 432; VII, 323; IX, 92, 222; XXIII, 57; XXIV, 628. Ver também *Odisséia*, I, 150; III, 67, 473; IV, 68; VIII, 72, 485; XII, 308; XIV, 454; XV, 143, 303, 501; XVI, 55, 480; XVII, 99. Tradução do texto grego minha.

⁹ N.T.: *Iliada*, XXIV, 227. Tradução do texto grego minha.

¹⁰ Sobre a expressão do erotismo e do amor na epopeia ver CALAME, 1996, p. 61-74. N.T.: ver p. 33-43 para a tradução em português de 2013.

essencialmente, um elã relacionado ao que entendemos atualmente por erótico, quer dizer, um elã vinculado à sexualidade e/ou ao amor. Assim, certos aspectos de nosso “amor” contemporâneo não são contemplados pelo termo grego *érôs* (não encontraremos esse termo qualificando o amor de um filho por seu pai, ou dos pais por seu filho).

É na poesia mélica – produzida na época arcaica, quer dizer, entre os séculos VII e VI a.C. – que encontramos um grande número de ocorrências desse termo. Esse tipo de produção corresponde aos poemas destinados ao canto (em circunstâncias que hoje não são totalmente conhecidas, mas que se trata, comumente, de contextos institucionais), cujos principais representantes são: Teógnis, Safo, Alceu, Anacreonte, Íbico, Píndaro, Sólon, Baquílides e Álcman. A enunciação é feita, com frequência, na primeira pessoa. Primeira pessoa que, evidentemente, não corresponde ao poeta real, mas a um “eu” poético fictício que, no entanto, por vezes possui o mesmo nome do poeta. Algumas indicações remetem às circunstâncias extra-textuais de execução do poema, outras não.

A ternura é o primeiro traço do efeito produzido por *érôs*. A sensação despertada é comparada à doçura do sono, do líquido, da música. Enquanto na poesia épica o termo *érôs* pode designar tanto o desejo pela guerra quanto pela vitória, o *érôs* mélico encontra-se frequentemente vinculado ao canto ou à música, contextos aptos a suscitar o desejo, associado a um anseio pela beleza e pelo valor. Não raro ele desperta sensações paradoxais, efeito exemplificado pelo oxímoro de Safo: *érôs*, o “doce-amargo” (*glukupiros*). *Éros* é uma força que tende a objetificar: o sujeito amoroso é assolado por sensações, ele é alvo, vítima, não um sujeito ativo que detém o controle dos seus desejos (Fr. 130. In: VOIGT, 1971). Trata-se de um estado que transforma profundamente o indivíduo, uma espécie de invasão, amiúde associado ao sono profundo, à morte, a um nevoeiro que tudo encobre, à embriaguez que perturba os sentidos.

Outro elemento importante é o fato de que *érôs* invade o sujeito amoroso, não por intermédio de carícias ou de qualquer contato físico com o ser desejado, mas pelo olhar. Ele é como um fluido, uma emanção que parte do olhar do amado/amada, em direção à pessoa tocada por *érôs*. Essa emanção possui um efeito quase dissolvente. Essa passividade do ser vitimado por *érôs* é capaz de provocar uma única forma de ação, aquela da busca (“eu procuro”, “eu aspiro...”). De modo geral, na poesia mélica, essa busca é vã. O ser desejante volta-se totalmente para o ser amado, que ele admira, e que é o seu único objeto de interesse; ele busca alcançá-lo ou atrair a sua atenção, mas aquele foge, escapando sem cessar.

Esse aspecto é particularmente perceptível na poesia de Álcman. No século VII a.C., esse poeta, sob a encomenda da cidade de Esparta, compõe as Parteneias – cantos feitos para serem entoados por corais de moças, e dos quais nos chegaram apenas excertos extremamente fragmentados. A participação nesse tipo de formação coral era uma etapa muito importante para as meninas e meninos do período arcaico, fazendo parte da sua *paideia*, quer dizer, da formação educacional. Nesse cantos destinados a serem interpretados por ocasião de cerimônias oficiais, as jovens coristas exprimiam, em primeira pessoa, a perturbação erótica provocada pela bela Astumeloisa:

Estou estraçalhada pelo desejo,
ela me volta olhares mais lânguidos
que o sono ou a morte;
e a sua doçura é soberba.

E Astumeloisa não me responde [...] segurando a guirlanda,
semelhante a um astro vagando no céu brilhante,
ou a um ramo dourado, ou uma pluma delicada, [...] ela passa, com seus pés ligeiros [...] ;
o óleo de Chipre perfuma voluptuosamente os seus cabelos de moça. [...]

Ah! Se ela se aproximasse e segurasse
a minha mão abandonada, eu me tornaria a sua...
(Fr. 26, 61-72 e 80-81. In: CALAME, 1983)¹¹

Safo, a poetisa de Mitilene, faz uso de termos próximos daqueles do poeta espartano, exprimindo, de forma particularmente intensa, as emoções paradoxais advindas dos impactos de éros sobre o corpo daquela que ama uma mulher:

Parece-me ser par dos deuses ele,
o homem, que oposto a ti
senta e de perto tua doce fa-
la escuta,
e tua risada atraente. Isso, certo,
no peito atordoa meu coração;
pois quando te vejo por um instante, então fa-
lar não posso mais,

¹¹ N. T.: tradução do texto grego minha.

mas se quebra minha língua, e ligeiro
fogo de pronto corre sob minha pele,
e nada vêem meus olhos, e zum-
bem meus ouvidos,
e água escorre de mim, e um tremor
de todo me toma, e mais verde que a relva
estou, e bem perto de estar morta
pareço eu mesma.
Mas tudo é suportável, já que mesmo um pobre...
(Fr. 31. In: VOIGT, 1971)¹²

Como Safo havia feito antes, Anacreonte coloca em cena um poeta que fala em primeira pessoa e que está envelhecendo. Porém, diferentemente da poetisa, ele finaliza os seus poemas com humor. Estes versos, nos quais ele narra como uma moça o evita, dão margem a múltiplas interpretações, tendo por isso sido objeto de intensos debates entre os filólogos modernos¹³. O que, muito provavelmente, é decorrente de uma intenção própria do poeta:

Lançando-me de novo uma bola carmim
Éros de áureos cabelos
convoca-me para jogar
com uma moça de sandálias bordadas.
Mas a jovem, que vem de Lesbos, a bem construída,
sendo a minha cabeleira branca,
coloca-se boquiaberta na frente de outra.
(Fr. 358, In: PAGE, 1962)¹⁴

Em outro poema, a personagem, que fala em primeira pessoa, expressa o estado de total confusão no qual o belo Cleóbulo a coloca – retomando, assim, o motivo de um éros que perturba a ordem das coisas e transforma os seres:

Cleóbulo, eu o desejo,
eu sou louco por Cleóbulo,
só tenho olhos para Cleóbulo.
(Fr. 359, In: PAGE, 1962)¹⁵

¹² N. T.: tradução do texto grego feita por RAGUSA, 2005, p. 269.

¹³ N. T.: para um balanço desse debate ver: BOEHRINGER, 2007, p. 63-66.

¹⁴ N. T.: tradução do texto grego minha.

¹⁵ N. T.: tradução do texto grego minha.

O tema do amor não é apanágio de uma poesia “privada” (noção, ademais, anacrônica). Mesmo que saibamos pouco sobre o contexto de enunciação, Safo e Alcman cantavam diante de toda a cidade. Nos séculos VI e V a.C., os poetas “oficiais”, aqueles aos quais os poderosos encomendavam poemas para celebrar as suas vitórias nos Jogos pan-helênicos, ou as vitórias de algum parente, não silenciam os efeitos dessa potência. Este é o caso de Píndaro, um dos maiores poetas líricos gregos, conhecido por seus cantos corais destinados a celebrar as vitórias dos atletas. No poema consagrado a Teoxeno, tanto as qualidades morais e físicas do jovem são louvadas quanto a potência e o valor sensorial, ético e social do desejo:

É preciso, ó coração, colher a justa medida dos amores com a juventude.

Mas, após fitar os raios a faiscar
dos olhos de Teoxeno,
quem não for inundado com desejo, tem forjado
de adamantó o negro coração, ou de ferro,

com fria chama, e, não sendo honrado por Afrodite de vivos
olhos,
ou labuta compulsivamente por dinheiro,
ou com ousadia feminina
é levado a servir o caminho de todo frio.
Mas eu, por vontade dela, derreto como a cera da sacra
abelha,

picado pelo calor do sol, quando olho
para a juventude dos jovens corpos dos meninos.
Mas então em Tênedo,
Peitó e Cárís moram
no filho de Hagésilas ...
(Fr. 123, In: SNELL, 1964)¹⁶

As principais características do *érôs* arcaico nas composições mélicas são: a (recorrente) assimetria do amor, os sentimentos intensos e paradoxais, um contexto musical, a exaltação das qualidades, uma aspiração à beleza, a importância do olhar, um número importante de termos com conotações eróticas, a insistência sobre o estado de vítima da pessoa que ama. Além disso, é preciso sublinhar que o termo *érôs*, assim como o estado amoroso que ele

¹⁶ N. T.: tradução do texto grego feita por RAGUSA, 2013, p. 236-238.

descreve, caracterizam indistintamente os elãs entre mulheres, homens, e entre um homem e uma mulher. Na poesia mélica é, aliás, rara a evocação do elã entre um homem e uma mulher: os primeiros poemas que evocam os efeitos dessa força falam de amores entre duas mulheres ou entre dois homens.

Erotismo antigo *versus* sexualidade contemporânea

O éros antigo não implica uma “orientação” particular do desejo, nem uma característica específica de uma relação sexual. Se o termo *éros* é bastante antigo, podemos não obstante constatar que em grego, assim como em latim, não existe um termo que traduz a nossa noção de “sexualidade”. Ao estudarmos as fontes antigas, a primeira coisa que chama atenção é que o que chamamos de “sexualidade” e agrupamos na categoria de “práticas sexuais” não era de forma alguma percebida pelos gregos como parte de um conjunto de atos coerentes, ou como um conjunto de atitudes que poderiam ser agrupadas. Em nossas leituras, torna-se então necessário fazer um esforço para distinguir, ou ao menos tentar diferenciar, o que é relativo a uma “identidade” (noção demasiado moderna), o que se refere a uma categoria de pessoas, a uma categoria de atos, ou a um outro tipo de categoria que convém a(o) pesquisador(a) definir.

Na forma como nós a concebemos hoje – *mutatis mutandis* –, a sexualidade encontra-se intimamente vinculada à identidade psicológica do indivíduo. No entanto, o vínculo entre a identidade de gênero e a orientação sexual é tão complexo quanto recente. De acordo com David Halperin,

(...) na Europa burguesa, entre o final do século XVII e o início do século XX, algo de novo ocorre no âmbito das múltiplas relações tecidas entre os papéis sexuais, as escolhas de objetos sexuais, as categorias sexuais, as condutas sexuais e as identidades sexuais. O sexo adquire novas funções sociais e individuais, passando a ser investido de uma importância inédita, capaz de definir e normalizar o ser moderno. A ideia segundo a qual o instinto sexual seria uma função humana autônoma, desvinculada de qualquer órgão, surge pela primeira vez no século XIX e, sem ela, o nosso modelo de subjetividade sexual altamente psicologizante – que associa o desejo, seus objetos, a conduta sexual, a identidade de gênero, a função reprodutora, a saúde mental, a sensibilidade erótica, o estilo pessoal e os graus de normalidade e de desvio, que juntos definiriam uma característica individualizante e normativada da personalidade, a qual chamamos de

“sexualidade” ou “orientação sexual” – seria inconcebível.
(HALPERIN, 1998, p. 96-97)

Assim, antes mesmo de colocar qualquer questão sobre as identidades de gênero nas sociedades antigas, convém precisar que, na Grécia, assim como em Roma, as noções de “sexo” e de “sexualidade” não existem tais como as concebemos hoje (FOUCAULT, 1976-1984; DOVER, 1978; VEYNE, 1982; HALPERIN, 1990; CALAME, 1996; WILLIAMS, 1999; DUPONT & ÉLOI, 2001; BOEHRINGER, 2007). Em grego e em latim, o termo unificador capaz de se referir simultaneamente ao masculino e ao feminino é raramente utilizado – como é o caso ao recorrermos à palavra “sexo”, em português, para fazer referência aos órgãos sexuais. Os termos antigos enfatizam a oposição e a dissimetria: nenhum termo exprime uma identidade funcional (e menos ainda a função de dois sexos que seriam um lugar privilegiado de prazer sexual), tudo enfatiza a diferença (ENDERSON, 1975; DOVER, 1978; ADAMS, 1982; WINKLER, 1990; DUPONT & ÉLOI, 2001). A palavra latina *sexus* quase nunca aparece isolada: diz-se *sexus virile*, *sexus muliebre* (Manuli, 1983), em grego, igualmente, é recorrente que se especifique *thêlu* (feminino) ou *arren* (masculino). As formas aparentemente gerais que traduzem “as vergonhas” ou as “partes necessárias” fazem referência, em contexto, à genitália masculina ou à feminina, raramente às duas ao mesmo tempo. Em resumo, na Antiguidade, o órgão sexual, quando mencionado, é via de regra sexuado.

Além disso, atualmente, o termo “sexualidade” está longe de traduzir apenas o ato sexual; existe uma ligação complexa entre “sexualidade” e identidade psicológica. Não existe uma noção que lhe seja equivalente na Antiguidade (FOUCAULT, 1976; HALPERIN, 1990), ao longo da qual uma pessoa não tem uma “sexualidade”, ela se permite certas práticas. Na Grécia, quando se recorre à noção de *aphrodisia*, “o que pertence ao campo de atuação de Afrodite”, quer-se fazer referência às “coisas sexuais”, e não a um conjunto de discursos que comporiam o domínio da sexualidade. Em Roma, esse termo genérico aparece com uma frequência ainda menor: se é possível falar em “coisas de Vênus” é, no entanto, mais recorrente falar em coito, união sexual. Não se “é” sexualmente, “pratica-se” sexualmente em diferentes domínios, em diferentes âmbitos de práticas humanas: na educação, na higiene pessoal, ou no contexto do banquete (que constitui uma esfera em si).

Na Antiguidade, tampouco existe uma concepção global de um ato sexual. Os termos, em latim ou em grego, definem quase sempre um papel desempenhado na relação, pelas duas pessoas que nela tomam parte. Quando se trata do mesmo verbo, ele jamais se aplica na mesma forma para as duas pessoas. Assim, o termo grego *aphrodisiazein*, que significa “entregar-se às *aphrodisia*”, será aplicado tanto na forma ativa quanto na passiva. O verbo

perainein, que por vezes é traduzido por “ter relações sexuais com”, significa mais precisamente “penetrar” e não se aplica aos dois parceiros ao mesmo tempo. O mesmo se dá com os eufemismos mais comuns: o grego *suneimi*, “estar com”, ou *mignumi* (em grego), *misceo* (em latim), que significam “misturar”. Ainda mais significativo: existem igualmente verbos bem distintos para designar cada um dos papéis desempenhados. Por exemplo, em latim, *fellare* é utilizado para qualificar o indivíduo que comete um ato equivalente à ação de se colocar a serviço de alguém; o verbo *irrumare* representa o ato ativo de “penetrar alguém pela boca”. Os exemplos são diversos: em uma relação entre dois homens, um jovem “concede favores a” (em grego, *charizesthai*), enquanto o outro “coloca seu órgão sexual entre as coxas” (*diamêrizein*) – é o termo utilizado no caso de relações pederásticas, quando se trata de uma relação sexual sem penetração.

A partir desses poucos exemplos, é possível deduzir que o discurso antigo sobre a sexualidade se caracteriza por uma preocupação essencial: saber quem faz o que e como (quem age, quem goza, quem aproveita, quem recebe – a oposição ativo-passivo não consegue dar conta da totalidade de oposições e de considerações que liga um ato a um determinado julgamento social). A ideia de relação sexual na qual os parceiros ou parceiras encontram-se em pé de igualdade, na qual uma prática possa ser exercida por ambos/ambas, é inexistente. Além disso, não existe uma prática que seja boa em si (como durante algum tempo foi o caso da sodomia, entendida no sentido de “penetração anal”). Uma mesma prática, considerada a partir de critérios diversos, pode ser considerada como *kata nomon* ou *para nomon*, ou seja, segundo ou contrária à norma. Não são as práticas em si que são avaliadas, mas o indivíduo e sua prática sexual, e em função do seu sexo, da sua idade e de seu estatuto social – pois, no mundo antigo, a moral sexual é essencialmente estatutária.

Consequentemente, não surpreende que gregos e romanos não tenham elaborado nem concebido uma categoria sexual que englobasse, indistintamente, homens e mulheres de todos os meios sociais, tendo como único traço em comum o fato de sentirem atração por pessoas do mesmo sexo (como é o caso da categoria contemporânea que agrupa os “homossexuais”)¹⁷.

¹⁷ Eu gostaria, no entanto, de fazer uma rápida precisão. Em Roma, as linhas de clivagem, os limites, não são exatamente os mesmos que em Atenas. Diferentemente de Atenas, onde era permitido se relacionar com um jovem livre, em Roma tal relação era proibida, tendo em vista que aquele era um futuro cidadão. Isso evidentemente não significa que, na prática, os romanos se relacionariam com jovens com menor frequência do que os gregos: esse interdito existente em Roma não concerne às relações com as crianças e com os jovens em geral; apenas as relações com um jovem cidadão eram consideradas como um grave atentado à integridade física do mesmo. Assim, essa proibição não qualificava uma preocupação genérica em “proteger a infância”, tratava-se de uma inquietação de ordem política, e os textos não deixam de testemunhar sobre a existência de um interesse pelos belos *pueri delicati* (não livres), que faziam o deleite do cidadão durante – e depois – do banquete. Para uma explicação dessa diferença de atitude dos romanos com relação à “pederastia” (com jovens cidadãos) ver: DUPONT & ÉLOI, 2001, p. 45-82.

Na mesma perspectiva, tampouco causa surpresa que eles não tenham criado a categoria “heterossexualidade” pois, como veremos, certas relações entre um homem e uma mulher não pertencem ao domínio do sexual, assim como algumas relações entre homens não se distinguem das relações entre um homem e uma mulher. Com efeito, uma vez que os indivíduos optam por constituir uma família e ter filhos, a relação resultante dessa decisão não é considerada como pertencente ao campo do sexual: o casamento antigo, desde que ele surge e é praticado, é entendido como um contrato social no qual nem o amor nem a sexualidade entram em questão. Para um homem, estar com uma mulher significa fundar um *oikos*, uma família, e o que se espera de uma mulher é que ela seja capaz de gerar uma prole, de criá-la, de modo a produzir os futuros cidadãos, espera-se igualmente que ela gere a casa.

No século IV a.C., no seu tratado que fala da boa gestão do lar, o *Econômico*, será por intermédio do exemplo do rico proprietário de terras Isômaco que Xenofonte descreverá a esposa-cidadã que correspondente ao ideal normativo: ela é a abelha-rainha, que reina sobre a sua colmeia e as suas atividades. Nos contratos de casamento que nos chegaram da Antiguidade, é o acordo entre as famílias que se encontra ressaltado e, a única menção sobre a relação erótica entre os cônjuges diz respeito ao risco referente às relações extraconjugais. Nos textos poéticos, é bastante raro que as relações conjugais sejam evocadas como intensas e eróticas. O caso em que Plínio, o jovem, no começo do século II d.C., fala de sua mulher com emoção¹⁸, trata-se antes de um pastiche dos códigos elegíacos (VEYNE, 1983) do que de uma declaração de amor. Como ressalta John Winkler com humor, quando Heródoto¹⁹ conta a história de um rei que se apaixona pela sua mulher, o público compreende que se trata de um presságio de males políticos.

Paralelamente, no que diz respeito à relação homem/mulher, quando não se trata de casamento e nem de filhos, ela não possuiu uma característica que lhe seja específica, pois essa relação erótica também pode existir entre dois homens. O que está em jogo nesse caso (amor ou prazer) é idêntico, quer se trate de uma relação com prostitutas ou prostitutos, com amantes, concubinas ou jovens amantes do mesmo sexo. Um contrato de casamento encontrado nas areias de Fayoum ilustra perfeitamente esse ponto. Dentre as obrigações do esposo, encontramos um triplo interdito: “Não será permitido a Filiscos introduzir na sua casa uma outra mulher além de Apolônia, nem tampouco sustentar uma concubina ou um rapaz”²⁰.

¹⁸ Cartas, VI, 4 e VII, 5. Remeto à análise feita por ADAM, 2011.

¹⁹ Trata-se do rei Candaules. Heródoto retrata a história desse rei em *Histórias*, I, 8.

²⁰ P. Tebt I 104 (esse documento data do século I a.C.).

O fato de que essas duas ameaças sejam postas no mesmo plano como fatores passíveis de ameaçar o casal (a saber, não me refiro à relação erótica fora do casamento, mas ao gasto de dinheiro fora das despesas do *oikos*) evidencia a equivalência percebida pelos antigos entre essas relações que, segundo os nossos critérios atuais, pertencem a esferas distintas. Assim, um dos traços importantes dessa diferença entre as manifestações antigas de *érôs* e da sexualidade contemporânea encontra-se no fato que o elã é totalmente desvinculado da identidade sexual de seu objeto.

Éros não tem sexo

Essa concepção não sexuada de *Éros*, essa assexualidade, aparece claramente em uma passagem bastante conhecida de Platão, um excerto d'*O Banquete*, que se costuma designar erroneamente como o “mito do andrógino”²¹. *O Banquete*, escrito por volta do ano 380 a.C., é composto por sete discursos, dentre os quais seis são elogios a *érôs*. O tema do *Peri erôtos* não é, portanto, o “amor” no sentido atual do termo, com suas implicações e conotações modernas (que estariam mais próximas da noção grega de *philia*), mas o “*érôs*” grego, o qual, como vimos, podemos conceber como uma espécie de apetência ou um elã. Eis o sentido mais amplo, naquela época, de um termo cujas implicações serão exploradas por Platão. O autor retomará, então, as suas diversas características para, em seguida, desvincular-se do senso comum, desenvolvendo uma definição filosófica – expressa pela personagem Diotima – sobre o que seria o verdadeiro *érôs*.

Os discursos de Aristófanes e de Sócrates/Diotima se colocam em um nível distinto dos demais. Segundo Aristófanes, *érôs* é o elã que vai ao encontro da unidade primitiva, mas a sua narrativa restringe-se ao nível do sensível. Para ele, *érôs* é o desejo de realizar a união com a outra metade de si mesmo: “Ao desejo (*epithumia*) e a busca da totalidade (*holon*) corresponde o nome *érôs*” (192e)²². Trata-se da divindade que permite a união provisória, a partir do momento em que uma “boa distância”²³ é estabelecida, é também ela que permite aos homens suportarem a separação e dedicarem-se às atividades que lhes são próprias; é assim que a separação divina cria a sexualidade e o

²¹ Essa história é mencionada diversas vezes por Freud (ver nesse sentido BRISSON, 1973, p. 27-48.). Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, ele faz referência a essa história como “a lenda repleta de poesia segundo a qual o ser humano foi dividido em duas metades – o homem e a mulher – que, deste então, buscam se unir por amor”. (N.T.: para a versão em português do excerto citado, tomei com referência a tradução para o espanhol das obras completas de Freud, 1976, p. 124).

²² N.T.: retomo a tradução do grego feita por SCHÜLER, 2010, com algumas modificações.

trabalho. Para Sócrates, instruído acerca desse assunto por Diotima, *érôs* é um *daimôn*, um ser intermediário que possibilita a ascensão em direção ao Belo e ao Bem²⁴.

Mas o que de fato conta Aristófanes? Uma história bastante insólita, que todos nós conhecemos mais ou menos bem. Originalmente, conta o autor, a natureza humana era composta por três gêneros: o macho, a fêmea e o andrógino. Os seres humanos tinham uma forma esférica que lhes permitia se locomoverem de duas maneiras, e o dobro dos membros dos humanos atuais. Esse estado foi alterado em decorrência de uma transgressão. Em resposta a uma tentativa de atacar os deuses, Zeus opta pelo seguinte castigo: os humanos serão separados de forma simétrica, cada ser resultando em dois indivíduos. Apolo conclui a operação, fazendo com que cada ser humano seja capaz de ver a cicatriz resultante dessa cisão, no intuito de que seu estado original não caia no esquecimento. Mas esse castigo, que não deveria ser fatal, mergulha os seres humanos num estado de agonia, levando cada uma das partes a abraçar-se à outra até morrerem de desespero, de fome e de inércia. Para remediar essa situação, Zeus desloca os órgãos genitais para a frente dos seus corpos, de modo a permitir que a união sexual ocorra, resultando seja na reprodução, seja num estado de satisfação.

Desse momento em diante, os seres não seriam mais esféricos, passariam a se deslocar de forma ereta, e a sua reprodução não mais se daria por intermédio de um elemento externo (antes, eles enterravam seus ovos na terra). É a partir desse novo estado, correspondente ao estado atual da humanidade, que *érôs* passa, então, a integrar a natureza humana: é ele que impulsiona cada metade a encontrar, ainda que provisoriamente, a unidade perdida, seja ela oriunda do ser andrógino, do ser feminino ou do ser masculino. A partir de então, os seres humanos podem dedicar-se às ocupações que lhes são próprias, de acordo com o tipo primordial do qual eles se originam.

²³ Sobre *érôs*: “Toda disjunção ou junção excessivas excluem a sua intervenção” (BRISSON, 1973, p. 63). *Éros* é passível de existir a partir do momento em que as metades não estão completamente separadas (como no primeiro momento de cesura, no qual os órgãos sexuais não permitiam uma união), nem totalmente fundidas (como no momento da antiga natureza, ou no caso no qual Hefestos faria a junção): para uma análise da “boa distância” antropológica e sua contrapartida cosmológica, cf. BRISSON, 1973.

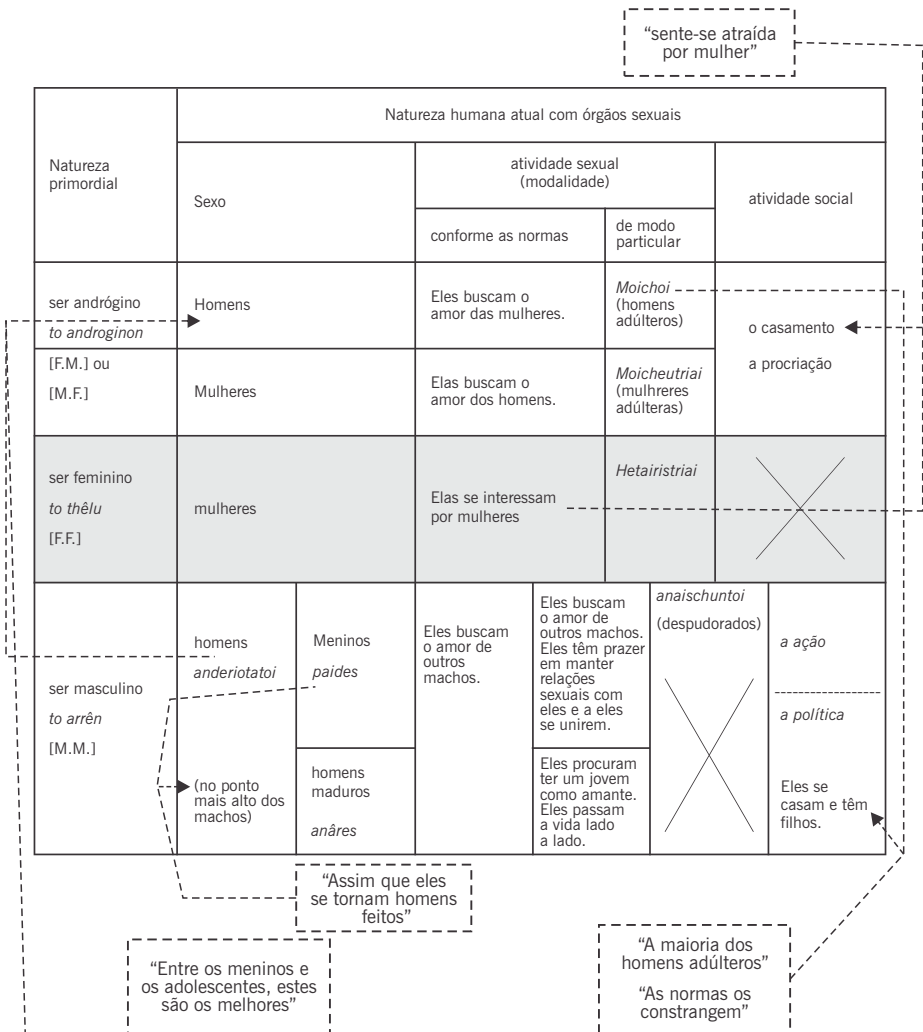
²⁴ Esses dois discursos se diferenciam dos quatro primeiros também pelo fato de que eles não recorrem a uma teologia tradicional e conhecida, extraída de Hesíodo e dos poetas; eles se inspiram em correntes ideológicas mais atípicas (de um lado Empédocles e o orfismo, de outro os mistérios de Elêusis). A história narrada por Aristófanes é a que mais se aproxima do discurso de Sócrates; no entanto, o que é dito pela personagem não é absolutamente assumido por Sócrates, e tampouco por Platão (não se deve esquecer que Aristófanes, na época em que, supostamente, teria ocorrido *O Banquete* – por volta de 416 – já havia escrito muitas peças nas quais ele atacava Sócrates de maneira violenta). Ver a apresentação do diálogo, escrita por Luc Brisson, para a edição d’*O Banquete* feita pela Garnier Flammarion, em 1998.

A instauração desse amor nos seres humanos remonta a um passado distante, isto é, ao momento em que as partes que compunham o estado original se juntam, ao instante em que dois seres tentam se fazer um só, no intuito de restabelecer a natureza humana. Cada um de nós representa uma metade complementar de um ser humano, uma vez que este foi cortado em partes isoladas, um único ser dando origem a dois. Cada qual anda à procura de seu próprio complemento. Os que são um pedaço daquele ser misto, o andrógino, gostam de mulheres, origem de muitos adultérios. As mulheres desejosas de homens procedem dessa variedade, fonte de adúlteras. A mulher fragmento da mulher primitiva não pensa em homens; sente-se, entretanto, atraída por mulheres. Essa variedades gera as *hetairistriaí*. O homem que é pedaço do macho primitivo corre atrás de homem. Ainda juvenzinhos, porções do macho primitivo, gostam de homens. Dormir com homens lhes dá prazer, enredam-se com homens. Alguns dizem que são despudorados, o que é um equívoco. Não é por sem-vergonhice que eles se comportam assim, mas por coragem, por virilidade. A masculinidade leva-os a se apegarem ao que se assemelha a eles. Querem provas? Maduros, são os únicos a ingressar na política (PLATÃO, 191 e-d)²⁵.

Torna-se, assim, evidente que as pequenas narrativas de nossa época concernentes à origem do amor (“a mulher que busca incessantemente a sua cara-metade masculina, e vice-versa”), que insistem na ideia de uma complementaridade *lendária* entre homens e mulheres são, tão somente, construções contemporâneas, mitos modernos. A narrativa de Aristófanes não relata um “mito grego” no qual os gregos acreditavam – mesmo porque na Grécia a questão da “crença” não se colocava – mas, sobretudo, porque não se trata de um mito no sentido antropológico do termo, mais sim de um “mito filosófico”, tal como o célebre mito da caverna, que possui um valor e uma função bastante distinta daquela que nós atribuímos ao que entendemos como “mito grego” (BRISSON, 1982).

Nessa perspectiva, cujo objetivo era fazer um elogio a *érôs*, a narrativa de Aristófanes trata dos amores dos homens pelas mulheres, das mulheres pelos homens, das mulheres pelas mulheres, e dos homens pelos homens. Eis um quadro que sintetiza o resultado da disjunção dos seres primordiais. Constatamos, assim, que o que inicialmente parecia bastante simples, na verdade, não o é.

²⁵ N.T.: retomo a tradução do grego feita por SCHÜLER, 2010, com algumas modificações.



Neste quadro, as três entradas que sintetizam a natureza primordial e as possíveis passagens entre as categorias, colocam em evidência o fato de que não se trata de um mito do andrógino, no qual a questão da bissexualidade seria o tema principal. Ele indica também que não se trata de uma narrativa etiológica do amor "heterossexual". *Éros* existe para os três seres primitivos, e ele é o mesmo para todos os seres que compõem a natureza humana no presente e que derivam dos primeiros (BOEHRINGER, 2007, p. 91-119; 2007c).

É nesse sentido que a expressão “*before sexuality*” emergiu para caracterizar as sociedades antigas. Essa expressão passou a circular, de fato, quando da publicação, em 1990, dos trabalhos apresentados em dois colóquios ocorridos ao longo do ano de 1986, nos Estados Unidos: obra cujo título era *Before Sexuality. The Construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World* (HALPERIN, WINKLER & ZEITLIN, 1990). Esses eventos ocorreram dois anos depois da publicação, na França, do último volume da *História da sexualidade*, de Michel Foucault (1976 foi a data de publicação do primeiro volume; no ano de 1984 foram publicados o segundo e o terceiro volumes), obra que seguiu de perto as publicações que trouxeram novas abordagens sobre essa temática no âmbito dos Estudos Clássicos. Refiro-me ao livro *A homossexualidade na Grécia Antiga*, de Kenneth Dover, publicado em 1978 – obra bastante referida por Foucault –, e aos trabalhos sobre a sexualidade romana publicados entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, por Paul Veyne, que acabaria por se tornar um amigo de Foucault. Esses “novos” trabalhos ilustrados pelo colóquio *Before Sexuality* propunham incluir no campo científico formas de sexualidade que costumavam ser ignoradas pelos trabalhos que se dedicavam ao tema. Essas pesquisas, publicadas sob a forma de artigos antes mesmo de comporem capítulos de livros, também alimentaram as reflexões foucaultianas. É, portanto, no entrecruzamento dessas perspectivas que se situa o colóquio *Before Sexuality*, com o objetivo de mostrar que o que consideramos como próprio à sexualidade, na verdade, é apenas “uma dentre outras modalidades da vida erótica, relativamente recente, e intimamente ligadas à nossa cultura”, tal como afirmou David Halperin em seu *One Hundred Years of Homosexuality*. Noção cujo campo semântico, ademais, não cobre o domínio grego e romano do que nós chamamos – de maneira muito provavelmente tão anacrônica quanto – de erotismo (HALPERIN 1990/2000, p. 25).

Assim, como observamos nas fontes que evocamos, a maneira de conceber o amor na Grécia e em Roma não é semelhante àquela que caracteriza a atualidade. A própria ideia de “sexualidade” é – como mostrou Michel Foucault na sua *História da sexualidade* – uma construção cultural e social do mundo ocidental, uma construção extremamente recente: o fato de separar a prática sexual e os sentimentos amorosos dos demais tipos de atividades sociais, de isolá-los de um todo, é um fenômeno próprio da nossa época. A partir do século XIX, em particular com o advento da psicanálise, o sexo e o amor tornam-se objetos de discurso porque, em nossas sociedades, o desejo é considerado como constitutivo da identidade pessoal e como parte da construção do sujeito. Na Antiguidade, a orientação sexual não diz “nada”

sobre o sujeito. Certas práticas dizem algo sobre as competências políticas ou econômicas (não é possível vender o próprio corpo e ter responsabilidades na cidade; não se pode ser um cliente inveterado de bordéis e ser ao mesmo tempo um bom gestor do próprio lar), mas essas práticas não dizem nada sobre a identidade psicológica do sujeito, sobre a saúde mental, e tampouco sobre a sua identidade sexual: o “sexo” não esconde algo oculto.

A partir de uma interpretação contemporânea da Antiguidade, uma vez que procuramos os “nossos ancestrais” ou a origem da homossexualidade no “amor grego”, tendemos a categorizar em função do que nos faz sentido, a colocar questões que nós achamos pertinentes: as pesquisas sobre as causas dizem sempre mais sobre o pesquisador do que sobre a pesquisa em si... As questões que estão em jogo no campo político – do político atual que concerne aos historiadores, aos antropólogos, aos psicólogos – estão aí, na necessidade de resistir a essa tentação psico-categorizante, à tentação psicopatologizante. A forma como interrogamos o passado diz sobre o desejo atual de alcançar uma verdade ou, sobretudo, o que acreditamos ser verdade. No entanto, a sexualidade não pode nos oferecer verdade invariável alguma, nenhuma mensagem imutável, porque ela é em si mesma histórica e variável. Se existe uma verdade, ela encontra-se na variação, ou mais precisamente – para usar uma noção lacaniana cara a Jean Allouch –, na “*varité*” (algo como uma variabilidade da verdade)²⁶? Sim, “nossa sexualidade” tem um passado e ele é extremamente recente: o que, de forma válida, deve nos levar a nos questionarmos sobre o seu futuro.

²⁶ N.T.: trata-se aqui de um neologismo lacaniano, que condensa as palavras francesas *vérité* (verdade) e *variété* (variável/variedade), quer dizer, a verdade jamais é única, ela tem variedades.

Referências

ADAM, Adeline. “L'épouse romaine idéale. Pline le Jeune, Lettres”. In: BOEHRINGER, Sandra & SEBILLOTTE-CUCHET, Violaine (dir.). Hommes et femmes dans l'Antiquité grecque et romaine. Le Genre: méthode et documents. Paris: Colin, 2011. 122-124.

ADAMS, James. The Latin Sexual Vocabulary. London: Duckwort, 1982.

BOEHRINGER, Sandra. L'homosexualité féminine dans l'Antiquité grecque et romaine. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

BOEHRINGER, Sandra. “Comparer l'incomparable. La *sunkrisis* érotique et les catégories sexuelles dans le monde gréco-romain”. In: PERREAU, Bruno (dir.). Le choix de l'homosexualité. Recherches inédites sur la question gay et lesbienne. Paris: Epel, 2007b. 39-56.

BOEHRINGER, Sandra. “Comment classer les comportements érotiques? Platon, le sexe et éros dans le *Banquet* et les *Lois*”. Études Platoniciennes. Paris, n. 4, 45-57. 2007c.

BRISSON, Luc. “Bisexualité et médiation en Grèce ancienne”. Nouvelle revue de psychanalyse, Paris, n. 7, 27-48. 1973.

BRISSON, Luc. Platon, les mots et les mythes. Paris: Maspero, 1982.

BRISSON, Luc. Platon, Le Banquet. Traduction et notes de Luc Brisson. Paris: Garnier-Flammarion, 1998.

BRUNET, Philippe. L'égal des dieux. Cents versions d'un poème de Sappho. Paris: Allia, 1998.

CALAME, Claude. Alcman. Introduction, texte critique, témoignages et commentaires. Rome : Edizioni dell'Ateneo, 1983.

CALAME, Claude. L'Éros dans la Grèce Antique. Paris: Belin, 1996.

CALAME, Claude. Eros na Grécia Antiga. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DOVER, Kenneth. A Homossexualidade na Grécia Antiga. São Paulo: Nova Alexandria, 1978/1994.

DUPONT, Florence & ÉLOI, Thierry. L'érotisme masculin dans la Rome antique. Paris: Belin, 2001.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade (3 vol). Rio de Janeiro: Graal, 1976-1984/1977-1985.

FREUD, Sigmund. Tres ensayos de teoría sexual y otras obras. Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Madrid: Biblioteca Nueva, 1901-1905/1976

HALPERIN, David. One Hundred Years of Homosexuality: And Others Essays on Greek Love. New York: Routledge, 1990.

- HALPERIN, David. Cent ans d'homosexualité et autres essais sur l'amour grec. Paris: Epel, 2000.
- HALPERIN, David. "Forgetting Foucault: Acts, Identities, and the History of Sexuality". *Representations*, Oakland, n. 63, 93-120. 1998.
- HALPERIN, David, WINKLER, John & ZEITLIN, Froma (orgs.). Before Sexuality. The Construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- HENDERSON, Jeffrey. The Maculate Muse. Obscene Language in Attic Comedy. New Haven-London: Yale University Press, 1975.
- MANULI, Paola. "Donne mascoline, femmine sterili, vergini perpetue: la ginecologia greca tra Ippocrate e Sorano". In CAMPESE, Silvia, MANULI, Paola & SISSA, Giluia. *Madre Materia. Sociologia e biologia della dona greca*. Turin: Boringhieri, 1983. 147-192.
- PAGE, Denys (ed.). *Poetae melici Graeci*. Oxford: Clarendon Press, 1961.
- RAGUSA, Giuliana. Fragmentos de uma deusa: a representação de Afrodite na lírica de Safo. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- RAGUSA, Giuliana (org.; trad.). Lira grega: antologia de poesia arcaica. São Paulo: Hedra, 2013.
- SCHÜLER, Donaldo (trad.). Platão, O Banquete. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2010.
- SNELL, Bruno (ed.). Pindarus – pars altera: fragmenta, 3 ed. Leipzig : Teubner, 1964.
- VEYNE, Paul. "La famille et l'amour sous le Haut Empire Romain". *Annales E.S.C*, Paris, Armand Colin, v. 33, n. 1, 35-63. 1978.
- VEYNE, Paul. "L'homosexualité à Rome". *Communications*, Paris, vol. 35 ; n. 1. 26-33, 1982.
- VEYNE, Paul. L'élégie érotique romaine. L'amour, la poésie et l'Occident. Paris: Seuil, 1983.
- VOIGT, Eva-Maria (ed.). Sappho and Alcaeus: fragmenta. Amsterdam: Athenaeum-Polal & Van Gennep, 1971.
- WILLIAMS, Craig. Roman Homosexuality, Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity. New York-Oxford: Oxford University Press, 1999.
- WINKLER, John. The Constraints of Desire. The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece. New York-London: Routledge, 1990.

**“Ideologia de gênero”:
interpretação equivocada, repetição do equívoco**

*"Gender ideology":
misinterpretation, repetition of the misunderstanding*

Ismar Inácio Santos Filho

*Doutor em Linguística, professor no Curso de Letras (Português),
UFAL, Campus do Sertão; coordenador do Grupo de Estudos em Linguística
Aplicada em Questões do Sertão Alagoano (GELASAL)*

ismarinacio@yahoo.com.br

2

Resumo

Em atividades acadêmico-científicas que problematizam a relação língua(gem), gênero e sex(ual)idade, especialmente sob a denominação de Linguística *Queer*, visio deter-me e refletir a respeito da noção de “ideologia de gênero”, como aspecto relevante na posição de formador de professores e professoras. Sobre essa ideia, justifico a necessidade de estudo dessa noção, cito seu contexto de discussão em Alagoas e a apresento a partir das ideias de Jorge Scala (2014), consideradas por mim como uma compreensão equivocada (ou mesmo fantasiosa) sobre os estudos feministas, tornando-se, portanto, antifeministas. Em contraponto, menciono brevemente as orientações educacionais legais brasileiras sobre identidades de gênero e sexualidade, como temas transversais (BRASIL, 1997). Ainda problematizo a caça à palavra “gênero” por Assembleias Legislativas, nos planos educacionais, e ao final teço considerações acerca do que é preciso saber a respeito de ideologia de gênero para que docentes possam lidar com esse “conceito” com mais discernimentos.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Plano Educacional; Identidade de gênero; Sexualidade; Antifeminismo.

Abstract

In academic and scientific activities that discuss the relationship between language, gender, sex and sexuality, especially in Queer Linguistics, I want to dwell and reflect on the notion of "gender ideology" as an important aspect in teacher training. Considering this idea, I justify the need for its study, I quote the context of the discussion in Alagoas, and I present it from Jorge Scala's (2014) ideas, considered by me as a misunderstanding (or fantasy) on feminist studies, becoming anti-feminist. In contrast, I mention Brazilian legal educational guidelines on gender and sexuality identities, as cross-cutting themes (BRAZIL, 1997). I still question the hunt for the word "gender", by Legislative Assemblies, in some educational plans, and at the end I realize considerations about what we need to know about "gender ideology" so that teachers can handle this "concept" with more insights.

Keywords: Gender ideology; Educational plan; Gender identity; Sexuality; Anti-feminism.

Introdução - Justificando a discussão

Certa vez, numa conversa em um almoço no restaurante “Como Antigamente”, em Delmiro Gouveia, Alagoas, cidade em que está situado o Campus do Sertão, UFAL, no qual sou professor no Curso de Letras (Português), um colega professor de outro curso “estranhou” um pouco, em sentido mesmo de curiosidade e não de afastamento, as referências das quais me utilizava quando discutia sobre meu trabalho na formação de docentes na(s) Letra(s). Tal fato se deu porque certamente não se cogite que nos estudos em língua(gem) possamos discutir, por exemplo, a influência cartesiana do sociólogo Èmile Durkheim ao linguista Ferdinand Saussure, a partir do conceito de “fato social”, ou as ideias de Boaventura Sousa Santos, quando argumenta a favor de uma “epistemologia do Sul”, pois esses saberes não seriam das letras.

Porém, entendo que os fenômenos linguísticos são também fenômenos sociais, culturais, políticos, históricos e ideológicos e que, assim, precisam ser encarados como *objetos complexos*, tal como propõe Signorini (1998), precisando, portanto, serem tratados através de uma ecologia de saberes (MORIN, 2003; SANTOS, 2014), em uma perspectiva indisciplinar/transdisciplinar (MOITA LOPES, 2006; 2013; RONCA, 2001; MORIN, 2003; SIGNORINI, 1998), no sentido de construir saberes linguísticos atrelados aos problemas emergentes, paradigma no qual quem pesquisa é objetivo/sistemático, mas sabendo bem de que lado está, visando, assim, a tessitura de saberes alternativos.

Ou seja, no ensino e nas aprendizagens das letras, assumo-me, como linguista, um cientista social e humano, posicionamento para o qual encontro respaldos nas proposições e saberes da Linguística Aplicada mestiça, saindo, desse modo, do campo da língua(gem) propriamente dita, conforme esclarece Moita Lopes (2006), agenciando diversos saberes, a partir dos quais possa criar inteligibilidades sobre as práticas sociais em suas relações com as práticas discursivas, num paradigma epistemológico “da desordem” (MORIN, 2003), de base interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008).

Nesse processo e posicionamento de concubinagens de saberes, é possível uma Linguística *Queer*, área que questiona justamente a língua(gem) e a captura de seu referente, apresentando a noção de performatividade, como posicionamento crítico em relação à língua(gem) e sua falha, *queerizando*, assim, os estudos em linguagem, dando foco à relação linguagem, significado, sujeito e identidade de gênero e sexualidade, no contexto cultural de uma ditadura heteronormativa, abordagem que venho realizando, a exemplo de “Linguística *Queer* – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante” (SANTOS FILHO, 2015a), “Preâmbulo para uma Linguística *Queer* –

gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguístico-discursivos” (2015b) e “Da emergência da Linguística *Queer*” (SANTOS FILHO, 2015c), escritos recentes.

Por essa compreensão, afirmo que

Acerca de uma Linguística *Queer*, entendemos que essa situa-se em ligação com o ato performativo *queer*, seja dos movimentos sociais e ou dos estudos *queer*, em sentido de subversão, em sentido de problematização das normas de inteligibilidade na cultura heteronormativa. Tal área de conhecimento se estrutura a partir da noção de performatividade, enfrentando a estreiteza dos estudos antes realizados acerca da relação língua(gem), gênero e sexualidade, passando, agora, a problematizar essa tessitura tríade. Com isso, visa compreender a estrutura do ato performativo e de que modo a autoridade moral vinculante se realiza nos enunciados, sendo o estranhamento o processo de leitura viável, através da análise enunciativo-discursivo. A esse respeito, cabe pensar nas especificidades de um ato performativo insurgente, de modo a compreender a linha tênue entre os sentidos estabilizados na cultura e a recontextualização desses de modo subversivo. A Linguística *Queer*, nessas bases conceituais, ao assumir a noção de performatividade, assume do mesmo modo a noção de construção, mas se afasta do construcionismo linguístico-social, em seu caráter de “monismo linguístico”, pois entende que a língua(gem) não determina seu objeto de discurso. Afasta-se, assim, da performatividade em seu caráter divino, distanciando-se, também, da **noção de ideologia de gênero**, que vê a variação e a mudança linguísticas como “desconstrução” da realidade, visto que essa ideia assume que há usos linguístico-discursivos naturais, verdadeiros; que há uma realidade verdadeira. Nesse arcabouço, acreditamos fornecer um lugar na linguística para a teoria *queer* e ao mesmo tempo olhar para os fundamentos linguísticos desses estudos, assumindo uma postura subversiva nos estudos linguístico-discursivos, possibilitando uma *queerização* desses. Essa linguística indecente nos possibilita, nos parâmetros aqui discutidos, refletir sobre a performatividade de gênero, sexualidade e desejo (performatividades identitárias de modo geral), refletindo, da mesma maneira, a performatividade desses como ato político [grifo meu] (SANTOS FILHO, 2015c, p. 32-33).

Nessa área, então, interessa-me a reflexão sobre performatividade de gêneros e sexualidades. Por isso, alguns trabalhos acadêmicos já foram realizados nessas bandas sertanejas, na UFAL, Campus do Sertão, tais como a i) palestra “O cordel na invenção do homem nordestino/sertanejo”, ministrada em 2013, no evento *Recita Sertão*, e, em 2014, a ii) participação no debate “Dia de Visibilidade Trans”, organizado pelo “Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação” (NUDES), com a fala “‘Sou mulher, sou macho, sou tudo!’ – Narrativas cinematográficas de tensões identitárias em ‘Kátia’”, a iii) coordenação, como debatedor, da palestra “Direitos Humanos: sexualidade e relações homoafetivas”, proferida pelo professor mestre Jairo José Campos da Costa, no “I Seminário Nacional da Diversidade Étnica, Sexual e de Gênero – Direitos humanos: dilemas e avanços no cenário nacional”, promovido pelo “Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação” (NUDES), e a iv) oferta do minicurso “Ensino/aprendizagem de língua portuguesa: letramentos em direitos humanos (uma cena morfológica; questões de gênero e sexualidade)”, no “I ELIS – Estudos em Linguagem do sertão”, organizado pelo Curso de Letras.

Ainda no Campus do Sertão, instituí, com o apoio do Colegiado do Curso de Letras, a disciplina eletiva “Linguística *Queer*”, já ofertada em 2014.01 e 2015.01. Nessa linha de estudos, algumas pesquisas iniciais foram orientadas, tais como “Maria Bonita na Literatura: um olhar bakhtiniano” e “No cordel, a performatização da(s) mulher(es) – um estudo em Linguística *Queer*”, ambos de Luana Rafaela dos Santos de Souza, graduanda de Letras e pesquisadora iniciante no “Grupo de Estudos em Linguística Aplicada em Questões do Sertão Alagoano” (GELASAL), “O item lexical ‘menines’: um mix de gênero e de sexualidade”, de Maria Izânjila da Silva, graduanda de Letras, estudo decorrente das aulas da disciplina “Morfologia”, “Tecendo gênero na infância por meio da linguagem: uma análise de embalagens do biscoito *Treloso* – um estudo em Linguística *Queer*”, de Camila Faustina Santos Pereira Ramos, graduanda de Letras, e “Linguística *Queer*: reflexões sobre identidade, gênero e sexualidade na vida e na escola”, de Cícera Damiana Correia da Silva e Heloísa Silva Ferreira, graduandas de Letras, reflexões decorrentes dos estudos na disciplina eletiva “Linguística *Queer*”. Nesse último estudo, essas pesquisadoras iniciantes afirmam que

(...) as escolas e professores parecem ainda estar atrelados ao senso comum dominante. Sendo assim, é perceptível a necessidade de reflexões acerca dessas questões na formação docente, de modo a **pensar a respeito do ensino de língua portuguesa e questões identitárias** (SILVA e FERREIRA, 2014).

É, portanto, visando pensar sobre língua(gem) e questões de gênero e sexualidades que me lancei em 2015 a atividades como ministrar a videoconferência “O que é Linguística *Queer*?”, para alunos de um curso de Letras da UFPE, ministrar a disciplina “Introdução à Linguística *Queer*”, para o Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Estadual de Maringá, e participar da Banca de Qualificação da dissertação “Campanhas virtuais em prol dos direitos humanos: os aspectos discursivos dos 'retratos de ativismos””, de Daniel Carvalho Cisneiros Silva, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, na UFPE, dentre outras.

Considerando essa atuação acadêmico-científica é que se justifica aqui um ensaio reflexivo sobre “ideologia de gênero”, no sentido de problematizar essa noção e, quem sabe, possibilitar, em tempos de intolerâncias, reflexões oportunas sobre uma questão pouco discutida, quando do *boom* de seu aparecimento no cenário nacional, em 2014 e em 2015, nas discussões a respeito da inserção ou não, pelo Legislativo, dos estudos de gênero e sexualidade nos planos educacionais para a educação básica brasileira. Destaco, entretanto, que esta discussão está interessada na ideia de “ideologia de gênero”, sem necessariamente estabelecer relações com os estudos em linguagem, mas, ao contrário, fomentar o debate, principalmente entre educadores e educadoras, tendo sido proposta em junho de 2015 e disponibilizada na Internet, em textos e em uma série de vídeos intitulada “Ideologia de Gênero”, disponível no canal “Conversas Questões de Linguagem”, em < <http://zip.net/bbspps> >, sendo o último acesso em 18 de novembro de 2015.

Ideologia de gênero – contexto de discussão (em Alagoas)

Devido ao prazo que se encerrava, proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para a aprovação dos planos de educação estaduais e municipais, o Estado de Alagoas viveu nos meses de junho, julho e agosto de 2015, mais especificamente, o que pode ser chamado de celeuma, aqui entendida como “gritaria”, “tumulto”, a respeito do que foi denominado de “ideologia de gênero”, expressão que conhecemos primeiramente em “La Ideología de Género”, de Scala (2014), livro publicado na Espanha, que já está em sua quarta edição. Sobre essa “gritaria”, estiveram nessa cena professores e professoras, pais e mães de alunxs, advogadx, gestores e gestoras educacionais, legisladores e legisladoras, médicxs e estudantes. Mas não só! Estiveram também cristãos em seus cargos de líderes, ou apenas os fiéis. Mas, por que gritavam? Talvez nem soubessem. Entretanto se esgoelavam a gritar,

dizendo (e ainda dizem) que não queriam “ideologia de gênero” nos planos educacionais, a partir de falas como “educação com **ideologia de gênero é opressão**”. Assim, a confusão se instaurou em torno da noção de **ideologia de gênero**. Mas o que essa expressão significa e por que há essa rejeição? A questão não tem explicação tão direta, porém pode ser discutida sem grandes alvoroços.

A seguir, abordo os significados dessa noção, destacando rapidamente como os estudos de identidade aparecem em discurso legal educacional, falo sobre a celeuma da “ideologia de gênero” com base nas notícias em Alagoas, apresentando como funciona a ira e a caça à palavra gênero no veto a tal ideologia pelo legislativo e, por fim, teço considerações sobre a “ideologia de gênero”, no sentido de sabermos o que aprendemos com ela e como devemos agir frente a essa.

“Ideologia de gênero” – compreensão equivocada (ou fantasiosa) sobre os estudos feministas

Para melhor compreensão dessa noção, faz-se importante sabermos que, a partir da ótica de Scala (2014), os movimentos feministas (de rua e acadêmico), tendo visado “igualdade” entre homens e mulheres, primeiro no âmbito público, no sentido de a mulher poder votar e ser eleita, e depois no âmbito da esfera civil, podendo essa ter direitos à aquisição e a administração de bens, construíram uma ideia de opressão vivida pela mulher. Para Scala (2014), tal opressão seria falsa, ou seja, a mulher não teria sofrido historicamente nenhuma submissão. Para ele, a mulher teria entrado em crise identitária com o surgimento da pílula anticoncepcional, na década de 1960, e teria aceitado tornar-se objeto de prazer, seguindo, portanto, um caminho equivocado, já que a relação sexual não seria mais para a procriação. Desse contexto de ações feministas, as mulheres teriam passado a reivindicar também uma igualdade sexual. Assim, as reivindicações e os estudos feministas estariam gerando uma nova antropologia, ou melhor, uma pseudo-antropologia, ou melhor ainda, uma **ideologia feminista**, negativa a seu ver.

Na argumentação de Scala (2014), essa ideologia feminista ampliou-se com o conceito de “gênero”, como categoria histórica e analítica. Ou seja, a noção de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, da filósofa feminista Simone de Beauvoir ([1949] 1972), isto é, a ideia de que a mulher (e também o homem) é construída socioculturalmente desconsideraria a dimensão biológica do que é ser homem e ser mulher e, assim, sustentaria que o sexo dos

sujeitos não estaria na essência do corpo, da biologia, morfologia e fisiologia. Segundo afirma, na perspectiva feminista, a construção da mulher (e do homem) seria, então, autônoma. Assim, da maneira que Scala (2014) está compreendendo, a condição de cada um, de ser mulher ou ser homem, seria construída individualmente (seria uma escolha) ou, por outro, seria uma imposição. Nesse gesto performativo acerca das ideias de Simone de Beauvoir ([1949] 1972) e depois das de Judith Butler ([1990] 2003), por exemplo, teóricas feministas, Scala (2014) distancia-se dos conceitos ali propostos, pois, diferentemente da leitura que ele realiza, para o feminismo e os estudos de gênero, ao se falar que a mulher (e o homem) é construída historicamente, está se afirmando que o modo de ser mulher assumido é aquele cujo significado está convencionado numa determinada sociedade em determinado momento da história, a partir das expectativas que se tem sobre ser mulher (ou ser homem) naquela sociedade.

Por exemplo, em “Gabriela cravo e canela”, romance de Jorge Amado, a jovem Malvina queria estudar, queria mudar de cidade, de Ilhéus para Salvador, para se tornar doutora, mas Melk, seu pai, não a permitiu, pois, naquela cultura, nos anos de 1920, os significados sociais sobre o que era uma mulher eram outros, diferentes dos nossos: o que era adequado para Malvina se pautava na ideia de uma mulher submissa ao homem, pai ou irmão, não podendo essa decidir por si, sobre sua vida. Sobre essa questão, se dermos um salto para o início de nosso século, em 2015, a cultura é outra, ou seja, os significados do que é ser mulher são outros. Por isso, podemos ler numa capa de revista, como a “atrevida”, revista para jovens, uma manchete com o título “Chegou a hora? Um manual completo para ajudá-la a decidir se está pronta para ter sua primeira vez”. A pergunta e o manual destinados à jovem mulher sobre sua primeira relação sexual ainda na adolescência só são possíveis no periódico porque o tempo é outro. Todavia, não é assim que Scala (2014) entendeu o conceito de gênero, a ideia de que ser homem e ser mulher é uma construção sociocultural.

De modo diferente, para Scala (2014), o conceito de “gênero” estaria substituindo o de “sexo”, gerando o princípio da negação da natureza humana, apagando as diferenças anatômicas e fisiológicas, pois, conforme ele mesmo sustenta, “mulheres e homens são distintos biologicamente – isto é tão claro como o fato de que a água em estado líquido sempre molha” (SCALA, 2014, p. 43-44). Ou, para Scala (2014), o importante é a diferença biológica. Logo, aos olhos dele seria uma compreensão equivocada pensarmos que a mulher é construída socialmente.

Conforme afirma, a noção de gênero geraria uma autonomia absoluta da mulher, de modo a competir e tomar o poder político do homem, gerando como consequência um novo mundo, no qual se passaria de uma perspectiva androcêntrica e patriarcal para uma cultura feminista. Esse era/é o “medo” de Scala (2014). Esse é o medo que é espalhado com a proposição da noção de “ideologia de gênero”. Nessas considerações de quais sentidos são válidos para o que é ser homem e o que é ser mulher, ato performativo pautado, a meu ver, em ideias distorcidas, para Scala (2014), a partir do conceito de gênero, a sexualidade definida desapareceria e passaria a ser polimorfa e ambígua, isto é, não teríamos mais heterossexualidade e homossexualidade. Ao contrário de pensar que esse novo mundo seria de convivência com as diferenças, ele acredita que seria a libertação das mulheres. Dessa maneira, estando esse conceito de gênero imbricado no discurso social, político e legal contemporâneo, necessita, a seu ver, por tudo isso, ser evitado. Assim, Scala (2014) sustenta que essa é uma **ideologia feminista**; é uma **“ideologia de gênero”**.

Partindo do que foi apresentado, Scala (2014) faz uma leitura que se distancia dos sentidos propostos pelos movimentos e estudos feministas (e *queer*), uma leitura, em minha compreensão, “equivocada” do conceito de gênero e, por isso, argumenta que tais movimentos e estudos sustentariam e estariam sustentados por uma “ideologia de gênero”, antecipando-se a uma possível mudança radical em nossa sociedade, proibindo-a. Seria uma compreensão/postura antifeminista? Por isso, a palavra “gênero” deve ser abolida dos planos educacionais? Por sua noção, diríamos que Jesuíno, em “Gabriela cravo e canela”, matou Sinhazinha, que o estava traindo, porque isso é coisa de homem, e que essa maneira de agir está em sua biologia, em sua essência de homem? Será que podemos dizer, em uma aula de biologia sobre o sistema endócrino, por exemplo, que se um homem deseja uma mulher basta, ao conversar com ela, dar toques leves em sua pele, pois o organismo dela liberará o hormônio ocitocina, que produzirá um bem-estar com tais toques, e que, assim, ela vai se apaixonar por ele? Será mesmo que a mulher é apenas constituída de dados morfológicos e fisiológicos? Na compreensão de Scala (2014) possivelmente sim!

Mas será que todos e todas que estão gritando “não à ideologia de gênero” sabem mesmo os fundamentos dessa noção? O que é, então, “ideologia de gênero” para as gritarias que têm acontecido em nosso país? E em Alagoas? Antes de responder, é preciso entender, brevemente, como os estudos feministas aparecem no discurso educacional legal brasileiro.

Orientações educacionais legais brasileiras – estudos de gêneros e sexualidades (não ideologia de gênero)

Nas orientações educacionais legais brasileiras não há essa noção de “ideologia de gênero”. Nessas orientações, aparecem noções de **identidades de gênero** e de **sexualidade**, como temas transversais, tais como apontam os objetivos gerais de orientação sexual para o ensino fundamental, nos PCN – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, de

- i) respeitar a diversidade de crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano e
- ii) reconhecer como determinações culturais as características socialmente construídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas (BRASIL, 1997, p. 133).

Nesses, a ideia é que na educação escolar o professor ou a professora possa, por exemplo, numa aula de morfologia, explicar aos seus alunos que a palavra “todos” é um pronome indefinido, que significa “cada um”, “toda a gente”, mas que, devido aos sentidos de nossa atual sociedade, em que mulheres e homens conquistaram diversos direitos sociais e civis, passamos a dizer em cumprimento aos homens e às mulheres “Bom dia a todos e a todas!”, pois, nesse contexto, entendemos que se faz importante especificar o cumprimento aos homens e às mulheres, para que não sejamos interpretados como não considerando as mulheres que estão naquele recinto. Porém, não só! Para que possamos de fato não apagar as mulheres que estão naquele ambiente, dando-lhes, assim, visibilidade e reconhecimento com tal comportamento linguístico. Ou seja, a classe de aula entenderia que a palavra “todos” foi durante muito tempo pensada como não marcando em sua estrutura linguística gênero masculino, mas que nos últimos anos a interpretação social é que essa palavra marca sim gênero (o masculino), sendo necessário, portanto, o uso dos morfemas gramaticais “-o” e “-a”, estabelecendo, assim, distinção de gênero.

Do mesmo modo, seguindo a perspectiva de identidades de gêneros e sexuais, poderíamos nos questionar com os alunos a partir de uma questão de livro didático, quem usa a palavra “emocionado/emocionada”, se homem ou se mulher. A reflexão poderia nos permitir discutir com os alunos e alunas que é possível que algumas pessoas acreditem que o vocábulo “emocionado”, mesmo com a marcação no masculino, não seja uma palavra usada por homens, pois eles não seriam emotivos, e sim de uso exclusivo das mulheres. Também permitiria fazer entender que podem existir homens que usam a

palavra “emocionado” pois essa não é de uso exclusivo nem de homens nem de mulheres. Poderíamos também questionar se os alunos e alunas conhecem rapazes que usam palavras com marcação no feminino para se referir a si, a exemplo de “Estou emocionada!”, e por que fazem isso, levando a turma a chegar à ideia de que existem homens, gays, que se comportam com modos femininos, e questionando se isso seria um problema para a convivência com esse modo de ser homem. Poderíamos do mesmo modo questionar nessa mesma atividade se todos os homens gays são efeminados, isto é, se apresentam modos de ser considerados femininos. A discussão não se pautaria por preconceito ou discriminação aos diversos modos de homem e homossexual.

Esse é um exemplo de, nas aulas, quando for necessário e o momento e a questão solicitarem, pautar um tema transversal de questão identitária, possibilitando reflexões sobre modos de ser homem e modos de ser mulher existentes em nossa sociedade. Essa postura é bem diferente das ideias apresentadas por Scala (2014). Será mesmo que pontuar questões como essas na educação sistematizada seria uma opressão à formação de crianças e jovens? Será que tal posicionamento educativo não seria uma forma de educar para a convivência com o outro, o “diferente”, reconhecendo-o e respeitando-o?

A celeuma da “ideologia de gênero”

De modo oposto ao que acabamos de compreender sobre a perspectiva proposta para os estudos de identidade de gênero e sexualidade, foi possível, a partir de diversas notícias e reportagens, publicadas em Alagoas entre julho e agosto de 2015, interpretar que, ao se referir à **ideologia de gênero**, diversos atores sociais filiaram-se ao pensamento apresentado em Scala (2014), mesmo o desconhecendo, entendendo, assim, que *ideologia de gênero* é **uma perspectiva/maneira de ensinar** que

- i) ensina que o sexo biológico dado pela natureza não tem valor algum,
- ii) orienta que ninguém nasce homem ou mulher, impondo aos alunos que eles construam a própria identidade de gênero ao longo da vida, escolhendo ser homem ou mulher, ou mesmo ser de gênero neutro, agênero,
- iii) ensina como os alunos e alunas devem transar,
- iv) punirá os pais, a partir do Estado, acaso esses tratem as crianças como menino ou menina, sendo, assim, opressiva,

- v) afrontará o matrimônio, união que é natural e divina,
- vi) destruirá a família,
- vii) provocando confusão, sendo, portanto, erro mental humano.

Será mesmo que possíveis discussões em sala de aulas, como as comentadas anteriormente, produzirão as questões listadas? Para os diversos atores que aparecem na cena da gritaria certamente sim, pois ideologia de gênero para eles é uma maneira de ensinar que impõe uma agenda de gênero, configurando-se como uma “colonização ideológica”. Todavia, essa é uma postura que nega os estudos de gênero e de sexualidade.

Seguindo essa compreensão antifeminista, acreditam que pautado na ideologia de gênero o ensino se dará a partir de cartilhas que mostram ilustrações de relações sexuais entre homens e mulheres, mulheres com mulheres e homens com homens, ensinando “coisas gostosas para se fazer acompanhados” e detalhando a masturbação, por exemplo. Nesse raciocínio (fantasioso?), fundado numa rejeição à compreensão dos estudos feministas sobre o conceito de gênero (e sexualidade), cheio de falácias, ideologia de gênero seria uma perspectiva de ensino que negaria qualquer poder da autoridade dos pais sobre a educação de seus filhos. Será que ao se falar sobre ideologia de gênero os gritadores têm a noção de que estão falando sobre os estudos de identidades de gênero e sexual, tal como minimamente foram comentados nessa reflexão?

Entendendo de modo equivocado e aparentemente sem qualquer preocupação de conhecer melhor o que são os estudos de gênero e de sexualidade, muitos legisladores demonstraram preocupação, referindo-se a tal “ideologia de gênero” como sendo ensino sobre “educação sexual e homossexualismo”, que levaria os alunos e alunas a aceitar com naturalidade a homossexualidade, isso porque esses atores da cena política imaginam que o que estão chamando de ideologia de gênero fomentaria um estilo de vida que incentiva todas as formas de experimentação sexual desde a mais tenra idade, sendo, portanto, uma prática de ensino considerada inadequada, pois, para esses, se ela se efetivar delapidará os costumes familiares, atrofiando as famílias. Por essa via de compreensão, os legisladores acreditam que têm que comprovar compromisso com a democracia e com os valores éticos, impondo veto à “ideologia de gênero”. Muitos internautas que comentaram a respeito seguem a mesma incompreensão. É falta de conhecimento (ou declínio desse?), inclusive das bases da noção de “ideologia de gênero” em proposições como a de Scala (2014).

Alguns chegam até a acreditar que “ideologia de gênero” será uma disciplina a ser implantada no currículo escolar. Outros legisladores estão interessados em saber “como”, de que forma, a “ideologia de gênero” se desenvolveria na prática. Esses últimos estão no caminho certo, mesmo que não haja ideologia de gênero, já que, como estamos entendendo, essa é uma noção fantasiosa construída a partir da **interpretação equivocada**, a exemplo das ideias de Scala (2014), sobre os movimentos e estudos feministas e do conceito de gênero, filiadas aos seus valores morais e religiosos, que é depois repetida, em filiação, do mesmo modo, à postura religiosa, na maioria dos casos. Diria que ao serem gritadas, frases como “a educação com ideologia de gênero é opressão” e “menino nasce menino e menina nasce menina”, constituem-se como a **repetição do equívoco**. Sustentaria que a maioria dos repetidores “ouviram o galo cantar mais não sabem onde”, como costumamos dizer aqui no Sertão.

A ira e a caça à palavra “gênero”

Nas ideias dos gritadores expostas anteriormente, o que tem sido chamado de “ideologia de gênero” (e o ensino nessa pautado) deve ser banido, derrubado, pois é um risco, é o apocalipse, já que seria uma distorção antropológica grave que não é útil ao combate à discriminação (de gênero e sexualidade, ou apenas de raça/etnia?), mas, de modo oposto, seria útil na desconstrução da família. Nesse sentido, é lançada a **ira** sobre a palavra “gênero”, de modo que essa tem que desaparecer dos planos educacionais, municipal ou estadual, por seu caráter ideológico. É, assim, considerada uma terminologia temerosa! Dessa maneira, na prática, deve ser feita a retirada de signos linguísticos considerados típicos da ideologia de gênero, tais como “identidade de gênero”, “orientação sexual”, “diversidade sexual”, “identidade sexual”, “opção sexual” e todos os outros que façam alusão a esses, pois, seriam usados, nessa trama, como se fossem apenas uma linguagem inclusiva, quando estariam, na verdade, a serviço da “ideologia de gênero”, argumentam. Estamos em um filme de Sherlock Holmes, no qual estamos procurando a “prova do crime”, ou estamos mesmo de volta ao passado, na Idade Média, fazendo uma “caça às bruxas”?

Como se efetivaria essa **ira** à palavra “gênero” na prática dos “inquisidores”, os legisladores? Se tomarmos como exemplo o caso de São Paulo, que vetou a “ideologia de gênero”, ou melhor, acredita ter vetado os estudos de gênero e sexualidade, haveria exclusões de termos e expressões considerados alusivos à tal ideologia. Vejamos como era a meta 3.20 e como essa ficou, no Plano Municipal de Educação de São Paulo:

Meta 3.20 – como era

Promover ações contínuas de formação da comunidade escolar sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero e Lei Maria da Penha, através da Secretaria Municipal de Educação e em parceria com Instituições de Ensino Superior e Universidades, preferencialmente públicas, e desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, além de cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, visando superar preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar.

Meta 3.20 – como ficou

Promover ações de formação da comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, através da Secretaria Municipal de Educação.

O que foi feito, de fato? Ao observamos a mudança no texto do PME paulista, percebemos que foram retiradas as palavras/expressões “sexualidade”, “diversidade”, “relações de gênero” – as palavras porque fariam alusão a gênero e a expressão porque explicitamente menciona gênero. Foi retirado também todo o trecho em que se fala sobre a formação de professores, proposta que visava “superar preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar”, possivelmente por compreenderem que nessa parte textual haveria menção à suposta “ideologia de gênero”, a partir dos vocábulos/expressões “preconceitos”, “discriminação” e “violência sexista, homofóbica e transfóbica”. Questiono: com tais supressões, ou apagamentos, houve mesmo “extermínio” dos estudos de identidade de gênero e sexualidade, em suas diversas nuances? Não! Porquê? Poderíamos argumentar que a compreensão que atualmente se tem sobre gênero e sexualidade não será apagada ou revertida dos nossos saberes, sendo esse conhecimento um caminho sem volta. Mas, apenas dizer isso parece abstrato demais. Assim, sendo mais prático e palpável, devemos entender que ao manter “formação da comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha” o plano educacional continua mantendo em suas bases/metaspas os estudos identitários de gênero e de sexualidade.

Se uma escola “X” resolve, então, desenvolver um projeto de estudos acerca da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, quais seriam os saberes que estariam na pauta da discussão? Certamente os conhecimentos seriam com base nos modos de ser homem e de ser mulher historicamente forjados nas diversas culturas e, a partir do caso de Maria da Penha, fomentar-se-iam

discussões sobre a violência contra as mulheres, violências físicas e simbólicas, e como o Estado intervém na nossa cultura machista, criminalizando a opressão sofrida pelas mulheres, por parte de seus companheiros. A base é o estudo de gênero. Aventemos também que tal instituição escolar decida que vai se utilizar de cartazes sobre essa Lei, tal como o de uma oficina sobre violência contra a mulher, ofertada pela prefeitura de Fortaleza (CE), em 2012, na sequência:

Figura 01: Cartaz de uma oficina sobre violência contra a mulher.



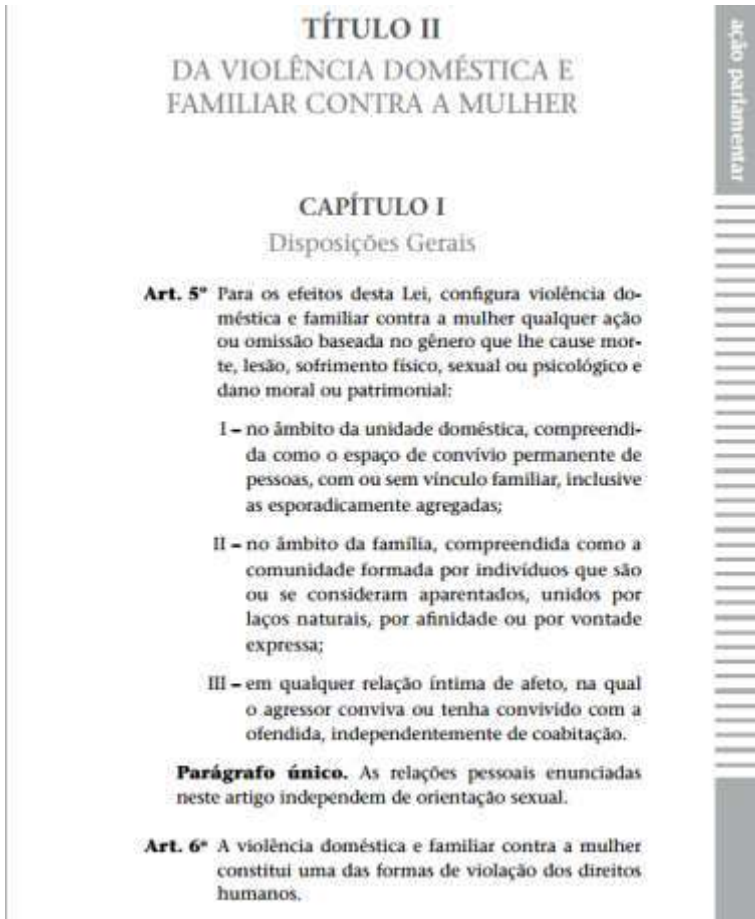
Fonte: Disponível em < <http://zip.net/bbspqS> >.

Ao realizarmos uma leitura rápida do cartaz, logo podemos perceber que o argumento principal apresentado está sustentando no conceito de gênero, isto é, na ideia de que os modos de ser homem e de ser mulher não são naturais, advindos da biologia, mas sim modos de ser historicamente construídos, noção que levaria, portanto, os alunos e alunas ao entendimento de que “violência contra a mulher: isso não é natural”. Assim, faz-se importante saber que os estudos feministas não estão apenas na palavra gênero, mas arraigados em nossos saberes, em nossa cognição; já fazem parte do conhecimento enciclopédico disponibilizado socialmente e base de nossos conhecimentos prévios, ajudando-nos a lidar com os diversos modos de ser, homem ou mulher. A leitura do cartaz na escola seria um crime?

Considerando que alguns imaginem que com as estratégias possíveis, apresentadas anteriormente, a escola estivesse burlando as metas do PME e,

de maneira oportunista, tentando reinserir os estudos de gênero e de sexualidade na educação sistematiza, podemos, então, ir diretamente ao texto da referida Lei:

Figura 02: Recorte da Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 2006, p. 13.



Fonte: Brasil (2010).

Nessa Lei 11.340, de 2006, no Título II, “Da violência doméstica e familiar contra a mulher”, Capítulo I, “Disposições gerais”, no artigo 5º, violência contra a mulher está codificada como “qualquer ação ou omissão [contra a mulher] baseada no **gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento

físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” [inserção e grifo meus]. Ainda no parágrafo único desse artigo, o Estado codificou que “as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de **orientação sexual**” [grifo nosso]. Com essa redação, as noções de gênero e de sexualidade tornam-se bases legais na discussão e orientação sobre a violência contra a mulher e sua criminalização. Dessa forma, no próprio texto frio da Lei, os estudos feministas são suporte. Poderíamos, e a escola pode fazer isso, avançar ainda mais, tendo como base o texto legal, ampliando a discussão acerca da expressão “orientação sexual”: os alunos e alunas, nos estudos sobre essa Lei, poderiam se questionar se uma mulher trans- poderia se beneficiar da “Maria da Penha”. Que resposta seria possível? A turma poderia ler/assistir e discutir, por exemplo, a reportagem mostrada no recorte na sequência:

Figura 03: Reportagem sobre o amparo recebido pela Lei Maria da Penha por uma transexual.

31/03/2015 10h31 - Atualizado em 31/03/2015 11h54

Transexual é beneficiada pela Lei Maria da Penha em MT: 'Ele me batia'

Vítima era agredida constantemente pelo então companheiro, em Cuiabá. Essa é a primeira vez que a Justiça beneficia transexual com essa lei em MT.

Do G1 MT



"No primeiro mês que eu comecei a morar com ele, ele começou a me agredir. Me dava pancadas,

Vítima relatou ter sofrido violência doméstica por três anos (Foto: Reprodução/ TVCA)

Uma transexual que pediu para não ter o nome divulgado foi beneficiada pela Lei Maria da Penha após sofrer agressões do ex-companheiro, em Cuiabá. Recentemente, ela conseguiu na Justiça uma medida protetiva para evitar que o agressor, com quem se relacionou por três anos, se aproxime dela. Essa é a primeira vez que uma transexual é amparada por essa lei no estado. No Brasil, outro caso foi registrado em Minas Gerais.

A vítima relatou que, desde o início, o relacionamento foi conturbado. No primeiro

Fonte: G1 Mato Grosso, 2015. Disponível em < <http://zip.net/bvspXr> >.

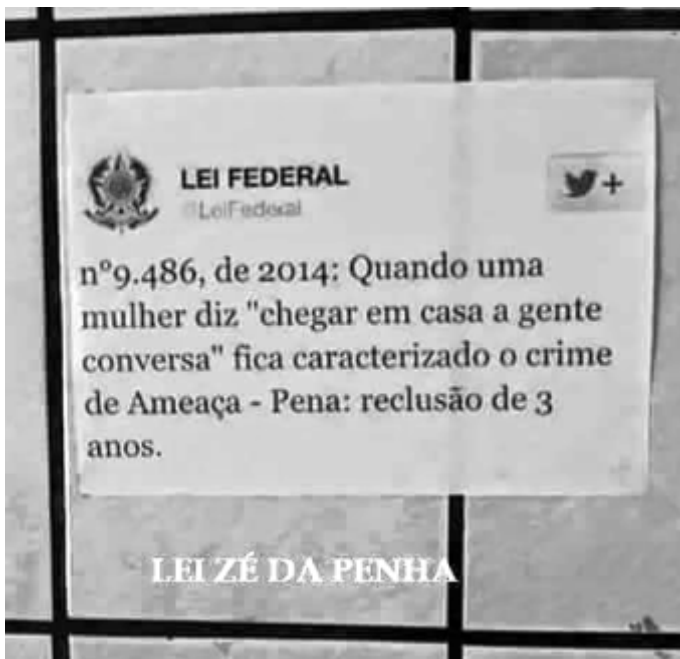
Na reportagem do G1 MT, de 31 de março de 2015, portanto bem recente, uma mulher transexual que sofria agressões físicas e humilhações por parte do companheiro recebeu medida protetiva para que ele não se

aproximasse mais dela. Essa decisão está baseada na Lei Maria da Penha, e foi considerada cabível pela justiça, já que a violência sofrida pela transexual foi compreendida como violência contra a mulher. Desse modo, essa decisão pode servir de modelo para outros casos, tornando-se vinculante. A partir desse caso judicial, a escola e os alunos passariam a entender a importância do reconhecimento da identidade de gênero pelo Estado, de modo a amparar os direitos humanos, posicionando-se contra a violação de direitos, independente da orientação sexual e de gênero. Com tal leitura e debate, a turma conseguiria responder ao questionamento, entendendo também, de acordo com o artigo 5º, que entidade familiar pode ser/é “qualquer relação íntima de afeto”, explicação que configura no texto legal o reconhecimento da união homoafetiva, visto que, como confirma a defensora pública Rosana Leite Antunes, na reportagem citada, a Lei Maria da Penha “foi a primeira Lei do Brasil a reconhecer as uniões homoafetivas”. Leia a matéria “Lei Maria da Penha vale para a relação homoafetiva” em < <http://www.conjur.com.br/2011-abr-20/lei-maria-penha-aplicada-acao-envolvendo-casal-homossexual> >.

Partindo desse entendimento, houve exclusão dos estudos de identidade sexual e de gênero na meta 3.20 do PME paulista? Não, mas não apenas nessa meta, pois tais estudos se mantem nesse plano de modo geral, visto que ao se falar de “todas as formas de discriminação”, apenas para citar mais um aspecto, na proposta de fortalecer as redes de proteção de direitos previstos pela legislação, os estudos de gênero e de sexualidade não serão excluídos. O que, ingenuamente, está se fazendo é não mencionar explicitamente tais estudos, estratégia que não tem força nem fundamento que bloqueiem da nossa sociedade os saberes construídos fora da lógica heteronormativa. Logo, muito mais do que proteger a sociedade sobre uma suposta ameaça às famílias, as ações legislativas como as aqui comentadas, e desejadas por muitas pessoas, tentam na verdade impedir que sejamos mais humanos, negando-nos o “direito de aprendizagem” acerca dos direitos humanos.

Ainda avançando um pouco, sobre o estudo possível da Lei Maria Penha na escola, poderia ser levantada a questão se o homem pode ser beneficiado por essa Lei. Para tal reflexão, poderíamos questionar a imagem que circula no *facebook*, proposta no *Twitter*, de modo jocoso, sobre uma suposta “Lei Zé da Penha”. Vejam!

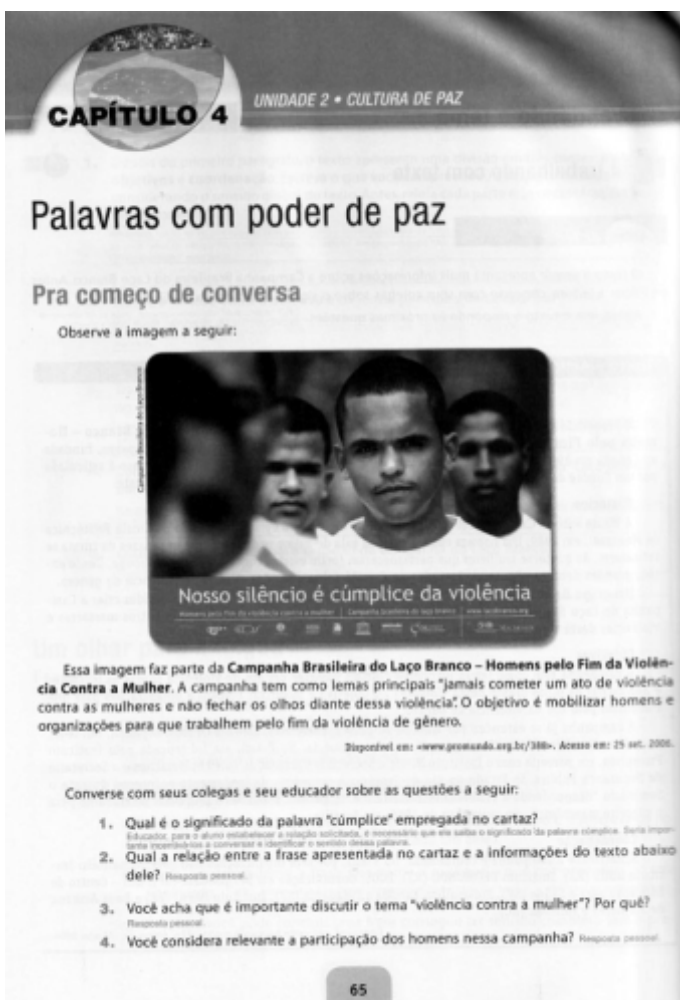
Figura 03: Brincadeira acerca de uma suposta lei “Zé da Penha”.



Fonte: Disponível em < <http://zip.net/brspDC> >.

Mas isso já seria um outro estudo, que poderia ser iniciado a partir do entendimento de que em 2008 um homem recebeu proteção, a partir de uma medida protetiva, com base na Lei Maria da Penha, aplicada por analogia, conforme vimos também na reportagem comentada, do G1 MT. Apenas para mais uma questão dentro das possibilidades de atividades nas escolas, tomando o plano educacional, mesmo com as exclusões de termos e expressões, poderíamos pensar se o recorte abaixo, de um livro didático de Língua Portuguesa, poderia ser trabalhado, já que a discussão proposta perpassa por questões de gênero. Fica a dúvida, mas a resposta é bem óbvia.

Figura 04: Recorte de livro didático de Língua Portuguesa.



Fonte: Silva, Silva e Marchetti (2009, p. 65).

Considerações: “ideologia de gênero” (o que é preciso saber?)

Considerando toda a reflexão aqui realizada e suas propostas, alguns aspectos devem ser melhor compreendidos, para que possamos lidar com a noção de “ideologia de gênero” com mais discernimentos. Inicialmente, é relevante pensarmos que poucos foram aqueles que tinham se preocupado anteriormente com essa “expressão”, apesar de ela já estar em circulação em

nosso país, principalmente em vídeo (aulas e palestras), no *Youtube*! Assim, não é possível dizer que não existe essa noção, pois existe sim, estando a um *click* do *mouse*. Sabendo que ela existe, faz-se importante, então, entendermos seus idealizadores e propagadores, a exemplo de Scala (2014), e seus significados, como, a nosso ver, um ato performativo de recusa aos estudos feministas e de gênero. Porém, por aqueles que a propagam, essa noção não é equivocada, mas, ao contrário, a mais correta. Mas quem tem propagado tal ideologia? Se realizarmos uma consulta rápida e básica no *Google* e no *Youtube*, percebemos que “ideologia de gênero” é uma noção que se filia aos fundamentos religiosos cristãos (ortodoxos), frente à liberdade de costumes morais e sexuais em expansão desde o século XVIII, com a Revolução Francesa. Assim, líderes religiosos, pastores, padres e doutrinadores têm disseminado, com entrevistas, palestras, cursos e aulas a ideologia de gênero nos mesmos parâmetros postulados por Scala (2014). Logo, é possível ouvirmos na internet ideias como a que segue, sobre possíveis implicações da “ideologia de gênero”:

(...) é algo de uma desconstrução da própria pessoa, da identidade da pessoa. A ideologia de gênero seria, justamente, a tentativa de se dizer que há a possibilidade de autoconstrução da sua identidade sexual, livre, libertada da tirania da biologia. Então, heterossexualidade e homossexualidade seriam construções da sociedade que impõe uma identidade à pessoa humana. Então, necessariamente, você deveria retirá-las e isso significaria, na ponta, uma criança sendo ensinada que ela então não nasce com uma determinada identidade. É lógico que nós não somos somente uma composição biológica, mas também não dá para dizer que não a temos. Então, ela tem realmente influência no nosso psicológico, na nossa forma como ser. E, então, **gênero** quer dizer, apesar de parecer uma palavra inofensiva, ela que ir muito além, e quer tirar a palavra “sexo” e colocar “gênero”. Então, não seríamos, mais homens e mulheres, e nem muito menos homossexuais. Seríamos cisgênero e transgênero, uma nova linguagem, de uma nova identidade volátil. Então, a pessoa, ao longo do dia, pode realmente, livremente, em matéria sexual, compor a sua identidade (NERY, 2015).

Essa explicação de Nery (2015) certamente tem base nas/das ideias de Scala (2014), focando, a partir de muitos “erros conceituais” (a propósito de sua posição ideológica), questões de identidade e de sexualidade. Sua conceituação de “ideologia de gênero”, entendimento sobre os estudos feministas e *queer*, está fundada em algumas falácias, quais sejam:

- i) afirma que a identidade é construída livremente,
- ii) partindo do erro anterior, mantém a afirmação de que os estudos de gênero pregariam a retirada da identidade sexual dos sujeitos, para que não sejam nem heterossexuais, nem homossexuais (questiono-me como seria isso!),
- iii) afirma que, assim, os sujeitos passariam a ser cisgêneros e transgêneros, e teriam, portanto, uma identidade sexual volátil, podendo ser configurada a qualquer momento ao longo do dia.

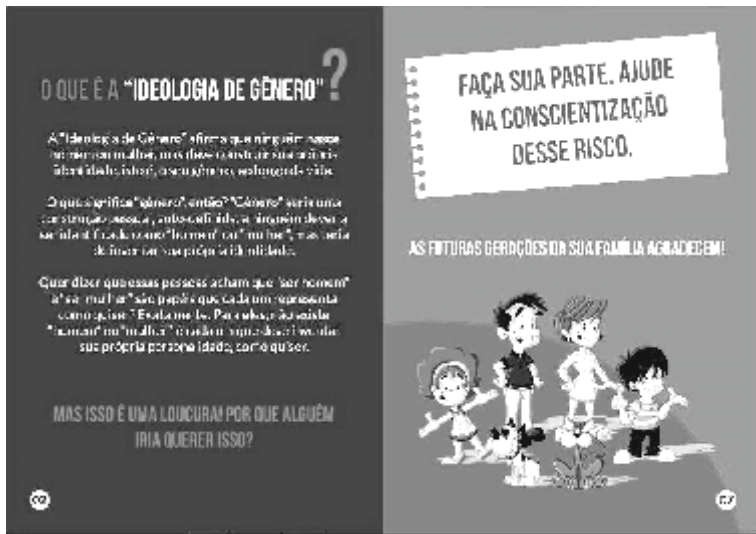
Tais noções são um equívoco de leitura (ou partem de uma desonestidade intelectual?), pois, para Butler (2003), gênero é uma ação performativa, construção, desse modo, sociocultural, tal como comentei sobre Malvina, em “Gabriela cravo e canela”, não uma postura livre. Para essa filósofa, só podemos pensar em gênero imbricando esse conceito às convenções sociais. Entretanto, seguindo um raciocínio antifeminista, os divulgadores aqui no Brasil da “ideologia de gênero” a configuram, porque assim é, como uma noção religiosa, argumentando, por exemplo, que tal “ideologia” “chocaria-se com os ensinamentos bíblicos”; que seria um “choque com a palavra de Deus”. Será que os estudos possíveis sobre a Lei Maria da Penha seriam mesmo uma negação da doutrina cristã, tornando-se uma busca pelo esfacelamento da família heterossexual? A resposta está bem à vista! Não!

Logo, decorrente da divulgação massiva de uma suposta ideologia de gênero implantada nos discursos sociais e legais, criou-se, por parte da população (pautada por outras informações), uma celeuma, uma espécie de terrorismo psicológico, já que as pessoas passaram a acreditar que as escolas agora vão ensinar aos seus filhos a ser gays. Ou seja, **ideologia de gênero** é uma **interpretação equivocada** sobre os estudos de gênero e sexualidade, e a gritaria do povo é uma **repetição do equívoco**, conforme já aponte. Todavia, é importante frisar que essa interpretação acerca de “ideologia de gênero” certamente é originada e se sustenta na compreensão de mundo, de gênero e sexualidade, desses que se posicionam contrários às ideias forjadas pelos estudos feministas, de gênero e *queer*.

E o que aprendemos ou estamos aprendendo com essa celeuma? Aprendemos que os planos educacionais não estão equivocados em suas propostas e metas, pois visam lidar com a alteridade, o “outro”, que em nossa história foi sempre relegado, na tentativa de possibilitar, na formação de nossas crianças e jovens, a compreensão da necessidade do reconhecimento e respeito ao outro, visto que cada ser humano tem direito à uma vida digna.

Aprendemos também que, ao contrário, as ações legislativas deveriam estar direcionadas para cobrar das escolas que elas fortaleçam estudos que perpassem pela discussão de identidade de gênero e de sexualidade, para que no futuro não tenhamos tantos ranços e preconceitos como os que são ainda vistos em nossa sociedade, tal como nos comentários sobre “ideologia de gênero”. Dessa maneira, não faz sentido uma campanha contra os estudos de gênero e sexualidade como esta:

Figura 05: Campanha de conscientização do risco que é a ideologia de gênero



Fonte: Disponível em < <http://zip.net/bwspdJ> >.

Aprendemos ainda que muitas pessoas são manipuláveis, pois basta que alguém diga como devem pensar e agir e elas repetem. Aprendemos também que, considerando a possibilidade de manipulação, muitos políticos se valem disso para, mesmo sem compreender o que é “ideologia de gênero”, tornarem-se opositores apenas para conquistar eleitores ou manter os que já têm (é a chamada politicagem no cenário brasileiro). E o que podemos nós educadores e educadoras fazer frente a essa celeuma é estabelecermos canais de diálogos, para que aqueles que estão próximos possam minimamente “despertar” assumir outra postura, ativa, no combate a essa estratégia falaciosa, que, no fundo, parece ser apenas uma caça aos homossexuais (de novo!), tal como a tentativa de boicote ao filme comercial da Boticário, em 2015, que trouxe à cena televisiva casais homossexuais, na campanha para o

dia dos namorados. Para seguidores de ideias como as de Scala (2014), a propaganda mencionada seria a ideologia de gênero na mídia.

Além disso, devemos dialogar com seriedade com aqueles que propagam essa noção por pura desonestidade intelectual, pois nossas crianças e jovens precisam sim de formação sobre identidade de gênero e sexualidade, para que tenham um desenvolvimento saudável psicossocial (SANTOS FILHO, 2015d). Esta reflexão é importante para mim, na condição de professor na formação docente, porque é relevante para que nas aprendizagens das letras outros saberes sobre gêneros e sexualidades sejam possíveis, em concubinagens de saberes. Essa discussão sobre ideologia de gênero é importante para todo e qualquer professor ou professora, principalmente aqueles/aquelas da educação básica.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. Infância. In. Simone de Beauvoir. **O segundo sexo – a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p. 09-65.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.
- BRASIL. **Pluralidade cultural e Orientação sexual – temas transversais**. Parâmetros Curriculares, vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Perspectivas atuais em Linguística Aplicada: questões políticas, teóricas e metodológicas. In. II Ciclo de Diálogos em Linguística Aplicada - Instituto de Estudos da Linguagem. IEL, Unicamp, 2013. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8> >. Acesso em 16 de dezembro de 2014.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica – interrogando o campo como linguista aplicado. In. Luiz Paulo da Moita Lopes (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-44.
- MORIN, Edgar. Inter-poli-transdisciplinaridade. In. Edgar Morin. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 105-116.
- NERY, Felipe. Implicações da ideologia de gênero. Ação Nacional (Bloco 01/04) – RedeSéculo21. Disponível em < <http://zip.net/bdsp2b> >. Acesso em 15 de junho de 2015.
- RONCA, Paulo Afonso. Conhecimento total. **Nova Escola**, 2001. v. 19, n. 148, dez. 2001.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Da emergência da Linguística Queer**. In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística *Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015c, p. 01-36.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. O que é “ideologia de gênero”?. Disponível em < <http://zip.net/btsp9b> >. Acesso em 15 de junho de 2015e.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Sexo, sexualidade e gênero na formação de professores. Observatório da Imprensa, edição 480, 03 de março de 2015. Disponível em < <http://zip.net/bysp2Y> >. Acesso em 03 de março de 2015d.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio. Linguística Queer – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante. In. Antônio de Pádua Dias da Silva (Org.). **Escrit@s sobre gênero e sexualidades**. São Paulo: Scortecci Editora/Fábrica de Livros, 2015a, p. 15-28.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio. **Preâmbulo para uma linguística queer – gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguístico-discursivos**.

In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística *Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015b, 01-22.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As epistemologias do Sul e as ciências sociais do futuro. In. Conferência com Boaventura de Sousa Santos. UFRGS TV. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=tvZBoV4o86Y> >. Acesso em 10 de setembro de 2014.

SCALA, Jorge. La ideologia de género. In. Jorge Scala. **La ideología de género – o el género como herramienta de poder**. Madrid: Editorial Sekotia, 2014, p. 43-59.

SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In. Inês Signorini e Marilda C. Cavalcanti (Org.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998, p. 99-110.

SILVA, Cícero de Oliveira; SILVA, Elizabeth Gavioli de Oliveira; MARCHETTI, Greta Nascimento. Língua Portuguesa. In. **EJA – Educação de Jovens e Adultos** (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), Volume 3 Multidisciplinar, 8º Ano. São Paulo: IBEP, 2009.

SILVA, Cícera Correia da; FERREIRA, Heloísa Silva. **Linguística Queer: reflexões sobre identidade, gênero e sexualidade na vida e na escola**. Trabalho acadêmico na disciplina Linguística Queer, na UFAL-Campus do Sertão, 2014.

**Do espetáculo da diversidade sexual à
performatividade do corpo identitário: olhares
sobre a XX Parada do Orgulho LGBT de São Paulo**

*From the spectacle of sexual diversity
to the performativity of the body identity:
views about the XX LGBT Pride Parade of Sao Paulo*

Murilo Peixoto da Mota

*Phd em Serviço Social – ESS/UFRJ; sociólogo no Núcleo de Estudos de
Políticas Públicas em Direitos Humanos/UFRJ; coordenador doGANIMEDES –
Grupo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e Direitos Humanos.
muriloufrj@gmail.com*



Resumo

A partir de uma breve observação participante sobre a Parada LGBT de São Paulo, este artigo analisa a perspectiva do evento como protesto político, mas também como espetáculo performático da diversidade sexual, das práticas sexuais e vidas mais irreverentes. Buscam-se algumas reflexões acerca das relações entre performatividade, diversidade sexual e luta pela afirmação da diferença, além de pensar a expressão do espetáculo do corpo como linguagem e seus significados a partir de uma atuação em que um indivíduo se pendura pela pele em um gancho suspenso numa árvore em pleno espaço público.

Palavras-chave: Homossexualidade. Diversidade sexual. Identidade sexual. Parada LGBT.

Abstract

From a brief participant observation on the LGBT Parade of São Paulo, this article analyzes the event's perspective as a political protest, but also as a performative spectacle of sexual diversity, sexual practices, lives more irreverent. This search has as its aim to find some reflections on the relationship between performativity, sexual diversity and the struggle for the affirmation of difference; besides thinking the body spectacle of expression as language and its meanings from a performance where an individual hangs by the skin in a suspended tree in full public space.

Keywords: Homosexuality. Sexual diversity. Gender identity. LGBT Parade.

Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?
(BUTLER, 2008, p. 38)

Introdução

Cabe registrar, na condição de um pesquisador participante, que o local de observação era a Cidade de São Paulo, domingo, 29 de maio de 2016. O metrô em direção à Estação Consolação, para a Avenida Paulista, fervilhava em nome da diversidade. Era dia de realização da XX Parada do Orgulho LGBT¹. Dezenas de jovens se espremiavam em busca de um lugar no vagão. Risadas, gritarias, brincadeiras; um fez malabarismos, plantou bananeiras no trem; outros se beijavam, homens com homens e mulheres com mulheres, casais de todo tipo. Tinha uma travesti, muito bem-vestida, com salto incrivelmente alto, que usava freneticamente seu celular, como se marcasse encontros. Ainda no vagão do metrô, chamou atenção um rapaz bastante alto, de barba bem aparada, aparentando performance *macho man*, mas que, em contraposição, usava vestido, coturno preto tipo bota até o joelho, batom vermelho, unhas pintadas de preto, sombra azul nos olhos, que também estavam contornados com lápis, acentuando certo desenho de olho de gato.

O que se podia observar com clareza era que havia uma excitação geral que tomava conta daquele dia caracterizado pelo orgulho LGBT, que abraça múltiplas identidades para além das letrinhas, em um momento em que se podia esbravejar o sentido de resistência e liberação sexual na Avenida Paulista de maneira coletiva. Atitudes e personagens, reunidos como estavam, seriam algo raro de se ver no cotidiano daquela estação de metrô e no maior centro financeiro da América Latina, a Avenida Paulista. Mas o dia era de celebração da XX Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Seria um dia identitário de afirmação da diferença pelo desejo sexual? Dia de resistência em que se dá visibilidade a novos prazeres? Dia em que se dá sentido à luta pelo desprezo ao “armário”? Ou sua negação, pois a saída dele pode não fazer mais sentido, já que todos estamos celebrando ser ou estar lésbica, gay, bissexual, travesti ou transgênero e também diversos, mas simplesmente diferentes.

Na Avenida Paulista ainda eram onze horas, contudo já havia grande concentração de jovens, homens e mulheres, em sua maioria aparentando entre 18 e 30 anos, e a expectativa era grande para a saída do primeiro carro de

¹ Organizado pela Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo (APOGLBT) e tem apoio da *Four X Entertainment*.

som, marcada para as quatorze horas. Numa perspectiva geracional, cabia observar que no canto da Avenida Paulista encontrava-se um indivíduo a destoar dos outros pela aparência, cujas marcas da idade saltavam aos olhos. Esse sujeito utilizava a bandeira do arco-íris como uma capa a encobrir seus ombros, parecia sozinho, mas exuberante, feliz, demonstrava certa explosão de simpatia no sorriso, agitava em uma das mãos um cartaz “Fora Temer”. Sua permanência ali possibilitou uma indagação: onde estavam os sujeitos idosos nesse evento? Notem que a indagação não foi feita a partir de um olhar sobre o “coroa”, sujeito de cabelos brancos, como lembra Simões (2004), bem aparentado, disposto, com roupas esporte e aparência que não o distanciava do ideal de juventude. Esse, sim, misturava-se em meio à massa de indivíduos da alegria. De todo modo, a diversidade de tipos identitários pairava na avenida em um sentimento que transmitia alegria coletiva, bom humor, confraternização, liberdade. Então, a palavra que parecia expressar certo sentido universal que pudesse caracterizar aquele momento era: liberdade. A liberdade em tal grau de “desbunde”, que muitos se permitiram certos espetáculos. Era o espetáculo das identidades, dos desejos sublimados, de uma arte de viver do enfrentamento em muitos “armários” impostos às sexualidades homossexuais, mas que ali, naquela avenida, naquele dia, liberdade e protesto político eram o usufruto do mundo, da sociedade, da possibilidade de estar entre pares identitários, comunitários, em nome de uma luta, um destino de poder experimentar no espaço público a aceitação da manifestação da sexualidade não reprodutiva como parte da conduta humana.

A Avenida Paulista, naquele dia, fez valer o que Michel Foucault (2004) já acentuava, ou seja, que a liberdade também é algo que criamos, é nossa criação e possibilidade de experiência, e não somente uma descoberta secreta de nosso desejo. O sentido de expressão libertária estava em consonância com uma coletividade, anunciava-se para além do sentido heteronormativo em um espetáculo dos desejos livres de amarras. Cabe ressaltar que heteronormatividade como categoria surge no artigo de Morin (1977) como questão de análise aos estudos LGBT. Trata-se de uma descrição “como um enviesamento heterossexual, um sistema normativo de crenças que considera a heterossexualidade como mais “natural” e superior à homossexualidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 69). Nesse contexto, pode-se perceber que naquele evento se manifestavam novas formas de relações, de amor, de criação, de expressão, de prazer, que expunham a sexualidade não como fatalidade, mas como possibilidade de uma vivência criativa, diferente, libertadora, em que toda e qualquer “pegação” tem como simbolismo ser uma expressão política.

Havia na Avenida Paulista muita alegria, um sentimento de se jogar, “soltar os bichos” tão reprimidos no espaço privado, no entra e sai dos “armários” cotidianos – e são muitos os “armários” a vencer ou a compartilhar com outros –, a fim de driblar a injúria dos que expressam de alguma forma a sua diferença social e sexual. Tratava-se de uma experiência coletiva, ou seja, de esbravejar o sentido do direito à orientação sexual, de ser o que se deseja ser em um território onde esse direito não é respeitado.

O contexto político era de protesto pela situação do país e o “Fora Temer” foi um *slogan* unânime em meio a bandeiras do arco-íris, símbolo oficial da Parada do Orgulho LGBT. A Parada do Orgulho LGBT foi um grande palco de protesto contra a atual conjuntura política brasileira. Alguns participantes levaram faixas e cartazes contra o presidente da República em exercício, Michel Temer (PMDB), pedindo sua saída do cargo. O *slogan* “Amar Sem Temer” estava escrito nos lugares mais inusitados, inclusive na testa das pessoas.

O que se evidencia como questão preponderante às manifestações ao “Fora Temer” é a contundente preocupação dos movimentos LGBTs em relação a grandes retrocessos políticos já explicitados pelo atual governo instituído de maneira duvidosa, tendo em vista que decisões recentes do Congresso Nacional vêm fortalecendo ainda mais filiações com a bancada fundamentalista, o que traz consequências graves como perdas aos direitos conquistados em torno da luta pela diversidade sexual. A reforma da Secretaria de Direitos Humanos sem *status* de Ministério, retirada de uma pauta explícita dos LGBTs, e a possibilidade de tramitar o Estatuto da Família (Projeto de Lei 6583/2013), que ameaça avanços conquistados no Supremo Tribunal Federal em 2011 relativos à união civil de casais homossexuais, evidenciam graves retrocessos.

O tema da Parada ostentava também uma ampla discussão sobre a Lei de Identidade de Gênero e logo no primeiro carro de som havia uma faixa que anunciava: “Lei de Identidade de Gênero, Já! – Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!²”. Nas ruas, aglomeravam-se todos os tipos identitários, que se distribuíam em torno dos dezessete trios elétricos e se concentravam a partir do Museu de Arte de São Paulo.

O surpreendente foi ver, ao longo da via, numa calçada mais à frente dos carros de som, que ainda estavam por passar, um homem pendurado por ganchos presos à própria pele que esbravejava seus protestos contra a

² Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5002/13, de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que tem por objetivo estabelecer o direito à identidade de gênero definida tal como o sujeito se sente, o que pode corresponder ou não ao sexo atribuído pelo nascimento. Em resumo, a proposta do Projeto de Lei obriga o SUS e os planos de saúde a custear tratamentos hormonais integrais e cirurgias de mudança de sexo a todos os interessados maiores de 18 anos, entre outras questões.

homofobia. Que sujeito era aquele? Uma manifestação masoquista? O que aquilo significava nesse evento da Parada? Dar vazão a uma violência sentida por todos os pares em meio à discriminação aos homossexuais? O uso do corpo mutilado como forma de comunicação? A demonstração do prazer físico através da dor? Aquilo era demonstração de um espetáculo como linguagem em que o corpo pendurado por ganchos, ao despertar abjeção, fala, comunica, informa sua mensagem de protesto, mas também experimenta o quanto se pode produzir prazer a partir de ações estranhas? Uma ação inabitual, que em plena avenida, no maior evento LGBT global, clama pela radicalização da diferença? A demonstração de uma prática sexual como identidade? O que era aquilo?

A perspectiva do protesto político se amalgamava em meio a um espetáculo performático das identidades, da diversidade sexual, das práticas sexuais, de experiências mais irreverentes. E é nesse sentido que este artigo busca algumas reflexões e pontua duas vertentes de análises: primeiro, a relação entre performatividade, diversidade sexual e luta pela afirmação da diferença e sua expressão coletiva; segundo, pensar a expressão do espetáculo do corpo como linguagem e seus significados a partir de uma atuação em que um indivíduo se pendurou pela pele no decorrer desse evento.

Vale ressaltar que neste artigo elucida-se certo olhar participante sobre a XX Parada LGBT de São Paulo. Nesse contexto, cabe salientar que, metodologicamente, ao valer-se da categoria participante em pesquisa social, o conteúdo e as análises sugeridas articulam a inserção de um observador-pesquisador próximo e inserido no campo de estudo que se focaliza. Trata-se de reconhecer que, na qualidade de interlocutor e informante do que observa e pesquisa, o pesquisador é sujeito e objeto do conhecimento que matiza. O pesquisador nessa interação assume-se posicionando em relação ao campo como um “interjogo” de alteridades e identidades que conformam o modo de pesquisar. Por esse viés, este artigo se articula com o método de pesquisa participante, em que a alteridade e as comunidades são interpretativas e acionam uma certa complementação à pesquisa etnográfica (SCHMIDT, 2006).

Performatividade, diversidade sexual e luta pela afirmação da diferença: e a Parada Gay com isso?

A Parada LGBT expõe na rua o quanto as experiências homossexuais são múltiplas e vividas de maneira diversa, mas que cada sujeito homossexual sabe, pois teve que aprender a encobrir seu desejo e manter certa duplicidade sexual em determinados territórios, o que fez com que a metáfora do “armário”

se evidenciasse para todos como fato coletivo. O que se percebe são processos de vida em muitas crises acionadas pelo desejo homossexual, sublimado por haver a representação de um “eu” em permanente desvio pela intolerância social à homossexualidade (FACCHINI, 2005). Nesse sentido, Carrara (2005, p. 21) vai mais além e acentua que “em relação ao processo de transformação social que o país vive atualmente, talvez nenhuma questão seja tão emblemática quanto a da homossexualidade”.

Não havia sujeito LGBT que, ao se espremer na multidão daquela avenida, não tivesse passado pelo sentimento de inferioridade e, muitas vezes, pelo desprezo, pelo *bullying*, violência física ou simbólica que teve de enfrentar no trabalho, na escola, no Natal, no churrasco com familiares. No entanto, a percepção de poder viver experiências satisfatórias adaptadas às normas sociais torna-se aos poucos aceitável, e esse avanço se evidencia nas últimas décadas com muitas lutas, as quais ainda se impõem nas trincheiras diante da homofobia tão cotidiana. As atuais gerações se deparam com as mudanças sociais espelhadas em novos modos de vida gay, com o crescimento do mercado de consumo, das formas de lazer, das manifestações públicas e da reafirmação política de direitos sociais e civis, fazendo com que ser gay possa ser um detalhe no âmbito da experiência em “estar” gay.

O paradoxo é que, em uma sociedade cada vez mais individualizada e caracterizada por experiências sexuais no âmbito da intimidade, observamos uma luta coletiva por expressão baseada em um modo de vida que reivindica direitos de igualdade social e respeito à diferença. Contudo, essa virada histórica é datada e se estabelece como um marco para a questão homossexual como reconhecimento no contexto dos direitos humanos. Os indivíduos passaram a ver, no seu desvelamento sexual, um sentido político, um rito de passagem individual que representa a bandeira de um movimento por afirmação de cidadania. Essa conjuntura lembra o debate protagonizado por Michel Foucault (1984) ao expor o quanto os homossexuais foram alvo dos discursos da psiquiatria e dos juristas, que tanto regularam a perspectiva de patologia para a homossexualidade, fato que contribuiu para que os homossexuais passassem a se posicionar. É como se afirmassem: “Se somos alvo de seus discursos que dizem sobre o que nós somos, pois bem, nós mesmos diremos, melhor que vocês” (FOUCAULT, 1984, p. 234).

A Parada LGBT é a chave do armário para muitos homossexuais. O evento expõe essa virada da afirmação de um “eu” sublimado, escondido, medroso, que encontra pares identitários com os quais pode se expressar, se beijar, “se pegar” na avenida. A Parada contribui para o sair do “armário” como

maneira simbólica construída para o enfrentamento da sociedade heterossexista. Desse modo, “sair do armário” é um ato de libertação autoconstitutivo do sujeito e politizador das identidades, que está em constante ressignificação.

O “armário” é a mais conhecida metáfora dos problemas subjetivos, sociais e políticos da homossexualidade enquanto categoria de identidade e de discriminação. “Estar no armário” significa não ter perante os outros a confissão de sua orientação sexual; “sair do armário” significa fazê-lo e assim estabelecer um ritual performático que simultaneamente reinstalou o sujeito enquanto homossexual e obriga o entorno social a reconhecer a existência de (mais) um ou uma homossexual. Neste sentido, a homossexualidade diferencia-se de categorias suas semelhantes – como raça ou gênero –, pois só tem saliência através do processo de visibilização e pronunciamento (ALMEIDA, 2012, p. 14).

Em meio à carreira homossexual, percebe-se uma série de “homossexualidades” que afloram e se manifestam de distintas maneiras no cotidiano e que acabam por desempenhar papel-chave na regulação da conduta masculina normativa de gênero. Nessa perspectiva, ter uma prática homossexual circunstancial não é passaporte para ser gay ou lésbica. A identidade LGBT é algo subjetivamente mais amplo, assim como são amplos os sentidos simbólicos sobre a experiência homossexual na cultura brasileira, principalmente para o sujeito homem, cujos parâmetros das noções de gênero foram construídos com base nos constantes contrastes entre passivo e ativo, feminilidade e masculinidade (PARKER, 2002).

É fato que a discriminação e o preconceito para com a homossexualidade são observados em toda a estrutura social, sobretudo nas relações de gênero e na posição hierárquica do homem que ousa subverter a sua masculinidade ao se relacionar com outro homem. Trata-se de um dilema que leva em conta a necessidade de busca por reconhecimento cultural da sexualidade e por redistribuição das questões políticas, econômicas e sociais. Para Fraser (2001, p. 258), “gays e lésbicas sofrem de *heterossexismo*: a construção autoritativa de normas que privilegiam heterossexuais. Ao lado disso está a homofobia, a desvalorização cultural da homossexualidade”. Para essa autora, o alcance da cidadania plena passa pelo reconhecimento da diversidade sexual e por mudanças no paradigma da heterossexualidade como um destino compulsório. A questão coloca o foco sobre cidadania e direitos universais como capacidade conquistada para a potencialidade das liberdades

da vida humana, que vai além da superação das diferenças de classes e injustiças distributivas. E a luta pela afirmação e expressão da homossexualidade como um direito é exemplo.

Não se pode negar que, em um evento que reúne mais de um milhão de pessoas vinculadas de alguma forma à expressão da sexualidade, esta possa ser ignorada por toda a sociedade. Trata-se de um aspecto a ser analisado como expressão dos movimentos sociais em diferentes cenários, quais sejam: o erótico, o mercado de consumo, o papel da web, a expressão de modos de vida pautados pela diversidade para além da heteronormatividade.

Na Parada, a sexualidade é a fronteira onde se protesta, mas também onde se expressam cenas de exclusão, hierarquia, desigualdade, discriminação. Acentuam-se, dentro desse contexto de evento, atividades com diferentes distinções nem sempre libertadoras, um certo espetáculo. Como exemplos, pode-se citar: o aprisionamento das relações binárias em suas práticas acionadas pelo ativo/passivo, feminilidade/masculinidade, que parecem ainda “heteronormatizar” as condutas; assaltos; hostilização das travestis; ignorância em relação à prevenção às DSTs/AIDS; racismo; hostilização das distinções gordo/magro, baixo/alto, feio/bonito, preto/branco, feminino/masculino, pobre/rico, bem vestido/mal vestido etc. Entretanto, o evento chama atenção por ser o palco da integração social da diferença entre os diferentes, da transgressão sexual como expressão política, mas imerso em algumas circunstâncias, na matriz heterossexual, nas lutas de classes, nas questões étnicas e nas hierarquias de gênero, afinal, a sociedade está ali! Há uma instigante diversidade dos erotismos e convenções. No entanto, se a Parada LGBT não expressa um manual de boa conduta, tem a cara da sociedade brasileira, que clama por respeito e exige: somos todos iguais perante a lei e diferentes diante de nossos desejos sexuais.

A Parada expressa na rua, no espaço público, o comportamento fora do lugar, a transgressão, as sexualidades periféricas, abjetas, o afrontamento aos princípios morais que tanto retroalimentam os aparelhos ideológicos, como a religião, a família, a escola, a imprensa, em torno da sexualidade reprodutiva, que esperam que os LGBTs vão para o confessionário, a fim de colocá-los em seu lugar. Nesse sentido, o que se observa na Parada é um desafio à lógica heteronormativa por apontar o quanto o desejo sexual se expressa para além da norma, simplesmente vivida, compartilhada, numa consciência coletiva.

Embora se estabeleça nesse evento um “nós” em torno da luta por reconhecimento identitário, por justiça e igualdade, o evento da Parada não é determinante para uma comunhão de interesses e práticas com respeito à

diferença. Essa luta é muito maior. O universo da diversidade, mesmo construído com base no enfrentamento às normas e vivido no cotidiano de muitos sujeitos em meio à invisibilidade, transgressão, dupla moral, entrando e saindo do “armário”, como resistência ou proteção à injúria, está longe de promover o viver em uma sociedade desvinculada da moral cristã heteronormativa que se impõe como ideologia, que naturaliza a prepotência do masculino sobre o feminino, mesmo em meio à diversidade das identidades sexuais. Nesse contexto, sobressaem-se valores, normas, hierarquias e convenções que organizam as relações lamentavelmente ainda com bases sexistas. Cabe ressaltar, como afirma Foucault (2004, p. 266), que

se a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais e as relações de prazer sexual que criem novas amizades, então ela é útil. Mas se a identidade se torna o problema mais importante da existência sexual, se as pessoas pensam que elas devem “desvendar” sua “identidade própria” e que esta identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é “isso está de acordo com minha identidade?”. Então eu penso que fizeram um retorno a uma forma de ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional.

Para um observador participante, o contexto da Parada possibilita analisar o quanto o sistema sexo/gênero/desejo explicita-se também como uma crítica simbólica à heteronormatividade, pois, na avenida desse dia, homens com homens, mulheres com mulheres, travestis ou transgêneros com homens ou entre si, mas também homens com mulheres, podem responder, ou levar a compreender, que tanto sexo quanto gênero podem estar além do corpo biológico. Esse fato põe em xeque os limites das classificações homo, hétero e bi para significar as diferenças sexuais e as performatividades de gênero.

Um observador descuidado teria um olhar quase sempre enquadrado pela heteronormatividade sobre aqueles sujeitos diversos. Contudo, sendo mais criterioso, o que se percebe naquele evento são diferentes identidades em corpos que transgridem e performatizam o gênero, mas não o aniquilam. Em outras palavras, mesmo diante da imposição de normas de gênero, que indicam a fragilidade dos corpos de homens em mulheres, neles era possível ver de alguma forma o masculino e o feminino, mas que se inibiam em um espetáculo que questionava tudo, inclusive a norma. O questionamento da norma não aniquilava o gênero ou a ideologia heteronormativa presente nas relações LGBTs, no entanto buscava, no evento, novas possibilidades normativas que as coubessem para uma vida livre, ou seja, o direito de ser

diverso, diferente, democrático, plural, ser humano. Pode-se ressaltar que mudanças profundas estão ocorrendo nas normas que ditam a sexualidade, não havendo como retroceder a esse respeito; trata-se de uma luta histórica. Por esse viés, não se deve deixar de perceber diante dos avanços conquistados que a luta continua em torno da afirmação da diferença e pelo reconhecimento cultural e que há muito o que se posicionar diante da homofobia.

Nesse contexto, o que se salienta é que os indivíduos, na Parada, expunham em sua liberdade um espetáculo da diferença sexual, não do homem diferente da mulher, com ambos derivados de uma biologia, das genitálias, da socialização a que todos foram submetidos pela cultura das relações de gênero, mas das significações a que todos se expressam no sentido de gênero que lhes são mais favoráveis, mas que desestabilizam sua própria representação. Desse modo, aqueles sujeitos na Avenida Paulista estão constituídos pelo gênero e pelo aparato de poder binário que tem o sentido de ser masculino e feminino, não pela diferença biológica do sexo em si, mas por representações culturais e pelas experiências que o gênero lhes oferta como resistência e performatividade. Isso os coloca em uma releitura do que se deseja explicitar pelo gênero em seus corpos. Numa leitura *foucaultiana*, pode-se observar que há muitas possibilidades de representações e autorrepresentações de gênero explicitadas com diferentes tecnologias sociais, como roupas, maquiagens, trejeitos, linguagens, em múltiplos modos advindos da prática cotidiana. Teresa de Lauretis (1994, p. 209) chamou a atenção para tal fato, ao expor que

gênero é uma representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas, muito pelo contrário; a representação de gênero é a sua construção e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. Ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça na mídia, nas escolas, nos tribunais, na família nuclear – em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos do Estado”.

Nesse sentido, Butler (2008) foi enfática ao afirmar o quanto Simone de Beauvoir foi importante para os estudos de gênero. Em sua célebre frase, “não se nasce mulher, tornar-se mulher”, pode-se analisar, entretanto, novas possibilidades construtivas sobre a ideia de “tornar-se” um gênero para além de ser mulher. Quando uma travesti se posiciona como mulher, sua representação reinventa novos sentidos para esse ser, trazendo possibilidades para as relações

e para o lugar dos corpos atuantes como corpos livres, podendo ser o que se quer. Portanto, a construção do gênero também é a sua desconstrução. Como acentua Teresa de Lauretis (1994, p. 209), a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, ou seja, “o gênero como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação”.

Esse corpo fala, se expressa, performatiza atividades em atos de um indivíduo que se manifesta diante de observadores e que exerce influência no espaço social. Ele também é o próprio espetáculo, uma linguagem, um veículo de protesto. Estar na rua, na avenida, beijando, “sarrando”, agarrando eroticamente o outro de mesmo gênero, abertamente explicitando a homossexualidade, possibilita atuar certa resistência à heteronormatividade. De uma manifestação que se dá no “armário”, pelo privado, pela proteção da inviabilidade social, para a avenida, por si só já é um ato político, por mais obsceno que pareça para alguns.

O que está em questão não é a busca pelo reconhecimento de múltiplas identidades, pois a discussão não é setorial, relacionada à autoafirmação sexual em si. A luta é pela introdução na sociedade, em seu processo de atuação pública, do direito à diferença e da igualdade social – iguais diante da lei, sim, mas diversos diante dos desejos sexuais e dos modos de vida.

A Parada é subversiva por colocar a homossexualidade fora do espaço privado e expor até os desejos mais abjetos, contudo também é demonstradora de um certo poder de adesão dos próprios sujeitos LGBTs às normas sociais em direção a formas monogâmicas, que repetem as representações binárias e heteronormativas, familiares e legalizadas. De todo modo, esse evento converge com aqueles que estão em desacordo com as prescrições sexuais hegemônicas. É o caso da demonstração de um sujeito pendurado pela pele em plena avenida.

O espetáculo do corpo como linguagem de protesto: está lá um sujeito estendido por ganchos na pele...

No decorrer da passagem dos carros de som, identificava-se uma aglomeração em torno de um homem. Ele estava pendurado por ganchos, uma corrente o mantinha suspenso a mais ou menos dois metros do chão, preso a uma árvore. As feições de quem olhava eram de surpresa, horror e havia quem

se indignasse por ele estar ali; segundo comentários verbais, não entendiam que sentido poderia ter um ato tão doloroso em um evento de tanta alegria.

Quando um homem ou uma mulher se posiciona em plena avenida a beijar outros homens, mulheres a beijarem mulheres, grandes grupos de travestis a se manifestarem publicamente de maneira deslumbrante, muitas trajetórias de idas e vindas, de muitos “armários”, articula-se como questão para todos, numa demonstração de resistência política e busca pela visibilidade contra a heteronormatividade. Mas o que dizer de um homem a pendurar-se por ganchos em sua pele? O que isso significa para a Parada LGBT? Que mudanças individuais esse corpo pendurado reflete no espaço coletivo? Há um sentido de manifestação pública e um posicionamento identitário? Naquele corpo, dor e prazer configuram-se em ato político para chamar a atenção para um fato de luta contra a homofobia? Em um contexto de luta contra tanta violência aos LGBTs, como analisar uma manifestação individual ao próprio corpo como sentido político e eficácia a homo-lesbo-trans-fobia?

Um dos aspectos a analisar no que concerne a um sujeito com o corpo suspenso por ganchos na pele é a postura política do contraespetáculo, contraevento, contrabanalização da manifestação política em nome da luta pelo reconhecimento da diferença no espaço público. Sua radicalidade impõe respeito pelo que se pode entender por luta política, que supera qualquer sentido de mera festividade. Mesmo que sua mutilação traga certa estranheza, horror e impacto visual, não se pode deixar de relativizar esse ato como político.

Nessa perspectiva, a XX Parada LGBT de São Paulo evidencia formas políticas contundentes atreladas a ações de ativistas em torno da sexualidade e se evidencia com amplos deslocamentos da política LGBT no contexto dos direitos humanos, manifestada desde 28 de junho de 1969 na cidade de Nova York/USA, no bar *Stonewall Inn*.

O que se focalizou pelas décadas seguintes à revolta contra a intolerância e a homofobia, após 28 de junho de 1969, são as inúmeras eclosões de uma coletividade que questionou as arcaicas estruturas de poder e desafia modelos de comportamento acionados pelo heterossexismo e, mais importante do que isso, pelas novas práticas políticas acionadas pela concepção de homossexualidades e identidades sexuais múltiplas acionadas pelo corpo, cujas possibilidades de liberdade no espaço social vêm sendo desafiadas pelas constantes expressões de violência física e simbólica. De acordo com Ramos (2003), o movimento homossexual possui um dilema a ser enfrentado politicamente:

Se, por um lado, a representação coletiva dos homossexuais como “vítimas” da homofobia encontra suporte nos dados sobre violência, também é fato que as experiências são fortemente matizadas por sexo, orientação sexual, idade e cor. Em especial, travestis encontram-se em um extremo da escala de vitimização, e mulheres homossexuais, gays jovens e bissexuais, no outro (RAMOS, 2005, p. 42).

Nos últimos anos, evidenciou-se não somente a luta pela legitimação da diferença em relação à heteronormatividade, como também o reconhecimento de que essa luta não é setorial nem particular aos homossexuais, mas de toda a sociedade de maneira relacional, cujo ponto focaliza os direitos humanos. Como ressalta Félix Guattari (1996), homossexualidade que os homossexuais constroem não os especifica em sua essência, mas sim em algo que diz respeito à relação com o corpo, com o desejo, com relações que se entrelaçam com muitas outras relações, que lutam por legitimidade, como os negros, as mulheres, os operários, os indígenas, entre outros. E aquele sujeito com o corpo pendurado pela pele dizia isso.

Considerações finais

A Parada LGBT, conforme afirma Trindade (2011), não é fruto unicamente da disputa por siglas, abriga-se no guarda-chuva da palavra homossexualidade, é multiplicidade de singularidade, pois é fruto de múltiplos agenciamentos, que não têm necessidade de uma unidade para formar um sistema. É possível perceber as marcas de movimento de massa, que não mais reivindicam a identidade sexual como pertencimento identitário monolítico para expressar as múltiplas possibilidades de orientações sexuais, mas expor na rua sua afinidade sexual em vez da mera identidade.

A radicalidade de pendurar o corpo por ganchos presos à pele e de sustentar-se em uma árvore no espaço público não pode passar em vão. Está ali um vigoroso protesto contra a homofobia estampada não somente pelas palavras “homofobia não” escritas nas costas, bordadas com o próprio sangue escorrido, mas também pelo gesto simbólico e radical de estar ali daquele jeito. Então, cabe lembrar que a homofobia brasileira possui muitas faces e muitas dinâmicas. Como ressalta Ramos (2003), existe a homofobia interativa, que está mais pautada pela mídia e ocorre na esfera da vizinhança, da casa da família, nas redes de relações domésticas conjugais, crimes passionais ou aqueles que acontecem de maneira mais sutil nas escolas e espaço de

sociabilidade. A homofobia também apresenta práticas com fins lucrativos, de acordo com essa autora, são as vítimas do “boa noite, Cinderela”, expostas à extorsão e, muitas vezes, ao latrocínio. Ademais, aponta-se a homofobia com requinte de crueldade, que se expressa pelo assassinato ritualizado, cujas marcas são mutilações, as quais deixam transparecer as marcas do espetáculo do ódio, tendo entre suas maiores vítimas as travestis.

A radicalidade desse ato de se pendurar por ganchos na pele não pode passar sem ser registrado como uma performance dissidente, que rompe com as entranhas heteronormativas, que possui molduras moralizantes até entre aqueles que acham que romperam com elas. A abjeção está ali para fazer pensar em nossos segredos sujos, distante do ego, negando o narcisismo, implacável confronto com as normas, uma dolorosa forma de manipulação do estigma, talvez uma maneira *queer* de se expressar.

O espetáculo da Parada não está mais espetacularizado – “Olha, lá está um sujeito com o corpo estendido por gancho na pele a esbravejar 'Fora Temer', 'Amar sem Temer', 'Não à Homofobia'”. O que faz valer o que está na pauta política da Parada não é apenas o reconhecimento identitário e uma luta por ser sujeito de direito dos homossexuais, mas também uma luta mais ampla que diz respeito a toda a sociedade, que implica todos os seres humanos, que está marcada contra a violência de toda ordem e levanta a bandeira da democracia e da liberdade.

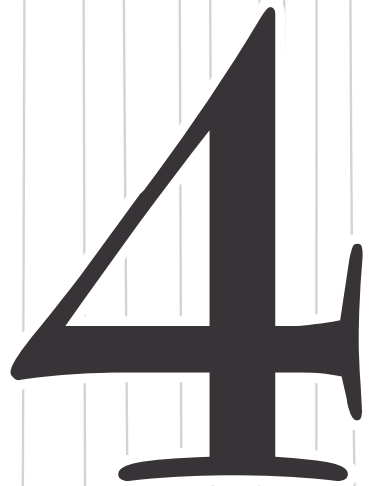
Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARRARA, Sérgio. O Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar *et al.* (Org.). *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 17-24, 2005.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 13 – 299, 2005.
- FRASE, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jesse (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis, Vozes, 4ªEd., 1996.
- _____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Revista VERVE*, São Paulo, v. 5, p. 260-277, 2004.
- OLIVEIRA, J. M. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neoliberais de uma cidadania de “consolação”. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 1, p. 68-78, 2013.
- PARKER, Richard. *Abaixo do equador*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- RAMOS, Silva. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pillar *et al.* (Org.). *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 35-50, 2005.
- SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PSICITELLI, Adriana *et al.* (Org.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 415-447, 2004.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.
- TRINDADE, Ronaldo. O mito da multidão: uma breve história da Parada Gay de São Paulo. *Revista Gênero*, Niterói, v. 11, n. 2, p. 73-97, 1º sem. 2011.

Travestis e transexuais no universo das pesquisas científicas

Transvestites and transsexuals in the world of scientific research

Junior Araujo Sousa¹



Resumo

O objetivo deste artigo é identificar as tendências de pesquisa com travestis e transexuais, analisando os periódicos disponibilizados pela BIREME e SCIELO, no período de 2009 a 2015. Foram selecionados 60 artigos científicos de 1.378, vinculados aos critérios de inclusão e exclusão, utilizando na busca as palavras-chave: travestis, transexual. Os resultados indicaram uma concentração de publicações no foco atendimento em saúde, identidade de gênero, políticas públicas, mudanças corporais. Conclui-se que as principais tendências de pesquisa concentram-se no processo investigativo da área de Psicologia e da Saúde Coletiva, mas que outras áreas do conhecimento aparecem no estudo, bem como que há participação de instituições de fomento à pesquisa financiando estudos nacionais e internacionais no tema.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Transexual. LGBT.

Abstract

The objective of this paper is to identify the trends in publications research of transvestites, transsexuals, analyzing periodicals provided by BIREME and SCIELO, from 2009 to 2015. We selected 60 scientific articles of 1.378, linked to inclusion and exclusion criteria, using the search keywords: transvestites, transsexual. The results indicated a concentration of publications focus on health care, gender identity, public policy, change in the body. It is concluded that the main trends of research, focus on the investigative process of the field of Psychology and Public Health, but other areas of knowledge appear in the study, as well as the holdings of institutions fostering research funding national and international studies on theme.

Keywords: Gender identity. Transexual. LGBT.

¹ Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, Representante Discente e membro do núcleo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Saúde e Sexualidade na perspectiva do quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos (GEISPEQ), Mestre em Biotecnologia pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, Biomédico graduado pela Universidade Paulista – UNIP. E-mail: juniordu@uol.com.br

Introdução

Para iniciar a reflexão na temática relacionada com as travestis e transexuais, é importante entender o conceito de gênero e expressão deste. Segundo a Cartilha da Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT², criada pela Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do estado de São Paulo (2014), e a Cartilha LGBT, criada pela CUT-São Paulo (2016), o gênero se conceitua no fato de que ser homem ou ser mulher é expresso pela cultura e não pela anatomia dos corpos, já que esses comportamentos sociais e características são construídos culturalmente durante a vida, um exemplo disso é o esperado e construído pela sociedade de homens gostarem de azul e meninas, de rosa.

Podemos nos remeter aos textos que há muito tempo servem de base para essas análises, produzidos por Judith Butler (2003), Guacira Lopes Louro (1997), Joan Scott (1995), entre outras colaborações. Nessa perspectiva,

[...] é necessário reconhecer que ser “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente, transbordante, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

Em outras palavras, o gênero é passível de transformação, pois é instável, conforme pode ser observado no pensamento de Scott citado acima. Diante desse contexto, Louro (1997) vai além ao ressaltar que o gênero em questão faz parte da identidade do sujeito com fundamental característica social e não deve ser referido aos padrões da sociedade estabelecidos que definem os comportamentos, as roupas e o modo de se relacionar.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente, independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que o homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 24-25).

² A sigla GLBT foi alterada para LGBT na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 07 de junho de 2008. Desde então, esta é a utilizada politicamente, contudo existem variações da sigla, tais como LGBTI, LGBTTT, LGBTQL, dentre outras, mas, no Brasil, ainda em 2016, preconiza-se o uso desta aceita em 2008 (G1, 2016; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016).

Essa fundamentação teórica é importante, principalmente, quando se trata de travestis e transexuais, embora Ferreira (2009) aponte que a intolerância e o preconceito ainda se impõem como uma barreira às diversidades.

Essas diversidades são discutidas por Kulick (1996) durante os oito meses em que esteve em Salvador (Bahia), em pesquisa de campo para conceituar que no Brasil as travestis usam roupas femininas, cabelos, cosméticos, hormônios comprados em farmácias para modificarem os corpos masculinos e serem mais femininas. Já Benedetti (2004) menciona que o universo das travestis vai além do cair na batalha, entre espaços de socialização e amizades com outras monas, principalmente que o segredo permanece entre elas em conversas de iorubá (linguagem de bate-papo).

De forma geral, as travestis são representadas pelo estilo feminino, com a utilização de acessórios, como também o uso frequente de hormônios, com a finalidade de transformarem seus corpos, assumindo o gênero feminino, mesmo ainda possuindo um pênis (ANDRADE, 2012; JUNQUEIRA, 2009).

Enquanto isso, as transexuais (feminino ou masculino) não se enquadram no perfil das travestis, principalmente por se incomodarem com o sexo biológico de nascimento (genitália), desejando assim a cirurgia de redesignação sexual (CRS), ou seja, para adequar o corpo com a mente feminina ou masculina, adotando respectivos nome e aparência (ANDRADE, 2012; JESUS; 2012; JUNQUEIRA, 2009).

A esse respeito, Jesus (2012, p. 8) menciona que

a transexual deve ser tratada de acordo com o gênero escolhido, assim, mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens.

Contudo, mesmo com a conquista da Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013, o acesso à cirurgia de redesignação sexual nos ambulatórios de saúde integral para travestis e transexuais, é um processo burocrático e necessita de acompanhamento de equipe multidisciplinar por no mínimo 2 anos no pré-operatório e até 1 ano no pós-operatório, devido ao fato de as travestis e transexuais, ainda estarem no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais em disforia de gênero (DSM-IV) e transexualismo na Classificação Internacional de Doenças (CID-10)

(AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; SAÚDE, 1993), estabelecendo assim critérios para o diagnóstico do tipo transexual.

Maksoud, Passos e Pegoraro (2014) destacam que no Brasil os serviços que atendem o processo transexualizador existem em números pequenos, não contemplando todos os estados; ainda, há escassez de profissionais específicos, gerando uma demora nas cirurgias, além do protocolo estabelecido.

Embora as travestis e transexuais, ainda tenham que passar por esse processo e os autores desse artigo acreditem na despatologização das Identidades Trans, Borba (2014, p. 92), que recebeu o prêmio CAPES pela tese de doutorado no tema do processo transexualizador, informa que o processo de despatologização valoriza a humanização da atenção a saúde e integralidade da pessoa, transformando assim as pacientes em pessoas e reconhecendo as plêiades de possibilidades da identidade de gênero.

Desse modo, passamos a vida inteira para descobrir quem somos e para nos aceitar. Ebershoff (2016) expõe que pelo menos uma vez na vida já tenha se olhado no espelho e pensado: “O mundo não consegue me ver como eu realmente sou, todos nós queremos ser aceitos por quem somos”.

Diante desse contexto, este artigo objetiva identificar a tendência de publicações científicas, tendo como público as travestis e transexuais, por meio de uma revisão de literatura abrangendo um período entre 2009 e 2015.

Salienta-se que este estudo foi gerado pela dificuldade na construção do atual projeto de doutoramento, versão nacional de um dos autores sobre a discriminação pela identidade de gênero de travesti e transexual, ou por transitar entre os gêneros, no caso, os transgêneros (Drag Queens, King Queens, transformistas), esbarrando em inúmeras “lacunas de informação”, dificultando bastante a construção do projeto de tese de doutorado em saúde coletiva.

Metodologia

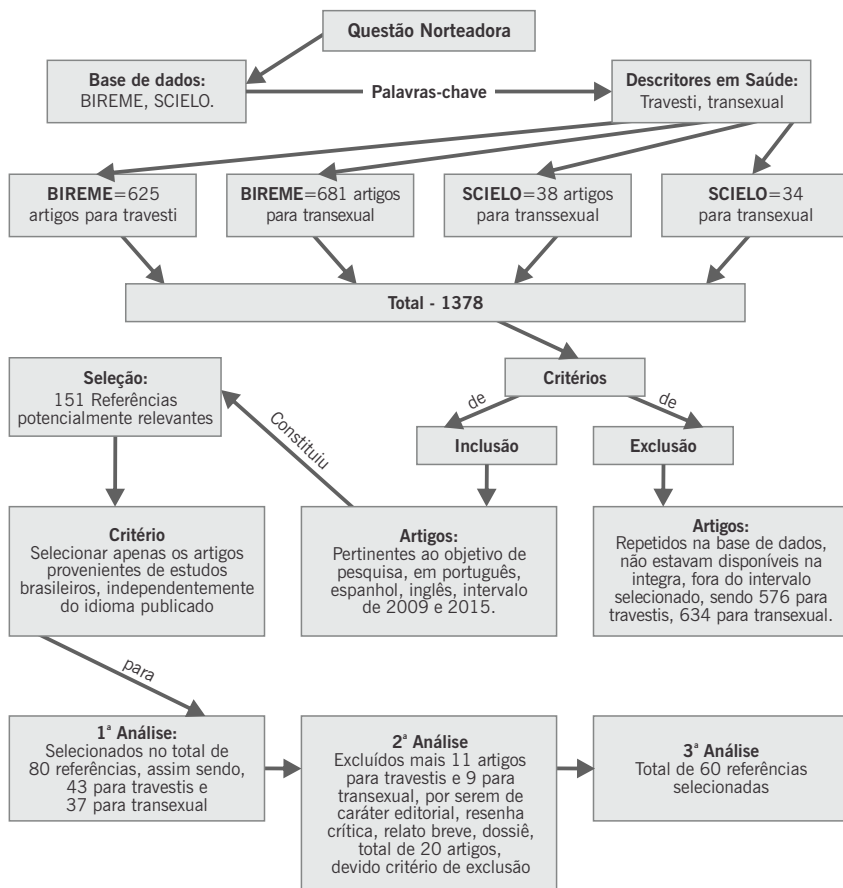
O estudo que deu origem a este artigo se iniciou por uma revisão da literatura, sendo analisado por uma metodologia quantitativa, aqui compreendida em separar em um banco de dados as informações sobre a Revista, tais como: ISSN, Nota na Web Qualis, Área, Ano, Autores, Título, Financiamento, Tipo de pesquisa, Assuntos abordados, confirmando os objetivos e resultados dos artigos e a conclusão. Ressalta-se que na última categoria mencionada foi utilizado o método de Bardin (2011, p. 147) no

processo de categorização, possibilitando aos autores quantificar esses dados com exatidão, preconizados por uma análise quantitativa.

O banco de dados criado foi tabulado em duplicata, entre o programa Microsoft Excel, versão 2016, e o programa STATA, versão 14.0 (Stata corp, Texas, USA). Essa escolha foi motivada com a finalidade de identificar alguma possível discrepância, garantindo assim a qualidade do resultado final durante o processo de seleção e inserção das informações no banco.

Durante o processo de seleção dos artigos, conforme Figura 1, procurou-se inicializar com a pergunta de pesquisa: qual seria o foco de pesquisas acadêmicas com as travestis e transexuais?

Figura 1: Fluxograma de seleção de artigos para revisão da literatura



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dessa informação, foi escolhida a base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME), devido a ambas possuírem um grande acervo de periódicos nacionais e internacionais nos respectivos cadastros. Por conseguinte, nos artigos foram consultados os descritores em saúde “travesti” e “transexual”.

Dessa forma, foram encontrados 1.378 artigos científicos com potencial para o estudo. Nesse ponto, adotaram-se critérios de inclusão – ser em português, espanhol ou inglês, estar disponível na íntegra em PDF, dentro do intervalo de 2009 até publicações de dezembro de 2015 – e de exclusão – estar fora do intervalo mencionado anteriormente, não estar disponível para consulta e estar repetido na base de dados.

A partir dessa seleção, 151 artigos foram potencialmente escolhidos, sendo adicionado o critério de o artigo científico ser proveniente de grupo estudado do Brasil, independentemente do idioma publicado. Nessa perspectiva, destaca-se que no banco de dados do SCIELO não houve exclusão para ambos os termos, mas, para o Bireme, deu-se a remoção de 71 artigos, caracterizados como o público-alvo de travestis e transexuais, porém no âmbito internacional.

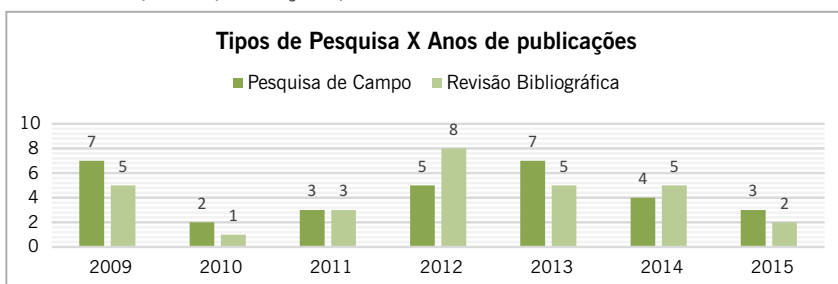
Na etapa seguinte, caracterizada como primeira análise, foram separadas 80 referências que passaram por outro processo de seleção, as quais, quando abrangessem caráter de editorial, resenha crítica, relato breve e dossiê, seriam excluídas, gerando um resultado final de 60 artigos que foram contemplados no presente estudo.

Destaca-se que ambas as bases de dados possuem ferramentas que auxiliam no processo de filtragem dos artigos, mas a quantificação de cada etapa foi computada separadamente nos respectivos programas para controle na análise.

Resultados e discussão

O banco de dados desenvolvido para essa revisão da literatura, conforme Gráfico 1, identificou dois patamares de estudos relacionados a travestis e transexuais, tendo as pesquisas de campo uma abordagem variando entre quantitativa e qualitativa e, na outra extremidade, as pesquisas bibliográficas desenvolvidas com livros e artigos científicos.

Gráfico 1: Tipos de publicações por ano com travestis e transexuais (2009-2015).



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados revelam uma alta incidência de publicações no ano de 2009 e 2013 para pesquisas de campo, enquanto para pesquisas bibliográficas o auge ocorreu no ano de 2012.

Vianna (2015) esclarece que os movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais) possuem uma longa história – com maior ou menor visibilidade em determinados períodos, carregando uma identidade coletiva.

Por meio das análises dos dados, ainda é possível visualizar que as pesquisas de campo sempre estão em sincronia com as pesquisas bibliográficas, por isso, em um período existe um aumento de um tipo e no outro o processo se inverte.

Nessa perspectiva, Naves (1998, p.19) explica que “a pesquisa bibliográfica é uma revisão de literatura com intuito de identificar o que já foi feito até aquele momento sobre o tema (conhecimentos acumulados sobre o problema) e o que ainda necessita ser esclarecido”.

Em sequência do ano de 2009 para 2010, foram encontradas mais publicações com entrevistas com travestis e transexuais, já em 2011 os dois tipos de pesquisas (campo e bibliográfica) se encontraram na mesma faixa produtiva no tema.

No ano de 2012, houve um acréscimo de bibliografias em comparação com a outra modalidade de pesquisa, sendo uma constante nos anos seguintes, mas com queda em 2015.

Esse fato está bastante associado à pesquisa básica aplicada, caracterizada pela revisão bibliográfica. Conforme expõem Senra, Quintás e Caballero (2014, p.81), esse tipo de pesquisa “acumula informações, eventualmente esse conhecimento dará suporte ao desenvolvimento de uma pesquisa aplicada, mesmo, sem fazê-lo diretamente”.

Já a pesquisa aplicada usa o conhecimento da pesquisa básica para resolver problemas, cuja utilização se mostra bastante comum na área da saúde, tendo em vista que tem o poder para investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos métodos teóricos (NAVES, 1998; WATGHIN, 2015).

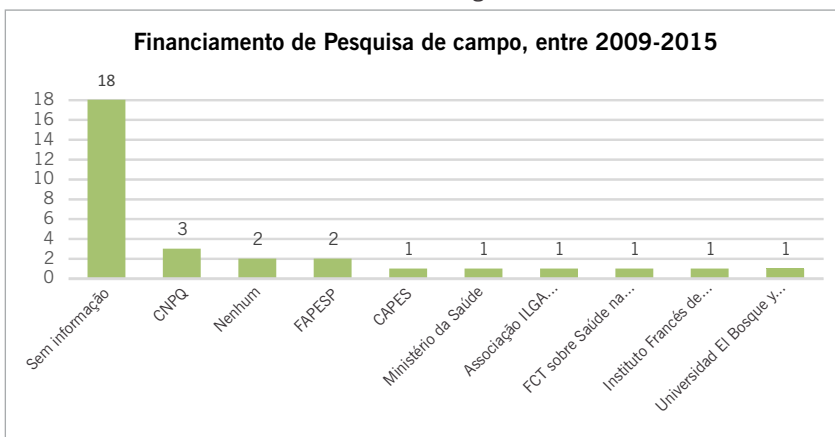
Ainda levando em consideração o fator aumento de publicações sobre um tipo de pesquisa, Peruzzo (2012, p.106), por meio de discussão, explica que os artigos “publicados sofrem do privilégio de alguns periódicos de selecionar só resultados de pesquisa, cuja seleção passa por conselhos editoriais, enquanto a maioria parece priorizar textos de menor densidade, discussões temáticas e abordagens sobre vários assuntos e de áreas afins”.

Minayo (2005, p.272) ressalta que “a produção editorial consome tempo, trabalho, dedicação e dinheiro, necessitando de toda a organização dos originais, relação com os autores, equipe de edição, padronização, revisão de textos, tradução e todo o projeto gráfico”.

Desse modo, quando uma revista adota publicar um artigo sobre travestis e transexuais, demonstra que na comunidade científica não existe preconceito, discriminação, e sim informações científicas. A esse respeito, Viebig (2014, p.7) coloca que o “objetivo de uma publicação é instruir; ser lido; ser comparado; ser criticado; ser imitado; ser polêmico e, principalmente, ser citado”.

No próximo tópico, são analisados os dados sobre o financiamento de pesquisas geradas a partir das informações dos 31 artigos provenientes de pesquisa de campo, contemplando a informação fornecida pelos respectivos autores a respeito de se os estudos receberam ajuda financeira (Gráfico 2).

Gráfico 2: Tipos de financiamentos de pesquisas de campo encontrados nos 31 artigos analisados



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados analisados, é possível identificar que no Brasil as pesquisas relacionadas ao tema das travestis e transexuais, têm recebido auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Saúde.

Perez (2002, p.34) aponta que “a FAPESP procura mecanismos de geração e transferência do conhecimento, financiando projetos de pesquisa”. Ainda, de acordo com Faria Filho (2015, p.411), o “sistema brasileiro escolar é continuamente irrigado com bolsas, do ensino fundamental ao pós-doutorado, custeadas com recursos públicos”.

Em nível internacional, foi observada a parceria entre várias instituições de fomento à pesquisa como universidades e associações com conectividade ao meio LGBT, diferentemente do observado no Brasil, com um único financiador.

Na Argentina, destaca-se o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET), em parceria com a Universidade de Buenos Aires; já no Peru, há o Instituto Francês de Estudos Andinos (IFEA).

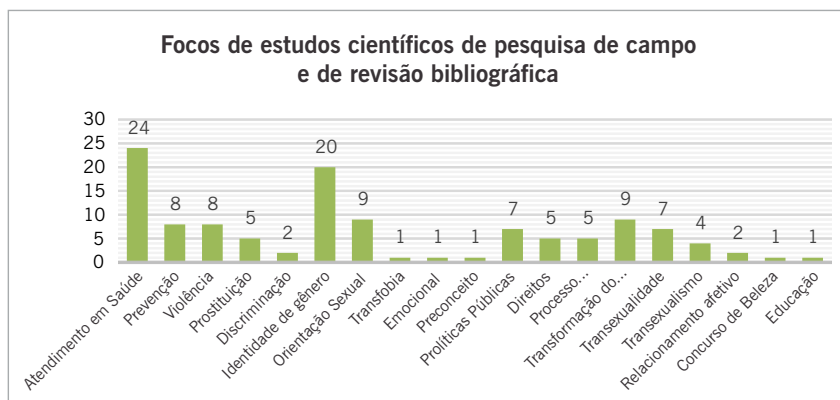
Em Portugal, em especial se destaca a colaboração do governo português, por meio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), do Ministério da Educação e Ciência, parceria com a Associação ILGA Portugal e a ILGA Europe – Região Europeia da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo.

Outro ponto enfatizado pela revisão é a alta taxa da ausência de informações sobre o financiamento das pesquisas nos artigos, podendo-se inferir que os estudos receberam financiamento próprio dos autores ou tal informação foi omitida por uma infinidade de motivos, como, por exemplo: limitações editoriais acerca desse tipo de informação durante o processo de submissão para um periódico nacional ou internacional.

Esse tipo de informação é importantíssimo para futuros pesquisadores possuírem um conhecimento prévio da realidade do tema, como também das dificuldades encontradas por outros pesquisadores no campo de trabalho, essencial, principalmente, para jovens pesquisadores formados pela pós-graduação *stricto sensu* brasileira, os quais, muitas vezes, possuem a dificuldade no início da carreira como docente/pesquisador.

Nesse ponto, a análise dos dados é centralizada na variável dependente dos estudos acadêmicos, que é o foco das pesquisas de campo ou de caráter bibliográfico, cujos dados podem ser visualizados com exatidão no Gráfico 3.

Gráfico 3: Focos dos estudos científicos com travestis e transexuais, entre 2009 e 2015



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse ponto foi construído com base em toda a descrição das pesquisas disponibilizadas nos artigos científicos analisados, levando em consideração os objetivos propostos nos estudos, além dos respectivos resultados e conclusões.

As análises foram separadas em 5 etapas de associação, conforme o método proposto por Bardin (2011, p. 126) “sobre a organização da análise, exploração do material, tratamento dos resultados e inferência e interpretação”. Desse modo, no primeiro bloco, o atendimento em saúde é o eixo central, em que são inseridas outras variáveis, tais como prevenção, violência, prostituição, discriminação.

Nesse momento, o atendimento em saúde ganha seu destaque, conforme descrito por Lionço (2008, p.18), “a saúde se estabelece como um direito, na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), livre de preconceito e discriminação”.

Contudo, Freire *et al.* (2012), ainda relatam que “os profissionais de saúde devem prestar atenção no processo de vulnerabilidade por doenças, violências, que o grupo de travestis e transexuais, estão expostos, como também da dificuldade de acesso do sistema de saúde”.

Ainda nesse contexto, Pinto e Moleiro (2012) ressaltam que na “atmosfera dos ambientes de saúde não existe uma previsão de efetiva empatia, segura e livre de pressupostos (hetero)sexistas”. A esse respeito, Lionço (2008) enfatiza que “um atendimento humanizado seria uma alternativa para maximizar o acesso ao sistema, sem preconceitos”.

Por esse viés, Cardoso e Ferro (2012, p.554) expõem que “o processo de transformação de rede de saúde depende do modo de pensar e agir dos profissionais de saúde”, já que retrata, conforme Aguião (2016,p.46), que “a população mais estigmatizada e vulnerabilizada são as travestis e as transexuais sendo o maior número de vítimas de discriminação e preconceito contabilizadas nos levantamentos existentes sobre a violência que acomete as pessoas LGBT”.

Nesse sentido, faz-se necessária toda uma capacitação no atendimento em saúde, desde campanhas de acolhimento até a valorização dos direitos das travestis e transexuais. Por esse motivo, foi “criado e lançado em 2009 o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos LGBT” (BRASIL, 2009,p.17), mas deve ser reconhecido que a estratégia de melhoria ainda “esbarra na diversidade individual e cultural que se associa com a consciência do/a profissional, refletindo nos valores e atitudes da prática clínica do dia a dia” (PINTO; MOLEIRO, 2012,p.147).

Por esse viés, Cavagnoud (2014, p.150) ressalta que “muitas travestis jovens saem à noite e sofrem muitas formas de violência ou de dominação por policiais ou por clientes, sem direitos e até sem proteção, sendo vítimas e sobreviventes de um sistema cruel”.

Para Perez *et al.* (2015) e Oliveira (2015), é necessário um olhar crítico nos modelos de atenção à saúde em relação aos problemas sociais e patológicos, principalmente porque muitas travestis e transexuais, ainda são alvo nos serviços de saúde de discriminação e preconceito, gerando tristeza e sofrimento para elas.

Por essa razão, as pesquisas científicas existem para que sejam traçadas estratégias de proteger e prevenir que tais fatos não ocorram. A esse respeito, Muller (2008) relata que “se percebe que alguns grupos sociais, como no caso das travestis e transexuais, ainda continuam recebendo um tratamento diferenciado, como se fossem pessoas com menos direitos que os demais”.

Em outras palavras, quando as pesquisas acadêmicas se centralizam nesse bloco estão focadas na discussão sobre o sistema de saúde, a discriminação e o preconceito por profissionais de saúde com o grupo de travestis e transexuais, no cotidiano, procurando identificar e, conseqüentemente, levantar questionamentos e alternativas para a mudança das realidades encontradas.

No segundo bloco, o pilar central é a identidade de gênero, embora outros assuntos em conjunto sejam explorados, como, por exemplo, orientação

sexual, identidade sexual, abordagem sobre a homofobia e transfobia, aspecto emocional e preconceito.

A identidade de gênero é uma construção psicológica (pensamentos, emoções), em função de pertencer a um gênero, mas na sociedade ainda existe uma associação da orientação sexual com o sentimento de autopercepção de ser homem, mulher, gay, travesti, transexual (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; MOLINA *et al.*, 2015).

Diante disso, no cenário brasileiro, os autores Costa, Bandeira e Nardi (2015, p.166) comentam que “o uso do preconceito é uma ferramenta com fidedignidade avaliativa, revelando todo o status da diversidade sexual e de gênero na sociedade”.

Em face dessa iniciativa, “o Ministério da Saúde compreende que todas as formas de discriminação, como o caso da homofobia, devem ser consideradas como fatores impulsoadores na produção de doenças e sofrimento” (BRASIL, 2008, p. 570).

É fato que ainda hoje “existem padrões identitários, hierarquizados, com relações de poder regulados pelas normas de gênero, fornecendo elementos para um mecanismo de exclusão social, legitimando e impondo na sociedade”, conforme apontam Dinis e Pamplona (2014, p.220).

Nesse contexto, “os pesquisadores precisam compreender como um preconceito orienta os movimentos sociais contra um grupo ou membros, criando ou mantendo uma relação de Homo/Transfobia para os não heterossexuais” (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015, p.164).

Dessa forma, nessa vertente de pesquisa, os focos desses estudos estão centralizados no suporte aos efeitos físicos e psicológicos que a transfobia e o reconhecimento da identidade de gênero trazem para a vida de travestis e transexuais, revelando ainda que o preconceito é uma forma de avaliar em nível da exclusão social.

Nessa perspectiva, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual de São Paulo (2014, p.21) esclarece que “as pessoas LGBT são agredidas verbal e fisicamente, excluídas do convívio familiar, impedidas de manifestar afeto em público, e até assassinadas, simplesmente por se sentirem atraídas por terem identidade de gênero que não, condiz com seu sexo biológico”.

No terceiro bloco, as políticas públicas ganham o direito ao processo transexualizador. Freire *et al.* (2013, p.478) trazem “uma descrição que os

movimentos sociais LGBT conseguiram levantar um debate jurídico sobre questões dos direitos sexuais, mesmo de modo lento e não uniforme aconteceu uma relação de ordenamento jurídico e a sexualidade”.

Assim, autorizado pela Resolução 1.482/97, atualizada pela Resolução CFM n. 1.955/2010, acontece o tratamento do transexualismo, atualmente disforia de gênero, por equipes multidisciplinares, sendo estas responsáveis por desde a formulação diagnóstica, avaliação psiquiátrica, apoio psicológico e psicoterapia até o ato cirúrgico e os acompanhamentos pós-operatórios (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010; LISBOA, 2013).

Nesse estágio, denomina-se um direito submeter-se a uma intervenção cirúrgica e a um tratamento hormonal, a fim “de tornar o corpo, tão conforme quanto possível, ao sexo desejado, que não é aquele designado ao nascimento”, de acordo com o que esclarecem Lara, Abdo e Romão (2013, p.239). Esse fato, inclusive, é discutido na política da Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que institui, “no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais reconhecendo as vulnerabilidades e especificidades dos grupos discutidos” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013, p. 06).

A esse respeito, Cardoso e Ferro (2012) informam que “muitas travestis procuram os serviços de saúde da rede pública pelo desejo pela cirurgia de transgenitalização”. Ainda, para Sales e Perez (2016, p.28), todo “esse processo de ressignificação dos gêneros vai além do feminismo, que reafirma as potências e inimagináveis de um corpo poder transformar-se e readaptar-se ou mesmo readaptar-se a tais situações das necessidades humanas”.

Diante disso, Andrade (2012, p. 196) relata em pesquisas com “o grupo de travestis que reparou que devido à discriminação causada pelo nome civil, muitas travestis gostariam de mudar de sexo, apenas para terem seu nome social nos documentos pessoais”.

Amorim, Vieira e Brancaloni (2013, p.530) esclarecem que, devido “às discriminações, muitas travestis não se reconhecem como detentoras de direitos e muitas se prostituem para sobreviver”. Com base nesse entendimento, Ferreira (2009, p.37) “argumenta que ainda existe na sociedade uma variação de aceitação e intolerância com o grupo”.

Nem toda travesti é profissional do sexo, mas existe um tabu social em relação ao grupo de travestis e transexuais, já que muitas têm os caminhos sonhados tirados pelas ruas da prostituição e, quando alguma consegue sair

dessa realidade, ainda passa pela situação de virar em uma esquina e sofrer com olhares tortuosos, comentários maldosos ou de alguém parar o carro e perguntar quanto custa o programa (ANDRADE, 2012; JESUS, 2012; OTERO *et al.*, 2015).

Resumidamente, os pesquisadores nesse bloco procuram estabelecer o vínculo entre o processo transexualizador e as atuais políticas públicas que visam garantir o reconhecimento do direito da população de travestis e transexuais, como no caso da política nacional de saúde integral LGBT já mencionada.

Nessa vertente, o assunto gira em torno do foco do reconhecimento dos grupos estudados quanto aos direitos nos serviços de saúde, além da percepção das entrevistadas em relação aos direitos garantidos pela lei, procurando identificar se usufruem dela ou não o fazem por desconhecimento do assunto.

No quarto bloco, surgem a transformação do corpo, a transexualidade e o transexualismo. Percebe-se uma mudança na denominação científica em relação a travestis e transexuais, de 2009 para 2015, com a alteração do uso da palavra transexualismo (CID-10) para transexualidade, em seguida para transtorno de identidade de gênero (DSM-IV), fato referente à atualização da classificação americana de transtornos mentais (DSM-IV-TR), retirando os termos já citados para a disforia de gênero, menos preconceituosa e discriminatória (LARA; ABDO; ROMÃO, 2013; LISBOA, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013; VAL; MELO, 2010).

Esse dado está muito interligado na época de publicação do artigo científico no periódico, quando aceito e publicado, por isso, no assunto de travestis e transexuais, é sempre necessária atenção ao ano da publicação, a fim de que os eventuais estudos teóricos não cometam erros conceituais como trocar disforia de gênero por transtorno de identidade de gênero ou transexualismo, tendo em vista que os termos passam por constantes mudanças.

Nesse sentido, o transexualismo se caracteriza pela vontade do indivíduo de se parecer com o outro sexo, convivendo com a morfologia conflituosa dos órgãos sexuais primários e secundários, incomodando-se com o sexo biológico de nascimento, almejando o processo transexualizador, mais conhecido como cirurgia de redesignação sexual (CRS), para adequar o corpo com a mente feminina ou masculina (ANDRADE, 2012; JUNQUEIRA, 2009; WESTPHAL, 2015).

Outro ponto de destaque nessa categoria de análise é a informação em relação ao uso das palavras-chave, uma vez que muitos periódicos utilizam os descritores em saúde para indexação e o respectivo acervo possui em seu cadastro as palavras-chave “transexualismo, transexualidade, identidade de gênero e transtornos sexuais e da identidade sexual, contudo, o termo disforia de gênero ainda não foi catalogado” (DECS, 2015; LISBOA, 2015; MACIAS; ARMAZA, 2014), sendo possível inferir que esse fato atrapalha conceitualmente na escolha das palavras-chave para os artigos concernentes ao tema.

Os estudos no bloco em questão, geralmente focados na área de atuação da psicologia, procuram compreender e, desse modo, auxiliar no processo decorrente da disforia de gênero, buscando principalmente fornecer suporte psicológico para a transformação do corpo das travestis e transexuais.

Por último, no bloco de análise surgem os assuntos relacionamento afetivo, concursos de beleza e educação.

As nobres palavras de Ferreira (2009, p.38) ressaltam que “a inserção no mercado de trabalho para as travestis e transexuais ainda se dá de maneira precária, sendo mais frequentes no ramo da estética, gastronomia e do entretenimento, simbolizados pelos concursos de beleza”.

Andrade (2012, p.187) esclarece que “muitas travestis e transexuais, ainda na infância sofrem com a discriminação, todo o estigma, gerando resultados mais diretos em suas vidas, tais como o analfabetismo ou até a não finalização dos estudos”, ou seja, esse é um fator para se associar com a dificuldade de inserção das travestis e transexuais, no mercado de trabalho, independentemente da área.

Sobre o relacionamento afetivo, é algo inovador a discussão, já que, dos 60 artigos analisados, somente dois se preocuparam em abordar o assunto. Nesse contexto, Agreli e Bruns (2012, p.127) mencionam que “a orientação sexual das travestis e transexuais, mais dominante é a homossexualidade, mesmo que muitos comportamentos das mesmas sejam heterossexuais”.

Kulick (1996, p. 4), naquela época, já discutia que as transexuais europeias e norte-americanas se autoidentificavam como heterossexuais e, em relação às travestis, como homossexuais.

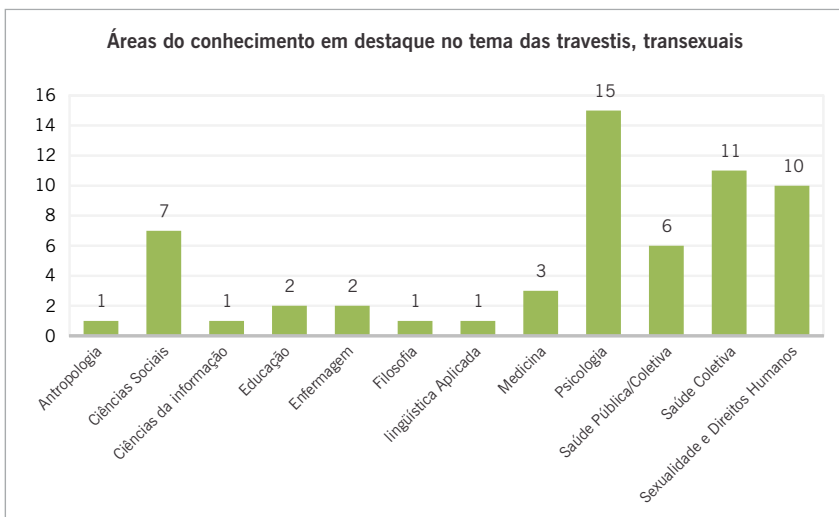
Em outras palavras, no que diz respeito à questão da orientação sexual para as travestis e transexuais, sob a ótica dos autores, é necessário pontuar

que, primeiramente, são pessoas e possuem sentimentos, como também desejos e atrações sexuais, seja por homem, seja por mulher, seja por ambos. Nessa perspectiva, existem dois pontos importantes nessa questão sobre como elas identificam as respectivas orientações, havendo ainda outro ponto de vista que é focado na genitália masculina (pênis) ou feminina (vagina), fato retratado por Agreli e Bruns (2012).

Outro assunto que se destacou na revisão deste artigo foi a centralização nas grandes áreas do conhecimento com travestis e transexuais, fato, inclusive, que se encontra bastante interligado com a área de atuação dos grupos de pesquisa, como também da área prioritária para receber verba de pesquisa de instituições de fomento.

No Gráfico 4, podem ser observadas as áreas com mais interesse pelo assunto referente a travestis e transexuais, representadas pela comunidade científica.

Gráfico 4: Publicações sobre travestis e transexuais, por área do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa.

De ordem decrescente, a área do conhecimento com grande conectividade com o tema das travestis e transexuais, é a Psicologia, seguida pela Saúde Coletiva, Sexualidade e Direitos Humanos, Ciências Sociais, Medicina, Enfermagem, Educação, entre outras áreas como Antropologia em ligação com a Filosofia e Ciências da Informação com um grande *link* com a Linguística Aplicada.

Essa associação está muito interligada ao fato da discussão realizada pela atuação da “Psicologia, por meio do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, porém, o mesmo instrumento rotula o indivíduo de portador de um transtorno, eventualmente poderá sofrer um estigma, devido ao diagnóstico”, conforme descreve Athayde (2001). Por esse viés, Veras (2012, p.321) coloca que “as travestis não são um problema de saúde pública, mas, via aids, acabam sendo tratadas como tal, o que o discurso preventivo parece não considerar é que o problema das travestis é o estigma – e não somente a aids”.

Nesse contexto, Moleiro e Pinto (2009) expõem a importância da “inserção da temática LGBT nos currículos acadêmicos, desde a graduação até as pós-graduações, com finalidade de ampliar a discussão entre as mais diferentes áreas do conhecimento”. Ainda, Siqueira (2016) traz a discussão sobre as travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro, resgatando como o envelhecimento do corpo e as interações sociais fazem referência ao respeito e aos direitos “assegurados” na sociedade para essa população, assim, a inclusão de novas abordagens de pesquisas com travestis e transexuais, (mulheres transexuais e homens trans) permite conhecer e mesmo traçar novas políticas públicas embasadas na dignidade e no respeito.

Considerações finais

Este artigo procurou identificar, por meio de uma revisão da literatura de estudos analisando as publicações em português, espanhol ou inglês, entre 2009 e 2015, em dois bancos de dados com grande acervo de publicações sobre as travestis e transexuais, o que estava sendo pesquisado, possibilitando averiguar os possíveis motivos para as lacunas de informações acerca desses grupos.

Essas informações são importantes para jovens pesquisadores que venham a se aventurar cientificamente, trazendo à tona esse universo para as universidades e para o meio científico perceberem que certos assuntos, tais como nome social, discriminação e processo educacional, até o momento são poucos explorados, estabelecendo eventualmente uma invisibilidade de estratégias em políticas públicas em prol de uma melhoria para o grupo, devido à falta de dados ou de demanda de muitos projetos igualitários, inclusive são potencialmente arquivados.

Os dados revelaram que existiu um acervo variado de focos estudados para ambos os grupos, mas centralizados em dois eixos de atendimento em serviços de saúde e identidade de gênero, em que tais dados estão interligados com as áreas de conhecimento envolvidas, principalmente com a abordagem da

Psicologia, que recebeu um destaque nas análises, tendo em vista que, ainda, ser travesti e transexual é estar classificada em disforia de gênero, além do CID-10 e tantas outras situações que essas classificações trazem para a vida da pessoa.

Em relação ao financiamento das pesquisas com travestis e transexuais, por instituições de fomento de pesquisa, verificou-se que não foi alto, mas se percebeu a colaboração entre vários tipos de diferentes de instituições, desde o governo municipal, estadual ou federal, passando pela parceria entre hospitais e universidades, até organizações não governamentais.

Conclui-se que os motivos para as lacunas de informações são quase como uma armadilha perversa, devido ao fato de ser necessário levar em consideração uma série de fatores, tais como disponibilidade dos grupos em participar, autorizações éticas, alguém disposto a se aprofundar nessa temática, verba disponível para o estudo, testes estatísticos que definem o que é significativo ou não, além de editoriais de publicações até finalmente chegar aos leitores.

E o ciclo recomeça, talvez melhor do que o anterior, a depender do esforço dos pesquisadores em dar a oportunidade de afastar-se da tendência científica e se aventurar em assuntos que valorizam a dignidade da pessoa, saindo da ótica das classificações, afinal, as travestis e transexuais possuem uma história, experiências de vida. Desse modo, tais informações são úteis, já que podem auxiliar outras que passam pelo mesmo processo e, muitas vezes, sofrem em silêncio à noite – um motivo... uma razão para acordar no outro dia.

O pesquisador tem o “poder” de mudar mentalidades, construir novos destinos, alterar conceitos preestabelecidos, por meio de uma pesquisa científica de campo ou de revisão da literatura, abrindo assim os olhos de quem ainda não consegue ver e escutar a verdade sobre a diversidade humana.

Finaliza-se este artigo ressaltando que não poder enxergar as cores é triste, mas não desejar ver a diversidade da humanidade é provocar a própria cegueira. Não ver é a forma mais eficaz de exclusão social, a mais cruel punição de quem é diferente (DIAS, 2016).

Agradecimentos

Agradecimento financeiro à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa cedida no programa *stricto sensu* em Saúde Coletiva e a Comissão Municipal da Diversidade Sexual de Santos, São Paulo representada pela Coordenadora Executiva Taiane Miyake por todo o suporte oferecido.

Referências

AGRELI, Milene Soares; BRUNS, Maria Alves Toledo. Dialogando con estudios acerca de las vivencias afectivo-sexuales de las parejas de transexuales. *Liber.*, v. 18, n. 2, p. 125-129, 2012.

AGUIAO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 46, p. 279-310, abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460279>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Manual de Publicación de la American Psychological Association*. Bogotá: Manual Moderno, 2014.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Gender Dysphoriafact sheet*, 2013. Disponível em: <<http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

AMORIM, Sylvania Maria Godoy; VIEIRA, Fernanda de Sousa; BRANCALEONI, Ana Paula. Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. *Saúde debate*, v. 37, n. 98, p. 525-535, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300016>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

AMPARO, Liliane Peixoto. Aprender fazendo: a interdisciplinaridade na formação em saúde coletiva. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 18, n. 5, p. 1511-1512, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000500037>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

ATHAYDE, Amanda Valéria Luma. Transexualismo masculino. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 45, n. 4, p. 407-414, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302001000400014>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. *Rev. Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 570-573, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Programa Brasil Sem Homofobia, Brasília – DF, 2009.

BENEDETTI, M. R. A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição. *Boletín Ciudadania Sexual*, Peru, v. 11, p. 5-8, 2004.

BORBA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 66-97, Aug. 2014. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.06.a>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Michele Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicol. cienc. prof.*, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CAVAGNOUD, Robin. Violencias y contra-dominación: notas etnográficas sobre el espacio social de la prostitución travesti en un barrio marginal de Lima. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 149-173, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.09>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 1.955, de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652/02. *Diário Oficial da União*, Brasília, set. 3; Sec.1, p. 109-110, 2010.

COSTA, Angelo Brandelli; BANDEIRA, Denise Ruschel; NARDI, Henrique Caetano. Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 32, n. 2, p. 163-172, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000200002>>. Acesso em: 21 maio 2016.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC/SP, 2014.

CUT – Central Única dos Trabalhadores - São Paulo. *Cartilha LGBT*. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Políticas Sociais da CUT/SP, 2016.

DECS. Descritores em Saúde. Consulta: *Gênero*. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decserver/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

DIAS, M. B. *O arco-íris da igualdade*. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/21_-_o_arco-%EDris_da_igualdade.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

DINIS, Nilson Fernandes; PAMPLONA, Renata Silva. “Encontrando Bianca”: discursos sobre o corpo-travesti. *Pro-Posições*, v. 25, n. 2, p. 217-236, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072014000200012>>. Acesso em: 03 abr.2016.

EBERSHOFF, D. *A garota dinamarquesa*. Rio de Janeiro: Fabrice 231, 2016.

FERREIRA, Rubens da Silva. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 35-45, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652009000200003>>. Acesso em: 06 mar.2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A pesquisa em educação e a qualidade da escola básica: desafios para a pós-graduação. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 407-420, set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698151064>>. Acesso em: 14 mar.2016.

FREIRE, Eduardo Corsino *et al.* A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do SUS entre travestis, transexuais e transgêneros. *Saúde debate*, v. 37, n. 98, p. 477-484, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300011>>. Acesso em: 12 jun.2016

JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre Identidade de gênero*: conceitos e termos. EBOOK. Brasília: Protocolo EDA/DF 2012, n. 366, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação*: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KULICK, Don. Causing a Commotion: Scandal as Resistance among Brazilian Travesti Prostitutes. *Anthropology Today*, v. 12, p. 3-7, 1996.

LARA, Lucia Alves da Silva; ABDO, Carmita Helena Najjar; ROMÃO, Adriana Peterson M Salata. Transtornos da identidade de gênero: o que o ginecologista precisa saber sobre transexualismo. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, v. 35, n. 6, p. 239-242, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032013000600001>>. Acesso em: 26 jun.2016.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde & Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200003>>. Acesso em: 02 ago.2016

LISBOA, Felipe Stephan. Mudanças no DSM-5: despatologização aspíe e trans?. *(EM)cena: a saúde mental em movimento*, Palmas. 2013. Disponível em: <<http://ulbra-to.br/encena/2013/01/18/Mudancas-no-DSM-5-despatologizacao-aspie-e-trans>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

MACIAS, Elena Atienza; ARMAZA, Emilio José Armaza. La transexualidad: aspectos jurídico-sanitarios en el ordenamiento español. *Salud colect.* Lanús, v. 10, n. 3, p. 365-377, 2014.

MAKSOUND, Fernanda Resende; PASSOS, Xisto Sena; PEGORARO, Renata Fabiana. Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica. *Rev. Psicol. Saúde*, Campo Grande, v. 6, n. 2, p. 47-55, dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência & Saúde Coletiva completa 10 anos!. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 272-272, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200001>>. Acesso em: 05 ago.2016.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 20, p. 159-172, 2009.

MOLINA, José Miguel Rodríguez *et al.* Escalas de depresión y Ansiedad para personas transexuales. *Psicología desde el caribe*, Colômbia. 32, n. 1, p. 53-80, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14482/psdc.32.1.5433> >. Acesso em: 07 ago.2016.

MOVIMENTO GLBT decide mudar para LGBT. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL593295-5598,00MOVIMENTO+GLBT+DECIDE+MUDAR+PARA+LGBT.html> >. Acesso em: 02 jul. 2016.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babadô!'. *Cadernos EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 01-14, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512008000200002>>. Acesso em: 22 jun.2016.

NAVES, Maria Margareth Veloso. Introdução à pesquisa e informação científica aplicada à nutrição. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 15-36, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52731998000100002>>. Acesso em: 24 abr.2016.

OLIVEIRA, Maria Conceição. Transversalidade Epistemológica da Saúde Coletiva: Saberes e Práticas. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2291-2292, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015207.16542014>>. Acesso em: 13 abr./2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

OTERO, Luis Manuel Rodríguez *et al.* Violência em parejas transexuales, transgénero e intersexuales: una revisión bibliográfica. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 914-935, 2015.

PEREZ, Glória *et al.* Salud y conductas relacionadas con la salud según la atracción y la conducta sexual. *Gac Sanit*, S.E.S.P.A.S, v. 29, n. 2, p. 135-138, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gaceta.2014.07.013>>. Acesso em: 22 jul.2016.

PEREZ, José Fernando. Pesquisa: a construção de novos paradigmas. *São Paulo Perspec.*, v. 16, n. 4, p. 30-35, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000400006>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

PERUZZO, Cícilia Krohling. Avanços nas revistas acadêmicas. In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques. *Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: Ipea, 2012. p. 105-117.

PINTO, Nuno; MOLEIRO, Carla. As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: perspectivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 129-151, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos direitos humanos. *Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais – GLBT*. Brasília: Distrito Federal, 2008. p. 290.

SALES, Adriana; PERES, William Siqueira. Apontamentos anal-lisadores, corpos, travestis, tempos e subjetivadas compreensões do cu. *Periódicus*, Salvador, n. 4, v. 1, nov. 2015-abr. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. *Cartilha da Diversidade Sexual e Cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SENRA, Ana I. Martínez; QUINTÁS; María A.; CABALLERO, Gloria. La investigación básica en las empresas innovadoras españolas: un análisis exploratorio. *Innovar*, Colômbia, v. 24, n. 52, p. 79-88, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15446/innovar.v24n52.42524>>. Acesso em: 23 jul.2016.

SIQUEIRA, Monica S. Caminhando como senhoras: interações sociais e performatividade de gênero de travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 9, n. 13, p. 151-174, 2015.

VAL, Alexandre Costa; MELO, Ana Paula Souto. Transtorno de identidade de gênero (TIG) e orientação sexual. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 192-193, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462010000200016>>. Acesso em: 04 abr.2016.

VERAS, Elias Ferreira. Corpos que escapam. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 320-322, abr. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100019>>. Acesso em: 09 mar.2016.

VIANNA, Claudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>>. Acesso em: 03 ago.2016.

VIEBIG, Ricardo Guilherme. Pesquisa científica e publicações. *Arq. Gastroenterol*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 7-8, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0004-28032009000100006>>. Acesso em: 01 jun.2016.

WATGHIN, Gleb. Instituto de Física IGW – UNICAMP. *Pesquisa básica e aplicada*. Disponível em: <<http://portal.ifi.unicamp.br/pesquisa?showall=&start=1>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

WESTPHAL, Laure. O Transexualismo como suplência na Psicose. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 11-24, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982015000100002>>. Acesso em: 16 maio 2016.

**Numa tarde qualquer: Uma antropologia
da Parada da Diversidade em Cuiabá e da
cultura LGBT no Brasil contemporâneo**

*In an afternoon any: An anthropology of Diversity Parade
in Cuiaba and LGBT culture in contemporary Brazil*

Marcos Aurélio da Silva

*Professor do Mestrado em Antropologia da UFMT e
doutor em Antropologia pela UFSC
marcoarelios@hotmail.com*

5

Resumo

A partir da pesquisa etnográfica feita na Parada da Diversidade de Cuiabá, entre os anos de 2014 e 2016, através de entrevistas com os organizadores e observação participante, o artigo pretende uma reflexão antropológica sobre esse tipo de evento que acontece no ocidente desde 1970, como forma de comemoração da “batalha de Stonewall”. No Brasil, as paradas começaram em meados dos anos de 1990, tornando-se a de São Paulo a maior do mundo, e colocam o país entre os que mais realizam esse evento, com mais de duas centenas. Outro ponto discutido é a suposta falta de consistência política das paradas, por conta de terem um lado festivo bastante destacado. Como veremos, tanto a teoria antropológica quanto a própria história e o formato das paradas, como corporalidades que se inscrevem no tecido urbano, negam que esses “carnavais fora de época”, como são acusadas, sejam menos políticos ou mesmo eficientes que outras formas convencionais de militância.

Palavras-chave: Parada da diversidade; performance; cultura LGBT; militância política; Cuiabá.

Abstract

Based on the ethnographic research done at the Cuiabá Diversity Parade, between 2014 and 2016, through interviews with the organizers and participant observation, the article intends an anthropological reflection on this type of event that happens in the West since 1970, as a form of commemoration of the “Stonewall Riot”. In Brazil, the parades began in the mid-1990s, with São Paulo becoming the largest in the world, and placing the country among the most successful in this event, with more than two hundred. Another point discussed is the supposed lack of political consistency of the parades, because they have a very prominent festive side. As we shall see, both anthropological theory and the history and format of the parades, as embodied in the urban tissue, deny that these “off-season carnivals”, as they are accused, are less political or even efficient than other conventional forms of militancy.

Keywords: Diversity Parade; performance; LGBT culture; political activism; Cuiabá.

Ainda que seja impossível pensar em experiências universais quando o assunto é gênero e sexualidade – mesmo se pensarmos apenas no mundo ocidental –, é inegável que um contexto urbano de performances e territorialidades parece colocar em rede as políticas e poéticas das culturas LGBTs recorrentes nas metrópoles de muitos países pelo globo. Circuitos de boates, saunas e bares, bairros residenciais, militância política, festivais de cinema e paradas do orgulho LGBT ou da diversidade de sexo e gênero são algumas manifestações dessa cultura LGBT. De todas, no entanto, as paradas são certamente as *performances culturais* (SINGER, 1972) que mais se espalharam, guardando suas particularidades, mas tecendo inevitáveis redes nacionais e mundiais¹. Cuiabá, capital de Mato Grosso, faz parte dessa rede desde 2003, quando começou a ser realizada pela militância local uma parada nos moldes muito parecidos com as paradas que desde 1970 são realizadas por todo o mundo, mas principalmente no Ocidente, tendo na de Nova York sua origem mítica (ARMSTRONG e CRAGE, 2006) e na de São Paulo uma das maiores referências na contemporaneidade (FACCHINI e SIMÕES, 2009).

Unindo no mesmo evento a militância política – geralmente organizadora – e a população LGBT e simpatizante – não necessariamente membros das organizações não governamentais promotoras –, as paradas se tornaram um misto de festa com manifestação política, característica que é ao mesmo tempo sua maior força e também fonte de controvérsias. Enquanto desfilam em avenidas centrais dessas cidades, geralmente portando uma imensa bandeira com as cores do arco-íris, os participantes exibem suas produções corporais, práticas afetivas, grupos organizados, os ícones da música e da cultura *pop* com os quais dançam pelas ruas – em torno dos trios elétricos, forma-se uma pequena amostra do que são as boates frequentadas por parte da população LGBT –, ao mesmo tempo em que reivindicam direitos sociais, em discursos proferidos dos carros de som e nas faixas que anunciam as demandas: contra a homofobia e por sua criminalização, a favor da união civil e/ou do casamento entre pessoas do mesmo sexo, pelo fim da violência contra a população LGBT, pela separação de religião e política, pela não padronização do conceito de família, entre outros, são temas que estiveram presentes em paradas como a de Cuiabá e certamente se repetiram em eventos do mesmo tipo no Brasil.

¹ Não há números exatos, mas é bem possível que o número de paradas LGBTs e da diversidade sexual e de gênero no mundo ultrapasse fácil a casa dos quinhentos. Algumas listas disponíveis na internet (<http://www.gaypridecalendar.com/>) citam ao menos 230 paradas apenas nos Estados Unidos e quase outras 200 em outros países das Américas, da Europa, da Ásia, da Oceania e da África. Acredito que esse número seja bem superior, uma vez que, das paradas brasileiras, apenas Rio de Janeiro e São Paulo figuram nessas listas.

Essa união entre manifestação política e festa muitas vezes tem sido motivo de polêmicas. Há quem diga que esses eventos foram perdendo seu foco político, que se destacava mais no início, tornando-se um carnaval de grandes proporções onde a maioria dos participantes estaria mais interessado na festa do que nas suas reivindicações. Não se trata aqui de desvendar quais são os interesses de quem participa das paradas da diversidade, que certamente são múltiplos e as colocam, em cidades como São Paulo, entre os eventos que mais atraem turistas à cidade² – sendo por isso vista com bons olhos pelo poder público. Embora não seja esse o caso da parada de Cuiabá, realizada por 13 anos numa sexta-feira comum, em horário comercial, ela se converte numa festa em que grupos, geralmente colocados à margem pelas forças hegemônicas locais e nacionais, territorializam as ruas centrais da cidade com suas corporalidades e identidades. Beijos românticos entre pessoas do mesmo sexo ou a presença marcante de travestis, transexuais e transgêneros, que exibem seus corpos construídos como um desafio às normas de sexo e gênero, adquirem aqui uma força comunicativa igual ou maior do que os discursos políticos.

A pesquisa para o presente artigo tem sido realizada desde a 12^a Parada da Diversidade de Cuiabá, realizada em novembro de 2014, através de observação participante e de entrevistas com membros da militância local. Os principais interlocutores são os ativistas que presidiram o grupo Livre-Mente, organização não-governamental criadora e organizadora da parada³. No que se refere à observação participante, trata-se de metodologia privilegiada no trabalho de campo antropológico (WHYTE, 1975), o que implica que, mais do que simplesmente observar, o pesquisador participa dos eventos que narra, permitindo-se confundir com outros participantes, ou melhor, deixando-se afetar (FAVRET-SAADA, 2005) e sentir no próprio corpo as multissensorialidades que produzem eventos como as paradas da diversidade.

A performance cultural ou o que comunicam as paradas

Na antropologia, eventos como as paradas da diversidade e do orgulho LGBT podem ser lidos dentro da noção de *performance cultural*, conceito que Langdon (1999) toma de Singer (1972), defendendo que esses

² A parada paulistana chegou a contar com 4 milhões de participantes – 2011, 2012, 2013 –, segundo números divulgados pela Associação Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, e desde 2003 tem ultrapassado a casa de um milhão de participantes, fazendo desse evento o que mais atrai turistas a São Paulo, segundo a Secretaria Municipal de Turismo (SPTuris). Também é o segundo evento que mais atrai turistas estrangeiros ao Brasil, ficando atrás apenas do Carnaval carioca.

³ A pesquisa faz parte do projeto de estágio pós-doutoral *Gênero, performance e audiovisualidades: uma antropologia urbana de movimentações sociais e territorialidades políticas no contemporâneo*, com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso e ao Grupo de Pesquisa em Antropologia do Contemporâneo: Sujeitos, Sociabilidades e Visualidades (GPAC), coordenado pelo professor Moisés Lopes. O GPAC realiza, desde 2011, levantamento histórico da militância LGBT na região da capital de Mato Grosso (LOPES e SILVA, 2016).

gêneros performativos não são limitados ao teatro, concertos, palestras, como reconhecido no mundo ocidental, mas também incluem ritos, rezas, cerimônias, festivais, casamentos, etc. São expressões artísticas e culturais marcadas por um limite temporal, sequência de atividades, programa de atividades organizado, conjunto de atores, plateia, um lugar e ocasião para a performance. Podem ser observadas numa experiência direta e única e, ainda mais importante, são compostas de “mídia cultural”, ou o que Singer descreve como meios de comunicação que incluem não só a linguagem falada, mas meios não-lingüísticos tais como cantos, dança, interpretações performativas, artes gráficas e plásticas (SINGER, 1972, p. 71). Performances são uma orquestração de meios simbólicos comunicativos, e não expressões num único meio. Elas resultam num conjunto de mensagens sutilmente variadas sendo comunicadas numa performance. (LANGDON, 1999, p. 23)

Victor Turner (1987, p. 21-2) toma esses eventos como *liminares*⁴ ou *liminoides*, ressaltando a possibilidade de se constituir um momento de exceção, de afrouxamento das regras e hierarquias cotidianas, um “como se” ao mesmo tempo perigoso, ameaçador e reflexivo. Não é um “reflexo” nem um mera “expressão” do sistema social ou da configuração cultural, mas forma com estes uma relação de *reciprocidade e reflexividade*, “no sentido que a performance é sempre uma crítica, direta ou velada, da vida social na qual surge, uma avaliação (com fortes possibilidades de rejeição) das formas como a sociedade lida com a história” (TURNER, 1987, p. 22; tradução livre). Ao contrário dos rituais tradicionais que sempre parecem se encaminhar para um reforço da ordem estabelecida,

os gêneros que surgiram depois da Revolução Industrial (as artes e as ciências modernas), embora menos sérios aos olhos das pessoas comuns (pesquisa pura, entretenimento, interesses de elite), tiveram um maior potencial para mudar a maneira como os homens se relacionam uns com os outros e os conteúdos dos seus relacionamentos. A influência destes últimos tem sido mais insidiosa. (...) Ser

⁴ O conceito de *liminar* para Victor Turner vem de sua leitura de Van Gennep (1977) que identificou a *liminaridade* como um momento especial dos ritos de passagem, quando não se está nem lá nem cá, em que as estruturas sociais podem ser colocadas em suspenso ou sob suspeição, abrindo espaço para a sugestão ou mesmo a reivindicação de um mundo possível (TURNER, 1992; 1974; 2005; 1987).

audiência ou ator é uma atividade opcional – a falta de obrigação ou coação por normas externas lhes confere uma qualidade prazerosa que os torna capazes de serem absorvidos mais prontamente pela consciência individual. O prazer torna-se então, uma questão crucial no contexto das mudanças inovadoras. (TURNER, 1974, p. 14)

Por conta disso, a carnavalização, que às vezes é vista de forma negativa, tem seu conteúdo político destacado quando percebida como performance que encena uma resistência, um teatro da diversidade que se coloca como vida ideal mesmo que jamais seja alcançado. Assim, para a antropologia da performance⁵ não cabe pensar em gêneros performativos como as paradas da diversidade na dicotomia entre festa e política como alguns estudos ressaltam (FERREIRA, 2012; FRANÇA, 2012; BRAZ e MELLO, 2011). Como eventos de comunicação, elas comunicam mais que os textos enunciados, com suas corporalidades, danças, músicas, discursos, mensagens em faixas e cartazes, comportamentos destacados, tornando um evento multimídia que rememora os antigos carnavais (BAKHTIN, 1987), não por seu lado festivo ou de lazer, mas por seu formato performático, espalhando-se na paisagem e na temporalidade da cidade, carnalizando uma parte do mundo – neste caso, os sistemas de sexo e gênero (RUBIN, 1975) ou a heterossexualidade como norma (BUTLER, 2003) – ameaçando ou colocando sob suspeita os discursos hegemônicos do cotidiano.

⁵ Segundo Langdon (2006, p. 172), “estes estudos se enquadram no interesse atual das políticas culturais, campo interdisciplinar entre antropologia, estudos culturais, comunicação e outros (...). As teses e publicações de análises de festas, festivais, espetáculos, movimentos políticos, etc., como expressões de identidade, valores, resistência e reinvenção de tradições, têm sido tão numerosas nos últimos anos que qualquer bibliografia do assunto seria imensa”.



Parada de São Paulo, 2003.

Foto: Marcos Aurélio da Silva

As paradas da diversidade sexual ou do orgulho LGBT têm sido estudadas por pesquisadores da Antropologia, Sociologia e Psicologia e os enfoques têm se concentrado nos estudos de consumo, em que elas são pensadas a partir da aproximação do mercado com a militância (FRANÇA, 2006) ou no consumo como forma de resistência (KATES e BELK, 2001), ou nos estudos de gênero e sexualidade (FACCHINI, 2005; BRAZ e MELLO, 2011) que enfocam a história da militância LGBT no Brasil, a luta por direitos e pelo fim da violência homofóbica. Poucos estudos, dentro e fora da antropologia, enfocam as paradas do ponto de vista formal, enquanto performance estruturada e estruturante, como um evento comunicativo que produz marcas na paisagem urbana, dialoga com a cidade, indo além dos enunciados que estão em slogans, faixas, cartazes e discursos. Já o trabalho de Glauco Ferreira (2012), realizado a partir de uma etnografia na Parada da Diversidade de Florianópolis, coloca em relevo o formato da parada e as performances dos participantes do evento na disputa pelos sentidos políticos:

É assim um tipo de intervenção coletiva e pública que opera por meio de símbolos e que produzem novos códigos e representações a respeito dos sujeitos LGBT e seus direitos. Nos exemplos presentes na Parada se está lidando com os símbolos da alegria e festividade, do orgulho, mas ao mesmo tempo sinalizando simbolicamente agressões simbólicas e materiais, violências físicas e a própria morte que marcam a vida e as experiências de alguns sujeitos LGBT. (FERREIRA, 2012, p. 11)

Os estudos de consumo ou os que enfatizam a história da militância são de fato áreas de pesquisa de extrema importância e mostram as estratégias de indivíduos e coletivos nas produções identitárias na cultura LGBT contemporânea. Mas, ao enfatizarem mais o conteúdo que a forma, deixam de lado importantes componentes que explicam o sucesso das paradas, relegando o político sempre às práticas organizativas quase oficiais e afastando-o de vez de outras possibilidades que irrompem nesse formato festivo. Adoto, então, uma “perspectiva performática” que é como Langdon (1996) chama a preocupação de buscar não apenas a relação da performance com a sociedade, mas como os gêneros performáticos são construídos e reproduzidos pelas culturas (LANGDON, 1996, p. 26). Minhas preocupações serão então as características, as situações e os atos da performance.

Essa abordagem surgiu no campo da etnografia da fala, onde o ato performático é como outros atos da fala, um ato situado num contexto singular e construído pelos participantes. Há papéis e maneiras de falar e agir. Performance é um ato de comunicação, mas como categoria se distingue dos outros atos de fala principalmente por sua função expressiva ou “poética”, (...) [que] ressalta o modo de expressar a mensagem e não o conteúdo da mensagem. (LANGDON, 1996, p. 26)

Alguns autores ressaltam a parada enquanto formato, que reúne elementos políticos e festivos, na produção de uma memória coletiva. Armstrong e Crage (2006) pensam as paradas do orgulho LGBT e da diversidade a partir de sua origem, em 1970, em Nova York, quando a primeira delas foi organizada como forma de celebração ao aniversário da batalha de Stonewall que, um ano antes, teve lugar no bar de mesmo nome, no Greenwich Village. Na ocasião, as investidas da polícia, que eram comuns em bares frequentados pela população LGBT, tiveram uma resposta não passiva que se tornou um confronto de três dias e culminaria numa sensação de vitória que se espalharia pelos Estados Unidos e pelo mundo, nas décadas seguintes. Apesar

de muitas vezes ser lido como o mito fundador do movimento homossexual no Ocidente, Stonewall foi um marco divisor entre uma época de lutas em que a visibilidade não era uma questão importante, para outra, em que a visibilidade se torna uma prática coletiva e individual, uma política que encontra nas paradas seu principal ápice, “*expressões concentradas da arrebatadora visibilidade que o próprio mundo LGBT tem alcançado*” (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 18).

O assunto apresenta ainda outras possibilidades teóricas. Pensar em “cultura LGBT” é um desafio para a antropologia por conta da problemática do termo cultura e sua presença marcante na história da disciplina. Mas no contexto estudado, esse conceito pode ser discutido e até mesmo repensado, uma vez que falar em “cultura LGBT” pode significar de tudo menos que se trate de um grupo homogêneo. As paradas dramatizam esse paradoxo e parecem criar um ilusório senso de comunidade, colocando no mesmo espaço celebratório pessoas geralmente afastadas no cotidiano. Ou seja, as paradas dramatizam a formação de uma comunidade que, apesar das múltiplas identidades, compartilha naquele momento um certo “essencialismo estratégico”⁶ reivindicatório que se desfará ao fim do evento. Assim, pensar em cultura LGBT é também estratégico pois dá conta de pensar em regularidades nas sociabilidades urbanas, sem pressupor uma comunidade homogênea.

Ainda que as paradas realizadas no Brasil e no mundo guardem suas peculiaridades, existem pontos de contato entre elas que serão explorados neste artigo com vista a pensá-las como performances culturais de modelo transnacional que comunicam e desafiam os contextos locais:

- a) *Criam um sentido de comunidade*, mas muito mais para dramatizá-la. Indivíduos que podem estar afastados no cotidiano performam um “estar junto”, constituindo assim uma comunidade, ainda que provisória, para eles mesmos e para quem os assiste.
- b) *Guardam semelhanças com um carnaval*, o que tem sido um ponto negativo para uns, positivo para outros. Do ponto de vista antropológico, citado acima, e da própria história das paradas do orgulho LGBT, como será visto adiante, não faz sentido tal distinção entre carnaval e parada como se simbolizassem a oposição festa e política.

⁶ Gayatri Spivak, citada por Costa (2002, p. 67), sugere para o feminismo, com o mesmo dilema das múltiplas identidades, a produção de uma identidade provisória como lugar de contestação e revisão. O essencialismo estratégico nega a essência a-histórica de outros discursos identitários.

- c) *Compartilham pautas bem parecidas a cada ano*, mostrando a violência estrutural da homofobia, a necessidade de leis que garantam direitos iguais, o direito à família com questões sobre casamento e adoção, entre outras, eixos comuns ao Brasil e ao Ocidente.
- d) *Ocupam lugares privilegiados da cidade*, como a Avenida Paulista, a Beira-Mar de Florianópolis, orlas nobres do litoral do Rio de Janeiro e do Recife, *promovendo inscrições no tecido urbano* num contexto de produção de visibilidade como demanda política. “*É preciso mostrar que existimos*” é uma ideia que a permeia desde a origem (ARMSTRONG e CRAGE, 2006).

Pensando nestas semelhanças e partindo das peculiaridades da parada cuiabana, esse artigo pretende apresentar as paradas enquanto gênero performático que articula elementos festivos e de militância num discurso político. Como veremos, a ideia de que o lado festivo das paradas se dá pelo fato de serem também planejadas dentro dos calendários turísticos das principais capitais é desafiada pela parada da diversidade de Cuiabá que, sem ser pensada enquanto evento turístico – nem pelo poder público, nem por empresários do mercado LGBT local –, apresenta os mesmos elementos festivos de outras realizadas pelo mundo. Para além dos sérios modelos de militância, as paradas sinalizam um gênero de manifestação transnacional que se mescla a gêneros performáticos locais para se constituir como, antes de tudo, uma manifestação enfatizada na visibilidade de sujeitos à margem, sobre a qual as pautas políticas podem ser encenadas. O formato é tão ou mais importante que o conteúdo que performa.

Irrompendo na tarde: a parada de Cuiabá

A parada da diversidade de Cuiabá tem uma peculiaridade importante. É talvez a única, entre as capitais brasileiras, que não é realizada num domingo: de 2003 a 2015 aconteceu numa sexta-feira e, em 2016, num sábado. Não se trata de uma simples diferença de dia, uma vez que ela se dá em meio ao cotidiano urbano do centro de Cuiabá, enquanto as outras – ainda que ocupem espaços de destaque, como a Avenida Beira-mar em Florianópolis, a Paulista em São Paulo, as orlas do Rio de Janeiro e do Recife, só pra citar alguns exemplos – são realizadas no domingo quando estes mesmos espaços são fechados para lazer ou para festas locais⁷. Assim a parada de Cuiabá se torna

⁷ A Paulista nos últimos anos tornou-se um grande parque sem a circulação de carros no domingo, enquanto a Beira-mar de Florianópolis costuma ser palco de festas como o Reveillon, aniversário da cidade, tendo parte de seu trajeto fechado.

um processo de territorialização bastante simbólico, ocupando não apenas um espaço central, mas desafiando o tempo do comércio, do trânsito caótico, o vai-e-vem urbano que marca um dia útil.

A concentração começa a partir das 14 horas e quem chega ao local antes disso pode se deparar com um cenário que em nada anuncia que em poucos minutos haverá uma parada LGBT ou da diversidade sexual e de gênero. O ponto marcado para o início da parada é a Praça Ipiranga, localizada num dos entroncamentos mais famosos da cidade, no bairro da Prainha. A praça conta com dois coretos, um jardim, vendedores ambulantes e uma circulação alta de pedestres. Ao seu redor, lojas de um frenético comércio popular, carros que sobem e descem suas ruas laterais. Múltiplos sons: das ofertas anunciadas nas portas das lojas, dos carros, dos que conversam e até dos que pregam. Do outro lado da avenida, está uma das maiores igrejas evangélicas locais, o que já gerou conflitos em alguns anos, além de uma das praças mais tradicionais do centro, a Praça Maria Taquara – assim batizada em homenagem a uma famosa prostituta da cidade –, onde param ônibus, táxis e moto-táxis, a poucos metros da Santa Casa de Misericórdia, um dos mais importantes hospitais da cidade.

De repente, trios elétricos estacionam na Praça Ipiranga, alugados pela organização do evento para as músicas e os discursos que vão marcar as sonoridades dessa tarde. Uma bandeira gigante com as cores do arco-íris começa a ser desfraldada, enquanto a imprensa local entrevista os organizadores. Em poucos minutos, surgem os mais variados grupos, de jovens e adultos, famílias, amigos, sujeitos que nas próximas horas vão performar, pelas ruas da cidade, a “comunidade” LGBT de Cuiabá. Enquanto um trio elétrico centraliza os discursos dos militantes, outro vem representando uma das únicas casas noturnas locais destinadas ao público LGBT: um clima de boate começa a tomar a tarde cuiabana, atraindo olhares curiosos dos que passam e trabalham por ali.



A bandeira do arco-íris na Parada de Cuiabá, em 2014.

Foto: Marcos Aurélio da Silva

A essa altura, as principais ruas já estão fechadas para o trânsito de carros. Mas no comércio nada se altera, com exceção das portas das lojas que parecem reunir muitos observadores “externos”. Essa presença maciça de gente que provavelmente foi pego de surpresa pela realização da parada fez, em outros anos, com que embates se realizassem entre os participantes em vistas de se conter os excessos como demonstrações de afeto mais ousadas ou mesmo corpos com poucas roupas, uma espécie de autocensura, nem sempre consensual⁸. Ainda que se tente organizar o caos inerente a manifestações como as paradas, elas dificilmente se deixam domesticar sem resistências ou mesmo dissidências⁹. É desse caos também que surgem as corporalidades que mais comunicam nas paradas: as demonstrações afetivas de casais LGBTs, as

⁸ Ouvi narrativas desse tipo por parte de participantes da parada que se referiam a anos anteriores.

⁹ Note-se que já é grande o número de paradas paralelas realizadas pelo mundo como forma de dissidência em relação às mais antigas de algumas cidades, com paradas voltadas para as mulheres, população negra ou de imigrantes. São eventos que não negam a forma da parada em si, mas que reivindicam mais poder de fala frente a eventos muitas vezes marcados por uma hegemonia masculina, branca e/ou de classe média. Sabemos da recorrência dessas dissidências como a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais ou a Parada da Cidadania da Zona Leste, ambas em São Paulo, ou mesmo sobre as paradas *queer* que se espalham pelos Estados Unidos em contraposição àquelas que se tornaram grandes eventos comerciais. Mas não dispomos aqui de dados etnográficos pela ausência de pesquisas sobre as mesmas.

simbologias corporais, as musicalidades e os corpos transexuais e transgêneros – destaques incontestes nesse cenário.



Concentração da parada de 2013, em Cuiabá.

Foto: Moisés Lopes

Depois de mais de duas horas de concentração, os participantes começam a se deslocar saindo da Praça Ipiranga e seguindo pelas principais ruas do centro, na direção da Praça 8 de Julho. Pelo caminho, o trânsito parado, transeuntes se acumulam nas calçadas, das janelas dos prédios comerciais e de repartições públicas pessoas se espremem como que a ver desfilar o extraordinário. Pessoas comuns, estudantes ainda com uniforme das escolas, *drag queens*, casais de mãos dadas e trocando beijos – sendo aplaudidos por quem está perto –, homens e mulheres segurando cartazes que pedem a criminalização da homofobia, o fim da violência, paz e amor. Próximo aos trios elétricos, as pessoas dançam como se estivessem numa casa noturna LGBT. Quando se afastam do trio, gritam palavras de ordem, ao mesmo tempo festivas e políticas, como: “*Eu beijo homem, beijo mulher, tenho direito de beijar quem eu quiser*”.

Uma forte chuva típica do mês de novembro surpreende na metade do percurso, mas é incapaz de dispersar a multidão. Apenas a gigante bandeira com as cores do arco-íris não mais tremula, recolhida assim que começou a chover. Além de não se realizar em dias de domingo ou feriado, a parada de Cuiabá conta também com a adversidade do tempo como o que poderia ser um

empecilho para o seu sucesso. Se, quando realizada em novembro de 2014, foi inevitável que chovesse, quando foi realizada em setembro de 2015, se fez durante o período de seca em Mato Grosso, quando a temperatura ultrapassa facilmente os 40 graus. Ainda assim, sob as intempéries num dia comum, as paradas de Cuiabá têm reunido um público considerável entre 5 e 10 mil participantes entre 2011 e 2015 – a edição de 2010 teve um número recorde de 25 mil participantes, segundo a organização da parada.

A Parada da Diversidade de Cuiabá é realizada por organizações não governamentais, como o Livre-Mente – Grupo de Conscientização em Direitos Humanos, de militância LGBT, criado em 1995, o mais antigo de Cuiabá (LOPES e SILVA, 2016), e a Liblés – Associação de Direitos Humanos, Sexualidade e Liberdade Lésbica, criada em 2004, como uma dissidência do Livre-Mente. Clóvis Arantes, membro do Livre-Mente, desde sua fundação, lembra, em entrevista para o GPAC, que a parada cuiabana foi pensada ao longo de anos e custou a se concretizar por se achar que a cidade de Cuiabá não estaria preparada. Ele conta que, em 2003, aproveitando que a parada de São Paulo ganhava mais projeção na mídia – chegou a ser exibida ao vivo num programa de tevê do domingo à tarde, em rede nacional –, quando se tornou a maior do mundo, os militantes locais acreditaram ser a hora e resolveram marcar a primeira edição para uma sexta-feira, poucas semanas depois da parada paulistana.

Clóvis explica que a opção pela sexta-feira, destoando das outras paradas brasileiras, teve uma razão bem específica. A parada de Cuiabá foi pensada como um discurso para a cidade.

Não interessava falar para nós mesmos. Se nós queremos falar, não dá pra ser no final de semana, mas num momento em que a população está na rua. Às 15h de uma sexta-feira, paramos carro de som com os balões coloridos, na Praça da República. A gente achou que iam aparecer umas 15 pessoas. Para nossa surpresa, as pessoas começaram a chegar e seguiram atrás do carro de som. Mas foi rápido, tínhamos medo do que podia acontecer. (Clóvis Arantes, dirigente Livre-Mente)

A primeira parada de Cuiabá contou com 7 mil participantes. Clóvis ressalta que um dos principais resultados positivos foi a visibilidade conquistada, principalmente na mídia que durante um mês repercutiu o evento:

Por mais de um mês quase não tinha um dia em que não houvesse uma nota nos jornais sobre a parada de Cuiabá, falando daquele momento de forma positiva. A imprensa

acordou. Cuiabá tem gay, lésbica, travesti. A parada pra nós foi um marco, o primeiro momento de visibilidade maciça. (Clóvis, dirigente Livre-Mente)

A adesão a uma política de visibilidade gera receios desde sempre. Não é à toa que a ideia de realizar paradas do orgulho LGBT não teve nenhuma ressonância no Brasil, entre 1970 e 1995. Outro dirigente do Livre-Mente, Alexanders Virgulino da Silva, lembra que na primeira parada havia tanto medo que os participantes prepararam máscaras de cartolina para se esconderem, mas que na hora, com o número surpreendente de participantes, ninguém parecia mais se preocupar, enquanto dançavam e seguravam a bandeira do arco-íris, na lógica do “quero mostrar quem eu sou e pronto”:

Alguns ainda tentaram se esconder das câmeras de TV, mas logo já gritavam e brincavam debaixo da bandeira. Alguns a família nem sabia. Mas tinha gente que estava lá com família. As pessoas tinham as imagens dos grandes centros. Elas foram pelo colorido, pela alegria. Os alunos das escolas participaram. Ninguém foi agredido. A primeira parada foi bem recebida. (Alexanders, dirigente Livre-Mente)

Desde então, esse projeto de visibilidade se renova a cada ano, numa sexta-feira qualquer. Segundo Clóvis, houve algumas tentativas de se mudar o dia, mas sempre acaba prevalecendo a “*ideia central da parada que é falar para fora, mostrar que essa é uma luta de todos, ganhar aliados*”. Nesse sentido, o caráter festivo da parada não é visto por membros da militância cuiabana como um problema, chegando-se mesmo a valorizar a festa como forma de estabelecer um canal de comunicação com a população. É através da carnavalização que circulam as reivindicações desses sujeitos.

Audiovisualidades políticas na paisagem urbana: produzindo territórios

Se há uma semelhança que deve ser destacada entre parada e carnaval, não deve ser certamente a ideia de festa presente no senso comum, como diversão e lazer. Simbolicamente, as duas manifestações ocupam espaços centrais de suas cidades, geralmente não residenciais, mas de importância econômica e/ou política. Elas simbolizam uma marcação, um rastro no tecido urbano feito por grupos e vivências que têm situação marginal em relação à cidade. O desfile, numa região central, interliga bairros, passa por centros empresariais, criando uma audiovisualidade urbana, em que imagem e som fazem disparar um complexo de multissensorialidades. São territorialidades

performativas ou performances territoriais que produzem territórios que não se restringem a espaços físicos, deixando seus rastros nessa complexa malha que enreda olhares curiosos de quem só observa, corpos em desfile dos participantes, sonoridades dos discursos da militância ou da música *pop*.

Mesmo sendo a parada de São Paulo uma referência, a maior do mundo na última década, a primeira “parada do orgulho gay” foi realizada em 1970, em Nova York, no dia 28 de junho, como forma de comemoração ao aniversário de um ano da “batalha de Stonewall”, já citada anteriormente. Cabe aqui destacar, segundo Armstrong e Crage (2006, p. 724-5), que outros eventos semelhantes ao de Stonewall aconteceram em cidades como Chicago, Los Angeles e São Francisco, mas que apenas este conquistou uma força memorial que faz as autoras compararem-no à Revolução Francesa pela capacidade de constituírem um divisor de águas na história. As autoras explicam que a força mítica da batalha de Stonewall está nas estratégias dos membros da Frente de Liberação Gay que fizeram dele um evento a ser destacado, ressaltado e comemorado não apenas em Nova York. Nos meses que se seguiram, enquanto organizavam a comemoração que aconteceria no ano seguinte, passaram a persuadir integrantes de movimentos gays de outras metrópoles sobre a importância de comemorar Stonewall, através da realização de paradas. Militantes de Los Angeles e Chicago foram os primeiros a tomar a “batalha” como um fato que não deveria se restringir à Nova York, e organizaram suas paradas ainda em 1970 (ARMSTRONG e CRAGE, 2006: 740), consolidando um gênero que se espalharia como uma política baseada na visibilidade, em que os elementos festivos e militantes são indissociáveis.

Ao longo dos anos 70 e 80 do século XX, o Brasil passou a contar com suas primeiras entidades voltadas aos direitos LGBTs, como o pioneiro Grupo Somos de Afirmação Homossexual (MACRAE, 1990), de São Paulo, fundado em 1978. Foi também período das primeiras manifestações públicas brasileiras de contestação à falta de liberdade para gays, lésbicas e travestis, principalmente por conta das batidas policiais e prisões arbitrárias realizadas nos territórios de circulação gay e de prostituição de michês e travestis no centro de São Paulo (FRY e MACRAE, 1985; MACRAE, 1990; FRANÇA, 2006). Enquanto isso, as paradas norte-americanas e europeias foram se consolidando atingindo o formato atual de desfile festivo e militante. No entanto, nesse período de ditadura militar no Brasil em que as manifestações eram reprimidas, não era essa a forma de militância do nascente movimento brasileiro. Ainda assim, é preciso reter o fato de que essas manifestações, ainda que não se constituíssem como as paradas, eram também recheadas por elementos festivos, marcado pelo deboche e pelo humor, em ruas de grandes

centros como Rio de Janeiro e São Paulo, como forma de se manifestar contra os preceitos conservadores, em plena ditadura brasileira (TREVISAN, 2002; MACRAE, 1990; GREEN, 2000).

Em junho de 1980, uma passeata organizada por grupos gays e lésbicos, encabeçada pelo Somos, tornou-se a primeira manifestação pública contra a violência dirigida ao público LGBT. Apesar de ter contado com muita irreverência e palavras de ordem como “*Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão*” (GREEN, 2000, p. 327), a passeata já trazia à tona o paradoxo que marca hoje às paradas brasileiras, entre o festivo e o militante. João Silvério Trevisan, historiador e militante do Somos à época, dá pistas importantes para questão ao falar desse evento em *Devassos no paraíso*:

O último ato em comum com outros grupos de liberação guei, feminista e negra foi uma passeata de protesto em junho de 1980, contra as batidas e prisões arbitrárias que o delegado de polícia Wilson Richetti vinha realizando em locais frequentados por homossexuais, prostitutas e travestis, no centro de São Paulo. Nessa ocasião debateu-se a proposta de não se realizar uma passeata e sim uma tomada festiva do centro da cidade, através de uma escola de samba e batucada. Além de descaracterizar nossa ação frente aos métodos do movimento de esquerda estudantil, pensávamos num protesto que fosse menos sisudo, condizendo com nosso direito de estar e paquerar em via pública. O grupo coeso de trotskistas rechaçou em bloco a proposta, acusando-a de tentar folclorizar e diluir a seriedade política da passeata. (TREVISAN, 2002, p. 358-9)

Mas em 1995, a 17^a Conferência Anual da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA) mudaria essa história ao reunir, no Rio de Janeiro, 1.200 participantes e cerca de 300 delegados que representavam entidades LGBTs de mais de 60 países. O encontro durou uma semana e terminou com o que seria o embrião das paradas brasileiras, chegando a ser identificada como a “*primeira Parada do Orgulho LGBT celebrada no Brasil*” (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 145). O relato é do historiador brasileiro James Green:

Marchando ao longo da Avenida Atlântica, em Copacabana, os delegados e dois mil gays, lésbicas e simpatizantes terminaram a convenção celebrando o 26^o aniversário da Rebelião de Stonewall, em 1969, em Nova York, o início do movimento de liberação gay nos Estados Unidos. Uma faixa de oito metros de largura reivindicando “*Cidadania Plena para Gays, Lésbicas e Travestis*” liderou a marcha. Um

contingente de mulheres acompanhava, levando cartazes que advogavam a “Visibilidade lésbica”, que recebeu aplausos dos observadores. *Drag Queens* provocavam e flertavam com o público no topo de um ônibus escolar cor-de-rosa chamado de “Priscila” e em dois enormes caminhões, emprestados pelo sindicato dos bancários. Uma bandeira com o arco-íris, de 125 metros de comprimento, balançava ao vento. No fim da marcha, as pessoas cantaram emocionadas o Hino Nacional e permaneceram ali até que uma chuva leve dispersou a multidão. (GREEN, 2000, p. 458)

A conferência da ILGA no Brasil tanto congregou entidades quanto impulsionou a criação de grupos de apoio à população LGBT, organizações que surgiam, na década de 1990, tanto pela luta por direitos civis quanto pelo contexto da epidemia de HIV/Aids no país (FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009), o que também foi o caso da militância em Cuiabá, com a criação do Livre-Mente (LOPES e SILVA, 2016). Mas além das pautas militantes, essas práticas políticas compartilhadas também incluíram esse modelo festivo. Facchini (2005, p. 134), em sua pesquisa sobre o “movimento homossexual brasileiro” dos anos 1990, aponta a passeata da ILGA como uma referência para a nova militância brasileira, *“uma experiência marcante, que influenciou definitivamente o surgimento da ideia da organização de eventos de rua por ocasião do Dia Internacional do Orgulho Gay”*.

Clóvis Arantes, do Livre-Mente, conta que ele e militantes de Cuiabá participaram da conferência da ILGA e utilizaram máscaras no desfile pela orla, pois tinham medo de serem reconhecidos – as mesmas máscaras que anos mais tarde se cogitou para a primeira edição cuiabana. Mas foi dessa experiência e das viagens que fizeram para participar de outras paradas pelo Brasil que foi se consolidando a ideia de criar a parada da cidade. E como ressaltado por Green, não foi uma passeata sisuda que fechou a conferência da ILGA, mas um evento de visibilidade bastante carnalizada. Ainda assim, passaram-se quase oito anos até que a parada fosse realizada em Cuiabá, quando a opinião pública se mostrava favorável a tais eventos pelo exemplo bem sucedido de São Paulo.

Não há fórmulas que expliquem o porquê das paradas do orgulho LGBT ou da diversidade custarem a emplacar em algumas cidades, apesar do desejo dos militantes e do reconhecimento de paradas que se destacam nacionalmente como a de São Paulo. Meu primeiro contato com algo parecido com uma parada gay se deu em 1996 quando, na onda que se seguiu ao

encontro da ILGA no Rio de Janeiro, uma manifestação pelo “orgulho gay” se deu de forma bem tímida na cidade de Florianópolis. Na ocasião, um pequeno grupo de *drag queens* que mal chegava a uma dúzia se reuniu num coreto no centro da cidade, contando com a participação de menos de 50 pessoas também tímidas que mantinham uma distância gritante do palco. Florianópolis, que desde os anos 1970 contava com uma carnaval gay que durante quase trinta anos a colocou no mapa do “turismo gay brasileiro” (SILVA, 2003), ainda esperaria dez anos para ter sua parada da diversidade sexual, uma das últimas capitais brasileiras a aderir à performance.

Nesse mesmo ano de 1996, vários encontros pelo Brasil, incentivados pela conferência da ILGA, tornaram-se, ao contrário do caso de Florianópolis, embrionários de paradas da diversidade que seriam realizadas nos anos seguintes, tendo Stonewall como um fato histórico a ser celebrado. Conferências e encontros nacionais eram encerradas com passeatas pelas ruas das cidades-sede, em moldes semelhantes ao que aconteceu no Rio (FACCHINI, 2005). Nas cidades brasileiras, como o exemplo de Florianópolis acima, o Orgulho LGBT era celebrado com fortes referências à batalha de Stonewall que, assim, ia se configurando como um evento comemorável e de ressonância mundial¹⁰ (ARMSTRONG e CRAGE, 2006, p. 726). Em Goiânia, no dia 28 de junho do mesmo ano, um ato em celebração à Stonewall, na Praça Cívica, que sedia a estrutura do governo estadual, reuniu apenas nove participantes, mas é considerada a primeira parada do orgulho LGBT de Goiás¹¹ (BRAZ e MELLO, 2011, p. 39).

Hoje, com quase 200 paradas da diversidade de grande e pequeno porte, o Brasil está entre os países que mais realizam esse tipo de evento no mundo (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 17). Pensar nessa participação, numa rede mundial de eventos do mesmo tipo, é considerá-la como uma das principais formas de construção da diversidade sexual e de gênero por movimentos de militância e por parte da população LGBT, que encontraram um contexto favorável a partir dos anos 1990 também por conta dos financiamentos públicos, como do Ministério da Saúde que propiciou as primeiras paradas com

¹⁰ Cabe ressaltar que, neste sentido, Stonewall também encontrou no Brasil daquele período outras vias de celebração, como o álbum musical lançado por Renato Russo, ícone do rock brasileiro: *The Stonewall Celebration Concert*, lançado em 1994, teve parte dos lucros da venda destinada para entidades de luta por direito à cidadania LGBT (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 137).

¹¹ Nos anos seguintes, a parada de Goiânia foi crescendo e passou a seguir os moldes de outras com carros de som e as identidades, corporalidades e afetos LGBTs em relevo, desfilando pelas ruas da cidade, gerando ainda grande controvérsia entre militantes e participantes que, ao mesmo tempo, criticam o excesso de festa que atrai a maioria dos participantes e reconhecem a importância do evento como uma forma de se fazer reconhecer e de “positivar expressões sexuais e de gênero construídas historicamente como anormais e abjetas” (BRAZ e MELLO, 2011, p. 45).

fundos para campanhas de prevenção ao HIV/Aids (FACCHINI, 2005; FRANÇA, 2006). Na década seguinte, o patrocínio começa a vir também das pastas da Cultura e de outras ações que marcaram o programa *Brasil Sem Homofobia*, do governo federal, a partir de 2003 (FERREIRA, 2012; FRANÇA, 2006). Ainda que pressionem os governos em busca de leis e novas políticas públicas, as paradas geralmente dependem desses mesmos governos e suas fontes de financiamento, a não ser nos casos em que são realizadas por empresários, caso de Florianópolis (FERREIRA, 2012).

Por fim, é impossível não pensar as paradas num contexto maior das lutas por representação. Na pesquisa que realizei para a tese de doutorado (SILVA, 2012), sobre o Festival Mix Brasil de Cinema da Diversidade Sexual, Stonewall e as paradas são um tema recorrente. Em novembro de 1996, o filme *Stonewall* (dir.: Nigel Finch, GBR, 1995) foi exibido na noite de abertura da quarta edição do Mix Brasil, contando a história do conflito e como os frequentadores começam a se organizar politicamente através da Frente de Libertação Gay, defendendo o dia 28 de junho – início da revolta – como Dia do Orgulho Gay (FRY e MACRAE, 1985, p. 96-7), e a realização um ano depois, em 1970, da primeira parada gay do mundo. O filme de Nigel Finch que apresenta uma parte dessa história teria sido um dos estopins para a formação da parada de São Paulo. Organizadores do festival, como André Fischer, costumam lembrar que, depois da exibição de *Stonewall*, um grupo saiu do cinema falando em organizar uma parada do orgulho LGBT na cidade, o que aconteceria no ano seguinte.

Outro bom exemplo disso é o filme *Pra lá de Gay – as Paradas do Mundo* (dir.: Bob Christie, EUA, 2009), um documentário exibido na edição de 2009, sobre as paradas realizadas em capitais e grandes cidades das Américas, Europa e Ásia, abordando as diversas reações das sociedades locais, representadas por grupos religiosos retratados como um retrocesso em meio à modernidade ocidental. O filme apresenta São Paulo como a sede de uma das paradas mais animadas e a maior do mundo. Mas ao contrário de Varsóvia ou Moscou, com seus fundamentalistas nacional-religiosos, em São Paulo a desigualdade social representada pela violência (de grupos “externos” a participantes da parada) simboliza o entrave para a sexualidade “livre” nos tempos modernos.

E ainda que haja semelhanças incontestáveis entre essas paradas e, como vimos, um mesmo fato histórico de base, a “batalha de Stonewall”, enquanto formato festivo elas conseguem se constituir como uma poderosa forma de comunicação, cuja ênfase nas múltiplas identidades sexuais e de gênero, positivadas e visibilizadas nesse carnaval, podem render desestabilizações nos

discursos binaristas e essencialistas médico-científicos, religiosos e políticos. No filme *Jeffrey de caso com a vida* (dir.: Christopher Ashley, EUA, 1995), destaque também no Mix Brasil de 1996, há uma cena antológica em que os momentos de preparação da parada orgulho LGBT de Nova York são representados com certa ironia a respeito das inúmeras categorias em que o desfile se divide para contemplar a comunidade LGBT local por inteiro:

– Ok, pessoal, atenção! Vamos começar o desfile. – anuncia o organizador do evento, Steve [ele está num palco localizado no Central Park, onde diferentes grupos se encontram à espera do início da parada. Antes da fala dele, o filme mostra de forma documental esses personagens em rápidas performances.]. Ele continua:

– O primeiro grupo é o seguinte: *Dikes on bikes* [ou “lésbicas em motos”. A cada chamada, o grupo respectivo, que não é visto no quadro da imagem, faz um som característico, mantendo a câmera no organizador ao microfone. Neste caso, roncam as motocicletas.]; Bissexuais Pan-Asiáticos [gritos de lutas marciais]; Republicanos gays negros [um silêncio se segue, até Steve ser interrompido por uma senhora].

– Você faz parte da parada? Estou perdida!

– Com que grupo você está? – pergunta Steve.

A filha da mulher se aproxima:

– Mãe, encontrou alguém?

A mãe dispara a falar para o organizador do evento:

– Tenho tanto orgulho do meu filho “lésbica transexual pré-operada”! [*pre-operative transsexual lesbian son*].



Cenas do filme *Jeffrey* e as ironias do “excesso de representação”



A Parada de Nova York no filme *Jeffrey*

O filme continua mesclando imagens realizadas na parada do orgulho gay com a narrativa ficcional. Numa das cenas seguintes, há também uma menção ao grupo dos “Designers de Interior na Luta contra a AIDS”, deixando transparecer uma certa ironia ao excesso de representação, em grupos cada vez mais específicos¹². A saturação de categorias, recortadas das mais diferentes formas, exemplificada num filme como *Jeffrey*, pode ser encontrada também nas paradas da diversidade brasileiras, mas com diferenças bem marcantes. Enquanto nesse modelo das paradas estadunidenses, as diferentes identidades ali forjadas se dividem por alas organizadas em sequência, nas paradas brasileiras essas divisões não são tão marcadas, apesar de acontecerem. Em paradas como a de São Paulo, que chegam a ter 20 trios elétricos, alguns deles podem reunir grupos militantes ou frequentadores de bares e boates que também forjam certas identidades: lésbicas, ursos, barbies, tios/*daddies*, *drag queens*, feministas, motoqueiros, skatistas, travestis e transexuais¹³. Grupos

¹² Ainda assim, *Jeffrey* representa uma parte dessa comunidade LGBT nova-iorquina, no desenrolar de sua narrativa, tocando em temas importantes na “cultura gay” como a violência homofóbica – o personagem Jeffrey é espancado por um grupo de garotos – e a própria AIDS – que faz parte do cotidiano de vários personagens, alguns deles produzindo uma imagem positiva de pessoas que convivem com o HIV, numa resposta bastante humorada ao pânico do personagem central em relação à doença.

que, em suas territorialidades urbanas, costumam muitas vezes adotar lugares de circulação quase exclusiva, encenam na parada a formação de uma comunidade, ainda que temporária, misturando-se ao longo desses percursos, cantando juntos, gritando as mesmas palavras de ordem, compartilhando uma suposta identidade, ainda que estratégica.

Mas ainda que haja essa diferença marcada – no caso estadunidense, as alas organizadas e uma distinção bastante clara entre participantes e plateia; no caso brasileiro, os grupos que se misturam, ocupando de forma contínua uma avenida, sem distinção entre uma plateia nas calçadas e desfilantes na rua –, as duas paradas são carnavalescas e no sentido mais político do termo. Trata-se de uma audiovisualidade que produz uma inscrição, uma ranhura na paisagem e nos simbolismos urbanos, constituindo-se enquanto uma territorialidade, conquistando territórios simbólicos e materiais – ainda que não signifique a conquista de leis ou de mais proteção do Estado. Ao se tornar uma festa em celebração à batalha de Stonewall, as paradas deixam de estar do lado dos grandes protestos políticos em forma de passeata, para figurar ao lado de dois dos maiores eventos de celebração de rua do mundo, como o carnaval brasileiro – fonte de inspiração das paradas gays brasileiras – e as paradas do Dia da Independência, nos Estados Unidos – cujo modelo serve de base para as paradas do orgulho LGBT norte-americanas.

De um lado e de outro, trata-se de manifestações carnavalizadas que reencenam datas históricas, enredos, identidades, em que a política se faz na forma do festivo, forjando identidades, reforçando nacionalidades, encenando resistências, ameaçando hegemonias. A política tradicional, das passeatas e discursos, guarda seu vínculo com eventos não marcados no calendário, como as greves, protestos, manifestações populares reivindicatórias. Já a política festiva guarda seu vínculo num longo espectro que vai dos carnavais às paradas cívicas, marcadas no calendário, não presa a uma pauta fixa, renovando as demandas políticas a cada ano e contexto. É importante dizer que apesar desse

¹³ As observações sobre a parada de São Paulo são fruto de duas incursões realizadas em 2002 e 2003, por ocasião da pesquisa de mestrado, sobre o “carnaval gay” em Florianópolis. O objetivo das idas à parada de São Paulo era o de comparar os dois eventos, carnaval e parada, em que as distinções entre festa e política eram comuns de se escutar entre os frequentadores e na própria opinião pública. Em minha dissertação, sugiro que paradas e carnavais indicam a possibilidade de se repensar a “*própria noção de militância que não pode ser resumida a uma ação organizada politicamente*” e que a parada paulistana “*tem como destaque a mesma constelação de personagens encontrados no carnaval gay de Florianópolis. Ou seja, tem encontrado nas formas mais comuns dos territórios GLS o seu veio de militância, fazendo com que um beijo romântico entre duas pessoas do mesmo sexo numa via pública seja tão militante quanto a transexual que exhibe sua feminilidade. As principais diferenças entre os dois eventos estão na mobilidade (enquanto o primeiro é um desfile que percorre ruas, o segundo é uma aglomeração popular, numa região fixa do carnaval de rua) e na quantidade: nada menos que 500 mil pessoas participaram da Parada 2002*” (SILVA, 2003, p. 115).

clamor de muitos ativistas para que as paradas se tornem mais políticas e menos festivas, como indicam algumas pesquisas (FERREIRA, 2012; BRAZ E MELO, 2011; FRANÇA, 2012), as paradas tiveram início nos Estados Unidos mesclando propositalmente festa e política, uma celebração de uma conquista que, no entanto, deveria ser o veículo para lutar por muitas outras.

Considerações finais

A parada da diversidade de Cuiabá torna-se aqui um campo de pesquisa excepcional para uma antropologia de paradoxos e controvérsias de que são alvo as paradas da diversidade sexual e de gênero ou do orgulho LGBT, no Brasil. Por ser a única das capitais brasileiras a ser realizada num dia de semana comum, e não no domingo, sendo assim desvinculada de um final de semana de festas que atraíam turistas, a parada de Cuiabá torna-se especial para análise porque suas condições de realização – acrescenta-se também as condições climáticas que são de suma importância para se pensar a vida em Cuiabá, talvez mais que em outros centros, por ser a capital mais quente do Brasil – poderiam fazer dela uma passeata reivindicatória como tantas outras que costumam irromper numa tarde brasileira.

O festivo e o carnavalesco, a partir do exemplo da parada cuiabana, parecem inerentemente vinculados às paradas da diversidade e do orgulho LGBT. Guardadas as suas proporções, em termos de uma constelação de identidades, corporalidades e afetos que irrompem pelas ruas da cidade, a Parada de Cuiabá nada deixa a dever às paradas dos grandes centros. Os menos de 10 mil participantes conseguem produzir efeitos muito semelhantes aos mais de 1 milhão que marcam a parada paulistana, pois não é a quantidade que provoca o efeito de ranhura nessa inscrição nas paisagens citadinas e simbólicas de Cuiabá. Aqui também estão os *go-go boys* no alto dos trios elétricos, as *drag queens* e seu humor escrachado e debochado, os beijos entre casais do mesmo sexo, as travestis e transexuais com seus corpos que apontam o caráter construído de corpos e gêneros, as famílias e os amigos de escola que simplesmente querem festejar. Uma comunidade LGBT é encenada, construindo uma identidade estratégica e provisória.



Parada de Cuiabá invade o bairro Prainha, em 2014.

Foto: Marcos Aurélio da Silva

Assim, a ideia de que o festivo apaga a militância política é desafiada pela parada cuiabana, mas também pela própria história das paradas realizadas no mundo e na história da própria militância que se fez na mescla entre atuação política e espaço de sociabilidade (MACRAE, 1990; FACCHINI, 2005). A literatura também mostra que muitas vezes a ocupação de bares, boates e espaços de entretenimento podem ser vistas como ação política, ao ressaltarem processos de territorialização de sujeitos à margem da cidade (PERLONGHER, 1987; SILVA, 2003). Cuiabá talvez seja um caso em que, como não há uma disputa dos sentidos da parada, entre empresários do ramo do entretenimento e militantes do movimento LGBT, como verificado em Florianópolis (FERREIRA, 2012), Goiânia (BRAZ e MELLO, 2011) e São Paulo (FRANÇA, 2012), essa dicotomia não rende grandes polêmicas.

Como eventos que se realizam dentro de intervalos regulados pelo calendário, de natureza pública, de “*ethos* participatório”, complexos em estrutura e “múltiplos em vozes, cenas e propostas” (STOELTJE, 1992, p. 261), as performances culturais costumam ser tratadas por alguns teóricos preocupados com a classificação dos gêneros performáticos, a partir da categoria *espetáculo*, uma vez que ultrapassam o “*ritual religioso como principal contexto simbólico*” (MANNING, 1992, p. 291):

Uma produção cultural de larga-escala e extravagante, repleta de uma iconografia incomum e uma ação dramática que é assistida por uma audiência de massa. O espetáculo é particularmente característico das sociedades modernas, capitalistas e socialistas, mas é também encontrado nas sociedades tradicionais significativamente afetadas por influências modernas. (Tradução livre)

Numa definição que pode incluir de paradas militares a jogos olímpicos, com suas “imagens impactantes” e suas “ações dramáticas”, Manning afirma que é através dos espetáculos que as sociedades contemporâneas colocam em ação e comunicam suas crenças mestras, valores, preocupações e compreensões de si mesmas.



Performance de estudantes da UFMT, na parada de 2013.

Foto: Moisés Lopes

As paradas comunicam a diversidade não só de identidades mas também de contextos em que vive a população LGBT. Em quase todas elas, as imagens festivas se dividem com representações da violência estrutural que marca a vida de muitos sujeitos. Em 2015, na parada paulistana, a travesti Viviane Beleboni causou um debate nacional ao representar a crucificação em cima de um trio elétrico. Já a parada cuiabana de 2013 teve como tema “Estado Laico: sua religião não é nossa Lei” e, durante a concentração, ocorreu

uma performance desenvolvida por estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso representando a violência LGBTfóbica apoiada e sustentada pelos discursos cristãos contra a diversidade sexual. Ocorreu também a elaboração de cartazes por estes estudantes para uso na manifestação. No coreto da praça, um grupo de cerca de 50 religiosos neopentecostais, pregavam, entoavam hinos e apontavam para os participantes da parada pedindo que Deus os livrasse do “homossexualismo”. Enquanto isso, os LGBTs dançavam e cantavam ao som dos trios elétricos¹⁴.

A ocupação de espaços centrais da cidade por grupos periféricos ou marginalizados também fazem da parada uma forma de apropriação da cidade, uma tomada simbólica de espaços públicos negados aos que estão à margem. Nas paradas, não são raros os momentos em que percebemos sujeitos que fazem das paisagens da cidade um complemento para seus corpos – como quando produzem fotografias que enquadram seus corpos e as paisagens da cidade. Essas avenidas não são simples cenários para a realização das paradas, o que explica a luta dos organizadores para mantê-las nesses espaços, em contraposição às “sugestões” de transferi-las para o Parque do Ibirapuera, no caso paulistano, ou para o sambódromo da cidade, no caso da capital catarinense, ou para o entorno do estádio de futebol Arena Pantanal, no caso cuiabano. Transferi-las para espaços à margem do centro significa retirar o atravessamento simbólico que elas produzem no tecido urbano, significa deixar de produzir seu principal efeito político que é a visibilidade identitária que inscreve corporalidades e sujeitos.

Ainda que não concretizem nenhum resultado para as urgentes necessidades da população LGBT, em termos políticos seus efeitos podem ser mais afrontadores aos discursos da política anti-LGBT que está em curso no país e no mundo, nas décadas iniciais do século XXI¹⁵. Quando analisamos superficialmente os discursos de deputados e lideranças religiosas nos recentes debates que envolvem os direitos civis da população LGBT, há sobretudo a tentativa de uma negação de visibilidade. São contrários a personagens LGBTs em telenovelas. Acusam políticas públicas que falam de diversidade sexual e de gênero nas escolas de fazerem apologia à homossexualidade. Justificam, como direito legítimo, as agressões verbais e físicas às pessoas que demonstrem afetos e corporalidades não heterocentradas em público. Antes de lutar por

¹⁴ Segundo observações de campo, realizadas pelo professor Moisés Lopes coordenador do GPAC/UFMT.

¹⁵ A Rússia é um exemplo desse tipo de política, como mostra o documentário *Pra lá de gay*, citado anteriormente. As paradas geralmente acabam na prisão dos participantes pois pela lei russa é proibido fazer “propaganda homossexual”, a forma como as ações da militância por direitos civis são interpretadas.

uma *não existência* – ainda que defendam abertamente as terapias corretivas –, parecem primar por uma *não aparência* ou *invisibilidade*. As paradas do orgulho LGBT e da diversidade sexual e de gênero evidenciam essa visibilidade ou audiovisibilidade urbana como uma forma política que incomoda muita gente, além de ser uma afirmação (áudio) visual de uma existência que incomoda muito mais.

Referências

- ARMSTRONG, E.; CRAGE, S. Movements and Memory: The Making of the Stonewall Mith. *American Sociological Review*, 71. Outubro de 2006. pp. 724-751.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Ed. UnB/Hucitec, 1987.
- BRAZ, Camilo; MELLO, Luiz. “Éramos 9 gays, 20 policiais e a imprensa local’: narrativas (de) militantes sobre as Paradas do Orgulho LGBT em Goiás”. In: PASSAMANI, Guilherme (org.). *(Contra)Pontos: Ensaios de Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual, O Combate à Homofobia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. pp. 33-47.
- COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19. Campinas: Unicamp, 2002. pp. 59-90.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, R.; SIMÕES, J. A. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13. 2005. pp. 155-161.
- FERREIRA, G. B. *Arco-íris em disputa: a “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFSC: PPGAS, 2012.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PPGAS/USP, 2006.
- FRANÇA, Isadora Lins. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. *Bagoas*, 7. Natal: UFRN, 2012. pp. 223-252.
- FRY, Peter, e MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- KATES, S.; BELK, R. The meanings of lesbian and gay pride day. *Journal of Contemporary Ethnography*, 30 (4). Agosto de 2001. pp. 392-429.
- LANGDON, E. Jean. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. *Horizontes Antropológicos*, 12 (5). Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1999.
- LANGDON, E. Jean. “Performance e preocupações pós-modernas em Antropologia”. In: TEIXEIRA, João Gabriel (org.). *Performáticos, Performance e Sociedade*. Brasília, EdUnB, 1996.
- LANGDON, E. Jean. Performance e sua diversidade como paradigma analítico – A contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *Ilha Revista de Antropologia*, 8 (1). Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2006.

LOPES, M.; SILVA, J. “De chapa e cruz”, “paus rodados” aqui “tem de um tudo”: Da movimentação de homossexuais ao movimento LGBT de Cuiabá e do Mato Grosso. *Aceno*, 2 (4). Cuiabá: PPGAS/UFMT, 2016. pp. 41-54.

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MANNING, Frank. “Spectacle”. In: BAUMAN, Richard (org.). *Folklore, Cultural Performances, and Popular Entertainments*. New York-Oxford: Oxford University Press, 1992.

PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, (1987) 2008.

RUBIN, Gayle. “The traffic in women”. In: RAPER, R. (org.). *Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SILVA, Marcos Aurélio da. *Se manque: uma etnografia do carnaval do pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, 2003.

SILVA, Marcos Aurélio da. *Territórios do desejo: Performance, Territorialidade e Cinema no Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual*. 360fs. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SINGER, M. *When a Great Tradition Modernizes*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

STOELTJE, Beverly J. “Festival”. in BAUMAN, Richard (org.). *Folklore, Cultural Performances, and Popular Entertainments*. New York-Oxford, Oxford University Press, 1992.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TURNER, Victor. *Blazing the trail: way marks in the exploration of symbols*. Tucson & London: The University of Arizona Press, 1992.

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. New York, PAJ Publications, 1987.

VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

WHYTE, W. F. “Treinando a observação participante”. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. pp. 77-86.

Pesquisas em educação sobre travestis nas escolas

*Research in education on
transvestites in schools*

Fernando Guimarães Oliveira da Silva

Doutorando em educação pela Universidade Estadual e Maringá - UEM/PR.

Professor das Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

e Gestor Social do CRAS na Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP.

fernando.ufms@hotmail.com

A large, bold, black number '6' is centered in the lower half of the page. The background of the entire page is filled with a pattern of thin, vertical, light gray lines.

Resumo:

O presente texto compõe-se de um balanço analítico sobre as pesquisas em educação que têm como foco de estudo as travestis nas escolas. Para qualificar essa temática, objetivou-se investigar como as pesquisas em educação abordam o atendimento e as condições a que estão expostas as travestis para uma conclusão do reconhecimento de suas expressões no ambiente escolar. Baseado nesse objetivo, cuidou-se de fazer um levantamento em plataformas de pesquisas sobre produções em bancos de teses e dissertações contidas no IBCT, Domínio Público e CAPES. Os resultados caminharam para o entendimento de que os estudos em educação com o tema de travestis estão voltados para as questões que problematizam os valores instituídos nas práticas sociais de gênero, com destaque à gradual ampliação das pesquisas em educação que discutem essa temática.

Palavras-chave: Educação; Travestis; Pesquisas.

Abstract:

The present text is composed of an analytical balance on the research in education that focus of study the transvestites in the schools. To qualify this thematic, it was objectified to investigate how the research in education approaches the attendance and the conditions what the transvestites are exposed for a conclusion of the recognition of its expressions in the school environment. Based in this objective, it was taken care of to make a survey in platforms of research on the productions in banks of theses and dissertations contained in the IBCT, Public Domain and CAPES. The results walked to the understanding that the studies in education with the subject of transvestites are come back toward the questions that problematized the values established in the social practices of gender, with prominence to the gradual expansion of the research in education who discuss that thematic.

Keywords: Education; Transvestites; Research.

Introdução

Em 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresentou dados oficiais sobre a violação dos direitos de cidadxs¹ lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), no Brasil. O documento com o título de “*Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*”, expôs a preocupação com a violência a que estão submetidxs xs sujeitxs LGBT, em diversas regiões brasileiras. O panorama apresentado orienta o poder público e a sociedade civil a assumirem responsabilidades que poderiam culminar na promoção da igualdade, equidade e respeito dessas pessoas.

Ao buscar analisar a repercussão dos dados sobre os discursos oficiais que identificam xs travestis, observa-se que a escola se encontra atravessada por ditos cujos efeitos demarcam discursos, regularidade de papéis e de identidade delxs. Assim, a escolha pelo ambiente escolar relaciona-se ao fato de que o maior perfil de violação dos direitos de sujeitxs LGBT, segundo o relatório citado, ocorrem nesse espaço.

Para Junqueira (2009), o processo de invisibilização de sujeitxs com expressões de sexualidade dissidentes da heterossexual alarga-se em práticas curriculares, discursivas e pedagógicas que negam o reconhecimento dessxs sujeitxs. Assim como na prática docente, presencia-se a negação da identidade de gênero feminino presente no corpo travesti, em face dessa prática configurar-se a partir da referência ao padrão sexista de gênero, incutido nos dizeres dos professorxs sobre o gênero masculino, ser o determinante do corpo delxs.

Escancarando-se como um regime de invisibilidade, Junqueira (2009, p. 30) apontou que pesquisas consagradas na área da educação vêm apresentando a negação do reconhecimento da diversidade sexual em ambiente escolar; pontua, ainda, que “*Professores/as costumam dirigir-se a seus grupos de studentxs como se jamais houvesse ali um gay, uma lésbica, um/a bissexual ou alguém que esteja se interrogando acerca de sua identidade sexual ou de gênero*”.

Em sua maioria, as práticas escolares brasileiras concretizam-se num discurso dirigido a um conjunto de sujeitxs inscriteixs, primeiramente naquilo que se cristalizou como sexualidade para seu corpo, ou seja, subentende-se que meninos se sentem como do gênero masculino e meninas do gênero feminino. Ainda, segundo Junqueira (2009), esses regimes de invisibilidade contidos em práticas escolares são necessários para a obstrução do campo de

¹ Conforme o Manual para o uso não sexista da Linguagem, publicado no Rio Grande do Sul, utiliza-se o “x” para neutralizar o gênero. Com isso, acredita-se possível subverter a normatividade do gênero masculino sobre o feminino no sistema linguístico, tornando a linguagem não-binária.

reivindicações de direitos, uma vez que distorcem o processo de reconhecimento de si como sendo do gênero oposto ao que se acredita determinante de seu corpo, culpabilizandx-x como transgressor da norma, o que torna turbulento o processo de construção identitária.

Pretende-se, pois, levantar em três plataformas de banco de dissertações e teses que contemplam várias áreas do conhecimento, inclusive a de educação, incluídos assim o banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro Ciência e Tecnologia (IBCT); o Domínio Público e a Plataforma CAPES, a forma como as pesquisas em educação têm abordado o tema das travestilidades nas escolas. Com isso, e a partir desse levantamento, oportuniza-se criar um mapa sobre os recortes dados ao tema em questão.

As pesquisas em educação sobre xs travestis em escolas

No que se refere xs travestis nas escolas, as pesquisas em educação têm se mostrado preocupadas com as propostas de convivência e atendimento que as escolas oferecem a elxs. Nesse sentido, o balanço analítico feito sobre o estado da produção acadêmica em que se encontra determinado tema é relevante para uma área de estudo, por realçar o relevo dos principais aspectos que norteiam a trama teórica e metodológica das abordagens do campo de estudo. Com o efeito de movimento ininterrupto, conhecer como as pesquisas em educação veem reivindicando melhores formas de protagonismo dxs travestis nas escolas contribui para o fomento de novas produções acadêmicas.

Ao demarcar a relevância de se recorrer às pesquisas concluídas, é interessante esclarecer que, a produção do corpus deste estudo resultou de um levantamento de bancos de dados que possuem nos acervos dissertações/teses em várias áreas do conhecimento, entre elas a educação, desta forma o presente estudo incluiu o IBCT, Domínio Público e Plataforma CAPES. Esse levantamento trouxe dissertações e teses, entre os anos de 2008 e 2014, de Universidades distribuídas em diversas regiões brasileiras. As plataformas focam-se em instituições públicas, em contrapartida o domínio público, nem sempre é possível o acesso para download das dissertações/teses, mas também contempla as instituições privadas.

O levantamento inicial utilizou como palavra-chave: travestis, as quais foram eleitas para análise do estudo apenas dissertações e teses concluídas na área de educação. Conduziu-se, então, a uma leitura dos títulos e resumos cujos objetos de estudos priorizaram o tema abordado, o que retornou 17 produções, das quais 12 (9 dissertações e 3 teses) são do IBCT, 3 dissertações da CAPES e nenhuma do Domínio Público.

A análise do primeiro levantamento oportunizou a presente elaboração, conforme quadro 1:

Quadro 1: Produção acadêmica em educação no banco da IBCT

| IBCT | | | | |
|------|-------------|-------------|---|---------------------|
| Ano | Instituição | Grau | Título | Autor |
| 2008 | UNICAMP | Dissertação | Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária de moradoras no Jardim Itatinga | SANTOS, P. R. dos |
| 2009 | UFU | Dissertação | A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero | FRANCO, N. |
| 2009 | UFRGS | Dissertação | Os “monstros” e a escola: identidades e escolaridades de sujeitos travestis | BOHM, A. M. |
| 2011 | UFRGS | Dissertação | “Lá em casa a gente conversa! ”: pedagogias da conjugalidade entre travestis e seus maridos | MULLER, M. I. |
| 2012 | UFCE | Tese | Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa | ANDRADE, L. N. de. |
| 2012 | UFRGS | Tese | Trazendo a noite para o dia: apontamentos sobre erotismo, <i>strip tease</i> masculino, pedagogias de gênero e sexualidade | NUNES, C. R. F. |
| 2013 | UFRGS | Dissertação | Pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira | REIDEL, M. |
| 2014 | FURG | Dissertação | A (re)invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais | LONGARAY, D. A. |
| 2014 | UFRGS | Dissertação | Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre | PASSOS, A. G. da S. |
| 2014 | UFU | Tese | Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar | FRANCO, N. |
| 2014 | UFLA | Dissertação | Quando eu pulei o muro: travestilidades em corpos-existências apesar dos silêncios da escola | PEREIRA, M. J. A. |
| 2014 | UNESP | Dissertação | Travestilidade e juventude: conteúdos submersos no cotidiano escolar | OLIVEIRA, C. D. |

Fonte: Elaboração do autor

Quadro 2: Produção acadêmica em educação no banco do CAPES

| CAPES | | | | |
|-------|-------------|-------------|--|-------------------|
| Ano | Instituição | Grau | Título | Autor |
| 2011 | UFMT | Dissertação | Reforma de currículo e identidades sexuais: performances de gênero em adolescentes de escolas estaduais de ensino fundamental de Cuiabá/MT | ROSATO, T. P. de |
| 2011 | UFMS | Dissertação | Sobre a educação aquecida: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal | MONTREOZOL, J. R. |
| 2012 | UFMT | Dissertação | Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis | SALES, A. |

Fonte: Elaboração do autor

A realização dessa primeira leitura promoveu o entendimento do percurso que as pesquisas em educação vêm fazendo. Observa-se, com isso, alguns indicadores de aspectos relevantes no cenário acadêmico como, por exemplo, as abordagens que entrecruzam os conceitos de diversidade sexual; o entendimento de que a escola é permeada de discursos normativos (religiosos e morais); o desrespeito presente em práticas de aversão advindas da comunidade escolar; bem como uma compreensão de que o tema é uma área que demanda o fortalecimento acadêmico e teórico, não apenas da educação, mas, também, no campo do direito, da medicina e saúde etc.

Com base nos títulos e na leitura dos resumos, verificou-se a preocupação dxs autorxs com xs travestis, seja elx professorx ou studentx. Desse modo, formaliza-se a preocupação das pesquisas em educação com o tratamento que xs travestis têm no ambiente escolar, uma vez que a categorização do levantamento feito possibilitou caracterizar a temática, enfatizando as concepções que as pesquisas apresentam sobre o tema da diversidade sexual; como as escolas lidam com os studentxs homossexuais e travestis; a discriminação vivida e os discursos oficiais que normatizam e tendenciam contextos de exclusão de travestis do sistema escolar ou dos espaços de educação pesquisados nas dissertações e teses.

Vale destacar também que, considerando toda a produção acadêmica elencada, registra-se um aumento significativo das pesquisas no último ano analisado, ou seja, em 2014, enfatizando aquelas voltadas para a produção em mestrado. Isso significa que, nos vários rincões do país, a pesquisa em educação sobre xs travestis nas escolas vem deslocando xs pesquisadorxs a encontrar

meios de publicizar o tratamento degradante e, em muitos casos naturalizados, que xs studentxs travestis convivem, impedindo reconhecimentos e causando turbulências no processo identitário enquanto travestis.

Mesmo que as pesquisas se ampliem, ainda é válido pontuar que, em sua maioria, o objeto delas não contempla a transfobia escolar como uma questão política que envolve as “*relações de poder*” (FOUCAULT, 1984) que se fortalecem, mais e mais, na cultura popular e escolar. Essa afirmação permeia o universo analisado porque as pesquisas trazem uma preocupação com a questão dos preconceitos contidos em performances de professorxs e studentxs travestis. No entanto, não problematizam como a cultura popular produz sujeitoxs normatizadx pela representação heterossexual e a refração disso na produção/formação identitária dxs travestis.

Diante do produto obtido, por meio das análises dessas pesquisas, pondera-se que o aspecto político de efetivação do reconhecimento dxs travestis, como uma expressão de sexualidade, não foi desconstruído por professorxs e gestorxs das escolas, posto que as práticas ainda reiteram a hetenormatividade. Quiçá, no levantamento realizado, não se tenha registrado nenhuma pesquisa que avalie a execução de práticas escolares que desconstruam o alinhamento “*sexo-gênero-sexualidade*” (LOURO, 1997), como proposto em documentos referenciais curriculares do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, a pesquisa de Franco (2014) trouxe uma contribuição acerca da relevância que o tema do respeito às diferenças traz, uma vez que professorxs travestis, transexuais tornam suas práticas atravessadas cotidianamente pelo tema de reconhecimento de sujeitoxs diferentes.

Concepções subjacentes às pesquisas

No levantamento realizado, a leitura das pesquisas levou a entender o objeto, os caminhos metodológicos e a alusão ao referencial teórico adotado para as análises. Oportunizou, também, compreender as concepções de sexualidade, a relação das pesquisas com o conhecimento já produzido na área e os novos aspectos trazidos para o cenário acadêmico sobre diversidade sexual nas escolas

No intento de compreender os objetos de pesquisa, destaca-se que as pesquisas não tiveram apenas a escola como lócus de análise, mas também trouxeram outros espaços de educação, como o cárcere, conjugalidade, local para consumo sexual e as histórias de vida dxs travestis (studentxs ou

professorxs), às quais se atentaram para as questões da educação. Diante disso, os enunciados produzidos pelo referencial teórico na área de diversidade sexual nas escolas se tornaram foco de análise. Com isso, acredita-se que, a partir dos ditos teóricos que atravessaram as pesquisas eleitas para análise, possa se entender como estão as discussões sobre sexualidade e gênero nas universidades brasileiras.

Desse modo, os principais ditos teóricos que fundamentam as pesquisas obtidas nas plataformas oferecem uma compreensão da sexualidade, como uma construção social, desvinculando-se de uma compreensão do gênero como alinhado ao corpo do homem ou da mulher baseados na perspectiva determinística do sexo biológico. Dito assim, xs principais autorxs que iniciaram os alicerces teóricos das pesquisas levantadas foram: Guacira Lopes Louro, Judith Butler e Michel Foucault. Vale pontuar que as principais inspirações teóricas que atravessam as produções das autorxs Butler e Louro se sedimentaram nas construções de Michel Foucault. Essa condição não suprime a relevância dos estudos atuais que as produções das autoras têm trazido para as pesquisas em qualquer área do conhecimento.

As principais contribuições dxs autorxs advêm da problematização causada sobre o imaginário social que acredita que o corpo é determinado pela predisposição do sexo, implantando uma *“heterossexualidade compulsória”* (BUTLER, 2010) dos modos masculinos e femininos de ser como pertencentes, respectivamente, ao homem e à mulher. Sobre isso, Louro (1997, p. 27) disse que os estudos sobre a sexualidade e o gênero pretendem entender como se representam e são valoradas as masculinidades e feminilidades, em certo contexto social, enfatizando que *“O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”*.

Essa concepção de que o corpo não é determinado por prescrições de seu uso corrobora com as perspectivas de travestis que são pautadas nas pesquisas. Assim, as abordagens eleitas nos estudos entendem que xs travestis se constroem como identidade de gênero, impossibilitando categorizar sua sexualidade como sendo masculino ou feminino. Nesse sentido, vale ponderar o que são xs travestis senão uma subversão da identidade estável? Partindo desse questionamento, é que as pesquisas em educação vêm construindo e fortalecendo as discussões sobre xs travestis nas escolas. Nesse pressuposto, para entender essa subversão, as pesquisas abordam o tema de identidade a partir do enfoque construído por autorxs, como xs próprixs Judith Butler e Guacira Lopes Louro, incluindo também Tomaz Tadeu da Silva e Stuart Hall,

permeadas de constructos elaborados por autorxs que trazem seus sentidos sobre o corpo dxs travestis, como: Berenice Bento, Marcos Benedetti, William Peres e Larissa Pelúcio.

Em comum, as abordagens que as pesquisas fazem sobre a identidade percebem a centralidade que dão à necessidade de desconstrução de identidades estagnadas, estabelecidas e, decididamente, completas em si. E, que, os espaços analisados (escolas, cárceres e os Outros) causam resistências em promover essa desconstrução, porém, ainda enfatizam que esses espaços possuem potencial fundamental para garantir a subversão desse cenário. Diante disso, convém entender que as pesquisas analisadas trazem a escola como um ambiente permeado de efeitos de sentido provenientes de padrões morais e religiosos do que se acredita ser o comportamento de homem e mulher como indispensável para o respeito às regras e normas institucionais de seu contexto.

Segundo Louro (2009, p. 92), a estabilização de identidades torna-se mais fortalecida na cultura brasileira, uma vez que a identidade masculina centraliza uma representação dx sujeitx com uma vida heterossexual ativa.

Evidentemente, sendo esse um processo cultural, é histórico e dinâmico, quer dizer, é passível de transformações. Ao lado dos discursos que reiteram a norma heterossexual, circulam também discursos divergentes e práticas subversivas, e parece notório que esses processos de subversão e desafio da norma vêm se tornando, contemporaneamente, cada vez mais visíveis.

Dada as possibilidades de subversão, xs travestis vêm se afirmando numa identidade “*ambígua e borrada*” (BENEDETTI, 2005). Como vimos, no levantamento do quadro 2 (IBCT), os estudos sobre xs travestis nas escolas ou em espaços de educação vêm se fortalecendo e ampliando as discussões sobre os meios de educação dirigidos a elxs, as possibilidades de permanência e tratamento nas escolas, evidenciando que elas estão reivindicando melhores formas de permanência nas escolas e adequações curriculares para desestabilização de práticas que programam uma única maneira de se expressar masculino e feminino.

Nessa perspectiva, observa-se que, no corpus das pesquisas, implementa-se uma proposta de compreensão da diversidade sexual que visa contrariar a

[...]crença de que um homem ou uma mulher cuja identidade sexual é a de homossexual, é alguém que, no seu desenvolvimento sexual,

carrega algo que se constitui fundamento de uma variação não conforme à tendência sexual majoritária (SOUZA FILHO, 2009, p. 104).

É preciso considerar que as pesquisas apresentam a impossibilidade de criar um modo de padronizar a expressão pessoal ou de sexualidade de alguém, como masculino ou feminino, a partir das convenções que criamos para o corpo do homem e da mulher. Efetivamente, porque xs identidades são impossíveis de serem determinadas por características de associação àquilo que acreditamos ser de homem ou mulher. Isso significa que os estudos sobre identidades acreditam que xs sujeitxs vivem uma necessidade de busca permanente por fazer parte de um grupo social. Por isso, ocorre a ilusão de permanência numa certa identidade (HALL, 2006); BAUMAN, 2005); SILVA, 2005).

Hall (2006, p. 38) acredita que “A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, mediante processos inconscientes, e não algo inato existente na consciência no momento do nascimento... Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”. Associado a isso, os estudos questionam as resistências que xs sujeitxs têm em lidar com o assunto denominado pelxs profissionais das escolas como “*menino afeminado*” e “*menina masculinizada*”. Presencia-se, nessa compreensão, que os professorxs e profissionais da escola não entendem xs travestilidades como uma expressão de sexualidade, mas como um desrespeito às normas da heterossexualidade.

À proposta de entender xs identidades de travestis, Santos (2008, p. 15) traz a representação do modo como elas fazem a subjetivação, o que, segundo o autor, “*as mesmas compreendem sua subjetividade como derivativa do feminino e de todas as multiplicidades que ele abarca*”. Essa narrativa feita pelx autor conduz os pesquisadorxs a entender que xs travestis não se identificam como pertencentes ao gênero masculino, mas insistem em concluir essa ideia.

No cerne dos conceitos que se entrecruzam, pontua-se que as pesquisas balizam conceitos dispersos no tempo e lugar ocupados pelxs pesquisadorxs. Dito assim, destaca-se que a maioria das pesquisas possuem o fundamento teórico pós-estruturalista considerados essenciais para a discussão sobre o tema. Certamente, produzem conceitos e os reconstruem com o intuito de inovar articulações para o campo dxs travestilidades nas escolas. Entretanto, uma pesquisa chama a atenção porque não utiliza o referencial teórico até aqui analisado. Trata-se da pesquisa de Montreozol (2011), cuja abordagem não parte de perspectivas pós-estruturalistas, mas

sim de um referencial materialista histórico-dialético para compreender a relação entre a identidade sexual travesti e a educação formal.

O autor incursiona sua investigação em conceitos marxistas de objetividade, subjetividade e relações sociais da educação para construir sua base teórica de reflexão sobre a identidade sexual travesti. Os diálogos construídos, em sua investigação, são pautados pela relevância da categoria social e cultural produzidas historicamente sobre a educação e a sexualidade, que auxiliam o autor na aliança que faz sobre esses aspectos para compreender como x sujeitx travesti se relaciona subjetivamente com a educação formal.

Assim, Montreozol (2011, p. 123) afirmou a complexa e ampla relação entre educação e sexualidade *“Isto porque ao mesmo tempo em que ela se configura como uma possibilidade para o desenvolvimento da sexualidade, ela restringe este desenvolvimento por objetivar a construção de um determinado tipo de homem”*. Mesmo que a educação seja um lócus de normatividades de sujeitxs, cabe destacar que ela também promove uma compreensão sobre a formação e organização da consciência de classe de estudantxs travestis.

No cenário dos estudos elaborados existem consensos e dissensos teóricos, no entanto, ressalta-se a importância dada a cada pesquisa, já que traz dificuldades sociais e culturais presentes em discursos e perspectivas que insistem em reproduzir a lógica sexista e essencialistas de identidades. É o caso de algumas abordagens que se atravessam pela perspectiva da teoria queer. A proposta dessa teoria, segundo Louro (2009), é analisar sexualidades legítimas e aquelas consideradas ilegítimas, propondo uma subversão de normas e comportamento prescritos e estabilizados para identidades, o que supõe que, para essa teoria, é difícil determinar este ou aquele para definir uma sexualidade, considerando que xs sujeitxs são atravessados por desejos instáveis, ilimitados e indescritíveis.

Sobre a questão da escola

Ao pensar sobre as pesquisas levantadas e as relações com o campo do conhecimento em educação, observa-se que as pesquisas trouxeram espaços que não tiveram apenas o ambiente escolar como lócus de pesquisa. Os questionamentos, então, podem não ter o mesmo objetivo que teriam se voltados para o ambiente escolar, porém, o objetivo das pesquisas contempla propostas de compreender xs performances de gênero, organização familiar e institucional (prisão) que fazem parte do convívio dxs travestis.

Para essas questões, xs autorxs pontuam a abertura que oferecem para que suas pesquisas sejam referenciais ou pontos de partida que fundamentem a busca por novas respostas. Em Rosato (2011), por exemplo, discute-se a política curricular de escolas estaduais, em Cuiabá/MT, e com base nela como se produzem as identidades sexuais dos sujeitxs não heterossexuais. A autora analisou documentos oficiais curriculares, os Anais da 1ª Conferência LGBT, Projetos Político-pedagógicos que a levaram a compreender que os currículos insistem em hegemonizar a concepção binária de sexualidade, o que pode levar à exclusão, evasão, sentimento de inferioridade e educação sexual disciplinar.

A despeito disso, conforme diz Bortolini (2010, p. 677), se *“ser travesti é algo desnecessário, se não é algo sério ou se eu não reconheço essa identidade, então, não faz sentido pensar no uso do banheiro feminino, no nome social na chamada e em nenhuma reivindicação que venha nesse sentido”*. O efeito de sentido que o enunciado dx autxr nos traz infere que os currículos não estão atravessados pelas questões de diversidade sexual porque não é considerada tal relevância, tornando as práticas escolares e pedagógicas dominadas por perspectivas sexistas e normativas do corpo.

Revelam também, os estudos que, por um lado, xs travestis utilizam de estratégias de subordinação e assujeitamento para resistirem aos preconceitos e manter-se nas atividades das escolas como bem nos coloca Andrade (2012). X autorx utilizou uma pesquisa de caráter etnográfico para conhecer como xs travestis permanecem nas escolas. Sua principal contribuição afirmou que xs travestis da área rural têm um histórico de aceitação menos conturbado, motivado pelos laços de solidariedade presentes nos contatos diários entre as pessoas. Por outro lado, mesmo que a permanência na escola seja permeada de tensões pelas transformações que xs travestis fazem em seus corpos, como diz Bohm (2009), verifica-se, em Oliveira (2014), que essxs novxs sujeitxs são imprescindíveis para a produção de novas condutas em ambiente escolar, daí x autorx afirma que o sentimento de pertença dessxs sujeitxs funciona como meio de garantir a permanência nas escolas.

A insatisfação consolidada nos discursos das pesquisas trouxe a preocupação com xs identidades travestis que intentam participar das atividades escolares (currículo, rotina, organização administrativa e pedagógica e etc.), porém, as práticas normatizadas pela heterossexualidade impedem o reconhecimento destxs sujeitxs. Impulsionadas por tensões e conflitos de uma lógica conservadora e moralista, Junqueira (2009, p. 396) comentou que as práticas da escola se reduzem por

[...] preconizarem identidades fixas, essencializadas, exacerbadas, diferencialistas, a-históricas, ali o gênero humano corre o risco de ser reduzido a uma parca soma de particularismos excludentes, produzidos a partir da eleição arbitrária de alguns possíveis ou supostos atributos. As diferenças tendem então a ser erigidas à condição de fetiche, sem que se atente aos múltiplos nexos entre as relações de poder e os processos discriminatórios que também elas desencadeiam ou realimentam.

Esclarece x autxr que as dificuldades de reconhecer sujeitxs travestis em ambiente escolar estão vinculadas à própria limitação que xs profissionais têm em reconhecer as sexualidades distantes do padrão determinado pelo sistema biológico. Resultado de uma educação historicamente determinada pelo sexismo, machismo e a fixação de identidades baseadas nessa lógica normativa do corpo heterossexualizado (JUNQUEIRA, 2009).

Além das questões vinculadas ao âmbito escolar, encontrou-se também aquelxs que pretendiam conhecer práticas e convívio escolar de professorxs travestis, transexuais. No caso de Franco (2009), presenciou-se a problematização da constituição identitária de professorxs gays, lésbicas e travestis, em ambiente escolar, o que evidenciou que o fato de ser umx professxr não amenizou a exposição à agressão. Promoveu, ainda, o entendimento de que, mesmo sem anunciar sua sexualidade, xs professorxs não se desvinculam das marcas previamente inscritas para a sexualidade de seu corpo, confirmando que a escola ainda representa um local em que os princípios religiosos insistem em determinar a prática docente.

Em relação ao estranhamento que professorxs travestis causam nos demais profissionais e agentxs da escola, observa-se em Reidel (2013), que xs professorxs travestis e transexuais são cobradas a terem características que compensam a perda da sexualidade normativa (heterossexual). Intitulando sua pesquisa como a *“Pedagogia do salto alto”*, x autxr conduz à reflexão sobre as práticas pedagógicas de professorxs trans que se aliam à sedução inscritas em seu corpo e também promovem o deslocamento dxs profissionais das escolas para problematizarem as questões ligadas ao gênero e sexualidade.

Reidel (2013) explora essas questões e complementa ressaltando que a escola silencia o gênero e sexualidade e aponta alguns aspectos significativos na presença dxs travestis/transexuais professorxs, nas escolas, pontuando cinco aspectos: a imagem corpo; x professorx não simboliza referência materna; a curiosidade sobre o que há no corpo travesti; são requisitadas pelos

alunxs sobre particularidades da vida e, por último, o aspecto do glamour aliado aos prazeres da vida.

Enfatiza-se que a diferença é sempre evidenciada e questionada. Por isso, conclui-se que os discursos dirigidos para caracterizar essxs sujeitxs se fortalecem em práticas e relações de poder que tendem a excluir e denominá-lx como se fossem destituídxs de características consideradas positivas pela sociedade. Dessa maneira, os estudos elencados utilizam o referencial teórico que reclamam por respeito à diversidade de sexualidades de travestis e transexuais, seja estudante ou professxr. Com isso, é importante ressaltar que x identidade travesti continua sendo negada por conta da associação que as pessoas insistem em fazer aos padrões heteronormativos do corpo.

A produção acadêmica analisada impele que, o respeito à diferença visa oportunizar autonomias na formação pessoal e educacional dessxs sujeitxs para que usufruam disso nos espaços que ocuparem. Assim:

Respeitar ou reconhecer a diferença significa aqui considerar as histórias, as necessidades, as reivindicações e as especificidades de indivíduos ou grupos e, ao lado disso, considerar as circunstâncias sociais, políticas e históricas da produção da diferença, as relações assimétricas que nortearam e norteiam sua produção e os conjuntos de representações sociais em circulação (JUNQUEIRA, 2009, p. 398-399).

Contudo, ao trazer uma especificidade sobre a produção das diferenças que se constroem e se reconstroem em histórias de vida permeadas de tensões e assimetria, coloca-se bastante oportuno, também, explorar os outros espaços debatidos pelas pesquisas. Dito assim, pensa-se relevante a implantação de práticas educativas que se baseiam nxs sujeitxs do processo e não na recusa e padronização daquilo que se acredita ser indispensável para que os corpos passem a praticar em matéria de sexualidade.

Brilhando por outros espaços

Palmitilhando a trilha da análise proposta pelo estado da arte, algumas pesquisas obtidas nas plataformas trouxeram outros espaços, como é o caso de Santos (2008), que se dispôs a entender como se produziram identidades de travestis profissionais do sexo a partir do não lugar social ocupado no cenário urbano de Campinas/SP. Constatou que, no momento em que xs travestis fabricam seu corpo, elxs estão construindo seu próprio gênero, colocando em

prática a constituição que fazem de si, construindo-se na mescla entre o masculino e o feminino, assinala, no entanto, a demarcação feminina que faz parte do discurso de si, dxs Outrxs e da produção de sua subjetividade.

Diante dessa constatação, no cenário social, xs travestis convivem com práticas de relacionamento e formação familiar que podem se afirmar sob uma base normatizada ou não, como assinala Peres (2009, p. 238)

No caso da população travesti, conforme observações etnográficas realizadas por nós, assim como por outros autores, iremos encontrar um mix de subjetivação em que ora as travestis se mostram extremamente revolucionárias e criativas, ora se mostram normatizadas, reproduzindo modelos familiaristas, burgueses, patriarcalistas e heterossexistas, expressando desejos e discursos de submissão e passividade diante da figura masculina – pai, cliente, marido.

Corroborando com esta perspectiva, na pesquisa de Muller (2011), ao elaborar seu constructo metodológico em observações com três casais, apontou que a conjugalidade entre xs travestis e seus companheiros têm o modelo hegemônico heteronormativo como alicerce, permeando-se de atitudes de ciúme, do ideal do amor romântico, da expectativa de que o homem seja x provedor do lar e demais assuntos que, tradicionalmente, reforçam a relação entre homem e mulher.

Outro espaço apontado foi o palco de um local conhecido por práticas sexuais entre homossexuais, e também aceitar homens heterossexuais, travestis e mulheres. Essa pesquisa de cunho etnográfico feita por Nunes (2012), tratou o *strip tease* masculino de homens jovens. Na análise das práticas do que x autxr denominou “*Castelo de Prazeres*”, foram percebidos comportamentos que tendenciaram a uma supremacia da heterossexualidade, desvalorizando a homossexualidade dxs clientxs e a condição feminina dxs travestis. Esse dado torna-se relevante, uma vez que a dominação masculina heterossexual produz-se em práticas sociais que atravessam as diversas maneiras de organização, consumo, mercado e a oferta de seus bens.

O que se vê, então, é um discurso oficializado de que a sexualidade predominante é aquela que tem o sexo como princípio normatizador, identitário e expressivo; definindo, assim, padrões de normalidade/anormalidade, diferença/igualdade, certo/errado, infame/perfeito. Tal fato pode explicar o motivo porque as sexualidades e quaisquer formas de expressão relacionadas a elas têm, primeiro, que se reportar à heterossexualidade ou aos padrões instituídos por sua normatividade, para serem reconhecidas.

Desta feita, o gênero acaba por ser não só o mediador: é o responsável mais por revelar do que por possibilitar as supostas coerência e unidade entre anatomia, comportamento, sexualidade e identidade. Em outras palavras: tal sequência tem sua eficácia garantida por mecanismos de introjeção e controle (sexualmente diferenciados e sexualmente diferenciantes) ligados à crença de que a determinado sexo deva corresponder, de modo biunívoco, um determinado gênero, o qual, por sua vez, implicaria um determinado direcionamento do desejo sexual (JUNQUEIRA, 2009, p. 376).

Mais que práticas atravessadas por ditos sexistas e generificadas, acredita-se que é preciso que existam instituições que se caracterizam por cercear, disciplinar e controlar os corpos com o que pode ou não ser feito e aceito pelos gêneros. Nesse sentido, Passos (2014) pesquisou uma ala específica para travesti, gays e seus maridxs, no Presídio central de Porto Alegre/RS. Produziram-se, nessa penitenciária, práticas institucionais de Gestão de risco para caracterizar a entrada, a permanência e saída dxs sujeitxs da ala. Apesar de se apresentar como uma alternativa de redução de violência contra gays, travestis e seus maridxs, as práticas institucionais de regulação e vigilância são mais rígidas para essxs sujeitxs, ao passo que são ameaçadxs de serem retiradxs da ala.

O conteúdo enunciado pelas práticas dos outros espaços aqui analisados causa o efeito de sentido de que *“o olhar normativo interpreta e fixa o corpo como uma confirmação literal da cor, da raça, da etnia e da sexualidade”* (JUNQUEIRA, 2009, p. 380). Esse sentido atravessa os discursos dxs sujeitxs porque não são construções próprias, mas que já existem e são conformados por nxs sem nenhuma crítica à produção histórica e social das desigualdades e diferenças que foram se consolidando nas imagens dxs travestis.

Os estudos apresentados constataram a necessidade de desconstrução de formas de subjetivação normatizadoras presentes nas práticas escolares e institucionais de outros espaços. Um comparativo do crescimento das pesquisas na área de educação sobre o tema demonstrou que muito se tem investigado sobre as sexualidades travestis necessárias para o reconhecimento delxs nas práticas escolares. Tais estudos, de modo comum, denunciam os silenciamentos, resistência e assujeitamentxs vividxs por elxs enquanto estudantxs que dificultam o tratamento qualificado de suxs identidades.

Sobre esse tema, Longaray (2014) ressaltou que os vários espaços onde os homossexuais se constroem como sujeitxs são permeados de discursos oficiais que xs interpelam xs a incorporarem uma subjetivação normatizada

sobre a heterossexualidade. Essa afirmação produziria, talvez, a resposta que tanto se procura para demonstrar aos profissionais da educação onde se encontra o erro de suas práticas. Todavia, os estudos não pretendem construir maneiras mais ou menos consideradas corretas para um contexto ou outro, mas inferir pontos de discussão que predominam em ambiente escolar e refratam no contexto de agressões e transfobia vivido por travestis, nas escolas.

Como inquietação, verifica-se por meio das teses e dissertações que as travestis se constroem desestabilizando identidades pré-fixadas para o gênero masculino e feminino. Esse jogo ambíguo (masculino e feminino) que fazem com o corpo produz sua representação e desloca as instituições a (re) significar as explicações sobre o gênero, sexo e sexualidade. Certamente, porque conforme Louro (1997), a sexualidade é uma construção social permeada de valores e regras dimensionadas no tempo e lugar analisados, impossibilitando a afirmação de que o menino é de identidade masculina e a menina de identidade feminina.

Vale pontuar os espaços que as pesquisas em educação levantadas não contemplaram e que poderiam contribuir para dissolução de conflitos de sexualidades em ambiente escolar. É o caso das políticas educacionais instituídas para as escolas, já que algumas propostas de promover o respeito à diversidade nas escolas têm se mostrado impossível de se concluir como apresenta as tentativas dos Programa Brasil Sem Homofobia e o Kit anti-homofobia. Ocorreu com essas tentativas, de acordo com Daniliauskas (2011), a interferência de forças conservadoras dos poderes legislativos e executivos que impediram o avanço efetivo das políticas educacionais com o enfoque LGBT. Trouxe, então, indicadores imprecisos que pudessem identificar os avanços dessas políticas sobre o cotidiano escolar e o contexto educacional. Essas tentativas demonstraram que, enquanto as escolas estiverem atravessadas por discursos normativos e padronizados de comportamentos sociais considerados normais ou anormais, o reconhecimento da diversidade nesse contexto continuará irreversível.

Considerações finais

As pesquisas examinadas assinalaram que a educação tem ampliado as preocupações com as sexualidades que participam das atividades escolares. Os dados motivam entender que as sujeitxs da pesquisa não são apenas as estudantxs, mas envolvem também as professorxs gays, lésbicas, travestis e transexuais. Essa demarcação de sujeitxs enfatiza a relevância que o tema tem despontado, ultimamente, no cenário acadêmico em educação.

Como resultado disso, o *cópus* das pesquisas produz uma inspiração teórica atravessada, em grande parte, pelas abordagens que se voltam para as perspectivas pós estruturalistas, uma vez que apenas uma pesquisa reportou-se ao método materialista-dialético para produzir os resultados da relação entre educação formal e identidade travesti. Permeados de ditos de abordagens consideradas relevantes, ou não; o que se pretendeu apontar é o avanço que as pesquisas em educação têm se disposto a incursionar no campo das sexualidades travestis nas escolas.

É importante pontuar que os objetos que guiaram as pesquisas não discutiram os aspectos políticos que permeiam as travestilidades nas escolas. Ou seja, investigaram-se performances de sujeitxs travestis em ambientes de consumo sexual, nas famílias e presídios, porém, nenhuma trouxe aspectos significativos sobre as políticas públicas educacionais voltadas para esse tema, tampouco a formação política dxs travestis, no ambiente escolar, enquanto empoderamento e autonomia.

Questionam-se preconceitos arraigados em discursos e relações de poder em práticas escolares. No entanto, no aspecto da resistência contida na subversão da identidade heteronormativa, observa-se que xs travestis convivem com práticas escolares e familiares que intentam recuperar a sexualidade convencionalizada como “*verdade*” para o gênero masculino. É nesse embate entre a sexualidade normatizada e xs travestilidades que se encontram as relações de poder, uma vez que aquela historicamente ditada como padrão se sobrepõe às dissidentes dela.

A partir do momento em que as sexualidades, para se constituírem identitariamente, necessitam de adequação aos ditames da heterossexualidade, imprimir sobre as relações sociais, políticas e sociais a permanência das desigualdades e diferenças. A reprodução dessa lógica é vista nas desigualdades e submissões vividas por essas sexualidades nos acessos aos bens e serviços públicos de saúde, educação e justiça, posto que essas instituições são caracterizadas pelo sexismo.

Em suma, mesmo que os discursos impõem modos padronizados de viver a sexualidade. Essa relutância é possível de se superar, já que a existência dxs travestis demarca a resistência em relação à heteronormatividade. O que se espera, agora, é o reconhecimento, de fato das possibilidades de mudanças corporais, de acordo como bem entenderem e desejarem. Acredita-se relevante explorar o tema na área da educação, em virtude de a escola representar um espaço, historicamente, cindido pela determinação de padrões moralistas e

religiosos que intentam produzir sujeitos a partir de um arsenal de ações corretivas e ditadoras de comportamentos sociais.

Por mais que os estudos tenham se ampliado, há que se ressaltar que eles ainda não alcançaram xs profissionais das escolas, simplificando os estudos apenas no âmbito acadêmico. Esse fator pode estar ligado à ideia de que o que se produz nas universidades acaba ficando engavetado, ao passo também que as escolas, em muitos casos, permeiam-se de discursos de que, *“na teoria, é tudo bonito, na prática é totalmente diferente”*. Esse discurso dicotômico pode ser prejudicial à pesquisa e também axs sujeitos a quem ela se direciona, impedindo a integração entre ambos, o que estanca a produção de conhecimento.

Além desses conflitos de diálogos entre pesquisas (universidades) e práticas (escolas), pontua-se a necessidade de se discutir também o tema da transfobia, uma vez que a cultura popular naturaliza certos contextos enunciativos que, oportunamente, insistem em reproduzir diferenças e desigualdades sobre as masculinidades e feminilidades. É o caso, por exemplo, de piadas direcionadas para destituir heterossexuais dos benefícios que poderiam acessar; a grosso modo, ofender heterossexuais com termos pejorativos como *“viadinho”, “baitola”, “bicha”* e outros mais homofóbicos.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BOHM, Alessandra Maria. **Os “Monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual na escola. In: COSTA, H. *et al* (Orgs.) **Retratos do Brasil Homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.
- CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR (CAPES). Bancos de periódicos. Brasília: CAPES, 2016.
- DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. 2011. 161p. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.
- FRANCO, Neil. **A diversidade sexual entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**. 2009. 239f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- FRANCO, Neil. **Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar**. 2014. 268f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações**. Brasília: IBICT, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 13-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: _____. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 367-444.

LONGARAY, Deise Azevedo. **A (re) invenção de si**: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais. 2014. 226f. Tese (Doutorado em educação em ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 85-94.

MONTREOZOL, Jeferson Renato. **Sobre a educação aquecida**: uma análise da relação entre identidade sexual travesti e o processo de educação formal. 2011. 181f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

MULLER, Magnor Ido. **“Lá em casa a gente conversa!”**: pedagogia da conjugalidade entre travestis e seus maridos. 2011,. 123f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NUNES, Cláudio Ricardo Freitas. **Trazendo a noite para o dia**: apontamentos sobre erotismos, streap tease masculino, pedagogias de gênero e sexualidade. 2012. 227f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Carina Dantas de. **Travestilidades e juventudes**: conteúdos submersos no contexto escolar. 2014. 60f. Dissertação (Mestrado em educação escolar) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. 60f.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos**: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre. 2014, 108f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

PEREIRA, Marlyson Junio Avarenga. **“Quando eu pulei o muro”**: travestilidades em corpos-existência apesar dos silêncios na escola. 2014. 100f. Dissertação (Mestrado Profissional em educação) – Universidade Federal de Lavras (UFLR), Lavras, 2014.

PERES, Willian Siqueira. Cenas de exclusão anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 235-264.

REIDEL, Marina. **A Pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ROSATO, Tatiane Penariol de. **Reforma de currículo e identidades sexuais**: performances de gênero em adolescentes de escolas estaduais de ensino fundamental em Cuiabá. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SANTOS, Paulo Ricardo dos. **Entre necas, peitos e picumãs**: subjetividade e construção identitária de travestis do Jardim Itatinga. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 6. Ed. Petropolis: Vozes, 2005.

SOUZA FILHO, Alípio. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: fraude, ideologia ou preconceito. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 95-124.

Sexualidade e virtualização em *Câmera Privê*: sociabilidade, desejo e consumo através da webcam

*Sexuality and Virtualization in Câmera Privê:
sociability, desire and consumption through webcam*

Maria Aparecida Ramos da Silva

*Professora no Departamento de Comunicação Social da UFRN
e Doutoranda em Ciências Sociais – UFRN*

Allyson Darlan Moreira da Silva

*Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN)*



Resumo

O presente trabalho busca discutir sobre as implicações do processo de virtualização das relações sexuais na sociedade contemporânea a partir do *site Câmera Privê*, mundialmente utilizado para práticas sexuais virtuais através do uso de *webcams*. Considerando a virtualização da interação social como uma consequência da midiaticização, o corpo na sociedade atual encontra no progresso tecnológico, que alcança níveis de profundas mudanças sociais e econômicas, novas possibilidades de experiências sexuais entre os sujeitos, motivadas, entre outros fatores, por desejos e/ou interesses financeiros. Este artigo é parte de um estudo mais amplo em desenvolvimento, que utiliza a netnografia e a técnica da observação não participante como metodologia para uma pesquisa exploratória interpretativa nas janelas de transmissões via *webcam* de modelos do gênero masculino, feminino e transexual no *site* de relacionamento *Câmera Privê*.

Palavras-chave: Virtualização. Midiaticização. Sexualidade. Consumo. *Câmera Privê*.

Abstract

This research discusses the implications of the process of virtualization of sex in contemporary society from the *Câmera Privê* website, used worldwide for virtual sex practices through the use of *webcams*. Considering the virtualization of social interaction as a result of media coverage, the body in contemporary society is technological progress, which reaches levels of profound social and economic changes, new possibilities of experiences between individuals, motivated, among other reasons, desires and / or financial interests. This article is part of a broader study on development, which uses netnography and the technique of non-participant observation as a methodology for an interpretative exploratory research in the windows of transmissions via *webcam* male models, female and transgender in social networking site *Privê* camera.

Keywords: Virtualization. Media coverage. Sexuality. Consumption. *Câmera Privê*.

Introdução

Os avanços tecnológicos do último século promoveram mudanças profundas na sociedade, desde os primeiros inventos que caracterizaram a Revolução Industrial, iniciada na Europa no século XVIII. O processo de urbanização dos, então, centros predominantemente rurais já apontava para uma nova configuração de vida em sociedade, com divisões de classe e trabalho, mudanças no sistema de transporte e uso de máquinas para auxílio ou substituição total do trabalho humano.

Nesse contexto, as relações sociais também passaram por transformações em níveis nunca antes vistos. Com o surgimento de dispositivos digitais de comunicação em massa, as fronteiras territoriais não comportavam a lógica em fluxo de uma sociedade cujo conceito de comunidade já não suporta as premissas dadas às questões geográficas. Vivemos agora em uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999), com sensação de comunitarismo em um espaço de visibilidade total, unidos pelo afeto (PAIVA, 2012).

Sem desconsiderar o contexto macro, este artigo busca discutir e lançar uma visão analítica do ponto de vista social para as transformações que dizem respeito às relações humanas motivadas por desejos sexuais mediadas por dispositivos digitais de comunicação. Dessa maneira, se antes as relações sexuais tinham como condição a presença atômica de outrem para a troca de estímulos visuais em tempo real¹ entre duas ou mais pessoas, a internet nos permite fazê-las a partir de *sites* de relacionamento, de forma virtual.

O fetichismo e o voyeurismo², ambos muitas vezes considerados desvios sexuais do ponto de vista psicanalítico e médico, encontram-se agora virtualizados em troca de vídeos em aplicativos de *smartphones*, como *WhatsApp*, em *blogs* com conteúdos pornográficos e em *sites* como o *Câmera Privê*³, que reúne milhares de usuários de *webcams* para produção ou consumo de *shows* de exibicionismo *online* de momentos íntimos de relação sexual ou do todo ou parte de seus corpos. Esses atos, muitas vezes, são permeados por trocas de dinheiro, caracterizando um comércio vultoso que movimenta bilhões

¹ Necessitamos pontuar aqui o uso do termo “em tempo real” como sinônimo de simultaneidade, em contraponto aos estímulos visuais possíveis através de cartas, pinturas e fotografias, em um contexto de trocas simbólicas não mediadas por dispositivos digitais.

² Voyeurismo diz respeito ao prazer sexual exercido pelo estímulo através da observação de uma pessoa no ato de se despir, nua ou em atos sexuais (que não se sabe observada). Já o fetichismo consiste, segundo a psicanálise, num desvio de interesse sexual por fantasias (enfermeira, empregada doméstica, professor), objetos, cenários ou alguma parte do corpo.

³ Disponível em: <<http://www.cameraprive.com>>. Acessado ao longo dos meses de julho e agosto de 2016.

de dólares todos os anos. Estaríamos diante da virtualização da prostituição, prática comercial de serviços sexuais acentuada pela mediação que vivenciamos na modernidade?

A pesquisa foi realizada ao longo dos meses de julho e agosto de 2016, empregando a netnografia como metodologia. Esse é um método de investigação oriundo da etnografia utilizada na Antropologia e que reúne técnicas que “munem o pesquisador para o trabalho de observação, a partir da inserção em comunidades para pesquisa, onde o pesquisador entra em contato intrassubjetivo com o objeto de estudo” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p. 35). Para tanto, utilizamos a técnica da observação não participante, em que o pesquisador observa as comunidades virtuais sem ser percebido, com a “descrição das práticas sociais virtualizadas a partir da observação” (REBS, 2011, p. 89). A pesquisa situa-se no campo da investigação qualitativa, permitindo um tratamento sistemático à análise das informações e dados.

Sexualidade e mídia: da vida privada ao ápice do sexo mundializado

As novas tecnologias da comunicação humana aprofundaram a tendência de mudanças nos relacionamentos interpessoais, potencializando as condições de sociabilidade entre os indivíduos. Aplicativos de relacionamentos como *Tinder*, *Scruff* e *Grindr*, bem como *sites* de namoro e bate-papo, são utilizados diariamente por milhões de usuários em todo o mundo, que buscam nos dispositivos digitais a mediação facilitadora no processo de manutenção de vínculos de amizade e namoro. Muitos desses relacionamentos são constituídos por laços fracos (PRIMO, 2005), sem grande interesse das partes em estabelecer maior grau de intimidade no sentido de estreitamento da relação. No que se trata de relacionamentos com intuítos sexuais ou de namoros, as mídias supracitadas não são por si só a causa da mudança paradigmática que atinge as relações de gêneros e as sexualidades contemporâneas, mas uma nova etapa no processo que se inicia ainda no século XVIII.

As relações entre homem e mulher e seus papéis são construções sociais baseadas em contextos histórico-sócio-culturais diversos, variáveis de acordo com cada sociedade em grau e forma distintos. As transformações tecnológicas e sociais, nas últimas décadas, contribuíram para que a intimidade, as normas de comportamento e as relações de poder entre os gêneros modificassem as práticas sociais contemporâneas. Para Anthony Giddens (1992), em *A Transformação da Intimidade*, as mulheres comuns,

que tratam da vida cotidiana, e os grupos conscientemente feministas exerceram um papel fundamental no que ele denomina de “revolução sexual”, viabilizando conquistas para a democratização da esfera pública e privada e reduzindo diferenças entre os papéis de gênero. Segundo o autor, essas mudanças dizem respeito à “exploração das potencialidades do 'relacionamento puro', um relacionamento sexual e emocional, explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes do poder do sexo” (GIDDENS, 1992, p. 10).

Ainda no século XVII, os casamentos eram motivados predominantemente por interesses econômicos, de modo que os cônjuges funcionavam como espécie de elo entre duas famílias que buscavam fortalecer e dar continuidade aos negócios. Cabia aos pais a escolha de arranjar o casamento “ideal” para seus filhos, não havendo outra saída para estes que não a aceitação.

Na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos eram contraídos, não sobre o alicerce da atração sexual mútua, mas o da situação econômica. Entre os pobres, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual. Tem sido relatado que, entre os camponeses da França e da Alemanha no século XVII, o beijo, a carícia e outras formas de afeição física associadas ao sexo eram raros entre os casais casados. No entanto, as oportunidades para os homens se envolverem em ligações extraconjugais eram com frequência muito numerosas (GIDDENS, 1992, p. 49).

Foi somente entre o fim do século XVIII e o início do século seguinte que o casamento deixou de ser realizado apenas por interesses econômicos e passou a ser motivado por laços de afetividade amorosa entre o casal. Nesse período, os ideais de amor romântico foram difundidos na sociedade, proporcionando, segundo Giddens (1992), um significado especial ao vínculo conjugal. O casamento deixa de ser, então, um empreendimento econômico e passa a ser visto como um empreendimento emocional conjunto, de modo que o lar se distingue do ambiente de trabalho e torna-se, em tese, o espaço onde o casal encontra um no outro o apoio emocional, em oposição ao caráter instrumental do ambiente de trabalho (GIDDENS, 1992). O eu e o outro se unem na construção de uma história compartilhada e individualizada, tendo a liberdade e a autorrealização como alicerces da relação, bem como as qualidades do comportamento de cada como fatores imprescindíveis, e não apenas a atração sexual e as motivações da ordem econômica.

O amor romântico introduziu a ideia de uma narrativa para uma vida individual – fórmula que estendeu radicalmente a reflexividade do amor sublime. Contar uma história é um dos sentidos do “romance”, mas esta história tornava-se agora individualizada, inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos. O início do amor romântico coincidiu mais ou menos com a emergência da novela: a conexão era a forma narrativa recém-descoberta (GIDDENS, 1992, p. 50).

Nesse sentido, para Giddens (1992), o amor rompe com a sexualidade, embora ainda faça parte dela, e o caráter do indivíduo se apresenta como uma virtude que passa a distingui-lo como especial.

O autor tece a ideia de amor romântico associada a três conjuntos de influências que afetaram as mulheres a partir do século XVIII. Primeiramente, cita a criação do lar. Com a Revolução Industrial, o trabalho artesanal deu espaço à produção em série de bens e à privatização dos meios de produção de capital. Em uma sociedade predominantemente patriarcal, na qual o homem era o centro da organização familiar e sobre quem recaía a obrigação do sustento da família, o ambiente doméstico pela primeira vez se dissocia do ambiente de trabalho. Ficam estabelecidas, então, marcas distintas entre lar e trabalho (muito embora ainda possíveis de coexistirem). A partir de então, o homem que trabalhava para manter as finanças da casa não podia mais dar conta também das exigências cotidianas demandadas na gestão de um lar. É então que a mulher passa a ter mais autoridade dentro de casa para educar os filhos, gerir os recursos e manter a ordem. Com isso, dá-se a segunda influência tratada por Giddens (1992), a mudança na relação dos pais com os filhos. Para o autor, o controle da mulher sobre os filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, em função das políticas de incentivo do Estado ao controle da natalidade e das novas condições econômicas desfavoráveis naquele contexto da Europa. Com o número menor de filhos, a mãe passou a dar mais atenção a cada um de seus herdeiros, conhecendo melhor suas fragilidades e exigindo dela equilíbrio emocional. O terceiro momento, por sua vez, foi a “invenção da maternidade”.

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da “esposa mãe” reforçou um modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos. As mulheres eram reconhecidas pelos homens como sendo diferentes, incompreensíveis – parte de um domínio

estranho aos homens. A ideia de que cada sexo é um mistério para o outro é antiga, e tem sido representada de várias maneiras nas diferentes culturas. O elemento distintamente novo, aqui, era a associação da maternidade com a feminilidade, como sendo qualidades da personalidade – qualidades estas que certamente estavam impregnadas de concepções bastante firmes da sexualidade feminina (GIDDENS, 1992, p. 54).

A associação do caráter materno a uma qualidade intrinsecamente feminina contribuiu para a consolidação social da ideia de “instinto materno”. Foi naturalizado que toda mulher tem em seu percurso de vida a obrigatoriedade do casamento e da gestação, um “dom” próprio de seu gênero. Contrariar tais normas é ir de encontro à “natureza”, rebaixar-se ao *status* de “desnaturada”, perspectiva que passou a mudar somente nos séculos seguintes.

A grande virada que contribuiu para a transformação da intimidade veio com os primeiros métodos contraceptivos e as novas tecnologias reprodutivas, no século XIX. Mais do que o controle da natalidade, que afetou diretamente o tamanho das famílias e resultou em novas configurações citadas anteriormente, a contracepção elevou o sexo à condição de expressão de um desejo que vai além da reprodução. Para as mulheres, o sexo passou a ser livre para assumir outras funções, dando-lhes autonomia e propriedade de si mesmas (GIDDENS, 1992). Nesse contexto, surge o que o autor denominou de “sexualidade plástica”, cujo interesse supera a necessidade de procriação e torna a prática sexual baseada, sobretudo, na atração mútua e na busca pelo prazer carnal.

O casamento como contrato econômico deu lugar à união pelo amor romântico que ainda colocava a sexualidade da mulher sob o domínio masculino. Com o surgimento da sexualidade plástica, agora dominada pelo desejo individual, a concepção da ideia de amor também passou por profundas transformações. A racionalidade conjugal, aqui vista como um contraponto aos idealismos do romance, começou a alçar a objetividade nas relações. Na contemporaneidade, o amor romântico perde espaço para a busca da autonomia sexual, dando lugar ao que Anthony Giddens chama de “amor confluyente”.

O amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da ideia de amor romântico. A “sociedade separada e

divorciada” de hoje aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor confluyente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial” (GIDDENS, 1992, p. 72).

Nessa perspectiva, o amor confluyente democratiza as relações afetivas e reduz as disparidades de poder entre homens e mulheres. A idealização do amor verdadeiro pode, contudo, coabitar o sujeito que se envolve aparentemente em um relacionamento puro (resultado do amor confluyente), mas deixou de predominar na atualidade. A união entre duas pessoas hoje pode se dar por interesses diversos, tais como: econômicos, afetivos e sexuais, ou ainda incluir todos estes. São cada vez mais comuns casais que se conhecem apenas para transar (o que Giddens denomina de “sexualidade episódica”), inimaginável outrora em que a prática sexual somente poderia acontecer após o casamento e apenas para fins reprodutivos.

Nesse contexto, em que os relacionamentos se encontram mais livres, fluidos e democráticos, a emergência de dispositivos digitais que medeiam a busca por namoros, casamentos e sexo sem compromisso encontra a fertilidade para um crescimento vertiginoso e fonte de investimentos bilionários da indústria do entretenimento mundial. O sexo privado ao quarto residencial ou do cabaré⁴ abre as janelas para a pornografia de revistas ilustradas, livros de contos eróticos, filmes adultos, disk sexo e, mais recentemente, aplicativos de namoro e “azaração”, *sítes* de conteúdo pornográfico multimídia e rede sociais na internet de transmissão de vídeos ao vivo com fins sexuais e pornográficos, como o brasileiro *Câmera Privê*.

Cibersexo e pornografia

Por meio do uso de dispositivos digitais como telefones, computadores e aparelhos de rádio e televisão, a virtualização das relações sociais dispensa que interagentes nessa relação mediada precisem estar no mesmo espaço e ao mesmo tempo para que a interação aconteça. Nossas possibilidades de experimentação sensorial com o corpo já não encontram limites claramente definidos. Tais mudanças implicam não mais a concepção da sexualidade pública e privada como outrora, mas a desterritorialização global do corpo de

⁴ Estabelecimento comercial de prostituição de homens, mulheres e transgêneros, geralmente administrado por um cafetão ou cafetina, responsável por agenciá-los e negociar os serviços com os clientes.

um homem simbiótico, biológico e tecnológico ao mesmo tempo (LEMOS, 2015). Homem simbiótico, para André Lemos (2015), seria aquele “conectado biologicamente ao cérebro planetário do cybionte”.

O surgimento de redes sociotécnicas e a mundialização das potencialidades de comunicação e informação introduziram no nosso cotidiano a possibilidade de conexão imediata a um vasto universo de conteúdo produzido e compartilhado por sujeitos individuais e coletivos. Esse processo facilitou ainda mais a produção de conteúdos pornográficos e de dispositivos de interação social com fins sexuais, tendo seu início já no século XIX, com a fotografia e as máquinas de impressão. Naquela época, popularizavam-se na Europa e nos Estados Unidos publicações de revistas e livros ilustrados com modelos nus e em trajes sensuais. No Brasil, em meados de 1870, começavam a fazer enorme sucesso os contos eróticos, principalmente entre os homens. Esse filão editorial passou a representar uma parcela significativa do lucro de várias editoras por muitas décadas, tendo como auge a segunda metade do século XX, com o surgimento de inúmeras publicações, como a norte-americana *Playboy*, em 1953.

A indústria pornográfica ganhou mais força com o cinema, criação dos Irmãos Lumière em 1896, alcançando ainda mais pessoas. O primeiro filme de que se tem notícia no gênero pornográfico é *A Free Ride*, de 1915, que conta a história de um rapaz que oferece carona para duas garotas e, posteriormente, mantém relação sexual com ambas embaixo de uma árvore. As gravações foram realizadas em New Jersey, nos Estados Unidos, e possui cerca de nove minutos de duração, média do gênero nas décadas iniciais. *A Free Ride* foi o pontapé inicial para uma poderosa indústria cinematográfica da pornografia. O maior sucesso comercial do gênero foi produzido em 1972, com *Deep Throat, Garganta Profunda*. O filme estrelado pela atriz Linda Lovelace arrecadou mais de 600 milhões de dólares, cifras surpreendentes até para os *blockbusters hollywoodianos* da atualidade. Na trama, Linda interpretava uma ex-engolidora de espadas que tinha o clitóris na traqueia e utilizava o dom circense para satisfazer os mais diversos desejos sexuais, envolvendo-se com vários homens ao longo da história.

No Brasil, o auge da indústria pornográfica foi na década 1990, com a produtora *Brasileirinhas*, fundada por Luís Alvarenga e que conta com mais de quatro mil títulos em seu portfólio, levando ao estrelato e à fama nacional Kid Bengala, Monica Mattos, Júlia Paes e Morgana Dark, entre outros atores. O sucesso dos filmes, seja em arrecadação, seja em audiência, tornava o gênero atraente para as celebridades que já eram conhecidas da televisão, como

Alexandre Frota, Rita Cadillac, Gretchen, Leila Lopes, Mateus Carrieri, Bruna Ferraz, Márcia Imperator, Marcos Oliver e Regininha Poltegeist.

A passagem da pornografia impressa ao ápice audiovisual não teria sido possível sem a criação do VHS, que permitiu a reprodução em grande escala dos filmes adultos e barateou os custos para aquisição dos longas em locadoras especializadas. Esse auge seguiu até o início dos anos 2000, quando a internet doméstica passou a crescer exponencialmente nos Estados Unidos e Europa e, posteriormente, no Brasil.

O acesso domiciliar à rede mundial de computadores foi um passo crucial para uma reviravolta histórica na pornografia e implicou diretamente a sexualidade contemporânea. Da masturbação ao gozo recíproco mediado, os computadores permitiram uma relação com o corpo mais intensa, em meio à hipersexualização da sociedade do espetáculo promovida pelos meios de comunicação de massa.

Surgem, nesse contexto, *sites* de vídeos e fotos pornográficos como *RedTube*⁵ e *XVideos*, que reúnem em seus catálogos uma infinidade de produções amadoras e comerciais de diferentes países e nas mais diversas variações de gênero, posições sexuais, ambientes e fantasias, explorando o fetiche de uma audiência de milhões de pessoas que acessam diariamente páginas como essas na internet. Outros *sites*, como o *Cam4* e o *Câmera Privê*, permitem muito mais do que o mero acesso ao conteúdo pornográfico disponibilizado, possibilitando para aqueles que acessam produzir seu próprio conteúdo e ganhar dinheiro com isso. Em *Câmera Privê*, os usuários que dispõem do dispositivo de câmera em seus computadores podem transmitir ao vivo uma performance para a audiência do *site*, interagindo e negociando suas apresentações à medida que recebem doações em dinheiro. Os dispositivos de *webcams* dos computadores são as fechaduras de porta que nos permitem o voyeurismo a distância e mundializam as dimensões de nossa cama e de nossos corpos, observados, afetados e em interação possível com várias partes do mundo ao mesmo tempo e sem limitação de pessoas presentes em conexão. Segundo Primo (2015, p. 166), mudamos da pornografia de massa para a pornografia do ciberespaço, tendo em vista que “o cibersexo faz parte desse ambiente onde a inscrição da sexualidade em computadores é parte de uma tendência largamente documentada que as pessoas têm de antropomorfizar os computadores”.

⁵ Disponível em: <www.redetube.com> e <www.xvideos.com>.

Mediatização: o pano de fundo do cibersexo

A virtualização das relações entre as sociedades e destas com o mundo, criando uma dimensão ciber do espaço/tempo, é contemporânea de uma onda de transformações que começam desde as primeiras inovações tecnológicas no transporte. Para Lévy (1996), a invenção de novas velocidades é o primeiro grau de virtualização, criando novos sentidos de temporalidades e espacialidades nas mais diferentes culturas.

Cada forma de vida inventa seu mundo e, com esse mundo, um espaço e um tempo específicos. O universo cultural, próprio aos humanos, estende ainda mais essa variabilidade dos espaços e das temporalidades. Por exemplo, cada novo sistema de comunicação e de transporte modifica o sistema das proximidades práticas, isto é, o espaço pertinente para as comunidades humanas. Quando se constrói uma rede ferroviária, é como se aproximássemos fisicamente as cidades ou regiões conectadas pelos trilhos e afastássemos desse grupo as cidades não conectadas. [...] Cria-se, portanto, uma situação em que vários sistemas de proximidades e vários espaços práticos coexistem (LÉVY, 1996, p. 22).

A virtualização não se trata de um antagonismo ao real, mas é sinônimo de potência. Em uma sociedade onde os corpos são constantemente reconstruídos pela dietética, cirurgias plásticas e fármacos, nossa potencialização da capacidade corpórea intensifica-se com a mediatização, processo em que a mídia se incorpora e é incorporada nas relações sociais em suas mais diferentes esferas de ação. Segundo Lévy (1996, p. 27), “como a das informações, dos conhecimentos, da economia e da sociedade, a virtualização dos corpos que experimentamos hoje é uma nova etapa na aventura de autocriação que sustenta nossa espécie”.

Os meios de comunicação potencializaram nossa capacidade perceptiva do mundo que nos circunda. Nossos sentidos são virtualizados, de modo que os sistemas de telecomunicações claramente externalizam isso (LÉVY, 1996). A televisão potencializa nossa visão, transnacionalmente, criando uma espécie de “olho mundializado” e nos carregando em massa para o mesmo território, ainda que estejamos atômica e espacialmente em lugares distantes. “Assim como o telefone potencializa nossa audição e os sistemas de telemanipulações para o tato e a interação sensorio-motora, todos esses dispositivos virtualizam nossos sentidos”, explica Lévy (1996, p. 28).

A projeção da imagem do corpo é geralmente associada à noção de telepresença. Mas a telepresença é sempre mais que a simples projeção da imagem. [...] O telefone, por exemplo, já funciona como um dispositivo de telepresença, uma vez que não leva apenas uma imagem ou uma representação da voz: transporta a própria voz. O telefone separa a voz (o corpo sonoro) do corpo tangível e a transmite a distância. Meu corpo tangível está aqui, meu corpo sonoro, desdobrado, está aqui e lá (LÉVY, 1996, p. 29).

A interação social se vê alterada pelos dispositivos digitais de que dispomos na atualidade, aumentando nossa capacidade de vivenciar experiências com o outro de maneira distante de qualquer outra do passado. A educação supera os limites impostos pelas limitações econômicas e políticas ao levar para lares de milhões de cidadãos aulas a distância, assim como nossa sociabilidade, que resulta da busca por relacionamentos afetivos, encontra em aplicativos de namoro a mediação no encontro da “alma gêmea”. Cada vez mais, introduzimos as mídias no nosso cotidiano e vemos nossa socialização, até então há pouco necessariamente presencial, virtualizada em projeções de *pixels* ou em ondas sonoras.

Para Lévy (1996), intensificamos ao máximo nossa presença física aqui e agora:

Ao se virtualizar, o corpo se multiplica. Criamos para nós mesmos organismos virtuais que enriquecem nosso universo sensível sem nos impor a dor. Trata-se de uma desencarnação? Verificamos com o exemplo do corpo que a virtualização não pode ser reduzida a um processo de desaparecimento ou desmaterialização. [...] a virtualização do corpo não é, portanto, uma desencarnação, mas uma reinvenção, uma heterogênese do humano (LÉVY, 1996, p. 33).

Os avanços tecnológicos dos dispositivos digitais de comunicação contribuíram para a mudança dos hábitos sociais e o surgimento de uma cultura global baseada na linguagem midiática, atravessada em todas as esferas da sociedade – economia, política, família, religião etc. Essa articulação entre mídia e tradicionais instituições sociais é o que teóricos como Muniz Sodré (2009) e Stig Hjarvard (2012) denominam de “mídiatização”. Do ponto de vista das relações sociais, a mídiatização produziu novas perspectivas de sociabilidade e interação, modificando alguns aspectos da vida cotidiana. Em *Antropológica do Espelho* (2009), Sodré explica que o contexto de mídiatização sugere um novo modo de se fazer sentir, um novo *bios* – utilizando

um termo cunhado por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. O filósofo grego distingue três esferas da vida humana: o *bios politikos*, vida política; o *bios theoretikos*, a vida contemplativa; e o *bios apolaustikos*, a vida prazerosa. Para Sodré (2009), a midiaticização seria o quarto *bios*, o *bios* midiático, em que as tecnologias de informação estariam redefinindo as relações sociais contemporâneas. O autor parte da classificação aristotélica para pensar a midiaticização como tecnologia de sociabilidade, em que predomina, segundo ele, a esfera dos negócios, culturalmente específica e intitulada de “tecnocultura”. Essa tecnocultura é constituída pelo mercado, meios de informação e dispositivos digitais de comunicação que transformam aspectos da socialização – os quais abordaremos nesta pesquisa.

A midiaticização é um dos conceitos-chave para compreendermos os processos de mudanças sociais, políticas e econômicas no último século. Stig Hjarvard⁶ (2012) é outro importante teórico que tem trabalhado com esse conceito na atualidade. Para ele, a midiaticização é um “processo de dupla face no qual a mídia se transformou em uma instituição semi-independente na sociedade à qual outras instituições têm que se adaptar” (HJARVARD, 2012, p. 53). Se, por um lado, a mídia se fortaleceu enquanto importante instituição como a igreja, o Estado e a família, por exemplo, estes, por sua vez, precisaram se adaptar à sua lógica nas relações que os circundam. Segundo Hjarvard (2012), o termo midiaticização foi usado pela primeira vez para atribuir os impactos dos meios de comunicação à política. A política perde sua autonomia e torna-se independente dos meios de comunicação de massa, moldando-se pelas interações com eles.

[...] os meios de massa ajudaram a transformar uma sociedade agrária e feudal e a criar instituições modernas, tais como o Estado, a esfera pública e a ciência. A comunicação, uma vez vinculada à reunião física de indivíduos, face a face, foi sucedida pela comunicação mediada, onde a relação entre emissor e receptor é alterada em aspectos decisivos (HJARVARD, 2012, p. 59).

Hjarvard (2012) cita Shulz (2004) e Krotz (2007), que usam o conceito de midiaticização para especificar também a mudança social promovida pelos meios de comunicação em um sentido mais amplo. Para Winfried Shulz (2004 *apud* HJARVARD, 2012), a comunicação e as interações humanas são alteradas pelos meios de comunicação em quatro tipos de processo:

⁶ Professor doutor do *Department of Media, Cognition and Communication* da *University of Copenhagen, Denmark*.

(1) eles *entendem* [grifos do autor] as possibilidades de comunicação humana tanto no tempo quanto no espaço; (2) *substituem* as atividades sociais que anteriormente ocorriam face a face; (3) *incentivam* uma fusão de atividades; a comunicação pessoal se combina com a comunicação mediada e os meios de comunicação se infiltram na vida cotidiana; (4) os atores de diferentes setores têm que adaptar seu comportamento para *acomodar* as valorações, os formatos e as rotinas dos meios de comunicação (HJARVARD, 2012, p. 60).

Já Krotz (2007 *apud* HJARVAD, 2012, p. 59) considera a midiatização como um “processo contínuo em que os meios alteram as relações e o comportamento humanos e, assim, alteram a sociedade e a cultura”. Para ele, desde o início do uso da escrita e leitura, a midiatização vem acompanhando a atividade de forma contínua. A partir do surgimento de conexões em rede com o advento da rede mundial de computadores, a midiatização alcançou níveis ainda mais profundos de alteração na sociedade. A forma de nos relacionarmos com a internet e as infinitas possibilidades de seu uso interferiram de tal maneira na forma de nos relacionarmos com o mundo e as pessoas que, para o filósofo francês Pierre Lévy (1999), surge aí um novo espaço social, virtualizado.

Em seu livro *Cibercultura* (1999), Lévy traz suas considerações sobre o crescimento de um novo meio de comunicação que se baseia na interligação de computadores, o ciberespaço, originando-se, a partir disso, segundo ele, a cibercultura. “A cibercultura expressa o surgimento de um novo universo, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p. 15).

Sobre os conceitos de ciberespaço e cibercultura, Lévy (1999, p. 17) explica:

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge de interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abria, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “Cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Essa revolução tecnológica concentrada nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação está promovendo mudanças significativas e

aceleradas na sociedade, através de um novo sistema de comunicação com linguagem universalizada que “permite a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (CASTELLS, 1999, p. 22). Segundo Castells (1999), as redes interativas de computadores estão em expansão e permitindo a criação de novas formas e canais de comunicação, que moldam a vida e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela. No entendimento de Fausto Neto (2006), têm ocorrido mudanças no modo como o capitalismo organiza a vida social, originando as novas formas de mediação/intermediação.

A interação mediada pelos meios de comunicação altera nossa capacidade de controlar a maneira como a situação social é definida, para controlar o uso da comunicação verbal e não verbal e dos acessórios e para definir limites territoriais na interação (HJARVARD, 2012).

Isso tem consequências de longe alcance, três das quais são de interesse aqui: primeiro, os meios de comunicação tornam consideravelmente mais fácil para os indivíduos atuar em vários palcos simultaneamente; em segundo lugar, os participantes podem otimizar mais facilmente a interação social em benefício próprio; e terceiro, as relações mútuas entre os participantes, incluindo normas de comportamento aceitável (deferência, tom etc.), se alteram (HJARVARD, 2012, p. 79).

Em *Câmera Privê*, pode-se perceber como o corpo está atrelado ao consumo a partir da virtualização das relações sexuais mediante transações comerciais entre seus usuários, em um mundo dominado pelo mercado de bens simbólicos. Se, por um lado, a sensação de liberdade de produção intelectual/audiovisual, compartilhamento de informações e articulação social na contemporaneidade tem encorajado discursos libertários, a indústria do entretenimento (a mídia aqui tem seu importante papel) nos instrumentaliza em forma de rede. Ainda que a internet nos traga possibilidades múltiplas de usabilidade, a sociedade consome produtos e torna-se usuária de dispositivos e redes sociais na internet de mega conglomerados midiáticos capitalistas.

Assim, ao invés do ato social, a rede. Do vínculo, ao fluxo. Do contrato social, à terceirização generalizada. Referências fundacionais são mandadas para os ares, consequências da lógica reinante da sociedade segundo a qual “vivemos no ar”, a tal da modernização líquida aludida por Bauman (FAUSTO NETO, 2006, p. 4).

Em *Câmera Privê*, o potencial de interação e as trocas de afetos (com finalidades sexuais, predominantemente) lançam o corpo à categoria de objeto de consumo e passivo de exploração pelo capital, estando seus usuários conscientes ou não. Somos virtualmente potencializados em presença, vivência e em possibilidade de objetificação. Seria a personalização da “modernidade líquida”.

Janela indiscreta: exibicionismo e sexo virtual em *Câmera Privê*

O *site* de relacionamento *Câmera Privê*⁷ é uma das mais famosas páginas de interação social através do uso de *webcams* para fins sexuais, para relações virtuais entre dois ou mais membros, ou mesmo consumo e produção de imagens de exibicionismo sexual *online*. Operado pela Dark Media Group LTDA, com sede em São Paulo, *Câmera Privê* oferece ao usuário um ambiente virtual para interação com outras pessoas através de texto, áudio e/ou vídeo em tempo real, 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Destinado para maiores de 18 (dezoito) anos, o *site* oferece seu conteúdo de forma parcialmente gratuita. O visitante que queira assistir aos *shows* e conversar com o modelo o fará mediante registro e compra de “pacotes de crédito”, usados para pagar por minuto de *shows*, ter acesso a fotos e/ou vídeos exclusivos e dar gorjetas aos performistas. O modelo escolhe quanto quer cobrar por minutos de exibição (preços variam de 0,90 até 2,55 créditos por minuto) e conceber a sua performance. Após a apresentação, o usuário (cliente) poderá fazer uma avaliação com notas de 0 a 10. Caso deseje manter o contato e acompanhar as atualizações de fotos e vídeos do modelo, o *site* oferece a possibilidade de o cliente seguir o seu perfil.

⁷ Disponível em: <www.cameraprive.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Figura 1: Na página inicial são expostos os vídeos mais acessados, separados por gênero



Na tela inicial, a interface da página oferece uma estrutura de fácil navegabilidade, com *menu* e um catálogo de vídeos em destaque, aqueles mais acessados pelos usuários do *Câmera Privê* (Figura 1). Essa estrutura da página apresenta características muito similares aos *sites* de conteúdos pornográficos convencionais, como *RedTube* e *XVideos*, ao distribuir os modelos em catálogo de vídeos convidativos ao clique. O formato quadrado de cada janela permite uma distribuição harmônica e de fácil navegabilidade em telas responsivas de *smartphones* e *tablets*, em que a condução do clique pelo *mouse* dá lugar ao toque dos dedos.

Para ter acesso às transmissões do *site* não se faz necessário cadastrar as informações pessoais, mas somente a opção de *login* (oferecida de forma gratuita) permite ao usuário ter acesso aos *chats* e conversar com os modelos durante o *show* na *webcam*. Além disso, o usuário cadastrado pode também fazer sua própria transmissão e ganhar contribuições em dinheiro dos seus espectadores. Os não pagantes, porém, somente têm direito a dois minutos de permanência em cada janela.

No *Câmera Privê*, os modelos são pagos durante os seus *shows*, com base no total de fichas enviadas pelos espectadores como gorjetas, com tarifas

que chegam a R\$ 2,50 por minuto de exibição, além dos presentes que os clientes podem oferecer. Os modelos podem escolher o dia e a hora de trabalhar e recebem até 65% de todo dinheiro arrecadado no *show* (a outra parte fica com o *site*, pelo custo da mediação) através de depósito em conta.

Os pacotes de crédito variam entre R\$ 29,90 e R\$ 299,90, com transações feitas por intermédio da *PagSeguro*, através de cartão de crédito, boleto bancário, depósito *online* e saldo do próprio *PagSeguro*. Para garantir a discrição do cliente, a cobrança na fatura vem com o nome “PagSeguro*Conteúdo”, de modo a não gerar exposição. Essa prática é muito comum também em transações feitas em motéis e *sex shops*, ambientes onde os clientes costumam solicitar discrição.

Segundo tabela exibida no *site*, em média, a tarifa de um *chat* privado é de 2.40 créditos por minuto e do *chat* simples é de 1.35 créditos por minuto. Um pacote de 30 créditos dá direito em média a 22.2 minutos de *show* simples.

Sites como o *Câmera Privê* formam com outras mídias especializadas em conteúdo adulto (TVs, revistas, filmes) uma gama de possibilidades de formatos de consumo de pornografia na contemporaneidade, movimentando um mercado lucrativo em todo o mundo. A sexualidade humana é explorada em uma escalada do erotismo, da moda à publicidade. Baudrillard (2007) aponta que a sexualidade vem atrelada à sociedade do consumo, sobredeterminando espetacularmente todo o domínio significativo das comunicações de massa. Para esse autor, tudo o que é oferecido para ser visto ou ouvido assume ostensivamente a vibração sexual, deixando claro estar ao mesmo tempo a sexualidade enquanto proposta de consumo.

[...] por meio da indexação cada vez mais sistemática da sexualidade nos objetos e nas mensagens comercializadas e industrializadas, acabam estes por ser desviados da racionalidade objetiva e aquela da sua finalidade explosiva. A mutação social e sexual realiza-se assim por caminhos traçados, cujo terreno experimental permanece o erotismo cultural e publicitário (BAUDRILLARD, 2007, p. 191).

O crescimento do consumo da pornografia e das relações sexuais virtuais é reflexo das mudanças profundas nas relações mútuas do sexo, bem como na relação individual dos sujeitos com o corpo e o sexo. Baudrillard (2007) aponta para uma urgência real dos problemas sexuais. Ele indaga se o anúncio sexual da sociedade moderna não atuaria como alibi para os próprios problemas e se, por meio da oficialização sistemática, não se dará uma evidência enganadora de liberdade, “que mascara as suas profundas contradições” (BAUDRILLARD, 2007).

Os usuários em *Câmera Privê* podem interagir por vídeo (com uso de áudio ou não) e janelas de diálogos escritos na barra lateral imediatamente localizada à direita do vídeo. Ora, se nessa relação virtual está estabelecida uma troca de estímulos sexuais entre sujeitos mediante pagamento, podemos concluir que, nesse caso, estamos diante de uma forma de prostituição virtual? Considerando que o espaço em uma sociedade organizada em rede constitui uma lógica que ultrapassa os limites geograficamente localizados, a prostituição se virtualiza no ciberespaço através dos encontros atômica e distantes, mas próximos nas condições do virtual.

Nos sites da Internet, onde (quase) todas as fantasias sexuais podem ser realizadas mediante pagamento que varia segundo a extravagância da demanda, surgiu a prostituição virtual: sexo vendido por meio de imagens fotográficas, filmes, e mesmo “ao vivo”, via webcam (CECCARELLI, 2008, p. 10).

Nesse sentido, a prostituição virtual se diferencia da pornografia porque exige a interação mútua entre dois os mais sujeitos através do uso de dispositivos digitais e mediante pagamento, enquanto a pornografia se caracteriza pelo consumo de elementos sexuais audiovisuais sem a condição de estímulos recíprocos entre quem deseja e é desejado. Portanto, percebe-se em *Câmera Privê* não apenas o consumo pornográfico de vídeos e imagens pelos usuários, mas também uma relação comercial de corpos como objetos de consumo e desejo expostos em vitrines mundializadas.

Figura 2: Site oferece rendimentos de até 10 mil reais aos usuários performistas



Se na prostituição presencialmente atômica há a figura do “cafetão” ou “cafetina” como agenciadores na relação de oferta e demanda das relações sexuais, virtualmente essa figura se incorpora aos *sites* como o *Câmera Privê* que atuam na mediação do consumo dos corpos enquanto objetos de desejo.

Para Baudrillard (2007), toda psicofuncionalidade do corpo, antes analisada, assume todo o seu sentido econômico e ideológico. O corpo e a beleza ajudam a vender, e o erotismo, segundo ele, promove igualmente o mercado. Assim como a força de trabalho, que durante todo um processo histórico procurou emancipar-se, o corpo busca libertar-se e emancipar-se para fins da lógica de produção.

Importa que o indivíduo se tome a si mesmo como objeto, como o mais belo dos objetos e como o material de troca mais precioso, para que, ao nível do corpo desconstruído, da sexualidade desconstruída, venha a instituir-se um processo econômico de rentabilidade (BAUDRILLARD, 2007, p. 178).

Em *Câmera Privê*, os modelos investigados se colocam como profissionais que estão exercendo uma função remunerada e dentro de regras impostas pelo *site*, muito embora não afirmem que isso se trate de uma prostituição. Isso pode ser observado no depoimento de Alinne Fernandes, que utiliza o *username* “Gatinha SP” em seu perfil de modelo no *site*. Residente em São Paulo, a jovem é jornalista e nas horas vagas se expõe no *Câmera Privê* para ganhar dinheiro dos clientes que ela consegue fidelizar em suas performances em frente à *webcam*. Ela promete levar os clientes ao gozo, mas não aceita fetiches e má educação. Essa negociação projeta uma ideia de moral e seriedade, na busca aparente de uma justificativa para uma atividade remunerada que foge à norma padrão de mulher recatada e moralmente aceita na sociedade. Talvez por esse motivo ela reitere em sua descrição no *site* que não é garota de programa, mas uma modelo.

A virtualização de sua presença, projetada na tela de um computador ou outro dispositivo móvel, e a exposição de suas partes íntimas mediante pagamento em dinheiro não lhe imputam, de acordo com o que deixa evidente em seu discurso, uma violação ao seu corpo sacramentado. Não é um dedo, uma extensão ou o próprio pênis, mas a captura de uma câmera que adentra em seu corpo. Isso diminui o peso do ato e da consciência moral que carrega. Não há resquício do outro, suor ou fluidos, apenas uma troca entre si mesma e uma máquina que não goza.

A performance sexual em *Câmera Privê* é uma interação entre modelos e clientes, em troca de estímulos e em um jogo da negociação constante. Cada peça de roupa tirada provoca os olhares ansiosos de clientes, que incentivam os modelos com doações em dinheiro à espera do grande momento em que a nudez será exposta e o jogo da sedução traduzirá o investimento no gozo tão esperado.

Considerações finais

A virtualização das relações sociais a partir do uso de dispositivos digitais como telefones, computadores e aparelhos de rádio e televisão dispensa que os interagentes nessa relação mediada precisem estar no mesmo espaço e ao mesmo tempo para que a interação aconteça. Nossas possibilidades de experimentação sensorial com o corpo já não encontram limites claramente definidos. Virtualizamos nossa presença, nosso desejo, prazer e sentidos. Somos frutos do meio que nos faz sujeitos únicos, subjetivos, mas que paradoxalmente nos homogeneiza em massa e objeto de consumo e para consumo. São essas alterações na sociedade que implicam novas formas de sociabilidade e interação com propósitos sexuais.

A interação mediada pelos meios de comunicação altera nossa capacidade de controlar a maneira como a situação social é definida, para controlar o uso da comunicação verbal e não verbal e dos acessórios e para definir os limites territoriais na interação.

Os dispositivos disponíveis na nova configuração da sociedade em rede tornaram consideravelmente mais fácil para os indivíduos atuarem em vários palcos simultaneamente. Outra questão é que os usuários da internet, inclusive os do *site Câmera Privê*, têm autonomia e podem otimizar mais facilmente a interação social em benefício próprio. Além disso, as relações mútuas entre os participantes, incluindo normas de comportamento aceitável, alteram-se constantemente no *site Câmera Privê*.

Nessa rede social de relacionamento, percebemos como o corpo está atrelado ao consumo a partir da virtualização do desejo e das relações sexuais mediante transações comerciais entre seus usuários, em um mundo dominado pelo mercado de bens simbólicos. Se, por um lado, a sensação de liberdade de produção intelectual/audiovisual, compartilhamento de informações e articulação social na contemporaneidade tem encorajado discursos libertários, a indústria do entretenimento (a mídia aqui tem seu importante papel) nos instrumentaliza em forma de rede.

Ainda que a internet nos traga possibilidades múltiplas de usabilidade, a sociedade consome os produtos e torna-se usuária de dispositivos e redes sociais na internet de mega conglomerados midiáticos capitalistas. Em *Câmera Privê*, o potencial de interação e as trocas de afetos (com finalidades sexuais, predominantemente) lançam o corpo à categoria de objeto de consumo e passivo de exploração pelo capital. Somos virtualmente potencializados em presença, vivência e em possibilidade de objetificação.

Referências

- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Sessões do imaginário*, Porto Alegre, n. 35, 20 dezembro 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição: o corpo como mercadoria. *Mente e Cérebro – Sexo*, v. 4 (edição especial), dez. 2008.
- FAUSTO NETO, Antônio. Mídiação, Prática Social: Prática de Sentido. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (Compôs), 15, 2006, Bauru/SP. *Anais...* CD-ROM.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. 228 p.
- HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 53-91, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/view/8139>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- LEMONS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 295 p.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999. 264 p.
- LÉVY, Pierre. *O Que é o Virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. *MATRIZES*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 63-75, jul./dez. 2012.
- PRIMO, Alex. *Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador*. n. 45, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/enfoques_desfoques.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- REBS, R. Reflexão Epistemológica da Pesquisa Netnográfica. *Comunicologia*, n. 8, 1º sem. 2011.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 268 p.

**A visão do público heterossexual a respeito
de marcas preferidas e/ou assumidas gays:
Calvin Klein, Diesel, Sergio K**

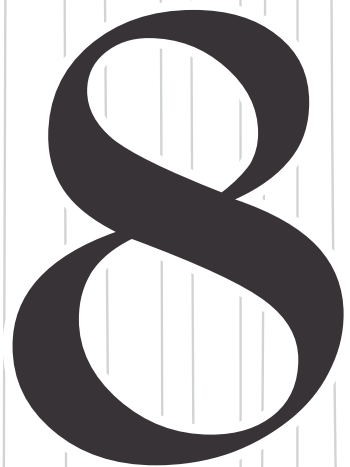
*The vision of heterosexual public about favorite
brands and/or gay assumed: Calvin Klein, Diesel, Sergio K*

Barbara Regina Lopes Costa

*Doutora em Administração pela Universidad de la Empresa – Uruguai
Mestra em Administração pela USCS. Publicitária e Professora de Comunicação
e Marketing na FAESB – Faculdade de Ensino Superior
Santa Barbara e no Centro Universitário da FEI.
babhy@terra.com.br*

João Lucas de Miranda Junior

*Bacharel em Administração pela FAESB – Faculdade Santa Barbara.
Web Designer e Projetista pela CENAIC-Tatui. Inspetor de Qualidade na FBA.
Ator da companhia de Teatro-Garagem e Cia.
lucasmiranda27@hotmail.com*



Resumo

O aumento da pluralidade cultural dos consumidores, devido a maior conscientização da existência da diversidade, propicia a inclusão e o respeito mútuo a múltiplas culturas, raças, gêneros, estilos, nacionalidades etc., permitindo o reconhecimento e a compreensão das diferenças e semelhanças entre os indivíduos, evidenciando mudanças e liberdade de expressão. O presente trabalho buscou definir se os consumidores heterossexuais sabem que há marcas afeitas ao público gay, se as reconhecem, bem como se as usariam. Utilizando questionário estruturado, aplicado a uma amostra não probabilística gerada pelo método bola de neve, este estudo tem caráter descritivo quanto aos fins. Pode-se concluir que há heterossexuais convivendo respeitosa e com a liberdade de expressão e, conseqüentemente, com as diferenças sexuais e que priorizam a busca pela modernidade, qualidade e conforto na hora de efetivarem as compras e/ou definirem suas marcas preferidas, independentemente se homossexuais também fazem uso delas.

Palavras-chave: Heterossexuais. Gays. Marcas. Identidade.

Abstract

The increasing cultural diversity of consumers, because greater awareness of the existence of diversity, promotes inclusion and mutual respect to multiple cultures, races, genders, styles, nationality etc and allows the recognition and understanding of the differences and similarities between individuals, showing changes and freedom of expression. This study sought to determine whether heterosexual consumers know there's akin marks the gay community, if they know and recognize, also would use such marks. Using a structured questionnaire, this study was descriptive as to the purposes, applied to a non-probabilistic sample generated by the snow-ball method. It can be concluded that there are heterosexual respectfully living with the freedom of expression and consequently with sex differences, and that prioritize to achieve the modernity, quality and comfort at the time to realize the purchase and/or to define their preferred brands, regardless of the same.

Keywords: Heterosexuals. Gay. Brands. Identity.

Introdução

O aumento da pluralidade cultural dos consumidores, devido a maior conscientização da existência da diversidade, propicia a inclusão e o respeito mútuo a múltiplas culturas, raças, gêneros, estilos, opção sexual, nacionalidade, classe social etc., permitindo o reconhecimento e a compreensão das diferenças e semelhanças entre os indivíduos. Além da valorização da heterogeneidade, evidenciando mudanças e liberdade de expressão, muitas sociedades convivem respeitosamente, relacionando-se com heterossexuais, homossexuais, bissexuais e transexuais.

Nunan (2003) analisa o panorama mercadológico, destacando que um dos mercados em expansão é o voltado para o público gay, com identidade própria, o qual possui valores, atitudes, aspirações e emoções. Embora seja um mercado novo, algumas marcas já se identificaram com esse público, que apresenta em suas características a exigência, o bom gosto e o elevado poder de compra.

Gays e héteros dividem a atenção das marcas e, por vezes, possuem gostos semelhantes, buscando modernidade, qualidade e conforto antes de efetivarem uma compra. Marcas como Calvin Klein, Diesel e Sergio K estão em evidência na sociedade contemporânea, sendo preferidas por ambos os públicos. O consumidor, uma vez inserido no conceito de uma marca, cria interação estética entre as roupas, o corpo e sua identidade, evidenciando a pessoa que a veste, cultuando a vaidade e a liberdade de escolha.

Para Portugal (2014), o mercado gay é promissor, mas ainda rodeado de indagações. Mesmo assim, algumas empresas apoiam e colaboram com a sociedade gay. Essas marcas vislumbram o culto de sua marca e os consumidores reverenciam o bem-estar e sua personalização no contexto social. Usando a marca desejada por muitos, eles passam a ideia de “vanglória da marca”. O foco desse mercado direciona-se a um público que prioriza o vestir-se bem, ser bem atendido, ser/estar “bem visto” perante o seu grupo, já que as prioridades de vida são outras, se comparadas a dos heterossexuais (AGUILHAR, 2012).

Diante desse panorama mercadológico, entender o simbologismo das marcas, o que elas representam para o indivíduo, averiguando o que significam na construção de uma identidade gay, e confrontar o conhecimento dos heterossexuais a respeito tornam-se relevantes, pois há como objetivo verificar se os homens heterossexuais reconhecem e utilizam as marcas que também atendem às preferências do público homossexual.

Este estudo procura construir um arcabouço de referências a respeito das características e variáveis comportamentais do consumidor que utiliza os produtos/marcas destinados ao público masculino, sendo ele heterossexual ou gay; da visão do público masculino heterossexual acerca de algumas marcas afeitas ao público homossexual; assim como da luta pela plena inserção social desses ávidos consumidores, os homossexuais, uma vez que se nota existir pouco repertório acadêmico com a junção dos assuntos. Dessa forma, este estudo pode se tornar fonte de informação, análise e estímulo para os empresários que ainda não vislumbraram tal demanda como uma oportunidade de mercado, bem como se tornar material de apoio para aqueles que se interessem pelo assunto ou até mesmo para futuros estudos.

Moda, marca e identidade

A moda e os consumidores

A revolução industrial, que trouxe para a economia novos objetivos a serem perseguidos e, por consequência, novos valores, reformulou a relação entre o homem, a necessidade e o consumo. A produção em série culminou na democratização dos bens e serviços, o que embasou o consumo de supérfluos e de efêmeros. O ato de consumir em si, a partir do século XIX, passou a ser visto como uma atividade de lazer, como colocado por Denis (2000).

A sociedade de consumo tende a alienar o objeto do sentido original de necessidade, tratando de multiplicar aceleradamente, *ad infinitum*, as necessidades de outras naturezas que não as primárias, assinalando que, além do teto, do alimento, da roupa, palavras como conforto, estilo, arquitetura, arte, iguarias, especiarias da Índia, rendas, joias e plumas estetizam a vida e vivificam os sentidos do homem no seu cotidiano (DE CARLI, 2002, p. 38).

Aqui vale comentar a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, de Maslow (1954), na qual o pesquisador aponta que o ser humano possui apenas cinco necessidades: fisiológicas, segurança, afeição, estima e autorrealização. Pode-se ressaltar que o vestuário está presente em todos os níveis, no entanto o uso de artigos de moda tem um importante papel nos dois últimos tipos de necessidade: estima e autorrealização (GARCIA LIMA, 2010). A sociedade atual é permeada pelo alargamento da ideia do consumo. O próprio conceito de necessidade se reformulou: lazer, autoestima, prazer, conforto e realização são questões que interferem na concepção de necessidade do consumidor.

Portanto, na contemporaneidade, o mercado e o consumo se inserem na lógica de construção da identidade do consumidor, uma vez que todas as práticas cotidianas deixaram de ser apenas parte da subsistência para se tornar parte do “ser”, o que ressalta as especificidades concernentes ao consumo de moda e à origem de seu significado. “A moda se constitui a mais esclarecedora vertente de busca de diferenciação social, por meio dos códigos que ela veicula, acerca do *status* do usuário, seja para informar a postura social ou seus valores de veiculação a um grupo” (TAVARES, 2008, p. 295).

Uma vez que a escolha do que se veste tem muito a ver com o que a vestimenta é capaz de transmitir, “ao escolher um produto da moda, o consumidor espera receber o poder da recompensa, ou seja, a aceitação social pela escolha realizada” (COBRA; BREZZO, 2010, p. 298). A moda, portanto, é um dos instrumentos adotados pela sociedade rumo à diferenciação social e serve também para mantê-la. Os autores apontam que as elites definem o que é “in”¹ e “out”², de acordo com o que vestem.

Para Tavares (2008, p. 281), a moda e, em especial, o vestuário “podem ser um ótimo exemplo de significado simbólico dos bens, certas roupas e penteados têm por base o reconhecimento dos bens e a insinuar os que lhe servem de suporte (*status*)”. Além de fazer parte do processo de construção da identidade do consumidor, o consumo de moda compõe o conjunto de signos de diferenciação socioeconômica do indivíduo.

Nesse contexto, como afirmam Cobra e Brezzo (2010, p. 312), “o consumidor e a moda dependem de sua personalidade e estilo de vida, mas também do cérebro, do corpo e da aparência”.

Marca e a personalização

As marcas estão presentes no cotidiano contemporâneo, com a capacidade de informar e coagir, pautadas pelo valor que são capazes de transmitir. Para Strunk (2012, p. 18), marca é “a soma intangível dos atributos; seu nome, embalagem e preço, sua história, reputação, e a maneira como ele é promovido. A marca é também definida pelas impressões dos consumidores sobre as pessoas que a usam; assim como pela sua própria experiência”. Ampliando a definição, Sherry Jr. (2006, p. 42) a descreve como

¹ IN: a roupa consegue transmitir a mensagem para a qual foi proposta, está dentro da moda.

² OUT: a roupa está fora da moda.

um atalho mental que desencoraja o uso do pensamento racional, uma infusão com o espírito do fabricante, um nome que convida essa essência a habitar esse corpo. [...] Marca é contrato, relacionamento, uma garantia; um acordo elástico com regras liberais de engajamento; um jogo de soma diferente de zero; [...] Como vasos perceptíveis de exploração, as marcas fornecem o ímpeto para os genéricos e para a simplicidade voluntária; bem como são alvos para demonstrações de nacionalismo cultural.

As marcas, de um modo geral, ajudam e aproximam consumidores dos produtos com que eles se identificam e/ou vislumbram valores. Assim, a identidade do consumidor contemporâneo está diretamente ligada ao consumo das marcas, com seus valores e afetos, tornando a sociedade do consumo mais ativa e competitiva.

De acordo com Fonsêca (2006), embora não exista consenso entre os estudiosos acerca da ideia de que a relação entre o consumidor e a marca seja identificada como interpessoal, uma vez que a marca é incapaz de interagir com o consumidor enquanto pessoa, a maioria dos estudos que investigam esse fenômeno sugere que essa interação pode ser compreendida sob a ótica das relações interpessoais. A personalização da marca é a principal condição para que isso ocorra, já que algumas marcas possuem características que as tornam semelhantes a “seres vivos”, de modo que as linhas que estudam essa relação às fazem através da ótica parassocial – relacionamento entre objeto inanimado e pessoa. O consumidor, portanto, é capaz de se relacionar com a marca no nível dos sentidos e das emoções, como coloca Gobé (2002), e de estabelecer uma relação interpessoal, apesar de se tratar de um objeto inanimado, por meio de criação de personas ou da chamada “personalização”. Bird-David (1999) e Keller (2002), citados por Fonsêca (2006, p. 1), explicam que, “conforme as teorias religiosas e antropológicas do animismo, os objetos inanimados podem ser personificados no momento em que as pessoas se relacionam com eles, por meio da antropomorfização, da personalização ou da criação de personas”.

“Tal abordagem emanou da possibilidade de se associar à marca certos conjuntos de características humanas, a ponto de ser percebida pelo consumidor como uma pessoa” (FOURNIER; YAO, 1997; KELLER, 2002 *apud* FONSÊCA, 2006, p. 2), o que possibilita ao consumidor interagir e emocionar-se com determinada marca, pois ela pode ter um significado pessoal para tal consumidor. A personificação de objetos torna-se, portanto, como posto por Fonsêca (2006), uma extensão lógica da ideia de personalização da marca,

uma vez que os consumidores podem não apenas perceber a existência da marca, mas se envolver com ela. O indivíduo a consome porque isso faz parte, entre outros motivos, de sua identidade. Conforme Barbosa e Campbell (2007), a definição de consumo baseia-se em que todos se utilizam dos materiais à sua volta para se reproduzir física e socialmente. Os mesmos recursos (objetos, bens e serviços) usados para matar a fome, sede, moradia, entre outras “necessidades” físicas e biológicas, são também utilizados para trazer *status*, “construir” identidades e estabelecer fronteiras entre pessoas e grupos. Além disso, esses mesmos bens auxiliam na construção da subjetividade e identidade das pessoas.

Fonsêca (2006) alerta, no entanto, que existem barreiras à conceituação da marca como parceiro relacional ativo. Uma marca não é capaz de agir ou pensar fora de planos de *marketing*, porém é capaz de fazê-lo quando o consumidor está predisposto a assimilar os estímulos das propagandas, publicidades, relações públicas, promoções, entre outras ferramentas das ações de *branding*. Da mesma forma, as estratégias de *marketing* são pautadas na assimilação ou recusa do consumidor aos estímulos.

Definição de identidades masculinas

Em um mundo instável, numa sociedade de risco (BECK, 2003), as identidades também se tornam incertas, deixam de ser determinadas por grupos específicos e de ter estabilidade no mundo social. As identidades tornam-se híbridas e deslocadas de um vínculo local. “Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são” (CASTELLS, 2007, p. 41). A definição de uma identidade é uma tarefa individual, um processo de construção incessante, e não mais atribuição coletiva que implicava apenas certa conformação às normas sociais (MOCELLIM, 2008). Portanto, os estímulos a que todos estão expostos no mundo atual são capazes de influir na construção da identidade pessoal dos indivíduos e de ser parte do constructo que une determinados grupos. Giddens (2002) elucida sobre como o modo de vida deixou de ser apenas um conjunto de práticas ou uma forma de organizar a vida cotidiana, mas se tornou parte axial dos processos de construção individual.

Nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não

só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

Mocellim (2008) explica os elementos que podem compor o “estilo de vida” do indivíduo na atualidade, deixando claro que, mais do que práticas individuais, essas questões fazem parte do “ser”:

Os estilos de vida são ligados a rotinas cotidianas: formas de comer, formas de vestir, modos de agir, lugares frequentados. Porém, as rotinas estão sempre abertas a mudanças. Cada pequena decisão que é tomada no nosso cotidiano contribui para a alteração dessas rotinas, e, portanto, para a reformulação do eu. São escolhas sobre como agir e sobre quem ser (MOCELLIM, 2008, p. 17).

No entanto, a sociedade sempre impôs ao gênero regras prescritas de comportamentos, pois existem “regras” que definem o que é ser feminino e o que é ser masculino, tornando-se guias por meio dos quais os indivíduos são julgados como pertencentes a esse ou àquele sexo. Na sociedade, as funções da mulher foram claramente definidas: mãe, educadora, provedora do afeto e carinho, enquanto aos homens ficaria destinada a esfera pública e do poder, possuidor das “qualidades como autocontrole, disciplina, força, iniciativa, coragem, responsabilidade etc.”, havendo desse modo uma separação entre características e comportamentos típicos de cada gênero (OLIVEIRA, 2004, p. 79). Bauman (2004), por sua vez, afirma que a fragilidade da identidade não deve mais ser ocultada, uma vez que a identidade não é sólida como uma rocha, nem é algo para toda a vida, mas negociável de acordo com os caminhos que o indivíduo escolhe e com a forma como esse age. Assim, segundo ele, o sujeito assume identidades diferentes em diversos momentos e percebe de que maneira essa construção de identidade é algo relacional.

Bauman (2001, p. 98) acrescenta que na sociedade do consumo a questão do consumo é parte do estilo de vida e, por consequência, da construção do “ser” dos indivíduos, “é a condição *sine qua non* de toda liberdade individual; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de ter identidade”.

Nesse sentido, o mercado voltado para o segmento masculino deixa de ter seu foco nas preferências femininas, uma vez que os homens estão, aos poucos, tomando posse da construção de sua identidade e, assim, indo às compras.

Entre tantas marcas, ao longo do século, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/feminino como uma divisão primordial. Uma divisão [...] quase sempre relacionada com o corpo. É um

engano, contudo, supor que o modo como pensamos o corpo e a forma como, a partir de sua materialidade, “deduzimos” identidades de gênero e sexuais seja generalizável para qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar (LOURO, 2004, p. 76).

Acompanhando essa evolução social, o homem contemporâneo está mais vaidoso e interessado pelo que está acontecendo no mundo da moda.

Hoje eles já não têm mais receio de entrar em uma loja sozinhos e escolher o que os veste bem. O número de publicações voltadas ao público masculino vem aumentando nos últimos anos e isso é mais um reflexo que os homens estão ligados no mundo fashion. As roupas masculinas cada vez mais arrojadas e tecnológicas representam o lifestyle do homem moderno (LIMA, 2011, s/p).

Identidades metrosssexuais

Segundo Garcia (2004, 2011), esse “novo homem”, também conhecido como metrosssexual³, gasta mais de 30% de seu salário com cosméticos e roupas, gasta tempo e dinheiro em salões de beleza e clínicas estéticas almejando tornar-se objeto de desejo das mulheres, está atento às tendências de moda masculina, passa boa parte de seu tempo em *shoppings*, possui bom gosto, é sedutor, bem informado e exala virilidade, é narcísico, um tanto egocêntrico, exibicionista e exagerado. Para Simpson (1994), o metrosssexual é o jovem homem, com alto salário para gastar, vivendo ou trabalhando na metrópole, porque é lá que estão as melhores lojas, que acredita que o cuidado com o corpo, a pele e o cabelo, dentre outras vaidades, não é apenas para mulheres.

A identidade masculina do século XXI é mutável, possui caráter consumista, mesclada com características antigas e outras formas de identidades, sendo a identidade metrosssexual um dos substratos do homem heterossexual (MOURA *et al.*, 2014).

A distância que já foi grande entre homens héteros e homossexuais diminuiu consideravelmente nos últimos anos. Enquanto os gays foram buscar uma nova vida nas academias e um ideal mais masculino, héteros começaram

³ O termo metrosssexual é relativamente novo, foi citado pela primeira vez em 1994, pelo jornalista Mark Simpson em seu artigo 'Here comes the mirror men' (Aí vêm os homens do espelho), publicado no Jornal The Independent. No entanto, foi apenas em 2002, com seu artigo 'Meet the metrosssexual' (Conheça o metrosssexual) que o termo deslanchou e passou a ser usado frequentemente (SIMPSON, 1994).

a perceber que haviam se colocado de escanteio, vestidos num confortável uniforme de gabardine, entediando-se com seus próprios botões. Aos poucos, foi-se percebendo, por ambos os lados, que há um certo poder e mistério na ambiguidade e que confiança, segurança e senso de estilo são fatores que definem o homem moderno (FLOCKER, 2004, p. 12).

Identidades gays

Os gays (homossexuais masculinos) e as lésbicas (homossexuais femininos) têm suas atrações primariamente dirigidas às pessoas do mesmo gênero. Segundo Borges (2004), a sexualidade é um aspecto complexo da natureza humana, que envolve, além do sexo propriamente dito, elementos psicológicos, emocionais e comportamentais. Mendes (2011) explica que os cientistas somente sabem que a orientação sexual, ou seja, ser Gay, Lésbica, Bissexual ou Heterossexual, não é uma opção sexual de vida, mas uma orientação sexual, impossível de ser revertida por psicólogos, psiquiatras, remédios, rezas, orações ou torturas físicas e psicológicas.

A cultura homossexual, portanto, baseia-se igualmente na mesma forma de construção de identidades intimamente relacionadas com o consumo.

Os homossexuais sempre tiveram seus símbolos, ídolos e vocabulário como forma de se fazer identificar e marcar sua diferença. Com o surgimento do conceito GLS, no entanto, criou-se um contexto que favoreceu ainda mais a explosão (e a comercialização) da chamada cultura gay, bem como de um mercado diversificado voltado para esse público (NUSSBAUMER, 2001, p. 9).

Os anos 1990 foram marcados pela inserção dos homossexuais no mercado, em todas as frentes. Esse período revelou também a capacidade de consumo dessa parcela da sociedade, o que estimulou diversos setores comerciais a apostarem nesse nicho. No entanto, “nada disso seria possível sem que certos setores da sociedade se integrassem a recém-inaugurada postura de simpatizantes” (TREVISAN, 2000, p. 378).

Marcas influentes

As três marcas citadas possuem identidade própria, com características marcantes no quesito moda, visando o conforto e sofisticação, além do charme das peças. Chamam a atenção pela publicidade e pela forma

como são feitos seus vídeos publicitários. A evolução de cada uma não podia ser diferente, sempre tiveram aos seus lados consumidores e admiradores da marca, auxiliando assim a Calvin Klein, Diesel e Sergio K a estarem entre as marcas mais influentes na atualidade.

Calvin Klein

Calvin Klein e Barry Schwartz, utilizando uma combinação de talento e *design*, elevaram a marca quase que instantaneamente, com um estilo ousado em sua primeira coleção masculina e feminina. “Depois de trabalhar como aprendiz em uma loja de casacos masculinos, ele e seu colega de infância, Barry Schwartz, com apenas US\$ 10 mil de capital, lançaram sua primeira coleção masculina e feminina de paletós, casacos e capas em 1968 em um showroom dentro do York Hotel” (DIAS, 2006, p. 2).

Em 1977, o sucesso da marca era traduzido em um faturamento superior a U\$\$ 30 milhões, ano em que foi iniciado o licenciamento para estampar a Calvin Klein em cintos, sapatos, lenços e até óculos (DIAS, 2006). “Na década de 1980 a grife resolveu diversificar seus produtos com o lançamento de coleções de roupas íntimas e perfumes que fariam enorme sucesso junto ao público, e seriam responsáveis pelo enorme crescimento do faturamento” (DIAS, 2006, p. 2). Calvin foi o primeiro a colocar *jeans* na passarela, provocando os conservadores da moda da época.

Em 2003, o estilista vendeu sua marca para o grupo Philips Van Heusen, mas continuou como consultor de criação. Suas linhas clássicas e suaves começaram então a aparecer em coleções *sportswear*. Tendo a sobriedade como sua marca registrada, caminhou rumo a um *design* cada vez mais sofisticado, respeitando sempre os conceitos de harmonia de proporções. Com os jeans, Calvin Klein tornou-se um verdadeiro mito – possuir um jeans Calvin Klein passou a significar um sonho mundial de consumo. A marca está presente em mais de 120 países, incluindo Brasil.

Diesel

Diesel, foi criada em 1978, em Milão, pelos italianos Renzo Rosso e Adriano Goldschmeid. O nome fora escolhido pela pronúncia fácil em qualquer língua, uma vez que o objetivo era atingir um apelo global. O conceito se baseava na ideia de que o diesel é um combustível amplamente utilizado.

Focada no público masculino, desde o princípio, possui preço acima da média do mercado. A ideia inicial era apostar em um *design* de calças com aparência de usadas e comuns.

A marca DIESEL, preferida dos jovens “descolados” do mundo inteiro, tornou-se um ícone da moda fashion, principalmente em virtude de seus famosos jeans confortáveis, com visual desgastado e caimento impecável, com mais de 100 modelos e 50 tipos de lavagens, que continuam sendo para poucos que gastam muito. A italiana DIESEL, que ousou ao colocar no lado direito do bolso frontal a marca em uma etiqueta transversal, tornou-se um “objeto de desejo” (DIAS, 2006, p. 1).

Em 1991, inicia a sua expansão internacional com o *slogan* “para uma vida bem-sucedida”. Em 1996, ingressou no mercado americano, vindo a se tornar o maior mercado consumidor da marca. Com mais de 30 milhões de *jeans* vendidos anualmente (DIAS, 2006), o sucesso da marca consiste na combinação de criatividade, originalidade, interpretação de futuro, estratégias de comunicação e tecnologia. A marca integra o grupo OTB (*only the brave*) ou “somente os corajosos”, conglomerado fundado por Renzo Rosso.

O jeans é feito quase que artesanalmente, em um processo que inclui lavagens à mão e água em temperatura controlada. A mão de obra é composta basicamente de artesãos: cada costureira da DIESEL ganha o equivalente a aproximadamente R\$12.000 por mês (DIAS, 2006, p. 1).

A marca chegou ao Brasil em 1998, no Rio de Janeiro, e três unidades em São Paulo, “incluindo a do shopping Iguatemi, que chegou a ser a mais rentável entre suas lojas no mundo” (DIAS, 2006, p. 1). Suas campanhas publicitárias sempre foram ousadas, fator que gera identificação ainda maior com seu público-alvo. A marca ainda possui, além do *jeans*, linhas de perfumes, relógios, moda praia, joias e óculos. Com presença em mais de 80 países e mais de 460 lojas, a Diesel faz a cabeça de muitos jovens que a enxergam como símbolo de ousadia, transgressão e inovação.

Sergio K

O estilista Sergio Luiz Kamalakian Savone é o protagonista de uma das principais ascensões de moda no Brasil. A marca Sergio K surgiu em 2004, quando o estilista começou a sua carreira vendendo sapatos feitos à mão no Brasil e na Argentina. Após dois anos de trabalho, somado ao sucesso atingido pela marca, deu-se início também a produção de roupas e acessórios.

A marca é característica pela atenção às tendências mundiais, pela inovação, pela ótima qualidade e acabamento e pela associação a profissionais renomados e irreverentes, como o fotógrafo norte-americano Terry Richardson, que é responsável pelas imagens das campanhas há quatro anos, além da contratação de modelos internacionais, como o inglês David Gandy, o espanhol Jon Kortajarena e o americano Sean O'Pray. As parcerias não cessam e associações com outras grandes marcas são outro eixo trabalhado. Sergio K já esteve associada com marcas como Reebok, Tequila 1800, entre outras.

O Sergio Kamalakian é um jovem empresário, de descendência armênia, que está à frente de uma das maiores marcas do país. Nessa entrevista, poderemos ver a ascensão de um negócio criado por um jovem e tocado por jovens. O que nos dá a impressão que às vezes as ideias mais inusitadas e um foco diferenciado sobre um determinado segmento, podem ser o caminho para o sucesso, que além de render muitas risadas, pode gerar altas cifras. Vale também frisar que esta marca se espalhou pelo Brasil e já esteve associada a gigantes como Land Rover, Copag, Jameson, Stella Artois, C&A entre outras, e mantém atualmente parceria com a vodka Belvedere do grupo Moët Hennessy (LIMA, 2011, s/p).

A marca é bastante conhecida pela excelente comunicação que possui com o mercado. Em sua primeira *flagship*, loja na qual está embutido seu conceito, na Oscar Freire, sua clientela sofisticada, que vai de jovens a executivos, encontra roupas, sapatos, acessórios e alguns itens de cultura selecionados pelo próprio empresário. As diretrizes da marca são um reflexo da personalidade do estilista, que em entrevista à MENSCH, em junho de 2011, colocou:

Minhas roupas têm um estilo clássico repaginado, uma mistura do clássico com o despojado. Fazemos roupas para homens de bem com a vida, ousados, que gostem de um look bacana. A marca tem muito do que eu sou e do meu estilo. Tudo o que eu não usaria eu não coloco para vender. Posso dizer que temos clientes de 2 a 70 anos (LIMA, 2011, s/p).

Metodologia

Um dos propósitos deste estudo é contribuir com uma leitura crítica sobre masculinidade que capacita as denominações de heterossexual, metrossexual e homossexual, com vistas ao desenvolvimento de ideias e perfis

pessoais, por meio da análise da literatura e opiniões individuais, proporcionando a descrição de características comportamentais (GIL, 2002; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

O levantamento de dados utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com a prioridade de conhecer a opinião dos internautas heterossexuais masculinos sobre variáveis na decisão de compra de vestuário e suas relações com marcas usadas por héteros e gays. O questionário “Análise das variáveis na decisão de compra de vestuário da população masculina heterossexual” teve caráter descritivo quanto aos fins, aplicado a uma amostra não probabilística, gerada por dois métodos distintos: pela participação voluntária dos amigos do pesquisador e pelo método bola de neve. O questionário é composto por 23 questões de múltipla escolha. Para validar se os resultados coletados atenderiam aos objetivos propostos ao instrumento de coleta de dados, um pré-teste foi realizado com 10 pessoas aleatórias. Vale destacar a especificidade do questionário, que exigia duas características demográficas iniciais para a adesão e preenchimento dos formulários de coleta de dados: ser do sexo masculino e ser heterossexual.

Por meio da página pessoal do Facebook de um dos pesquisadores, com uma rede de relacionamento de 1110 amigos, foi apresentado o *link* de acesso ao questionário eletrônico. No corpo da mensagem, além da apresentação da pesquisa, havia um pedido para que a fosse repassada à rede de contatos de quem a recebeu, sendo que as redes sociais virtuais possibilitam a viralização das mensagens, pois se apoiam no ponto de que, se a mensagem foi enviada por um emissor do círculo social do receptor, a chance de esta ser encarada de forma amistosa é maior (PADULA; COSTA, 2013).

Qualman (2011) explica que, apesar de seu nome fazer alusão aos vírus que provocam prejuízos aos sistemas operacionais, podendo prejudicar também a rede de contatos pelo reenvio dos vírus involuntariamente, o uso do adjetivo viral é positivo, pois é uma metáfora ao processo similar de uma epidemia, que ocorre por meio das redes sociais virtuais. Outra condição que as redes sociais virtuais impuseram à realização desta pesquisa diz respeito à sua natureza de constante atualização de conteúdo. Qualman (2011, p. 22) aponta que “enquanto o boca a boca tradicional pode ser lento, o oposto é verdadeiro para atualizações do Facebook”, ou seja, o *feed* de notícias do Facebook é atualizado a cada nova postagem de um dos amigos do grupo, assim a solicitação de pesquisa precisou ser acompanhada periodicamente e refeita em média a cada 12 horas, dentre os dias 03/09/2015 a 18/09/2015.

Análise das variáveis na decisão de compra de vestuário da população masculina heterossexual

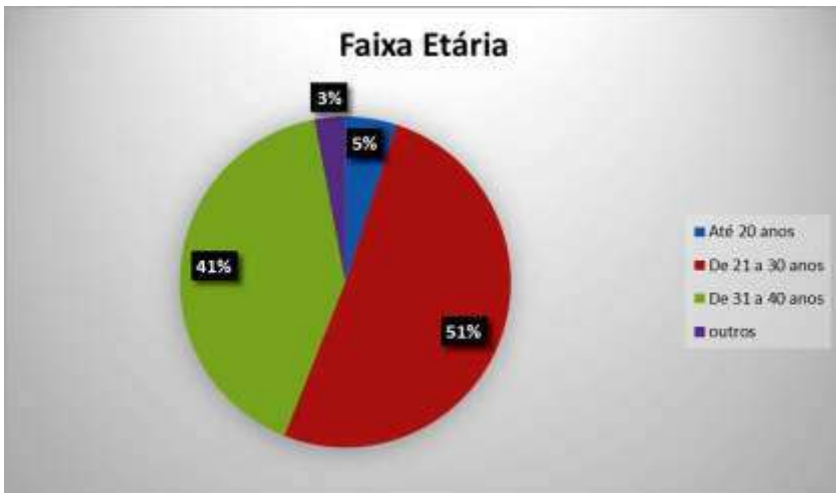
O questionário “Análise das variáveis na decisão de compra de vestuário da população masculina heterossexual” foi acessado por 100 pessoas. Conforme previsto para este estudo, todos os avaliados declararam ser heterossexuais. Vale retomar que se trata de uma amostra com características não probabilísticas, o que inviabiliza a generalização dos resultados para descrever, em sua totalidade, o perfil e o comportamento dos internautas heterossexuais, no entanto, outros estudos foram utilizados para ampliar a discussão.

O perfil dos internautas heterossexuais

O perfil dos internautas heterossexuais que voluntariamente responderam ao questionário apresenta as seguintes características:

A faixa etária dos avaliados é composta em sua maioria por jovens entre 21 e 30 anos (51%) e entre 31 e 40 anos (41%), enquanto 5% possuem até 20 anos.

Gráfico 1: Faixa etária dos homens internautas respondentes



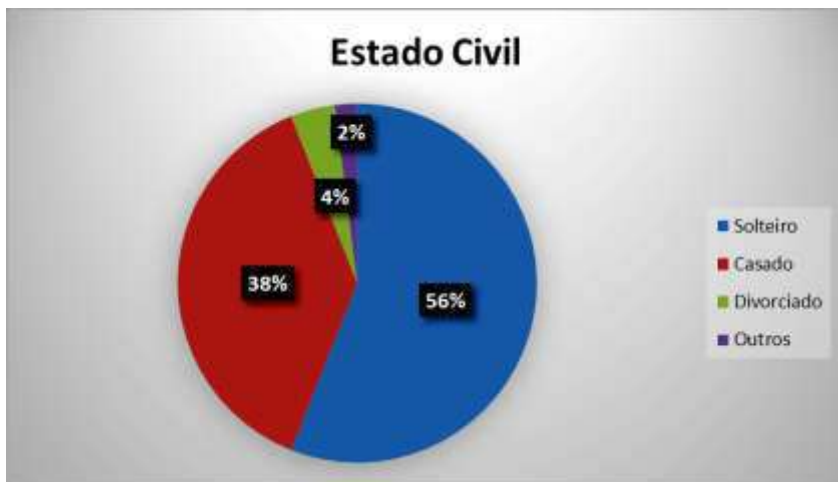
Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Com base no PNAD (2013, p. 45), são 97.894 milhões homens brasileiros vivendo no Brasil, que ainda é um país de população jovem, uma vez

que 32% têm até 19 anos, 16% estão entre 20 e 29 anos, 15,5% apresentam entre 30 e 39 anos, 13,5% possuem de 40 a 49 anos, 11% encontram-se entre 50 e 59 anos e 12% têm 60 anos ou mais.

Dos entrevistados, 56% possuem estado civil solteiro, 38% são casados e 6% se enquadram em outras categorias como divorciado e viúvo.

Gráfico 2: Estado civil



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

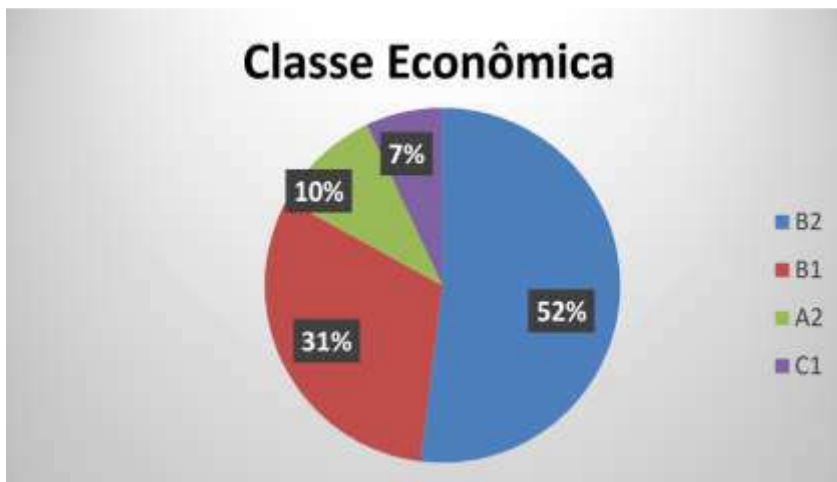
Tais dados assemelham-se com o perfil da população brasileira (homens e mulheres), pois, segundo o PNAD (2013), em 2013, o número de solteiros cresceu na comparação com 2012, totalizando 77,048 milhões. Nessa base de comparação, o total de casados recuou para 60,386 milhões; divorciados, desquitados e separados judicialmente somaram 9,578 milhões, com alta de 4%; e viúvos, também em alta, são 9,616 milhões.

Em relação à escolaridade, destaca-se que mais da metade da população atingida pelo questionário está cursando nível superior ou pós-graduação (46%), seguido da porcentagem com superior completo 25%, enquanto 11% possuem ensino médio completo. Pode-se atribuir esse dado ao fato de o emissor da mensagem/pesquisa ser universitário e ter em seu círculo social uma base de pessoas nessa etapa acadêmica. Outra questão relevante para análise desse dado é que o questionário circulou pela internet, e como registrado pelo IBGE (2013, p. 36):

Quanto maior o nível de escolaridade, maior era a proporção de pessoas que acessam a Internet. Para aqueles sem instrução e com menos de 4 anos de estudo, em 2011, o percentual foi de 11,8%. Entre aqueles com 15 anos ou mais de estudo, 90,2% acessaram a Internet.

A classificação econômica da amostra se deu por meio do sistema de codificação e pontuação das quantidades de itens de posse dos consumidores e da escolaridade do chefe da família, utilizando o modelo da ABEP (2014). Essa metodologia tem a “função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais”. Apurou-se que 52% fazem parte de classe B2, 31% participam da classe B1, 10% pertencem à classe A2 e 7% são da classe C1.

Gráfico 3: Classe econômica



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

A questão direcionada a verificar mais características sobre o estilo de vida dos respondentes apontou que 71% dos entrevistados praticam alguma atividade física, contra 29% que não praticam nenhuma, quantidade muito acima da média da população brasileira, tomando como base a apuração realizada no VIGITEL (2013, p. 64), tendo em vista que apenas 33,8% da população brasileira possui tal prática com frequência, sendo os homens mais adeptos às atividades físicas (41,2%), contra 27,4% das mulheres.

A maioria dos respondentes reside nas proximidades de Sorocaba, pois, conforme metodologia proposta, o questionário partiu da página do Facebook de um dos pesquisadores que reside no interior do estado de São Paulo. No entanto, o fenômeno virótico da internet se confirmou e a pesquisa atingiu 3 estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, bem como municípios de 11 cidades brasileiras.

Dentre os heterossexuais entrevistados, 47% acreditam que uma identidade pode ser criada por meio do consumo, 35% não concordam nem discordam e 18% não consideram essa possibilidade.

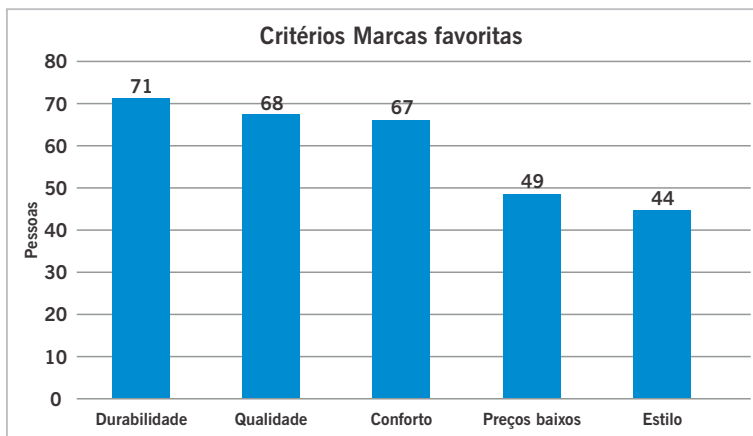
Gráfico 4: A construção de uma identidade criada através do consumo



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Foi questionado aos entrevistados quais os critérios utilizados para que uma marca esteja em seu grupo de favoritas. Os critérios mais apontados são: durabilidade, qualidade, conforto, baixos preços e estilo.

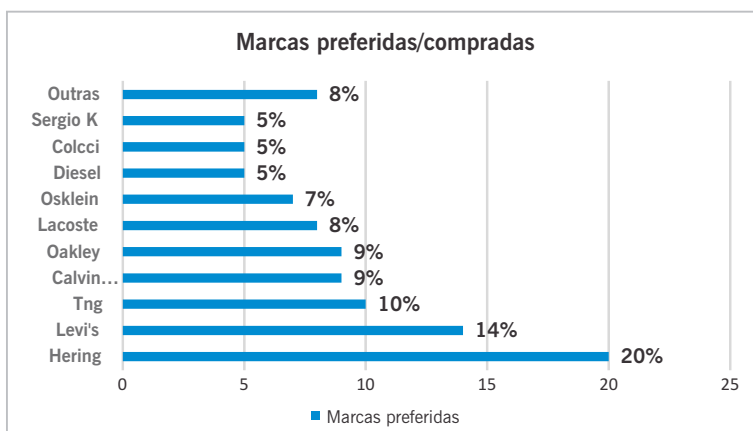
Gráfico 5: Critérios marcas favoritas



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Dentre as marcas preferidas e/ou compradas pelos entrevistados, destacaram-se: Hering (20%), Levi's (14%), Tng (10%), seguidas de Calvin Klein e Oakley com 9%.

Gráfico 6: Marcas preferidas/compradas

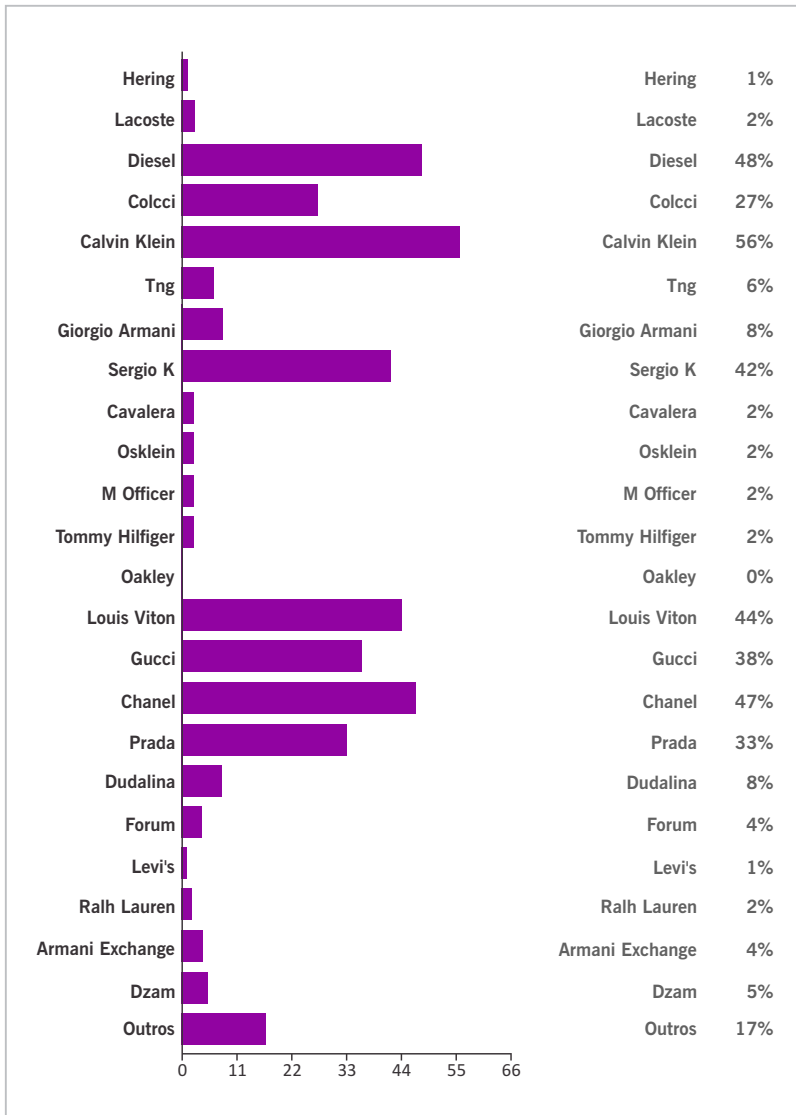


Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Ao verificar se os respondentes, consumidores heterossexuais, sabem que há marcas afeitas/direcionadas ao público gay, identificou-se que 67% dos entrevistados desconhecem a existência de alguma marca com esse perfil e

33% conhecem ou sabem de marcas que possuem tal perfil. Porém, em outra questão, notou-se que há várias marcas que os heterossexuais apontam ser gay, sendo as mais apontadas: Calvin Klein (56%), Diesel (48%), Chanel (47%), Louis Vuitton (44%) e Sergio K (42%).

Gráfico 7: Marcas consideradas afeitas/direcionadas ao público gay



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Aprofundando a discussão entre marcas afeitas/direcionadas ao público gay, foi questionado sobre a compra e o uso de marcas que também são consumidas por gays, verificando que 91% continuariam a fazer uso dessas marcas e apenas 9% disseram que deixariam de fazer uso/compra das marcas que são consumidas pelos gays. Outra questão, que visava ratificar tal comportamento, apurou que 94% dos respondentes não deixariam de comprar uma marca que se posicionasse e/ou apoiasse eventos gays, contra 6% que afirmam deixar de fazer uso dessa marca.

Uma análise específica das três marcas citadas no trabalho visou verificar se os entrevistados as conheciam, se pertenciam ao grupo de favoritas e as compravam e se consideravam tais marcas com conotação gay:

- Calvin Klein: 79% conhecem a marca e 9% costumam comprá-la, sendo que 7% se identificam com a marca, inserindo-a em seu grupo de favoritas; 56% consideram a marca Calvin Klein como gay.
- Diesel: 83% conhecem a marca e 5% costumam comprar essa marca, sendo que destes 2% se identificam com a marca e a inseriram em seu grupo de favoritas; 48% dos respondentes consideram a marca Diesel como gay.
- Sergio K: 55% conhecem a marca, 5% costumam comprar essa marca, mas apenas 1% se identifica com a marca e a inseriu em seu grupo de favoritas; 42% consideram a marca Sergio K como gay.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo esclarecer o simbologismo das marcas, o que elas representam para o indivíduo, confrontando o conhecimento dos heterossexuais a respeito de marcas que também atendem as preferências do público homossexual. Todo o material teórico dos autores que contribuíram para o desenvolvimento do arcabouço teórico deste estudo, juntamente com o questionário aplicado em campo, auxiliou a clarear e a responder as indagações em que o trabalho se propôs a atuar. Apesar de os resultados não poderem ser generalizados, é possível identificar as seguintes características:

As marcas, assim como a moda, podem ser utilizadas no processo de construção da identidade do consumidor, uma vez que possuem um conjunto de símbolos que personalizam e diferenciam as pessoas que as usam. Pode-se declarar que as marcas possuem características/símbolos que possibilitam o

desenvolvimento de relacionamento afetivo com os consumidores, como identificação de valores e de estilo de vida. Como reflexo da sociedade do consumo, as pessoas, de forma geral, e mais especificamente os homens metrosssexuais e homossexuais, são afeitos ao uso de determinadas marcas que os projetam e amoldam a grupos sociais e comportamentais.

Diesel e Sergio K não são marcas amplamente conhecidas e consumidas pela amostra voluntária que participou da pesquisa, já a marca Calvin Klein possui maior aceitação do público heterossexual.

Por fim, demonstrando conscientização da existência da diversidade, inclusão e respeito à liberdade de expressão e sexual, os heterossexuais que responderam ao questionário declararam não haver diferenciação nem recusa do uso das mesmas marcas que gays costumam a consumir.

Referências

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de Classificação Econômica Brasil. *Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2014*. Disponível em: <<http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=01>> Acesso em: 20 nov. 2014.
- AGUILHAR, Lígia. *Marcas se dão bem com ações para o público gay*. 2012. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2012/08/marcas-se-dao-bem-com-acoes-para-o-publico-gay.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou Capitalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- BORGES, Klecius. *Sexualidade e Homossexualidade: terapia afirmativa para gays, lésbicas, bissexuais e seus familiares*. Elaborado para uma palestra em 2004. Disponível em: <<http://www.kleciusborges.com.br/?cont=sexualidadeehomo>>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- CALVIN KLEIN. Site oficial. Linha do Tempo. Disponível em: <http://explore.calvinklein.com/pt_BR/> Acesso em: 3 jun. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. v. 1. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- COBRA, Marcos; BREZZO, Roberto. *O novo marketing*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DE CARLI, Ana Mery Sehbe. *O sensacional da moda*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- DENIS, Rafael Cardoso. *Uma introdução a história do design*. 1ª. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
- DIAS, Kadu. *Mundo das marcas*: Diesel. 2006. Atualizada em 30/05/2013. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/diesel-for-successful-living.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- DIESEL. Site oficial. Disponível em: <<http://www.diesel.com.br/>> Acesso em: 21 jan. 2016.
- FLOCKER, M. *O metrossexual: um guia de estilo: um manual para o homem moderno*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- FONSÊCA, Francisco Ricardo Bezerra. *[Re]compreendendo o relacionamento marca-consumidor: um novo arcabouço conceitual para clarificar o fenômeno*. Anpad 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/ema/2006/dwn/ema2006-mktc-159.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

GARCIA, Wilson. O corpo contemporâneo: a imagem do metrossexual no Brasil. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, v. 5, n. 11, p. 184-198, set. 2004.

GARCIA, Wilson. *O metrossexual no Brasil: estudos contemporâneos*. São Paulo: Factash, 2011.

GARCIA LIMA, Paula. *Moda, necessidade e consumo*. Diseño en Palermo. V Encuentro Latinoamericano de Diseño 2010. Comunicaciones Académicas. Año V, v. 9, Julio 2010, Buenos Aires, Argentina. 264 páginas. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/148_libro.pdf> Acesso em: 17 jan. 2016.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOBÉ, Marc. *A emoção das marcas: conectando marcas às pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LIMA, André. *Sergio K. O homem por trás da marca: Mensch entrevista*. 2011. Postado por André Porto. Disponível em: <<http://revista-mensch.blogspot.com.br/2011/06/entrevista-sergio-k-o-homem-por-tras-da.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MASLOW, Abraham H. *Motivation and personality*. New York, Harper & Brothers, 1954.

MENDES, Léo. O que é Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Bissexual, Homossexual? Publicado em 19/03/2011. Disponível em: <http://lgbtt.blogspot.com.br/2011/03/o-que-e-lesbica-gay-bissexual-travesti.html>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v. 5, n. 1, ago.-dez. 2008.

MOURA, Luciano J. F. et al. Estudo compreensivo acerca da metrossexualidade em Belém/PA. *Revista do NUFEN – versão Online*, Belém, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912014000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jan. 2016.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Cultura e identidade gay: a diferença do múltiplo*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24. Campo Grande: 2001. Disponível

em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83579368593431225515764769104416433682.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

OLIVEIRA, P. P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PADULA, Willian Vasconcelos; COSTA, Barbara Regina Lopes: Perfil e comportamento do usuário/cliente diante de uma campanha viral. *Revista Eletrônica Iniciacom*, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://200.144.189.84/revistas/index.php/iniciacom/article/view/1638>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-133, 2013.

PORTUGAL, Mirela. *As marcas que compraram a causa gay nas Olimpíadas: diversidade*. 13/02/2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/as-marcas-que-compraram-a-causa-gay-nas-olimpiadas#1>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

QUALMAN, Erik. *Socialnomics: como as mídias sociais estão transformando a forma como vivemos e fazendo negócios*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodología de la investigación*. 4. ed. México: McGraw-Hill, 2006.

SHERRY JR., Jonh. F. Significado da marca. In: TYBOUT, M. Alice; CALKINS, Tim (Org.). *Branding: fundamentos, estratégias e alavancagem de marcas: implementação, modelagem e checlists: experiências de líderes de mercado*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 40-69.

SERGIO K. Site oficial. Disponível em: <<http://www.sergiok.com.br/>> Acesso em: 3 jun. 2014.

SIMPSON, M. *Here come the mirror men*. Estados Unidos: The Independent (jornal), 1994.

STRUNK, Gilberto. *Como criar identidade visual para marcas de sucesso: um guia sobre marketing das marcas e como representar graficamente seus valores*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

TAVARES, Mauro C. *Gestão de marcas: construindo marcas de valor*. São Paulo: Harbra, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIGITEL. *Brasil 2013: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

**A visão do público heterossexual a respeito
de marcas preferidas e/ou assumidas gays:
Calvin Klein, Diesel, Sergio K**

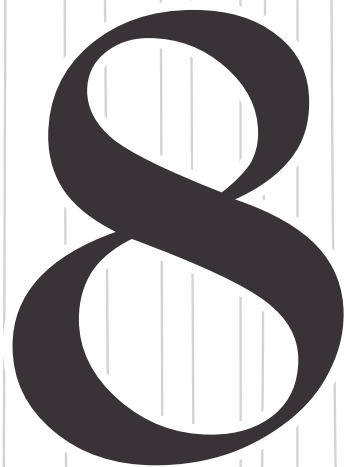
*The vision of heterosexual public about favorite
brands and/or gay assumed: Calvin Klein, Diesel, Sergio K*

Barbara Regina Lopes Costa

*Doutora em Administração pela Universidad de la Empresa – Uruguai
Mestra em Administração pela USCS. Publicitária e Professora de Comunicação
e Marketing na FAESB – Faculdade de Ensino Superior
Santa Barbara e no Centro Universitário da FEI.
babhy@terra.com.br*

João Lucas de Miranda Junior

*Bacharel em Administração pela FAESB – Faculdade Santa Barbara.
Web Designer e Projetista pela CENAIC-Tatui. Inspetor de Qualidade na FBA.
Ator da companhia de Teatro-Garagem e Cia.
lucasmiranda27@hotmail.com*



Resumo

O aumento da pluralidade cultural dos consumidores, devido a maior conscientização da existência da diversidade, propicia a inclusão e o respeito mútuo a múltiplas culturas, raças, gêneros, estilos, nacionalidades etc., permitindo o reconhecimento e a compreensão das diferenças e semelhanças entre os indivíduos, evidenciando mudanças e liberdade de expressão. O presente trabalho buscou definir se os consumidores heterossexuais sabem que há marcas afeitas ao público gay, se as reconhecem, bem como se as usariam. Utilizando questionário estruturado, aplicado a uma amostra não probabilística gerada pelo método bola de neve, este estudo tem caráter descritivo quanto aos fins. Pode-se concluir que há heterossexuais convivendo respeitosa e com a liberdade de expressão e, conseqüentemente, com as diferenças sexuais e que priorizam a busca pela modernidade, qualidade e conforto na hora de efetivarem as compras e/ou definirem suas marcas preferidas, independentemente se homossexuais também fazem uso delas.

Palavras-chave: Heterossexuais. Gays. Marcas. Identidade.

Abstract

The increasing cultural diversity of consumers, because greater awareness of the existence of diversity, promotes inclusion and mutual respect to multiple cultures, races, genders, styles, nationality etc and allows the recognition and understanding of the differences and similarities between individuals, showing changes and freedom of expression. This study sought to determine whether heterosexual consumers know there's akin marks the gay community, if they know and recognize, also would use such marks. Using a structured questionnaire, this study was descriptive as to the purposes, applied to a non-probabilistic sample generated by the snow-ball method. It can be concluded that there are heterosexual respectfully living with the freedom of expression and consequently with sex differences, and that prioritize to achieve the modernity, quality and comfort at the time to realize the purchase and/or to define their preferred brands, regardless of the same.

Keywords: Heterosexuals. Gay. Brands. Identity.

Introdução

O aumento da pluralidade cultural dos consumidores, devido a maior conscientização da existência da diversidade, propicia a inclusão e o respeito mútuo a múltiplas culturas, raças, gêneros, estilos, opção sexual, nacionalidade, classe social etc., permitindo o reconhecimento e a compreensão das diferenças e semelhanças entre os indivíduos. Além da valorização da heterogeneidade, evidenciando mudanças e liberdade de expressão, muitas sociedades convivem respeitosamente, relacionando-se com heterossexuais, homossexuais, bissexuais e transexuais.

Nunan (2003) analisa o panorama mercadológico, destacando que um dos mercados em expansão é o voltado para o público gay, com identidade própria, o qual possui valores, atitudes, aspirações e emoções. Embora seja um mercado novo, algumas marcas já se identificaram com esse público, que apresenta em suas características a exigência, o bom gosto e o elevado poder de compra.

Gays e héteros dividem a atenção das marcas e, por vezes, possuem gostos semelhantes, buscando modernidade, qualidade e conforto antes de efetivarem uma compra. Marcas como Calvin Klein, Diesel e Sergio K estão em evidência na sociedade contemporânea, sendo preferidas por ambos os públicos. O consumidor, uma vez inserido no conceito de uma marca, cria interação estética entre as roupas, o corpo e sua identidade, evidenciando a pessoa que a veste, cultuando a vaidade e a liberdade de escolha.

Para Portugal (2014), o mercado gay é promissor, mas ainda rodeado de indagações. Mesmo assim, algumas empresas apoiam e colaboram com a sociedade gay. Essas marcas vislumbram o culto de sua marca e os consumidores reverenciam o bem-estar e sua personalização no contexto social. Usando a marca desejada por muitos, eles passam a ideia de “vanglória da marca”. O foco desse mercado direciona-se a um público que prioriza o vestir-se bem, ser bem atendido, ser/estar “bem visto” perante o seu grupo, já que as prioridades de vida são outras, se comparadas a dos heterossexuais (AGUILHAR, 2012).

Diante desse panorama mercadológico, entender o simbologismo das marcas, o que elas representam para o indivíduo, averiguando o que significam na construção de uma identidade gay, e confrontar o conhecimento dos heterossexuais a respeito tornam-se relevantes, pois há como objetivo verificar se os homens heterossexuais reconhecem e utilizam as marcas que também atendem às preferências do público homossexual.

Este estudo procura construir um arcabouço de referências a respeito das características e variáveis comportamentais do consumidor que utiliza os produtos/marcas destinados ao público masculino, sendo ele heterossexual ou gay; da visão do público masculino heterossexual acerca de algumas marcas afeitas ao público homossexual; assim como da luta pela plena inserção social desses ávidos consumidores, os homossexuais, uma vez que se nota existir pouco repertório acadêmico com a junção dos assuntos. Dessa forma, este estudo pode se tornar fonte de informação, análise e estímulo para os empresários que ainda não vislumbraram tal demanda como uma oportunidade de mercado, bem como se tornar material de apoio para aqueles que se interessem pelo assunto ou até mesmo para futuros estudos.

Moda, marca e identidade

A moda e os consumidores

A revolução industrial, que trouxe para a economia novos objetivos a serem perseguidos e, por consequência, novos valores, reformulou a relação entre o homem, a necessidade e o consumo. A produção em série culminou na democratização dos bens e serviços, o que embasou o consumo de supérfluos e de efêmeros. O ato de consumir em si, a partir do século XIX, passou a ser visto como uma atividade de lazer, como colocado por Denis (2000).

A sociedade de consumo tende a alienar o objeto do sentido original de necessidade, tratando de multiplicar aceleradamente, *ad infinitum*, as necessidades de outras naturezas que não as primárias, assinalando que, além do teto, do alimento, da roupa, palavras como conforto, estilo, arquitetura, arte, iguarias, especiarias da Índia, rendas, joias e plumas estetizam a vida e vivificam os sentidos do homem no seu cotidiano (DE CARLI, 2002, p. 38).

Aqui vale comentar a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, de Maslow (1954), na qual o pesquisador aponta que o ser humano possui apenas cinco necessidades: fisiológicas, segurança, afeição, estima e autorrealização. Pode-se ressaltar que o vestuário está presente em todos os níveis, no entanto o uso de artigos de moda tem um importante papel nos dois últimos tipos de necessidade: estima e autorrealização (GARCIA LIMA, 2010). A sociedade atual é permeada pelo alargamento da ideia do consumo. O próprio conceito de necessidade se reformulou: lazer, autoestima, prazer, conforto e realização são questões que interferem na concepção de necessidade do consumidor.

Portanto, na contemporaneidade, o mercado e o consumo se inserem na lógica de construção da identidade do consumidor, uma vez que todas as práticas cotidianas deixaram de ser apenas parte da subsistência para se tornar parte do “ser”, o que ressalta as especificidades concernentes ao consumo de moda e à origem de seu significado. “A moda se constitui a mais esclarecedora vertente de busca de diferenciação social, por meio dos códigos que ela veicula, acerca do *status* do usuário, seja para informar a postura social ou seus valores de veiculação a um grupo” (TAVARES, 2008, p. 295).

Uma vez que a escolha do que se veste tem muito a ver com o que a vestimenta é capaz de transmitir, “ao escolher um produto da moda, o consumidor espera receber o poder da recompensa, ou seja, a aceitação social pela escolha realizada” (COBRA; BREZZO, 2010, p. 298). A moda, portanto, é um dos instrumentos adotados pela sociedade rumo à diferenciação social e serve também para mantê-la. Os autores apontam que as elites definem o que é “in”¹ e “out”², de acordo com o que vestem.

Para Tavares (2008, p. 281), a moda e, em especial, o vestuário “podem ser um ótimo exemplo de significado simbólico dos bens, certas roupas e penteados têm por base o reconhecimento dos bens e a insinuar os que lhe servem de suporte (*status*)”. Além de fazer parte do processo de construção da identidade do consumidor, o consumo de moda compõe o conjunto de signos de diferenciação socioeconômica do indivíduo.

Nesse contexto, como afirmam Cobra e Brezzo (2010, p. 312), “o consumidor e a moda dependem de sua personalidade e estilo de vida, mas também do cérebro, do corpo e da aparência”.

Marca e a personalização

As marcas estão presentes no cotidiano contemporâneo, com a capacidade de informar e coagir, pautadas pelo valor que são capazes de transmitir. Para Strunk (2012, p. 18), marca é “a soma intangível dos atributos; seu nome, embalagem e preço, sua história, reputação, e a maneira como ele é promovido. A marca é também definida pelas impressões dos consumidores sobre as pessoas que a usam; assim como pela sua própria experiência”. Ampliando a definição, Sherry Jr. (2006, p. 42) a descreve como

¹ IN: a roupa consegue transmitir a mensagem para a qual foi proposta, está dentro da moda.

² OUT: a roupa está fora da moda.

um atalho mental que desencoraja o uso do pensamento racional, uma infusão com o espírito do fabricante, um nome que convida essa essência a habitar esse corpo. [...] Marca é contrato, relacionamento, uma garantia; um acordo elástico com regras liberais de engajamento; um jogo de soma diferente de zero; [...] Como vasos perceptíveis de exploração, as marcas fornecem o ímpeto para os genéricos e para a simplicidade voluntária; bem como são alvos para demonstrações de nacionalismo cultural.

As marcas, de um modo geral, ajudam e aproximam consumidores dos produtos com que eles se identificam e/ou vislumbram valores. Assim, a identidade do consumidor contemporâneo está diretamente ligada ao consumo das marcas, com seus valores e afetos, tornando a sociedade do consumo mais ativa e competitiva.

De acordo com Fonsêca (2006), embora não exista consenso entre os estudiosos acerca da ideia de que a relação entre o consumidor e a marca seja identificada como interpessoal, uma vez que a marca é incapaz de interagir com o consumidor enquanto pessoa, a maioria dos estudos que investigam esse fenômeno sugere que essa interação pode ser compreendida sob a ótica das relações interpessoais. A personalização da marca é a principal condição para que isso ocorra, já que algumas marcas possuem características que as tornam semelhantes a “seres vivos”, de modo que as linhas que estudam essa relação às fazem através da ótica parassocial – relacionamento entre objeto inanimado e pessoa. O consumidor, portanto, é capaz de se relacionar com a marca no nível dos sentidos e das emoções, como coloca Gobé (2002), e de estabelecer uma relação interpessoal, apesar de se tratar de um objeto inanimado, por meio de criação de personas ou da chamada “personalização”. Bird-David (1999) e Keller (2002), citados por Fonsêca (2006, p. 1), explicam que, “conforme as teorias religiosas e antropológicas do animismo, os objetos inanimados podem ser personificados no momento em que as pessoas se relacionam com eles, por meio da antropomorfização, da personalização ou da criação de personas”.

“Tal abordagem emanou da possibilidade de se associar à marca certos conjuntos de características humanas, a ponto de ser percebida pelo consumidor como uma pessoa” (FOURNIER; YAO, 1997; KELLER, 2002 *apud* FONSÊCA, 2006, p. 2), o que possibilita ao consumidor interagir e emocionar-se com determinada marca, pois ela pode ter um significado pessoal para tal consumidor. A personificação de objetos torna-se, portanto, como posto por Fonsêca (2006), uma extensão lógica da ideia de personalização da marca,

uma vez que os consumidores podem não apenas perceber a existência da marca, mas se envolver com ela. O indivíduo a consome porque isso faz parte, entre outros motivos, de sua identidade. Conforme Barbosa e Campbell (2007), a definição de consumo baseia-se em que todos se utilizam dos materiais à sua volta para se reproduzir física e socialmente. Os mesmos recursos (objetos, bens e serviços) usados para matar a fome, sede, moradia, entre outras “necessidades” físicas e biológicas, são também utilizados para trazer *status*, “construir” identidades e estabelecer fronteiras entre pessoas e grupos. Além disso, esses mesmos bens auxiliam na construção da subjetividade e identidade das pessoas.

Fonsêca (2006) alerta, no entanto, que existem barreiras à conceituação da marca como parceiro relacional ativo. Uma marca não é capaz de agir ou pensar fora de planos de *marketing*, porém é capaz de fazê-lo quando o consumidor está predisposto a assimilar os estímulos das propagandas, publicidades, relações públicas, promoções, entre outras ferramentas das ações de *branding*. Da mesma forma, as estratégias de *marketing* são pautadas na assimilação ou recusa do consumidor aos estímulos.

Definição de identidades masculinas

Em um mundo instável, numa sociedade de risco (BECK, 2003), as identidades também se tornam incertas, deixam de ser determinadas por grupos específicos e de ter estabilidade no mundo social. As identidades tornam-se híbridas e deslocadas de um vínculo local. “Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são” (CASTELLS, 2007, p. 41). A definição de uma identidade é uma tarefa individual, um processo de construção incessante, e não mais atribuição coletiva que implicava apenas certa conformação às normas sociais (MOCELLIM, 2008). Portanto, os estímulos a que todos estão expostos no mundo atual são capazes de influir na construção da identidade pessoal dos indivíduos e de ser parte do constructo que une determinados grupos. Giddens (2002) elucida sobre como o modo de vida deixou de ser apenas um conjunto de práticas ou uma forma de organizar a vida cotidiana, mas se tornou parte axial dos processos de construção individual.

Nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não

só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

Mocellim (2008) explica os elementos que podem compor o “estilo de vida” do indivíduo na atualidade, deixando claro que, mais do que práticas individuais, essas questões fazem parte do “ser”:

Os estilos de vida são ligados a rotinas cotidianas: formas de comer, formas de vestir, modos de agir, lugares frequentados. Porém, as rotinas estão sempre abertas a mudanças. Cada pequena decisão que é tomada no nosso cotidiano contribui para a alteração dessas rotinas, e, portanto, para a reformulação do eu. São escolhas sobre como agir e sobre quem ser (MOCELLIM, 2008, p. 17).

No entanto, a sociedade sempre impôs ao gênero regras prescritas de comportamentos, pois existem “regras” que definem o que é ser feminino e o que é ser masculino, tornando-se guias por meio dos quais os indivíduos são julgados como pertencentes a esse ou àquele sexo. Na sociedade, as funções da mulher foram claramente definidas: mãe, educadora, provedora do afeto e carinho, enquanto aos homens ficaria destinada a esfera pública e do poder, possuidor das “qualidades como autocontrole, disciplina, força, iniciativa, coragem, responsabilidade etc.”, havendo desse modo uma separação entre características e comportamentos típicos de cada gênero (OLIVEIRA, 2004, p. 79). Bauman (2004), por sua vez, afirma que a fragilidade da identidade não deve mais ser ocultada, uma vez que a identidade não é sólida como uma rocha, nem é algo para toda a vida, mas negociável de acordo com os caminhos que o indivíduo escolhe e com a forma como esse age. Assim, segundo ele, o sujeito assume identidades diferentes em diversos momentos e percebe de que maneira essa construção de identidade é algo relacional.

Bauman (2001, p. 98) acrescenta que na sociedade do consumo a questão do consumo é parte do estilo de vida e, por consequência, da construção do “ser” dos indivíduos, “é a condição *sine qua non* de toda liberdade individual; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de ter identidade”.

Nesse sentido, o mercado voltado para o segmento masculino deixa de ter seu foco nas preferências femininas, uma vez que os homens estão, aos poucos, tomando posse da construção de sua identidade e, assim, indo às compras.

Entre tantas marcas, ao longo do século, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/feminino como uma divisão primordial. Uma divisão [...] quase sempre relacionada com o corpo. É um

engano, contudo, supor que o modo como pensamos o corpo e a forma como, a partir de sua materialidade, “deduzimos” identidades de gênero e sexuais seja generalizável para qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar (LOURO, 2004, p. 76).

Acompanhando essa evolução social, o homem contemporâneo está mais vaidoso e interessado pelo que está acontecendo no mundo da moda.

Hoje eles já não têm mais receio de entrar em uma loja sozinhos e escolher o que os veste bem. O número de publicações voltadas ao público masculino vem aumentando nos últimos anos e isso é mais um reflexo que os homens estão ligados no mundo fashion. As roupas masculinas cada vez mais arrojadas e tecnológicas representam o lifestyle do homem moderno (LIMA, 2011, s/p).

Identidades metrossexuais

Segundo Garcia (2004, 2011), esse “novo homem”, também conhecido como metrossexual³, gasta mais de 30% de seu salário com cosméticos e roupas, gasta tempo e dinheiro em salões de beleza e clínicas estéticas almejando tornar-se objeto de desejo das mulheres, está atento às tendências de moda masculina, passa boa parte de seu tempo em *shoppings*, possui bom gosto, é sedutor, bem informado e exala virilidade, é narcísico, um tanto egocêntrico, exibicionista e exagerado. Para Simpson (1994), o metrossexual é o jovem homem, com alto salário para gastar, vivendo ou trabalhando na metrópole, porque é lá que estão as melhores lojas, que acredita que o cuidado com o corpo, a pele e o cabelo, dentre outras vaidades, não é apenas para mulheres.

A identidade masculina do século XXI é mutável, possui caráter consumista, mesclada com características antigas e outras formas de identidades, sendo a identidade metrossexual um dos substratos do homem heterossexual (MOURA *et al.*, 2014).

A distância que já foi grande entre homens héteros e homossexuais diminuiu consideravelmente nos últimos anos. Enquanto os gays foram buscar uma nova vida nas academias e um ideal mais masculino, héteros começaram

³ O termo metrossexual é relativamente novo, foi citado pela primeira vez em 1994, pelo jornalista Mark Simpson em seu artigo 'Here comes the mirror men' (Aí vêm os homens do espelho), publicado no Jornal The Independent. No entanto, foi apenas em 2002, com seu artigo 'Meet the metrossexual' (Conheça o metrossexual) que o termo deslanchou e passou a ser usado frequentemente (SIMPSON, 1994).

a perceber que haviam se colocado de escanteio, vestidos num confortável uniforme de gabardine, entediando-se com seus próprios botões. Aos poucos, foi-se percebendo, por ambos os lados, que há um certo poder e mistério na ambiguidade e que confiança, segurança e senso de estilo são fatores que definem o homem moderno (FLOCKER, 2004, p. 12).

Identidades gays

Os gays (homossexuais masculinos) e as lésbicas (homossexuais femininos) têm suas atrações primariamente dirigidas às pessoas do mesmo gênero. Segundo Borges (2004), a sexualidade é um aspecto complexo da natureza humana, que envolve, além do sexo propriamente dito, elementos psicológicos, emocionais e comportamentais. Mendes (2011) explica que os cientistas somente sabem que a orientação sexual, ou seja, ser Gay, Lésbica, Bissexual ou Heterossexual, não é uma opção sexual de vida, mas uma orientação sexual, impossível de ser revertida por psicólogos, psiquiatras, remédios, rezas, orações ou torturas físicas e psicológicas.

A cultura homossexual, portanto, baseia-se igualmente na mesma forma de construção de identidades intimamente relacionadas com o consumo.

Os homossexuais sempre tiveram seus símbolos, ídolos e vocabulário como forma de se fazer identificar e marcar sua diferença. Com o surgimento do conceito GLS, no entanto, criou-se um contexto que favoreceu ainda mais a explosão (e a comercialização) da chamada cultura gay, bem como de um mercado diversificado voltado para esse público (NUSSBAUMER, 2001, p. 9).

Os anos 1990 foram marcados pela inserção dos homossexuais no mercado, em todas as frentes. Esse período revelou também a capacidade de consumo dessa parcela da sociedade, o que estimulou diversos setores comerciais a apostarem nesse nicho. No entanto, “nada disso seria possível sem que certos setores da sociedade se integrassem a recém-inaugurada postura de simpatizantes” (TREVISAN, 2000, p. 378).

Marcas influentes

As três marcas citadas possuem identidade própria, com características marcantes no quesito moda, visando o conforto e sofisticação, além do charme das peças. Chamam a atenção pela publicidade e pela forma

como são feitos seus vídeos publicitários. A evolução de cada uma não podia ser diferente, sempre tiveram aos seus lados consumidores e admiradores da marca, auxiliando assim a Calvin Klein, Diesel e Sergio K a estarem entre as marcas mais influentes na atualidade.

Calvin Klein

Calvin Klein e Barry Schwartz, utilizando uma combinação de talento e *design*, elevaram a marca quase que instantaneamente, com um estilo ousado em sua primeira coleção masculina e feminina. “Depois de trabalhar como aprendiz em uma loja de casacos masculinos, ele e seu colega de infância, Barry Schwartz, com apenas US\$ 10 mil de capital, lançaram sua primeira coleção masculina e feminina de paletós, casacos e capas em 1968 em um showroom dentro do York Hotel” (DIAS, 2006, p. 2).

Em 1977, o sucesso da marca era traduzido em um faturamento superior a U\$\$ 30 milhões, ano em que foi iniciado o licenciamento para estampar a Calvin Klein em cintos, sapatos, lenços e até óculos (DIAS, 2006). “Na década de 1980 a grife resolveu diversificar seus produtos com o lançamento de coleções de roupas íntimas e perfumes que fariam enorme sucesso junto ao público, e seriam responsáveis pelo enorme crescimento do faturamento” (DIAS, 2006, p. 2). Calvin foi o primeiro a colocar *jeans* na passarela, provocando os conservadores da moda da época.

Em 2003, o estilista vendeu sua marca para o grupo Philips Van Heusen, mas continuou como consultor de criação. Suas linhas clássicas e suaves começaram então a aparecer em coleções *sportswear*. Tendo a sobriedade como sua marca registrada, caminhou rumo a um *design* cada vez mais sofisticado, respeitando sempre os conceitos de harmonia de proporções. Com os jeans, Calvin Klein tornou-se um verdadeiro mito – possuir um jeans Calvin Klein passou a significar um sonho mundial de consumo. A marca está presente em mais de 120 países, incluindo Brasil.

Diesel

Diesel, foi criada em 1978, em Milão, pelos italianos Renzo Rosso e Adriano Goldschmeid. O nome fora escolhido pela pronúncia fácil em qualquer língua, uma vez que o objetivo era atingir um apelo global. O conceito se baseava na ideia de que o diesel é um combustível amplamente utilizado.

Focada no público masculino, desde o princípio, possui preço acima da média do mercado. A ideia inicial era apostar em um *design* de calças com aparência de usadas e comuns.

A marca DIESEL, preferida dos jovens “descolados” do mundo inteiro, tornou-se um ícone da moda fashion, principalmente em virtude de seus famosos jeans confortáveis, com visual desgastado e caimento impecável, com mais de 100 modelos e 50 tipos de lavagens, que continuam sendo para poucos que gastam muito. A italiana DIESEL, que ousou ao colocar no lado direito do bolso frontal a marca em uma etiqueta transversal, tornou-se um “objeto de desejo” (DIAS, 2006, p. 1).

Em 1991, inicia a sua expansão internacional com o *slogan* “para uma vida bem-sucedida”. Em 1996, ingressou no mercado americano, vindo a se tornar o maior mercado consumidor da marca. Com mais de 30 milhões de *jeans* vendidos anualmente (DIAS, 2006), o sucesso da marca consiste na combinação de criatividade, originalidade, interpretação de futuro, estratégias de comunicação e tecnologia. A marca integra o grupo OTB (*only the brave*) ou “somente os corajosos”, conglomerado fundado por Renzo Rosso.

O jeans é feito quase que artesanalmente, em um processo que inclui lavagens à mão e água em temperatura controlada. A mão de obra é composta basicamente de artesãos: cada costureira da DIESEL ganha o equivalente a aproximadamente R\$12.000 por mês (DIAS, 2006, p. 1).

A marca chegou ao Brasil em 1998, no Rio de Janeiro, e três unidades em São Paulo, “incluindo a do shopping Iguatemi, que chegou a ser a mais rentável entre suas lojas no mundo” (DIAS, 2006, p. 1). Suas campanhas publicitárias sempre foram ousadas, fator que gera identificação ainda maior com seu público-alvo. A marca ainda possui, além do *jeans*, linhas de perfumes, relógios, moda praia, joias e óculos. Com presença em mais de 80 países e mais de 460 lojas, a Diesel faz a cabeça de muitos jovens que a enxergam como símbolo de ousadia, transgressão e inovação.

Sergio K

O estilista Sergio Luiz Kamalakian Savone é o protagonista de uma das principais ascensões de moda no Brasil. A marca Sergio K surgiu em 2004, quando o estilista começou a sua carreira vendendo sapatos feitos à mão no Brasil e na Argentina. Após dois anos de trabalho, somado ao sucesso atingido pela marca, deu-se início também a produção de roupas e acessórios.

A marca é característica pela atenção às tendências mundiais, pela inovação, pela ótima qualidade e acabamento e pela associação a profissionais renomados e irreverentes, como o fotógrafo norte-americano Terry Richardson, que é responsável pelas imagens das campanhas há quatro anos, além da contratação de modelos internacionais, como o inglês David Gandy, o espanhol Jon Kortajarena e o americano Sean O'Pray. As parcerias não cessam e associações com outras grandes marcas são outro eixo trabalhado. Sergio K já esteve associada com marcas como Reebok, Tequila 1800, entre outras.

O Sergio Kamalakian é um jovem empresário, de descendência armênia, que está à frente de uma das maiores marcas do país. Nessa entrevista, poderemos ver a ascensão de um negócio criado por um jovem e tocado por jovens. O que nos dá a impressão que às vezes as ideias mais inusitadas e um foco diferenciado sobre um determinado segmento, podem ser o caminho para o sucesso, que além de render muitas risadas, pode gerar altas cifras. Vale também frisar que esta marca se espalhou pelo Brasil e já esteve associada a gigantes como Land Rover, Copag, Jameson, Stella Artois, C&A entre outras, e mantém atualmente parceria com a vodka Belvedere do grupo Moët Hennessy (LIMA, 2011, s/p).

A marca é bastante conhecida pela excelente comunicação que possui com o mercado. Em sua primeira *flagship*, loja na qual está embutido seu conceito, na Oscar Freire, sua clientela sofisticada, que vai de jovens a executivos, encontra roupas, sapatos, acessórios e alguns itens de cultura selecionados pelo próprio empresário. As diretrizes da marca são um reflexo da personalidade do estilista, que em entrevista à MENSCH, em junho de 2011, colocou:

Minhas roupas têm um estilo clássico repaginado, uma mistura do clássico com o despojado. Fazemos roupas para homens de bem com a vida, ousados, que gostem de um look bacana. A marca tem muito do que eu sou e do meu estilo. Tudo o que eu não usaria eu não coloco para vender. Posso dizer que temos clientes de 2 a 70 anos (LIMA, 2011, s/p).

Metodologia

Um dos propósitos deste estudo é contribuir com uma leitura crítica sobre masculinidade que capacita as denominações de heterossexual, metrossexual e homossexual, com vistas ao desenvolvimento de ideias e perfis

pessoais, por meio da análise da literatura e opiniões individuais, proporcionando a descrição de características comportamentais (GIL, 2002; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

O levantamento de dados utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com a prioridade de conhecer a opinião dos internautas heterossexuais masculinos sobre variáveis na decisão de compra de vestuário e suas relações com marcas usadas por héteros e gays. O questionário “Análise das variáveis na decisão de compra de vestuário da população masculina heterossexual” teve caráter descritivo quanto aos fins, aplicado a uma amostra não probabilística, gerada por dois métodos distintos: pela participação voluntária dos amigos do pesquisador e pelo método bola de neve. O questionário é composto por 23 questões de múltipla escolha. Para validar se os resultados coletados atenderiam aos objetivos propostos ao instrumento de coleta de dados, um pré-teste foi realizado com 10 pessoas aleatórias. Vale destacar a especificidade do questionário, que exigia duas características demográficas iniciais para a adesão e preenchimento dos formulários de coleta de dados: ser do sexo masculino e ser heterossexual.

Por meio da página pessoal do Facebook de um dos pesquisadores, com uma rede de relacionamento de 1110 amigos, foi apresentado o *link* de acesso ao questionário eletrônico. No corpo da mensagem, além da apresentação da pesquisa, havia um pedido para que a fosse repassada à rede de contatos de quem a recebeu, sendo que as redes sociais virtuais possibilitam a viralização das mensagens, pois se apoiam no ponto de que, se a mensagem foi enviada por um emissor do círculo social do receptor, a chance de esta ser encarada de forma amistosa é maior (PADULA; COSTA, 2013).

Qualman (2011) explica que, apesar de seu nome fazer alusão aos vírus que provocam prejuízos aos sistemas operacionais, podendo prejudicar também a rede de contatos pelo reenvio dos vírus involuntariamente, o uso do adjetivo viral é positivo, pois é uma metáfora ao processo similar de uma epidemia, que ocorre por meio das redes sociais virtuais. Outra condição que as redes sociais virtuais impuseram à realização desta pesquisa diz respeito à sua natureza de constante atualização de conteúdo. Qualman (2011, p. 22) aponta que “enquanto o boca a boca tradicional pode ser lento, o oposto é verdadeiro para atualizações do Facebook”, ou seja, o *feed* de notícias do Facebook é atualizado a cada nova postagem de um dos amigos do grupo, assim a solicitação de pesquisa precisou ser acompanhada periodicamente e refeita em média a cada 12 horas, dentre os dias 03/09/2015 a 18/09/2015.

Análise das variáveis na decisão de compra de vestuário da população masculina heterossexual

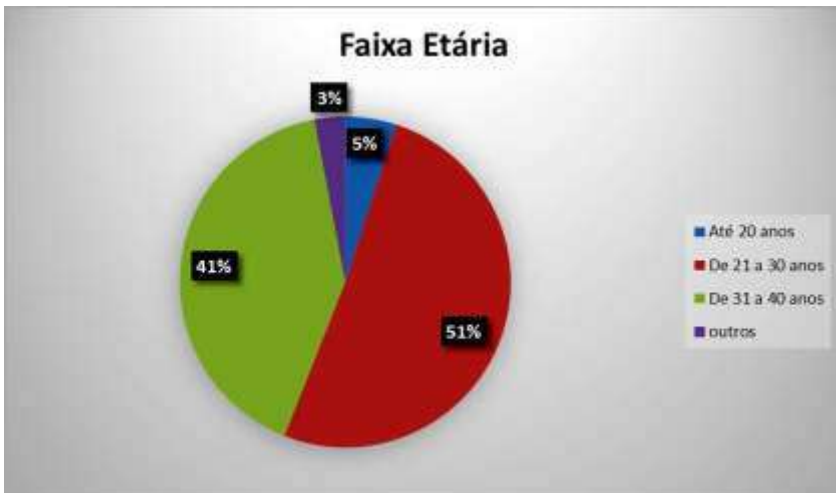
O questionário “Análise das variáveis na decisão de compra de vestuário da população masculina heterossexual” foi acessado por 100 pessoas. Conforme previsto para este estudo, todos os avaliados declararam ser heterossexuais. Vale retomar que se trata de uma amostra com características não probabilísticas, o que inviabiliza a generalização dos resultados para descrever, em sua totalidade, o perfil e o comportamento dos internautas heterossexuais, no entanto, outros estudos foram utilizados para ampliar a discussão.

O perfil dos internautas heterossexuais

O perfil dos internautas heterossexuais que voluntariamente responderam ao questionário apresenta as seguintes características:

A faixa etária dos avaliados é composta em sua maioria por jovens entre 21 e 30 anos (51%) e entre 31 e 40 anos (41%), enquanto 5% possuem até 20 anos.

Gráfico 1: Faixa etária dos homens internautas respondentes



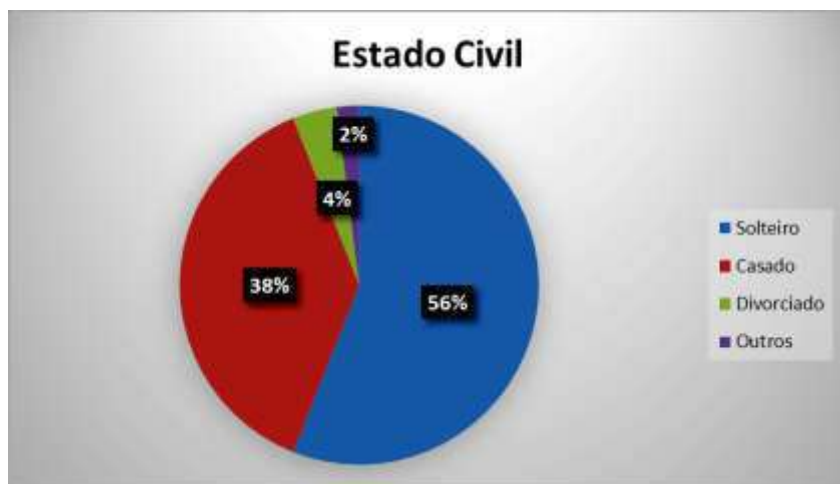
Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Com base no PNAD (2013, p. 45), são 97.894 milhões homens brasileiros vivendo no Brasil, que ainda é um país de população jovem, uma vez

que 32% têm até 19 anos, 16% estão entre 20 e 29 anos, 15,5% apresentam entre 30 e 39 anos, 13,5% possuem de 40 a 49 anos, 11% encontram-se entre 50 e 59 anos e 12% têm 60 anos ou mais.

Dos entrevistados, 56% possuem estado civil solteiro, 38% são casados e 6% se enquadram em outras categorias como divorciado e viúvo.

Gráfico 2: Estado civil



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

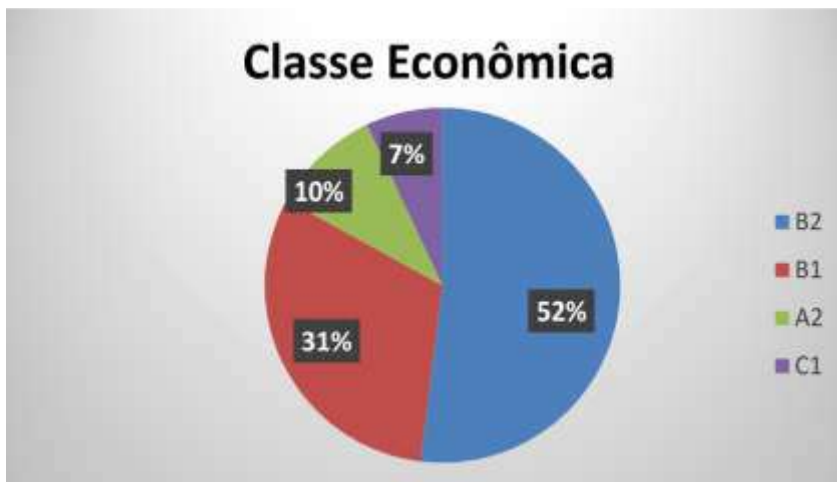
Tais dados assemelham-se com o perfil da população brasileira (homens e mulheres), pois, segundo o PNAD (2013), em 2013, o número de solteiros cresceu na comparação com 2012, totalizando 77,048 milhões. Nessa base de comparação, o total de casados recuou para 60,386 milhões; divorciados, desquitados e separados judicialmente somaram 9,578 milhões, com alta de 4%; e viúvos, também em alta, são 9,616 milhões.

Em relação à escolaridade, destaca-se que mais da metade da população atingida pelo questionário está cursando nível superior ou pós-graduação (46%), seguido da porcentagem com superior completo 25%, enquanto 11% possuem ensino médio completo. Pode-se atribuir esse dado ao fato de o emissor da mensagem/pesquisa ser universitário e ter em seu círculo social uma base de pessoas nessa etapa acadêmica. Outra questão relevante para análise desse dado é que o questionário circulou pela internet, e como registrado pelo IBGE (2013, p. 36):

Quanto maior o nível de escolaridade, maior era a proporção de pessoas que acessam a Internet. Para aqueles sem instrução e com menos de 4 anos de estudo, em 2011, o percentual foi de 11,8%. Entre aqueles com 15 anos ou mais de estudo, 90,2% acessaram a Internet.

A classificação econômica da amostra se deu por meio do sistema de codificação e pontuação das quantidades de itens de posse dos consumidores e da escolaridade do chefe da família, utilizando o modelo da ABEP (2014). Essa metodologia tem a “função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais”. Apurou-se que 52% fazem parte de classe B2, 31% participam da classe B1, 10% pertencem à classe A2 e 7% são da classe C1.

Gráfico 3: Classe econômica



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

A questão direcionada a verificar mais características sobre o estilo de vida dos respondentes apontou que 71% dos entrevistados praticam alguma atividade física, contra 29% que não praticam nenhuma, quantidade muito acima da média da população brasileira, tomando como base a apuração realizada no VIGITEL (2013, p. 64), tendo em vista que apenas 33,8% da população brasileira possui tal prática com frequência, sendo os homens mais adeptos às atividades físicas (41,2%), contra 27,4% das mulheres.

A maioria dos respondentes reside nas proximidades de Sorocaba, pois, conforme metodologia proposta, o questionário partiu da página do Facebook de um dos pesquisadores que reside no interior do estado de São Paulo. No entanto, o fenômeno virótico da internet se confirmou e a pesquisa atingiu 3 estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, bem como municípios de 11 cidades brasileiras.

Dentre os heterossexuais entrevistados, 47% acreditam que uma identidade pode ser criada por meio do consumo, 35% não concordam nem discordam e 18% não consideram essa possibilidade.

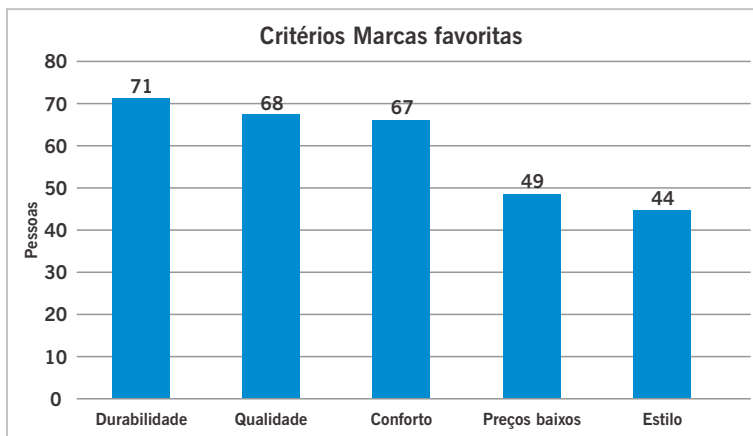
Gráfico 4: A construção de uma identidade criada através do consumo



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Foi questionado aos entrevistados quais os critérios utilizados para que uma marca esteja em seu grupo de favoritas. Os critérios mais apontados são: durabilidade, qualidade, conforto, baixos preços e estilo.

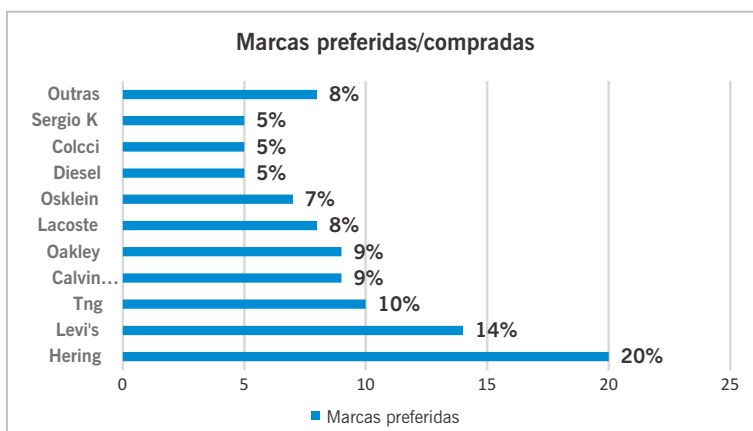
Gráfico 5: Critérios marcas favoritas



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Dentre as marcas preferidas e/ou compradas pelos entrevistados, destacaram-se: Hering (20%), Levi's (14%), Tng (10%), seguidas de Calvin Klein e Oakley com 9%.

Gráfico 6: Marcas preferidas/compradas

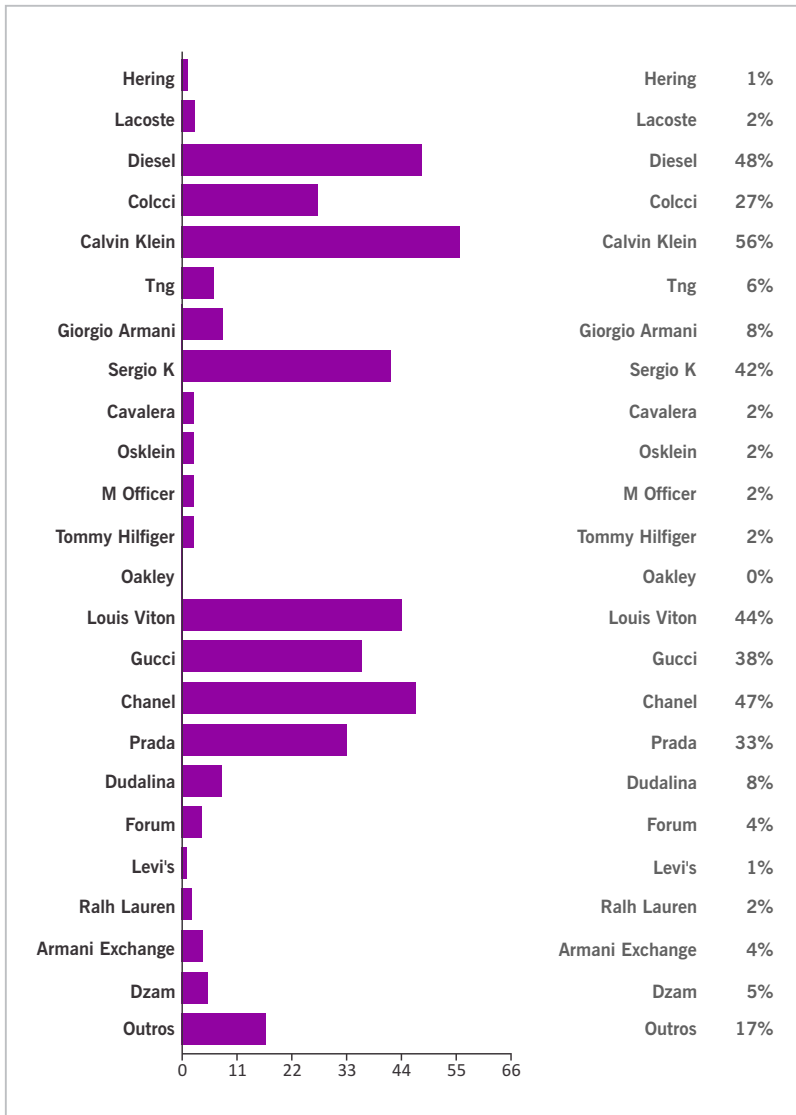


Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Ao verificar se os respondentes, consumidores heterossexuais, sabem que há marcas afeitas/direcionadas ao público gay, identificou-se que 67% dos entrevistados desconhecem a existência de alguma marca com esse perfil e

33% conhecem ou sabem de marcas que possuem tal perfil. Porém, em outra questão, notou-se que há várias marcas que os heterossexuais apontam ser gay, sendo as mais apontadas: Calvin Klein (56%), Diesel (48%), Chanel (47%), Louis Vuitton (44%) e Sergio K (42%).

Gráfico 7: Marcas consideradas afeitas/direcionadas ao público gay



Fonte: Elaboração própria com base na tabulação dos dados obtidos pelo questionário.

Aprofundando a discussão entre marcas afeitas/direcionadas ao público gay, foi questionado sobre a compra e o uso de marcas que também são consumidas por gays, verificando que 91% continuariam a fazer uso dessas marcas e apenas 9% disseram que deixariam de fazer uso/compra das marcas que são consumidas pelos gays. Outra questão, que visava ratificar tal comportamento, apurou que 94% dos respondentes não deixariam de comprar uma marca que se posicionasse e/ou apoiasse eventos gays, contra 6% que afirmam deixar de fazer uso dessa marca.

Uma análise específica das três marcas citadas no trabalho visou verificar se os entrevistados as conheciam, se pertenciam ao grupo de favoritas e as compravam e se consideravam tais marcas com conotação gay:

- Calvin Klein: 79% conhecem a marca e 9% costumam comprá-la, sendo que 7% se identificam com a marca, inserindo-a em seu grupo de favoritas; 56% consideram a marca Calvin Klein como gay.
- Diesel: 83% conhecem a marca e 5% costumam comprar essa marca, sendo que destes 2% se identificam com a marca e a inseriram em seu grupo de favoritas; 48% dos respondentes consideram a marca Diesel como gay.
- Sergio K: 55% conhecem a marca, 5% costumam comprar essa marca, mas apenas 1% se identifica com a marca e a inseriu em seu grupo de favoritas; 42% consideram a marca Sergio K como gay.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo esclarecer o simbologismo das marcas, o que elas representam para o indivíduo, confrontando o conhecimento dos heterossexuais a respeito de marcas que também atendem as preferências do público homossexual. Todo o material teórico dos autores que contribuíram para o desenvolvimento do arcabouço teórico deste estudo, juntamente com o questionário aplicado em campo, auxiliou a clarear e a responder as indagações em que o trabalho se propôs a atuar. Apesar de os resultados não poderem ser generalizados, é possível identificar as seguintes características:

As marcas, assim como a moda, podem ser utilizadas no processo de construção da identidade do consumidor, uma vez que possuem um conjunto de símbolos que personalizam e diferenciam as pessoas que as usam. Pode-se declarar que as marcas possuem características/símbolos que possibilitam o

desenvolvimento de relacionamento afetivo com os consumidores, como identificação de valores e de estilo de vida. Como reflexo da sociedade do consumo, as pessoas, de forma geral, e mais especificamente os homens metrosssexuais e homossexuais, são afeitos ao uso de determinadas marcas que os projetam e amoldam a grupos sociais e comportamentais.

Diesel e Sergio K não são marcas amplamente conhecidas e consumidas pela amostra voluntária que participou da pesquisa, já a marca Calvin Klein possui maior aceitação do público heterossexual.

Por fim, demonstrando conscientização da existência da diversidade, inclusão e respeito à liberdade de expressão e sexual, os heterossexuais que responderam ao questionário declararam não haver diferenciação nem recusa do uso das mesmas marcas que gays costumam a consumir.

Referências

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de Classificação Econômica Brasil. *Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2014*. Disponível em: <<http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=01>> Acesso em: 20 nov. 2014.
- AGUILHAR, Lígia. *Marcas se dão bem com ações para o público gay*. 2012. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2012/08/marcas-se-dao-bem-com-acoes-para-o-publico-gay.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou Capitalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- BORGES, Klecius. *Sexualidade e Homossexualidade: terapia afirmativa para gays, lésbicas, bissexuais e seus familiares*. Elaborado para uma palestra em 2004. Disponível em: <<http://www.kleciusborges.com.br/?cont=sexualidadeehomo>>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- CALVIN KLEIN. Site oficial. Linha do Tempo. Disponível em: <http://explore.calvinklein.com/pt_BR/> Acesso em: 3 jun. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. v. 1. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- COBRA, Marcos; BREZZO, Roberto. *O novo marketing*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DE CARLI, Ana Mery Sehbe. *O sensacional da moda*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- DENIS, Rafael Cardoso. *Uma introdução a história do design*. 1ª. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
- DIAS, Kadu. *Mundo das marcas*: Diesel. 2006. Atualizada em 30/05/2013. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/diesel-for-successful-living.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- DIESEL. Site oficial. Disponível em: <<http://www.diesel.com.br/>> Acesso em: 21 jan. 2016.
- FLOCKER, M. *O metrossexual: um guia de estilo: um manual para o homem moderno*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- FONSÊCA, Francisco Ricardo Bezerra. *[Re]compreendendo o relacionamento marca-consumidor: um novo arcabouço conceitual para clarificar o fenômeno*. Anpad 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/ema/2006/dwn/ema2006-mktc-159.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

GARCIA, Wilson. O corpo contemporâneo: a imagem do metrossexual no Brasil. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, v. 5, n. 11, p. 184-198, set. 2004.

GARCIA, Wilson. *O metrossexual no Brasil: estudos contemporâneos*. São Paulo: Factash, 2011.

GARCIA LIMA, Paula. *Moda, necessidade e consumo*. Diseño en Palermo. V Encuentro Latinoamericano de Diseño 2010. Comunicaciones Académicas. Año V, v. 9, Julio 2010, Buenos Aires, Argentina. 264 páginas. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/148_libro.pdf> Acesso em: 17 jan. 2016.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOBÉ, Marc. *A emoção das marcas: conectando marcas às pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LIMA, André. *Sergio K. O homem por trás da marca: Mensch entrevista*. 2011. Postado por André Porto. Disponível em: <<http://revista-mensch.blogspot.com.br/2011/06/entrevista-sergio-k-o-homem-por-tras-da.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MASLOW, Abraham H. *Motivation and personality*. New York, Harper & Brothers, 1954.

MENDES, Léo. O que é Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Bissexual, Homossexual? Publicado em 19/03/2011. Disponível em: <http://lgbtt.blogspot.com.br/2011/03/o-que-e-lesbica-gay-bissexual-travesti.html>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v. 5. n. 1, ago.-dez. 2008.

MOURA, Luciano J. F. et al. Estudo compreensivo acerca da metrossexualidade em Belém/PA. *Revista do NUFEN – versão Online*, Belém, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912014000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jan. 2016.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Cultura e identidade gay: a diferença do múltiplo*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24. Campo Grande: 2001. Disponível

em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83579368593431225515764769104416433682.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

OLIVEIRA, P. P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PADULA, Willian Vasconcelos; COSTA, Barbara Regina Lopes: Perfil e comportamento do usuário/cliente diante de uma campanha viral. *Revista Eletrônica Iniciacom*, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://200.144.189.84/revistas/index.php/iniciacom/article/view/1638>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-133, 2013.

PORTUGAL, Mirela. *As marcas que compraram a causa gay nas Olimpíadas: diversidade*. 13/02/2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/as-marcas-que-compraram-a-causa-gay-nas-olimpiadas#1>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

QUALMAN, Erik. *Socialnomics: como as mídias sociais estão transformando a forma como vivemos e fazendo negócios*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodología de la investigación*. 4. ed. México: McGraw-Hill, 2006.

SHERRY JR., Jonh. F. Significado da marca. In: TYBOUT, M. Alice; CALKINS, Tim (Org.). *Branding: fundamentos, estratégias e alavancagem de marcas: implementação, modelagem e checlists: experiências de líderes de mercado*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 40-69.

SERGIO K. Site oficial. Disponível em: <<http://www.sergiok.com.br/>> Acesso em: 3 jun. 2014.

SIMPSON, M. *Here come the mirror men*. Estados Unidos: The Independent (jornal), 1994.

STRUNK, Gilberto. *Como criar identidade visual para marcas de sucesso: um guia sobre marketing das marcas e como representar graficamente seus valores*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

TAVARES, Mauro C. *Gestão de marcas: construindo marcas de valor*. São Paulo: Harbra, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIGITEL. *Brasil 2013: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

A fala de gays sertanejos: aproximações e distanciamentos discursivos em duas gerações

The gay sertanejo speech: discursive similarities and differences between two generations

Deivid Luiz de Souza Ferraz

Graduando em Letras - UFRP/Unidade Acadêmica de Serra Talhada | deivferraz@gmail.com

Jamillys Maiara da S. Nogueira

Graduanda em Letras - UFRP/Unidade Acadêmica de Serra Talhada | jamillys.nogueira@gmail.com

Danniel da Silva Carvalho

Doutor em Linguística - Universidade Federal da Bahia | dannielcarvalho@ufba.br

Virgínia Cavalcanti Pinto

Doutora em Psicologia Clínica-UFRP/Unidade Acadêmica de Serra Talhada | giniapinto@yahoo.com.br

Dorothy Bezerra Silva de Brito

Doutora em Linguística - UFRP/Unidade Acadêmica de Serra Talhada | dorothybsb@gmail.com

Renata Lívia de Araújo Santos

Doutora em Linguística - UFRP/Unidade Acadêmica de Serra Talhada | renatalivia@gmail.com



Resumo

Este artigo discute aspectos linguístico-discursivos da fala de homens cis homossexuais do sertão pernambucano, divididos em duas faixas etárias, tendo o suporte teórico-metodológico da terceira onda dos estudos sociolinguísticos (PODESPA, 2002). Para a análise dos aspectos discursivos, tomamos as contribuições sobre a ideia de discurso de Foucault (1970/2011) e a compreensão de gênero trabalhada por Butler (2010). O fator faixa etária mostrou-se irrelevante nos aspectos discursivos observados e concluímos, através das produções discursivas em análise, que apesar de o processo de (re)conhecimento da homossexualidade trazer sofrimento psíquico e assumir uma posição de sujeito diferente do que produz a norma ele constrói uma resistência pessoal e política que rompe com modelos sociais hegemônicos, especialmente numa cultura tão fortemente marcada pelo machismo como é a sertaneja.

Palavras-chave: Variação linguística. Gênero. Homossexuais masculinos sertanejos.

Abstract

In this paper, we discuss linguistic and discursive aspects of the speech of male cis homosexuals from the state of Pernambuco inlands, following the third wave of the sociolinguistic studies (PODESPA, 2002). The subjects were distributed in two age groups. Intending to analyze the discursive aspects of their speech, we assumed Foucault's (1970/2011) contributions on the notion of discourse and Butler's (2010) work on gender. The age factor proved irrelevant on the discursive aspects which were selected for the analysis and we concluded that, despite the homosexuality recognition surfacing psychic suffering, assuming a non-standard position is a way for the studied subjects to build personal and political resistance against a cultural pattern which is strongly marked by chauvinism and gender prejudice.

Keywords: Linguistic Variation. Gender. Backcountry male homosexuals.

Introdução

Este artigo tem como ponto de partida a observação cada vez mais frequente da diversidade linguística em comunidades formadas pelas consideradas “minorias”, como, por exemplo, a comunidade homossexual¹, assim como a observação sobre a interferência da linguagem na formação do sujeito. A fala dessa parcela da população, assim como a de qualquer outra comunidade linguística, varia consideravelmente a depender dos contextos em que é empregada; cada contexto social engatilha um comportamento linguístico distinto, que repercute na maneira pela qual as pessoas se reconhecem ou são reconhecidas pessoal e socialmente. A escolha de informantes homossexuais masculinos deriva do fato de que, em seus trabalhos mais tradicionais, os quais são, conseqüentemente, referências para os seguintes, a sociolinguística desconsidera como informante relevante o indivíduo que apresenta características de fala que divergem dos padrões impostos pela sociedade para o seu sexo biológico, nesse caso, homens cis² com características de fala ditas como “femininas”. A consideração desse grupo e das particularidades dos seus usos linguísticos propõe, então, uma quebra dos paradigmas tradicionais no estudo linguístico.

O presente trabalho objetivou investigar aspectos discursivos da fala de homens cis homossexuais do sertão pernambucano a partir da análise de entrevistas de quatro informantes: dois com idade entre 18 e 25 anos e os outros dois acima de 36 anos. Buscamos caracterizar essas falas em diversos aspectos, tais como linguísticos, discursivos e sociais. Este trabalho é um pequeno recorte do projeto “A língua na diversidade: um estudo sociolinguístico de gays pernambucanos”, desenvolvido conjuntamente entre a Universidade Federal da Bahia e a Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que procura observar a diversidade linguística em comunidades formadas pelas consideradas “minorias”, como a comunidade homossexual, por exemplo, cuja descrição dos usos linguísticos

¹ Assumiremos neste trabalho uma distinção entre *homossexual* e *gay*, sendo o primeiro um conceito relativo ao desejo sexual e afetivo de indivíduos do mesmo sexo (FRY; MACRAE, 1985, p. 7), isto é, a orientação afetivo-sexual entre indivíduos do mesmo sexo biológico; enquanto o segundo tem relação com o universo cultural que circunda (mas não se restringe a) os indivíduos homossexuais. Por questões de análise, manteremos a expressão *comunidade homossexual*, mas somos conscientes de sua limitação.

² *Cis-* é um prefixo latino que significa “do lado de cá” e se opõe ao prefixo *trans-* (*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/cis->>. Acesso em: 2 set. 2016). Assumiremos para nosso estudo a definição de *cis-* extraída de Crethar e Vargas (2007, p. 61) para os estudos da sexualidade: “*Cisgênero* é a expressão usada quando a identidade de gênero de um indivíduo corresponde ao seu sexo nativo (por exemplo, homens masculinos e mulheres femininas). Conseqüentemente, *cisnormatividade* é a assunção e/ou crença de que todo homem é/deve ser masculino e toda mulher é/deve ser feminina”.

não é contemplada, como já dito, nos estudos da sociolinguística tradicional. Fruto desse projeto maior, a presente pesquisa traçou, a partir do embasamento teórico dos estudos de Podesva (2002), Cheshire (2005), Mendes (2011) e Freitag, Martins e Tavares (2012), um rápido paralelo entre as divergências e as aproximações discursivas que apareceram nas falas desses informantes durante a coleta de dados orais (entrevistas). Analisamos, especificamente, as respostas dos informantes às seguintes questões: “Para você, foi mais fácil aceitar-se como homossexual ou ser aceito?” e “O que você diria para um jovem cuja família não aceita sua orientação sexual e que sofre discriminações constantes nos diversos ambientes que frequenta?”. Para tanto, fizemos uso do quadro teórico-metodológico da Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2001), lançando mão de vertentes da chamada terceira onda dos estudos sociolinguísticos, preconizada por Podesva (2002), assim como dialogamos com produções pós-estruturalistas, ressaltando as contribuições sobre a ideia de discurso de Michel Foucault (1970/2011) e a compreensão de gênero trabalhada por Butler (2010).

Nesse intuito, dividimos o presente artigo em três seções. Na primeira, intitulada “A distinção gênero/sexo e a sociolinguística”, discutimos os conceitos de gênero e sexo, lançando mão da noção que Eckert e McConnell-Ginet (2003) assumem e da proposta de Eckert (2000) sobre os estudos da variação linguística, em que o gênero passa a ser uma construção social que ocorre em práticas sociais, as quais se vinculam a outras categorias sociais. Na segunda seção, “Caracterização discursiva e social do gênero”, tentamos abordar a problemática do gênero a partir dos discursos dos informantes deste trabalho, levando em consideração a perspectiva de Foucault (1970/2011) sobre discurso e a de Butler (2010) sobre gênero. Por último, na seção de análise, procuramos realizar uma reflexão sobre se as diferentes faixas etárias podem interferir nos discursos dos homossexuais masculinos do sertão pernambucano, traçando um paralelo entre as respostas obtidas durante a gravação de entrevistas, a partir da análise das falas dos quatro informantes.

A distinção gênero/sexo e a sociolinguística

A respeito dos conceitos de gênero utilizados nos estudos sociolinguísticos, Wodak e Benke (1997) afirmam que as pesquisas correlacionando linguagem e gênero tiveram início com os trabalhos de Labov, nos anos 1960. Nessa tradição, gênero é visto como sexo biológico, não sendo feitas considerações acerca de sua construção social. A intenção, nesse caso, é mostrar a correlação existente entre as variáveis linguísticas e o sexo (entre

outras categorias sociais) e, com isso, como o gênero é controlado da mesma forma que a escolaridade, a idade ou a classe social – importando, apenas, na medida em que é passível de ser estatisticamente medido.

Na tentativa de distinguir gênero e sexo, Chambers (1995), por exemplo, define duas categorias de variação:

I. Baseada no gênero (*gender-based variability*) – nesse caso, as diferenças linguísticas são explicadas em termos dos papéis desempenhados por homens e mulheres em relação à sua mobilidade em uma dada comunidade: quanto menor for o contato social e a variação geográfica de homens ou mulheres, maior será o uso, por esses indivíduos, das variantes do seu grupo de contato. Exemplo: Nichols (1983 *apud* CHAMBERS, 1995) identificou, em uma comunidade de pessoas negras na Carolina do Sul (Estados Unidos), que os homens tendem a utilizar as variantes do dialeto local mais frequentemente do que as mulheres. Explicação: esses padrões não são explicados pela questão do gênero em si mesmo, mas refletem diferenças individuais e grupais em relação à mobilidade e às interações com grupos não nativos. As mulheres, por exemplo, tendem a se deslocar geograficamente e a ter relações sociais mais diversificadas do que os homens.

Nesse tipo de variação, o gênero desempenha um papel secundário em relação à mobilidade, tratando-se, portanto, de uma variação baseada nesta e não no gênero. A justificativa de Chambers (1995) para o nome atribuído a esse tipo de variação é a de que a mobilidade é determinante na existência de diferenças linguísticas entre homens e mulheres.

II. Baseada no sexo (*sex-based variability*) – nesse caso, explicam-se as diferenças linguísticas a partir de diferenças biológicas (neuropsicológicas) entre homens e mulheres, que existem mesmo quando os papéis atribuídos ao gênero são ausentes (CHAMBERS, 1995). Exemplificando, testes demonstram que: as mulheres possuem mais vantagens do que os homens em relação ao comportamento verbal; os homens tendem a apresentar distúrbios verbais mais frequentemente do que as mulheres; eles são mais propensos a apresentar distúrbio de leitura e afasia (após caso de acidente cerebral); e são quatro vezes mais propensos a sofrer de autismo infantil e de dislexia do que as mulheres (CHAMBERS, 1995).

Correlacionando os dois tipos de variação, Chambers (1995) levanta a hipótese de que a tendência de as mulheres assumirem papéis (relacionados ao gênero) que exijam maior mobilidade do que os homens pode ser o resultado (e não a causa) de sua vantagem sociolinguística inata.

Apesar de estipular essas duas categorias de variação, percebe-se que o autor é bastante tradicional ao pautar a questão do gênero no sexo biológico e não no processo de produção da identidade ao qual o gênero – tido como construção social – está interligado. Na mesma direção estão os estudos de Labov.

Diferentemente dos autores acima, Eckert e McConnell-Ginet (2003) defendem que ambas as categorias – sexo e gênero – não podem ser consideradas sinônimas, visto que a segunda é a elaboração social da primeira. Para as autoras, a dicotomia menina-menino, por exemplo, é a primeira a partir da qual a nossa identidade é formada. Meninas e meninos aprendem a ser femininas ou masculinos através das práticas sociais que existem nas diversas comunidades às quais eles pertencem. Assim, tem-se que: (i) meninas e meninos são tratados diferentemente por seus pais em relação ao padrão linguístico que eles utilizam, à maneira pela qual eles brincam com seus filhos ou aos brinquedos que eles escolhem para suas filhas e filhos; (ii) as meninas e os meninos se envolvem com os mesmos grupos sexuais durante grande parte da infância, o que significa que meninas e meninos são socializados em diferentes culturas de gênero – o que, por sua vez, influencia o comportamento verbal que elas/eles desenvolvem.

Eckert (2000) propõe que os estudos da variação linguística tenham como lócus de análise as comunidades de prática, que podem ser entendidas como espaços interacionais de construção de significados sociais onde as identidades, tanto individuais como grupais, estão sendo constantemente construídas. Assim, o gênero é uma construção social que ocorre em práticas sociais, as quais se vinculam a outras categorias sociais. Em sua teoria da variação, tida como prática social, Eckert (2000) olha para os falantes como sujeitos que, ao se inserirem em práticas sociais, constituem categorias sociais e constroem (e respondem a) o significado social da variação. Com isso, é inerente ao fenômeno de variação/mudança linguística o processo de constituição da identidade dos indivíduos, pois é nesse processo (que envolve também a constituição do gênero) que as variáveis linguísticas assumem valor social.

Essa abordagem do gênero se enquadra naquela que é considerada a terceira onda nos estudos sociolinguísticos. A sociolinguística tem por objeto de estudo os padrões observáveis de comportamento linguístico nas práticas de uso, ocupando-se, assim, das relações entre língua e sociedade por meio da investigação empírica. Seu enfoque está destinado, principalmente, aos usos linguísticos concretos e ao caráter heterogêneo da língua. Em seus desenvolvimentos, considera-se que a sociolinguística apresenta três níveis de análise distintos, chamados de “ondas”: A primeira onda, através do

estabelecimento dos fundamentos para o estudo da variação linguística, ressalta as correlações existentes entre variáveis linguísticas e categorias sociais primárias, como classe socioeconômica, sexo, idade, escolaridade etc.; a segunda tem como característica o estudo etnográfico de populações mais localmente definidas; a terceira, por fim, apresenta como foco a variação linguística, como um recurso para a construção de significado social, pondo em xeque a delimitação das categorias selecionadas como relevantes pelos estudos da primeira onda (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012).

Caracterização discursiva e social do gênero

Consideramos, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, que os discursos não são simples atos de fala, mas trazem consigo toda uma carga de produção pessoal e cultural que denuncia o jogo de relações de poder social. “O pós-estruturalismo é contrário a todas as formas de essencialismo, determinismo e naturalismo” (WILLIAMS, 2012, p. 27). Assim, a discussão sobre o gênero por esse olhar refuta a ideia de uma possibilidade de naturalidade ou pureza sobre o tema, transcendendo possíveis determinações de caráter biológico.

Para Foucault (1970/2011), toda produção do sujeito é atravessada pelo discurso e este emerge dentro de condições de possibilidade específicas (sociais, políticas, econômicas etc.), que, por sua vez, o constituem. Assim, sendo o discurso compreendido como conjunto de enunciados que constrói objetos e uma variedade de posições de sujeito (PARKER, 1994), não pode ser pensado a partir de uma cisão entre o que é discursivo e não discursivo, tampouco como o ato de falar, pois é uma prática, caracterizando-se também como um posicionamento político. Nesse sentido, o discurso, por exemplo, sobre gênero, se sedimenta a partir de condições de possibilidades sociais específicas para sua emergência, configurando-se por meio de uma rede social em que as relações de poder tensionam as discussões sobre o tema.

O poder não é uma substância, não pertence a alguém ou a uma instituição e se encontra enredado nas relações humanas. Em consonância com o saber, ele é capaz de produzir verdades que atravessam significativamente os modos de subjetivação das pessoas. Podemos citar, como exemplo, a compreensão social de que as relações heteronormativas são consideradas aceitas ou corretas em detrimento das homoafetivas. Ao se tomar o discurso heteronormativo como soberano e legítimo, compreende-se, então, que as relações homoafetivas estão sendo apontadas como subversivas e de grau valorativo inferior. Esse jogo do que socialmente é ou deve ser aceito no

que diz respeito à discussão sobre gênero permeia e interfere no modo como as pessoas veem a si mesmas em seus processos de reconhecimento.

Tal discursividade produz normas que materializam e regulam o gênero dos sujeitos em sociedade. Essa produção, porém, não se dá ao acaso, tampouco de forma instantânea. Trata-se de um processo social que se inicia desde a mais tenra infância ou, por que não afirmar, desde que se sabe o sexo do bebê, quando este ainda está no ventre, pois em torno dele existe uma expectativa normatizadora em relação ao gênero a ser desenvolvido, numa perspectiva linear (LOURO, 2008).

Para Butler (2010), essas normas regulatórias precisam ser repetidas e reiteradas para a produção da materialização dos corpos, mesmo que eles possam escapá-las. Nesse sentido, o discurso é capaz de produzir aquilo que por ele é nomeado, portanto, ao declarar algo sobre o sexo dos corpos, eu os realizo, os materializo.

É exatamente isso que caracteriza a performatividade, ou seja, esse fenômeno ocorre quando a linguagem, que faz referência ao sexo ou ao corpo, não apenas os constata ou os descreve, mas os nomeia, passando, a partir disso, a ser também construído. Ainda segundo essa autora, a materialização do sexo marca uma diferença sexual que serve à normatividade heterossexual e excludente, indicando a existência das relações de poder nesse processo.

O conceito de performatividade foi desenvolvido inicialmente por Austin (1998), o qual situa a linguagem não apenas como algo que descreve simplesmente um estado ou uma ação, mas como a produção do acontecimento de alguma coisa, realizando, efetivando.

Diante de tamanha significação do papel da discursividade nesse processo performático, não se pode admitir então, ainda de acordo com Butler (2010), que o gênero seja uma construção cultural imposta simplesmente sobre os corpos diferenciados biologicamente, sendo correto pensar que o sexo deve ser compreendido na normatividade do corpo, ou seja, ele é a norma que torna esse corpo viável, qualificando-o, tornando-o inteligível culturalmente.

Nesse sentido, o reconhecimento do gênero aponta para a constituição da identidade dos sujeitos. Segundo Silva (2000), a identidade não é uma positividade, ou melhor, não é um evento autônomo, e a supremacia de sua eleição não acontece ao acaso. Na verdade, trata-se de uma produção simbólica e discursiva no campo social que está atrelada às relações de poder que demarcam fronteiras de identificação, a partir de processos como exclusão, pertencimento, hierarquização e classificação.

O autor também afirma que essa produção da identidade encontra-se atrelada a atos de criação linguística num determinado contexto social, com sistemas próprios de significação dotados de instabilidade em sua configuração, ou seja, essa mesma linguagem que é capaz de fixar identidades também pode abrir brechas nesse processo para a não regularidade e indeterminação.

Análise: dados e discussão

Intencionando realizar uma reflexão sobre como as diferentes faixas etárias podem interferir nos discursos dos homossexuais masculinos, mais especificamente de homens cis homossexuais do sertão pernambucano, traçamos um paralelo entre as respostas obtidas durante a gravação de entrevistas, a partir da análise das falas de quatro informantes: dois com idade entre 18 e 25 anos (faixa etária 1) e os outros com idade acima de 36 anos (faixa etária 3). Através de subseções, analisaremos os seguintes aspectos discursivos na fala dos informantes: i) a comparação entre a dificuldade da autoaceitação e da aceitação por parte da sociedade; ii) a relação entre a independência financeira do homossexual e a sua aceitação pela sociedade; e iii) a crença em relação à nomenclatura a respeito da origem da sexualidade do homossexual enquanto condição, orientação ou opção. Os dados referentes aos aspectos (ii) e (iii) foram obtidos de forma indireta, mas nos chamaram atenção pela recorrência na fala dos informantes. Em cada subseção, será apresentada uma seleção de trechos das respostas às questões utilizadas para análise, a fim de sustentar a nossa análise sobre os aspectos linguístico-discursivos das falas dos informantes.

Para fins de compreensão, esclarecemos que, nas transcrições apresentadas, as informações que constam entre parênteses são observações do entrevistador, os dois pontos representam o alongamento da vogal (: - alongamento breve, :: - alongamento maior), a repetição gráfica do fonema representa uma ênfase discursiva (Então, maissss) e as palavras escritas em letra maiúscula representam a ênfase dada pelo informante na sua fala.

i) Comparação entre a dificuldade da autoaceitação e da aceitação por parte da sociedade

Este aspecto foi analisado a partir das respostas dos informantes à questão *Para você, foi mais fácil aceitar-se como homossexual ou ser aceito?*

Quanto à dificuldade de aceitação, identificamos que não há um discurso consensual entre os informantes pertencentes à mesma faixa etária, uma vez que, na faixa etária 1 (18 a 25 anos), o informante A responde que a aceitação pela sociedade é a mais difícil, enquanto o informante B declara que a autoaceitação apresenta mais dificuldade, como podemos observar nos trechos selecionados abaixo:

Eu acho que é mais difícil as pessoas aceitarem porque primeiro ponto, assim, primeiro lugar (longa pausa, mão no queixo) pensando novamente na resposta, quer dizer, eu acho que mais difícil é a pessoa é você lidar com a rejeição das pessoas quando você não se aceita, mas a partir do momento que você se aceita, né, que você se identifica, você não, apesar, né, das pessoas dizem, assim, digam ou façam, você não vai tá ligando, você não vai se importar. Eu acho mais fácil você se aceitar do que você não ser aceito, né. (Informante A).

Então, eu nunca ti:nha, eu nunca ti:nha ... (pensativo) tentado medir qual dessas duas coisas foi mais difícil pra mim. As duas foram, maisss é:: [...] mas acho que olhando então agora e refletindo (sempre olhando pro lado, longe) eu acho que...que se aceitar, talvez do:a um pouco mais porque a gente ... como a gente sofre preconceito, enfim, tal. A gente né, tem esse sofrimento, é uma dor que a gente tá sentindo, então, talvez, doa um pouco mais, porque, por exemplo, é: se alguém não aceita é problema dela e tal, claro eu vou ficar mal, poxa aquela pessoa me olha diferente, enfim, mas é um problema mais dela do que meu. Então, eu aceitação, eu acho que pra maioria das pessoas ela é um pouco mais dolorida do que ser aceito pela sociedade. (Informante B).

O mesmo ocorre com a faixa etária 3 (36 a 45 anos), em que o informante C responde que a autoaceitação é mais fácil, enquanto o informante D afirma que a aceitação pela sociedade o é.

Foi mais eu me a.. eu me aceitar... li-te-ral-men-te.. eu me aceitei numa boa.. até porque eu fui noivo de mulher, né? Eu comecei namorando com mulher... até eu perceber que eu não ia ser feliz.. aí eu chamei minha família todinha.. prum jantar... e contei a ela.. da minha condição... (Informante C).

I: obviamente é... (pausa para analisar) obviamente eu me aceitar..isso... (pausa e respira reflexivo)

E: mas por que isso assim? Porque assim às vezes acontece de... de... por mais que possa parecer uma pergun-

I: não.. Não.. Porque a partir do momento eu sou assim a partir do momento que você se aceita aí as outras pessoas vão lhe respeitando... eu tive muito bloqueio assim...

eu num sô nem de tá.. sabe? num sei talvez a gente.. num sei eu já confiei em você de primeiro momento (dá uma risada rápida) isso eu num tô.. converso com todo mundo né? Com todo mundo e..e.. num é a primeira.. mas assim eu demorei muito tempo pra me aceitar... não em assumir porque assumir eu num sei o que é ASSUMIR.. eu num sei o que é assumir o que é aceitar acho que dá no mesmo é se aceitar e pronto (desvia o olhar e fala em tom de reprovação) eu acho que se assumir é... eu demorei muito tempo viu? Mu::ito tempo me:smo: logo porque eu nasci nos anos sessenta.. eu sou do final dos anos sessenta.. minha adolescência foi.. na-na-na repressão.. na época da repressão.. a ditadura.. estudei numa escola totalmente repressora isso tudo foi.. né.. foi favorecendo para que eu.. não.. me aceitasse.. também anos oitenta... – fala algo muito rápido – foram os anos de chumbo..né? Época de..enfim.. aí.. isso tudo contribuiu pra não aceitação.. meSmo.. enquanto pessoa

E: mas aí quando aconteceu isso aí o senhor

I: (interrompe com a voz mais aguda) eu fui me aceitando assim... (a voz volta para um tom mais grave) lendo sobre tudo..convivendo com outras pessoas... eu frequentei (pausa longa) eu frequentei analistas né? Psicólogos né? Eu frequentei pra acompanhar EU NUM ME ACEITAVA NÉ!..EU NUM QUERIA... acho... (pausa longa) assim... eu vou ser evasivo com você...

E: Não... tudo bem...

I: eu não sei se foi assim com você... mas as pessoas que nasceram pós anos oitenta... que nasceram nos anos noventa... nos anos dois mil já tiveram mais facilidade mas no meu caso era visto como uma coisa assim... era visto como safadeza, não era visto como uma coisa ge-NÉ-tica entendeu? O que eu acredito que seja porque eu não pedi pra nascer assim e num é doença porque se fosse doença eu já tinha me curado porque eu tentei de tudo..e enfim.. e se fosse pra nascer de novo... se chegasse... você tem o direito de nascer de..(fala algo ininteligível) eu ia dizer eu quero nascer homem... eu não queria as... o hoje os gay nasce AI QUE MARAVILHA! (fala representando uma empolgação de forma caricata e irônica) comé bom! (bate na perna) eu num... num... Mas eu não sou traumatizado por ser NÃO!... mas eu... assim demorei muito... Depois de vinte anos foi que eu vim me aceitar! Vinte... trinta anos... acho que trinta e cinco anos foi que eu vim me aceitar... (Informante D)

É perceptível a maior extensão da resposta do informante D em relação às respostas dos demais informantes. Escolhemos transcrever a íntegra da sua resposta nesta análise por acreditar que a longa reflexão presente na materialidade discursiva de sua resposta evidencia que aceitar-se ou sentir-se aceito relaciona-se com o modo como a subjetividade do sujeito se constrói ao longo de sua constituição, considerando para tal a maneira pela qual o sujeito compreende sua inserção no processo sócio-histórico, construído a partir da rede social e das relações de poder que atravessam as relações humanas.

ii) Relação entre a independência financeira do homossexual e a sua aceitação pela sociedade

Este aspecto surge para análise de forma indireta, a partir de discursos que emergem em respostas dadas ao longo de toda a entrevista. Selecionamos para ilustração trechos da fala dos informantes da faixa etária 3:

E: Ai... agora... deixo vê... falar sobre essa questão... sua família aceita sua condição sexual?

I: Aceita! No momento que eu passei a ter minha independência financeira meu amigo então..ou aceita ou-ou-ou-não-ou aceita... ou aceita ou aceita. Eu acho assim que o problema, a intolerância, o preconceito está em você não ter condições, entendeu? no momento que... minha família não... me adora!... graças a Deus meus irmãos..

Eu tenho uma irmã que mora em Belo Horizonte ela me adora... meus irmãos... graças a Deus... meus sobrinho... (fala algo ininteligível) nunca tive desrespeitado por nenhum deles... mas é porque eu sou independente né? Se eu dependesse deles a história era outra... (Informante C)

Não... assim... a primeira coisa que um jovem tem que fazer é que ele precisa conquistar sua autoestima né?... e saber se aceitar primeiro... ele tem que se aceitar até porque tem o conflito do jovem homossexual não querer se aceitar né... porque ele começa namorando... é... ele começa recuando... se isolando... entendeu? Com medo da família... com medo de ser percebido... o que ele tem que fazer? Primeiro ele tem que se aceitar... e assim... primeiro ele tem que conquistar sua independência... porque... eu... aí quando digo independência eu digo assim tem que conquistar seu emprego... ter uma profissão... ganhar o... ganhar o seu próprio dinheiro... (Informante D)

No que concerne à relação entre aceitação e independência econômica, é unânime a citação pelos informantes de que, a partir do momento

em que o sujeito se torna independente do auxílio financeiro dos pais e da família para viver, ele também conquista a liberdade para vivenciar a sua sexualidade de maneira mais aberta, tanto no que diz respeito a sua família quanto à sociedade em geral.

A autonomia financeira surge quase como uma garantia ou uma legitimação social de liberdade para seguir o caminho sexual com o qual a pessoa se identifica. Se, de um lado, estar na casa dos pais, por exemplo, significa submeter-se ao poder, na maioria das vezes heteronormativo, de quem a sustenta, por outro lado, quem responde financeiramente por si mesmo está em condições de “ditar” como pretende viver. É exatamente essa oscilação do poder nas relações que o apresenta de modo fluido e dinâmico, sendo capaz de interferir diretamente no modo de subjetivação das pessoas.

iii) Crença em relação à nomenclatura a respeito da origem da sexualidade do homossexual enquanto condição, orientação ou opção

A análise deste aspecto é realizada a partir das respostas obtidas para a questão *O que você diria para um jovem cuja família não aceita sua orientação sexual e que sofre discriminações constantes nos diversos ambientes que frequenta?*, restringida pela questão *A família aceita sua condição sexual?*. O uso inadvertido, por parte do entrevistador, da palavra *condição* propiciou o surgimento nas falas dos informantes da reflexão sobre a nomenclatura referente à origem da sua sexualidade, como podemos observar nos trechos selecionados abaixo:

Assim, a família, a família em si, não tem conhecimento. Alguns membros da minha família desconfiam, mas não comentam comigo. Uma pessoa que agora sabe, que eu compartilhei e sabe que tô namorando também, é minha mãe (entonação). E ela aceita e me apoia. A questão é que no ambiente que nos encontramos não é viável, que eu possa falar ou que eu possa ser abertamente o que eu sou. (Informante A).

Condição não, orientação, mulher mude esse condição (fiz sinal de minha própria reprovação) não, não (como quem não se ofendeu) Só não diga opção, porque a gente não opta. Pode ser condição e orientação, mas eu acho que melhor ainda é orientação. Sim, eles aceitam. (Informante B).

Aceita! No momento que eu passei a ter minha independência financeira meu amigo então..ou aceita ou-ou-ou-não-ou aceita... ou aceita ou aceita. Eu acho assim que o problema, a intolerância, o preconceito está em você não ter condições, entendeu? no momento que... minha família não... me adora!...

graças a Deus meus irmãos.. Eu tenho uma irmã que mora em Belo Horizonte ela me adora... meus irmãos... graças a Deus... meus sobrinho... (fala algo ininteligível) nunca tive desrespeitado por nenhum deles... mas é porque eu sou independente né? Se eu dependesse deles a história era outra... (Informante C).

EU não acredito nessa história de que a BÍ-BLIA condene o homossexualismo... que Deus condena isso... de forma alguma! A-a-lgumas religiões... pregam isso... Aí a... aí... é... tem homossexuais que procuram ser evangélicos... pra justamente ser aceito... né... pra fugir daquilo ali... é... achando que vai... é... é... não, tá crian... a condição está dentro da pessoa... o próprio nome diz... é condição... é ne-ces-si-da-de! Entendeu? Então não adianta você... é... eu tenho amigos que são homossexuais e que casaram com mulheres e são totalmente infelizes... então... são infelizes... fazem a mulher infeliz... aí tem filhos... né?... [...] e como a gente vive numa sociedade pre-con-cei-tu-o-sa aí acaba sofrendo to-do mun-do... (Informante D).

A respeito da *crença em relação à nomenclatura* para a origem da sexualidade do homossexual, não encontramos nenhuma pista discursiva na fala do informante A acerca da designação utilizada pelo entrevistador ao formular a pergunta (nesse caso, *orientação*), nem sobre outras possíveis designações, dentre as quais selecionamos *condição* e *opção*, por aparecerem nas falas dos outros informantes. No que concerne às crenças em relação à nomenclatura referente à origem da sexualidade de indivíduos homossexuais, o informante B expressa avaliações negativas para as alternativas *condição* e *opção*, selecionando a nomenclatura *orientação* como a mais adequada; o informante C apenas avalia negativamente a nomenclatura *opção*, sem fazer referência às duas outras alternativas; e o informante D afirma discursivamente a sua crença na adequação da nomenclatura *condição* para a origem da sua sexualidade, sem citar as duas outras alternativas na sua resposta.

O aspecto discursivo (iii) apresenta o ponto mais divergente da nossa pesquisa, que acarreta e implica a necessidade da associação de estudos de diversos campos do conhecimento, tais como a sociologia, a psicologia e até a própria biologia. Segundo Ferraz (2008, p. 1), “o termo orientação sexual é considerado mais apropriado do que opção sexual ou preferência sexual. [...] Estudos recentes realizados dentro da sexualidade mostram que ainda na infância a tendência sexual começa a se desenhar [...]”.

Refletimos que muito mais do que pensar numa questão de escolha, é necessário ponderar sobre a relação entre *identidade* e *subjetividade*. Esta última trata de uma compreensão própria de si mesmo que envolve

pensamentos e emoções e, apesar de sugerir uma dinâmica interna de funcionamento, está atrelada a um contexto social no qual vivemos nossas experiências, as quais recebem significado a partir da cultura e da linguagem em que estamos inseridos (WOODWARD, 2000).

Assim, não há uma identidade, pois as posições que as pessoas assumem e com as quais se identificam são o que constitui as identidades, no plural, uma vez que estas dizem das várias formas e posições de sujeito assumidas durante a existência. A subjetividade, nessa questão, permite que se entre em contato com os sentimentos e a compreensão pessoais dos processos que envolvem a produção das identidades.

Entretanto, a relação entre identidade e subjetividade nem sempre é harmônica ou saudável – não no sentido médico, mas no de aceitação própria –, já que se aceitar como diferente, no universo de referência social heteronormativo, não parece ser um exercício simples, uma vez que implica se colocar num campo de forças pessoal, além de lutar constantemente pela conquista de um espaço social e político (HALL, 2000).

Ao admitir o caráter plural das identidades, Hall (2000) nos propõe que as pensemos como um processo, e não como algo estanque ou definido, afinal de contas a identidade não é uma sentença. Nesse caso, o autor sugere que falemos sobre processos de identificação, uma vez que estes se apresentam como possibilidade de adotarmos nossas várias identidades sem que, ao fazê-lo, estejamos assumindo um posicionamento definitivo, dado que, conforme sua ideia, esses processos de identificação, produzidos a partir da subjetivação, permitem a flexibilização de se assumir uma identidade ou deixá-la.

Desse modo, ao tratarmos de gênero, talvez não devêssemos usar os termos orientação, opção ou preferência sexual, uma vez que as nomenclaturas marcam, restringem e não dão conta de abarcar o que talvez elas desejem de fato expressar. Talvez devêssemos refletir sobre algo que se aproxime de “vivência da sexualidade”, pois ampliamos o olhar sobre a questão, assim como temos a oportunidade de acolher diferentes possibilidades.

Além disso, é importante pontuar que o reconhecimento de uma identidade homossexual não é um evento dado, mas um processo que apresenta em sua construção o atravessamento de fatores que pode imprimir marcas na constituição da subjetividade do sujeito.

A partir das respostas apresentadas, elaboramos o quadro comparativo abaixo a fim de sistematizar os pontos discutidos:

Quadro 1: Comparativo de análise das respostas no que diz respeito à dificuldade de aceitação, à relação entre aceitação e independência econômica e à crença em relação à nomenclatura referente à sexualidade

| INFORMANTES | DIFICULDADE DE ACEITAÇÃO | | RELAÇÃO ENTRE ACEITAÇÃO E INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA | CRENÇA REFERENTE À NOMENCLATURA | | |
|----------------------------------|--------------------------|------------------------|---|---------------------------------|------------|-------|
| | AUTO-ACEITAÇÃO | ACEITAÇÃO DA SOCIEDADE | | CONDIÇÃO | ORIENTAÇÃO | OPÇÃO |
| Informante A (faixa etária 1) | - | + | - | ∅ | ∅ | ∅ |
| Informante B (faixa etária 1) | + | - | - | - | + | - |
| Informante C (faixa etária 3) | - | + | - | ∅ | ∅ | ∅ |
| Informante D (faixa etária 3) | + | - | - | - | ∅ | ∅ |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas.

À ausência de pistas discursivas nas falas dos informantes em relação à nomenclatura para a sua sexualidade, atribuímos o símbolo ∅. Os símbolos (+) e (-), também utilizados para os outros aspectos discursivos analisados, indicam as percepções positiva e negativa, respectivamente, a respeito das alternativas.

Não é possível constatar, pelo menos no universo pesquisado, a interferência do fator faixa etária nos aspectos discursivos analisados, na medida em que não houve uniformidade entre os membros pertencentes a cada uma das faixas etárias selecionadas para a realização da pesquisa aqui apresentada. Esse fato demonstra claramente a insuficiência dos critérios de estratificação social adotados pela sociolinguística em sua vertente tradicional para a explicação/caracterização de fatos sociodiscursivos como os aqui mencionados. Através dos resultados obtidos, entendemos a necessidade de se avaliar melhor as formas de se compreender os processos de aceitação, bem como a crença em relação às nomenclaturas utilizadas para se referir à sexualidade dos informantes.

Considerações finais

As produções discursivas dos informantes parecem denunciar, num primeiro momento, que o ponto central sobre a homossexualidade está relacionado a uma perspectiva binária de aceitação própria ou de aceitação social. Entretanto, não se trata de uma tomada de decisão apenas, mas de compreender que diferentes fatores interferem nesse processo de construção e (re)conhecimento da identidade, e que estes não estão dissociados das relações de poder.

Opor-se à norma heterossexual social coloca o sujeito numa posição de marcar a distinção no campo das identidades normativas. Essa diferença, mesmo se constituindo paralelamente à identidade, pode causar o estranhamento/distanciamento daqueles que reproduzem discursos heteronormativos. As produções discursivas dos informantes aqui apresentadas são fortemente marcadas pela questão da aceitação social, mesmo quando falam de autoaceitação, pois relacionam esta última ao acolhimento do outro – pai, mãe, companheiro/a, enfim, do social.

Ainda dialogando com a perspectiva foucaultiana, compreende-se que, nas relações de poder que se estabelecem em sociedade, os grupos minoritários, e neles se incluem os homossexuais, colocam em risco a fabricação de uma ideia de estabilidade no que tange à vivência da sexualidade.

Esse jogo de relações, aparentemente externo ao sujeito, parece atravessá-lo significativamente, como apontam nossos informantes, que, a todo momento, ratificam que ser homossexual e, portanto, diferente da norma, está relacionado ao não acolhimento. Relatam ser difícil lidar com a rejeição e que talvez eleger a questão genética como tentativa para explicar a diferença seja plausível, uma vez que, se pudessem optar, talvez seguissem a norma, de modo que não haveria exclusão.

De fato, esse caminho também foi relatado nas produções discursivas quando o informante C declara ter tentado manter uma relação heterossexual, pois, dessa maneira, corresponderia à normatividade social. Tamanhos são os esforços pela aceitação que até mesmo a religião aparece como uma instância que compõe esse processo, como podemos observar na fala do informante D.

A religião, sob o ponto de vista foucaultiano, é um dispositivo de poder que, através de sua produção de verdades, visa doutrinar corpos e produzir sujeitos “obedientes” a suas doutrinações, já que ela se apresenta como dogma, como algo em que apenas se crê, sem contestações ou

questionamentos, possuindo também como marca a regulação das sexualidades e a propagação de um tipo específico de moral. Um de nossos informantes explicita o desejo de acolhimento/reconhecimento quando diz que há homossexuais que tentam seguir determinada religião com o objetivo de serem aceitos através da heterossexualidade.

O que observamos através das análises das produções discursivas de nossos informantes é que o processo de (re)conhecimento da homossexualidade traz ainda uma carga significativa de sofrimento psíquico. Por outro lado, assumir uma posição de sujeito diferente do que produz a norma (também linguística) significa construir resistência pessoal e política que rompe com modelos sociais hegemônicos, abrindo novas perspectivas de olhar sobre o assunto que podem gerar frutíferas discussões, especialmente numa cultura tão fortemente marcada pelo machismo como é a cultura sertaneja.

Referências

- AUSTIN, J. *Cómo hacer cosas con las palabras*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BATTISTI, E. Redes sociais, identidade e variação linguística. In: MEISTER, R.; FREITAG, K. (Org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Edgar Blucher, 2014. p. 79-98.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 153-171.
- CHAMBERS, J. *Sociolinguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 1995.
- CHESHIRE, J. Syntactic variation and beyond: gender and social class variation in the use of discourse-new markers. *Journal of Sociolinguistics*, Hoboken, v. 9, n. 4, p. 479-508, 2005.
- CRETHAR, H.; VARGAS, L. Multicultural intricacies in professional counseling. In: GREGOIRE, J.; JUNGERS, C. (Ed.). *The counselor's companion: what every beginning counselor needs to know*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2007, p. 52-71.
- ECKERT, P. *Linguistic Variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.
- _____. Style and social meaning. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 119-126.
- _____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n. 41, p. 87-100, 2012.
- ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. *Language and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FERRAZ, A. *Opção ou Orientação Sexual?*. 2008. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/4123/opcao-ou-orientacao-sexual>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1970/2011.
- FREITAG, R.; MARTINS, M.; TAVARES, M. Bancos de Dados Sociolinguísticos do Português Brasileiro e os Estudos de Terceira Onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. Coleção Primeiros Passos, n. 26. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LOURO, G. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MENDES, R. Gênero/sexo, Variação linguística e intolerância. In: BARROS, D. (Org.). *Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas*. São Paulo: Mackenzie, 2011. p. 01-30.

MILROY, L. Social networks. In: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Ed.). *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 573-600.

PARKER, I. Reflexive research and the grounding of analysis: social, psychology and thepsy-complex. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 4, n. 4, p. 52-85, 1994.

PODESVA, R. J. Phonation type as a stylistic variable: the use of falsetto in constructing a persona. *Journal of Sociolinguistic*, Hoboken, v. 11, p. 478-504, 2002.

PRIBERAM da Língua Portuguesa [online], 2006.

SILVA, T. Dr. Nietzsche curricularista: com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: MOREIRA, A.; MACEDO, E. (Org.). *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto, 2000. p. 42-72.

VELOSO, Rafaela. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACION DE LINGUISTICA Y FILOLOGIA DE AMERICA LATINA, 17. *Anais...* João Pessoa: AFAL, 2014. p 1-10.

WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

WODAK, R.; BENKE, G. Gender as a sociolinguistic variable: new perspectives on variation studies. In: COULMAN, F. (Org.). *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997, p. 107-126.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma construção teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-68.

Expressões da homossexualidade masculina: práticas, contextos e vulnerabilidades em saúde

Expressions of male homosexuality: practices, health vulnerability contexts

Artigo Original

Grayce Alencar Albuquerque

Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA). Líder do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI). Membro do Núcleo Gestor do Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri. Docente Permanente do Programa de Mestrado Acadêmico em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA)
gecyenf.ga@gmail.com

Jameson Moreira Belém

Enfermeiro. Mestrando em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri (URCA)
jam.ex@hotmail.com

Jeane Fossêca Cavalcanti Nunes

Especialista em Políticas Públicas em Saúde Coletiva pela Universidade Regional do Cariri (URCA).
jcp_jeane@hotmail.com

Mônica Fonseca Leite

Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN)
metalpunk1960@hotmail.com

Jucicleide Félix Saldanha

Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN)
jucicleidefelix@hotmail.com

10

Resumo

Objetiva-se conhecer os aspectos que incidem sobre a vulnerabilidade e interferem na manutenção da saúde da população homossexual masculina no contexto brasileiro. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no período de 2003 a 2015. Evidenciam-se riscos à saúde associados a desordens sexuais, morais, psicológicas e sociais, que expõem o indivíduo homossexual a agravos. Os resultados servem de referência para os profissionais da saúde como proposta para a elaboração de estratégias de atuação frente aos problemas, através do (re)conhecimento de fatores que se entrecruzam, maximizam riscos e contribuem para as iniquidades em saúde vivenciadas pela população homossexual masculina.

Descritores: Comportamento Sexual. Homossexualidade masculina. Homossexualidade. Vulnerabilidade em saúde.

Abstract

This study aimed to know the aspects that affect the vulnerability and interfere in maintaining the health of the male homosexual population in the Brazilian context. This is an integrative literature review carried out in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Latin American and Caribbean Health Sciences (LILACS), from 2003 to 2015. The health risks are evident associated with sexual disorders, moral, psychological and social, that expose the homosexual individual grievances. The results serve as reference for health professionals, as proposed for the development of operational strategies of the problems through the (re) knowledge of the factors that intertwine, maximize risks and contribute to health inequities experienced by the male homosexual population.

Keywords: Sexual Behavior. Male homosexuality. Homosexuality. Health Vulnerability.

Introdução

Com a introdução da noção de assistência em saúde como um direito fundamental do ser humano, conforme assegura a Constituição Federal de 1988, a visibilidade de questões relacionadas a segmentos sociais vulneráveis, como a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTTI), e sua relação com a saúde começam a ser despertadas, embora pouco efetivadas por meio da formulação de políticas públicas que assegurem ao grupo, como parte dos seus direitos, a assistência à saúde, visto que as ações até então vigentes não contemplam as necessidades desse segmento populacional de modo integral (LIONÇO, 2008).

A partir de então, emergem no Brasil, no campo das reivindicações, inúmeras manifestações, movimentos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações engajadas na militância e defesa dos direitos desse grupo, através das lutas por identidade, igualdade e liberdade sexual.

Apesar dos contínuos debates e discussões pela igualdade de direitos, ao longo do tempo, a população LGBTTI ainda sofre com a invisibilidade na sociedade e, consequentemente, apresenta elevada vulnerabilidade para agravos em saúde.

A vulnerabilidade pode ser vista como o produto da interação entre características do indivíduo – cognição, afeto, psiquismo – e estruturas sociais de desigualdade – gênero, classe e raça – determinando acessos, oportunidades e produzindo sentidos para o sujeito sobre ele mesmo e o mundo (VILLELA; DORETO, 2006, p. 2469).

Assim, uma pessoa que se encontra inserida em um espaço que lhe propicia agravos à saúde adota comportamentos de risco e apresenta-se incapaz de compreender criticamente sua situação, tornando-se ainda mais suscetível aos riscos.

Embora políticas públicas visando o grupo LGBTTI objetivem a redução de tais vulnerabilidades, observam-se avanços e retrocessos, destacando-se o fato de que, ao longo do tempo, elas estiveram em sua maioria voltadas para a prevenção e o combate das Infecções Transmissíveis Sexualmente (ITS), especificamente a *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS), tendo em vista que alguns grupos populacionais, com destaque para os homossexuais masculinos, sempre foram erroneamente considerados os veículos responsáveis pela disseminação da patologia (ARAÚJO, 2009). É nesse contexto que se encontra a gênese da discriminação, do preconceito, da aversão, da LGBTTI fobia e da violência que sofre a população LGBTTI.

Ainda, entre a população LGBTTI, indivíduos homossexuais masculinos que apresentam identidade de gênero feminina, ao transgredirem normas e comportamentos “aceitáveis” para seu sexo biológico, são suscetíveis a terem seus direitos violados, sendo constantemente ridicularizados e estigmatizados por uma sociedade patriarcal que desqualifica o masculino “afeminado”, reforçando a inferiorização daqueles que manifestam comportamentos e papéis direcionados à mulher na sociedade. Nesse contexto, é importante destacar a população de homens que fazem sexo com homens (HSH), visto que essa terminologia caracteriza uma forma particular de vivência da sexualidade, reforçando os debates sobre gênero, corpo e sexualidades, especificamente em torno da distinção entre identidade/orientação sexual (homossexual, heterossexual e bissexual) e papel sexual (homens que fazem sexo com homens) (COSTA, 2009).

No Brasil, o estudo de Maria Luiza Heilborn (1996) contribui substancialmente para uma análise dos processos de construção das identidades sexuais a partir de uma reflexão etnográfica. Na sua pesquisa, a antropóloga explora o sentido expresso na distinção ser/estar homossexual. Em seus resultados, o fato de HSH manterem relações sexuais com parceiros do mesmo sexo não se caracteriza como condição definidora de uma identidade sexual homossexual. Desse modo, mulheres que fazem sexo com outras mulheres assim como homens que fazem sexo com homens não necessariamente são homossexuais (HEILBORN, 1996).

No entanto, independentemente das características definidoras frente a identidades sexuais e papéis sexuais, para a sociedade, a relação afetiva e/ou sexual entre homens é uma ameaça à perda da masculinidade. A estigmatização da população homossexual masculina é um fator gerador de vulnerabilidade à saúde a que essa população está exposta e compreende tanto os aspectos físicos (práticas sexuais desprotegidas, agressões físicas, violência) como os psíquicos, sendo possível citar a baixa autoestima relacionada ao preconceito internalizado advindo das imposições sociais. O estigma imposto à homossexualidade se volta para a sua condição desviante. De fato, desde o princípio, a homossexualidade é vista a partir da ótica da moral, como desvio ou mesmo anormalidade e inferioridade (SILVA, 2012).

Esses fatores de vulnerabilidade contribuem para desencadeamento de episódios depressivos, sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, abuso de álcool e drogas,

distúrbios alimentares e comportamento ou ideação suicida (NUNAN, 2004, p. 7).

Nessa direção, a homossexualidade masculina no contexto da saúde deve ser vista como expressão multidimensional da sexualidade humana, em que sua complexidade correlaciona aspectos não somente físicos, mas abrange também múltiplas perspectivas – econômicas, políticas, psicológicas, sociais, comportamentais, culturais e jurídicas. Estas proporcionam uma ampla rede de desdobramentos frente à temática e geram espaços/campos para a atuação profissional, multidisciplinar e interdisciplinar, tendo em vista a diversidade sexual, as necessidades, os riscos, as vulnerabilidades e as especificidades em saúde desses indivíduos.

A relação entre homossexualidade e saúde atualmente representa um desafio no tocante à busca de estratégias de enfrentamento dos determinantes da saúde e minimizadoras das condições de vulnerabilidade às quais está exposta a população homossexual masculina, em virtude de os riscos para saúde atravessarem as diferenças de gênero em meio a uma construção cultural e social discriminatória.

Nesse sentido, objetiva-se conhecer os fatores que incidem sobre a vulnerabilidade e interferem na manutenção da saúde da população homossexual masculina. Acredita-se que o estudo possui relevância ao contribuir para um melhor entendimento dos aspectos que permeiam as experiências homoeróticas e dão sentido a essa construção social, bem como para as discussões acerca dos determinantes de saúde, das situações de risco e dos agravos em relação ao processo saúde-doença desse grupo. Ainda, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, busca-se oportunizar a melhoria das condições de acesso à saúde, reduzindo as lacunas existentes nas atuais políticas de saúde e favorecendo a formulação de novas estratégias que contemplem as especificidades e necessidades de saúde dessa população.

Método

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que se caracteriza como um método de pesquisa que apresenta a finalidade de reunir e sintetizar resultados de múltiplos estudos publicados sobre um determinado assunto e permite a formulação de conclusões gerais a respeito de um tema ou questão, apontando lacunas que precisam ser preenchidas com a realização de novas pesquisas, o que contribui para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Os procedimentos adotados para a construção desta revisão foram divididos nas seguintes etapas: 1) identificação da questão norteadora; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Nessa perspectiva, buscou-se responder ao seguinte questionamento: quais aspectos incidem sobre a vulnerabilidade e interferem na manutenção da saúde da população homossexual masculina?

A pesquisa foi realizada entre março e abril de 2016 nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando-se para busca o vocabulário estruturado e trilingue de Descritores em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde (DeCS/BVS).

Durante a elaboração da estratégia de busca (Quadro 01), foram realizados cruzamentos com os operadores booleanos “AND” e “OR” para a associação dos seguintes descritores: 1) Comportamento sexual; 2) Homossexualidade masculina; 3) Homossexualidade; 4) Vulnerabilidade em saúde. A busca nas bases de dados totalizou 605 referências, que foram submetidas a um processo de triagem composto pela leitura dos títulos e resumos dos artigos identificados para a avaliação quanto à associação com a temática.

Quadro 1: Estratégia de busca nas bases de dados utilizando Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)

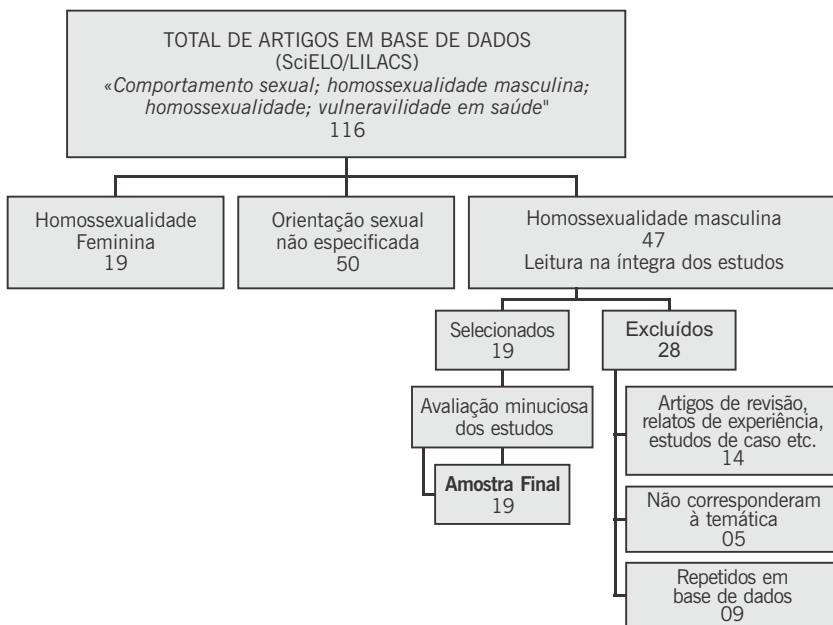
| Descritor 1 | Operador | Descritor 2 | SciELO | LILACS |
|----------------------------|----------|----------------------------|--------|--------|
| Homossexualidade | AND | Comportamento sexual | 09 | 147 |
| | | Vulnerabilidade em saúde | 05 | 04 |
| Homossexualidade masculina | AND | Comportamento sexual | - | 62 |
| | | Vulnerabilidade em saúde | - | 03 |
| Homossexualidade | OR/AND | Homossexualidade masculina | 127 | 248 |
| Total | | | 141 | 464 |

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos/as autores/as.

Em virtude das diversas conceituações sobre homossexualidade em termos de demarcação (identidade, comportamento, autoatribuição), optou-se por congregiar pesquisas que adotassem todos os conceitos, objetivando aumentar o escopo da revisão e abranger a busca e seleção dos estudos relacionados à temática.

Após a leitura, restaram 116 referências, que foram submetidas à análise quanto a critérios previamente estabelecidos. Foram utilizados como critérios de inclusão para a amostra artigos: 1) classificados como de pesquisa original, 2) publicados no Brasil no período de 2003 a 2015 e 3) produzidos na área da saúde e/ou que trouxessem contribuições significativas para a saúde coletiva no que concerne à temática homossexualidade masculina. Como critérios de exclusão, adotaram-se: 1) editoriais, comentários, comunicações breves, artigos de reflexão e de revisão de literatura, documentários, ensaios, monografias, dissertações e teses, resumos, resenhas e relatos de experiência, 2) não estar disponível em texto completo para *download* e 3) demais artigos que, por algum motivo, não respondessem a pergunta de pesquisa. Após esse processo, restaram 19 referências, perfazendo-se, assim, a amostra final da revisão, conforme se observa na Figura 01.

Figura 1: Fluxograma demonstrando a seleção dos artigos incluídos no estudo



Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos/as autores/as.

A coleta de dados foi efetuada com base nas informações presentes nos artigos mediante um formulário de elaboração própria contendo dados de identificação dos estudos primários: autores, ano, base de indexação, abordagem metodológica de tratamento de dados e síntese de conclusão das pesquisas. As informações são apresentadas descritivamente sob a forma de quadro.

Para a análise dos dados, utilizou-se o método de redução, que envolve técnicas de extração e codificação a partir de fontes primárias para simplificar, sumarizar, abstrair e organizar os dados em uma estrutura lógica, com vistas a facilitar a análise (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Inicialmente, as fontes primárias foram classificadas e divididas em subgrupos, de acordo com a abordagem e os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, após a codificação, os dados relevantes das fontes primárias individuais (de cada subgrupo de classificação) foram analisados conforme semelhanças e divergências, conseqüentemente, os achados foram extraídos, reduzidos e compilados em uma matriz ou planilha. Essa abordagem fornece uma organização sucinta da literatura que permite analisar as informações e comparar sistematicamente os dados contidos nas fontes primárias sobre questões específicas, variáveis ou características da amostra (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Resultados

No que se refere à abordagem metodológica utilizada nas pesquisas, a amostra revela uma maior produção de pesquisas quantitativas, correspondendo a 57,8% (n=11) do total, em comparação com as de cunho qualitativo (36,8%, n=07) e quanti/qualitativo (5,2%, n= 01). Deduz-se que o predomínio da utilização da abordagem quantitativa provavelmente deve-se ao fato de a presente revisão tratar sobre a temática vulnerabilidade e incluir esse termo como descritor no levantamento de artigos. Corroborando essa dedução, aponta-se que a maioria dos estudos situados no campo da saúde pública, sobretudo na epidemiologia, busca a quantificação de variáveis e fatores relacionados à vulnerabilidade em saúde.

Nesse sentido, ao analisar como os artigos da amostra se inter-relacionam, segundo as marcas do campo acadêmico envolvido, observa-se que a maioria (14 estudos) foi desenvolvida na área da saúde coletiva/pública, três na medicina e apenas dois na enfermagem, reforçando o achado supracitado.

Embora a revisão em questão se caracterize como temporal, visto que a coleta delimitou o período referente aos últimos 12 anos (2003 a 2015), as publicações oscilam bastante nesse intervalo de tempo, revelando um crescimento considerável principalmente nos últimos cinco anos, constando o ano de 2010 com a maior quantidade de publicações (21,05%, n= 04), seguido dos anos 2007 (15,78%, n= 03), 2008, 2011 e 2015, com 10,52% (n=02) cada, além dos anos 2003, 2004, 2005, 2009, 2012 e 2014, todos com 5,2% (n= 01). Destaca-se que não foram encontrados artigos especificamente sobre a temática registrados nos anos 2006 e 2013.

Quanto à distribuição dos artigos nacionais segundo a localização geográfica, verifica-se que a região Sudeste apresentou a maior taxa de publicação (52,63%, n=10), seguida pelas Nordeste (31,57%, n=06), Centro-Oeste (10,52%, n=02) e Sul (5,2%, n= 01). A região Norte não expôs nenhum estudo na área.

Conforme observado, a região Sudeste exibe as maiores taxas de produção sobre a homossexualidade masculina, certamente por constituir-se como um dos principais núcleos de desenvolvimento científico e tecnológico nacional, possuindo instituições de nível superior de excelência, atuando com pesquisadores qualificados e oferecendo incentivos para a produção científica.

Destaca-se que os artigos da amostra foram analisados na íntegra para o mapeamento e a síntese de seus principais resultados, conforme descrito no Quadro 02.

Quadro 2: Síntese das publicações de artigos no período de 2003 a 2015

| Abordagem Metodológica | Autores (as) | Base de Dados | Ano | Conceito de homossexualidade adotado e síntese de conclusão |
|------------------------|-------------------------------|---------------|------|--|
| Quantitativa | MANZIONE, C. R. <i>et al.</i> | Lilacs | 2004 | Conceito: Comportamento Síntese: Observou-se em estudo com homossexuais masculinos soropositivos para o HIV que tanto os tipos de vírus oncogênicos como os não oncogênicos de HPV podem estar associados ao desenvolvimento de neoplasia intraepitelial anal (NIA) de alto grau em doentes HIV positivo. |
| | TAQUETTE, S. R. <i>et al.</i> | Lilacs | 2005 | Conceito: Identidade Síntese: Há uma associação significativa entre homossexualidade e prostituição. Entretanto, destaca-se a vulnerabilidade dos rapazes para a prostituição através da homossexualidade. |

| Abordagem Metodológica | Autores (as) | Base de Dados | Ano | Conceito de homossexualidade adotado e síntese de conclusão |
|------------------------|--|------------------|------|---|
| Quantitativa | GRECO, M. <i>et al.</i> | Lilacs SciELO | 2007 | Conceito: Comportamento Síntese: As situações de risco para HIV foram mais frequentes entre os homens que relataram atividade sexual com homens e mulheres. Os comportamentos sexuais e de proteção dos bissexuais diferem conforme gênero e estabilidade da parceria, havendo maior desproteção com parceiras fixas mulheres. |
| | COLOSIO, R. <i>et al.</i> | Lilacs SciELO | 2007 | Conceito: Comportamento Síntese: A população de homens que fazem sexo com homens (HSH) apresenta-se sensível à mudança em favor da adoção da prática de sexo mais seguro mediante participação em grupo operativo. |
| | ANDRADE, S. M. <i>et al.</i> | Lilacs SciELO | 2007 | Conceito: Comportamento Síntese: Os HSH percebem-se como vulneráveis à infecção pelo HIV e referem-se ao uso inconsistente do preservativo e ocorrência de múltiplas parcerias sexuais. |
| | BELOQUI, J. A. <i>et al.</i> | Lilacs SciELO | 2008 | Conceito: Comportamento Síntese: O risco relativo para doenças em homens que fazem sexo com homens apresenta-se mais elevado em relação aos heterossexuais, indicando a alta e persistente vulnerabilidade dessa população. |
| | FERREIRA, M. C. <i>et al.</i> | Lilacs | 2010 | Conceito: Comportamento Síntese: A maioria dos homossexuais apresentou algum grau de incontinência anal, provavelmente em decorrência da prática do sexo anal. |
| | BRIGNOL, S.; DOURADO, I. | Lilacs SciELO | 2011 | Conceito: Comportamento Síntese: O sexo anal desprotegido é uma prática frequente entre os homens que fazem sexo com homens. |
| | TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. | Lilacs | 2012 | Conceito: Autoatribuição Síntese: A questão do suicídio é uma problemática de saúde pública e a população de jovens homossexuais necessita de abordagens específicas para a prevenção e de atenção relativas a essa conduta. |

| Abordagem Metodológica | Autores (as) | Base de Dados | Ano | Conceito de homossexualidade adotado e síntese de conclusão |
|------------------------|-----------------------------|------------------|------|--|
| Quantitativa | LIMA, D. J. M <i>et al.</i> | SciELO | 2014 | Conceito: Comportamento Síntese: A história sexual demonstrou o início precoce da vida sexual, com prevalência elevada de relação sexual com parceira do sexo oposto. Houve alta frequência de testagem para o HIV. As práticas sexuais revelaram prevalência superior da realização de sexo oral e anal, bem como altos níveis de proteção no sexo anal, apesar de baixa no sexo oral. |
| | BRIGNOL, S. <i>et al.</i> | Lilacs | 2015 | Conceito: Comportamento Síntese: Os resultados evidenciaram início precoce da vida sexual, média de oito parceiros sexuais, sexo anal receptivo desprotegido com parceiro casual e fixo, sem acesso ao gel lubrificante. Observaram-se um perfil de vulnerabilidade e urgente necessidade de ações de intervenção e prevenção às DST no município na população pesquisada, além de altas prevalências do HIV e sífilis. |
| Qualitativa | RIOS, L. F. | Lilacs SciELO | 2003 | Conceito: Identidade Síntese: Jovens com práticas homossexuais relatam o surgimento de interações eróticas na infância, em parcerias intergeracionais que se prolongam até a idade adulta, em uma crescente tendência a ir se invertendo (busca por parceiros mais novos em termos etários). |
| | RIOS, L. F. | Lilacs | 2008 | Conceito: Identidade Síntese: Os diferentes eventos corporais nos circuitos de homosociabilidade masculina se alicerçam em uma mesma estrutura conceptual, havendo uma exaltação do “tesão”, ou seja, do prazer erótico proibido. |
| | SILVA, L. A. V. | Lilacs SciELO | 2009 | Conceito: Comportamento Síntese: A busca pela soroconversão está presente nos contextos de interação <i>online</i> do cenário brasileiro, embora haja muito mais uma multiplicidade de interesses e modalidades de <i>barebacking</i> entre os diversos interlocutores <i>online</i> . Mais do que adquirir o HIV, existe uma preocupação excessiva por acumular ou intensificar sensações. |

| Abordagem Metodológica | Autores (as) | Base de Dados | Ano | Conceito de homossexualidade adotado e síntese de conclusão |
|------------------------|--------------------------------------|------------------|------|--|
| Qualitativa | SILVA, L. A. V.; IRIART, J. A. B. | Lilacs SciELO | 2010 | Conceito: Comportamento Síntese: Destaca-se a existência de algumas tensões ou ambiguidades diante dos prazeres e das proibições ligadas ao sexo sem camisinha, incluindo a culpa pelo engajamento no sexo desprotegido e o sentimento de liberdade por ele produzido. |
| | SILVA, L. A. V. | Lilacs | 2010 | Conceito: Comportamento Síntese: Evidencia-se a possibilidade da Internet como espaço/campo de pesquisa sobre a percepção de usuários em torno da prática do sexo anal desprotegido de forma intencional (<i>barebacking</i>). |
| | SANTOS, M. A. | Lilacs | 2011 | Conceito: Autoatribuição Síntese: Jovens homossexuais masculinos que exercem a prostituição relatam que comumente há utilização de preservativo nas práticas sexuais que envolvem penetração, mas não há precauções no sexo oral. A preocupação em ocupar papel ativo na relação sexual está associada à tentativa de corresponder a um estereótipo de masculinidade que enfatiza poder/força/control, dificultando a percepção da própria vulnerabilidade. |
| Quali | TAQUETTE, S. R; RODRIGUES, A. D | Lilacs SciELO | 2015 | Conceito: Identidade Síntese: A experiência homossexual ocorreu de forma circunstancial, por curiosidade e experimentação; para outros, esteve associada à prostituição, e, para a maioria, relacionou-se à identidade homossexual autodeclarada. Todos os entrevistados revelaram nunca terem sido perguntados ou orientados acerca de homossexualidade nos serviços de saúde. O estudo evidencia a necessidade de uma política de atenção integral à saúde desse público, cuja sexualidade é diversa do padrão hegemônico da sociedade. |
| Quanti/Quali | CEARÁ, A. T.; DALGALARRONDO, P. | Lilacs | 2010 | Conceito: Identidade Síntese: A não revelação da homossexualidade e o esforço no curso da vida em ocultá-la talvez representem fatores associados à maior ocorrência de transtornos mentais na maturidade e na velhice. |

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos/as autores/as.

Após o mapeamento das contribuições presentes nos estudos, os achados foram mesclados para análise e discutidos de forma descritiva e interpretativa.

Discussão

Um olhar sobre a sexualidade, através de uma perspectiva relacional vinculada ao gênero, permite reflexões acerca dos papéis e das representações sociais do “homem” na atualidade. A homossexualidade masculina representa uma das múltiplas expressões da sexualidade humana e, por si só, apresenta expressões peculiares e diversas, que, por sua vez, podem estar mescladas a diferentes contextos, tornando os indivíduos mais vulneráveis ao assumirem comportamentos de risco, em várias fases da vida, a começar pela adolescência.

No período da adolescência, em que os adolescentes estão descobrindo sua sexualidade/identidade sexual e geralmente acontecem os primeiros contatos afetivos, emocionais e sexuais, podem ocorrer envolvimento com pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo. Embora a socialização do gênero seja indiscutivelmente influenciada pela cultura, as experiências durante essa fase irão contribuir para a construção das identidades de gênero e das formas como a sexualidade será vivenciada e percebida ao longo da vida.

Um estudo realizado com 24 adolescentes e jovens do sexo masculino, que admitiram fazer sexo com homens e/ou mulheres numa região específica da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, a qual concentra a atividade de prostituição viril de rua, demonstrou que, para os jovens entrevistados, “o parceiro ativo dessa relação homossexual é reconhecido como homem, um cara normal” (SANTOS, 2011, p. 80), haja vista que mantém sua identidade masculina e virilidade intactas, consoante com os padrões socialmente (im)postos.

Santos (2011) afirma que na cultura brasileira o critério utilizado para determinar a orientação sexual, via de regra, não é o sexo do parceiro, mas a posição assumida durante ato sexual.

Assim, ainda no seio das classes populares, e no outro lado da moeda, surge o que denominam de “homens mesmo”. Estes são valorizados positivamente pelos seus comportamentos sexuais (supostamente insertivos), são considerados como portadores da sexualidade da norma,

ainda que, vez por outra, façam sexo com homens (RIOS, 2008, p. 468).

Nesse aspecto, “em uma relação entre dois homens, somente o 'passivo' (definido como aquele que é penetrado durante a relação sexual) é identificado, pejorativamente, como 'bicha', 'viado', 'boiola', 'baitola', 'afeminado', 'homossexual'” (SANTOS, 2011, p. 80).

Dessa forma, muitas vezes, “em função da inquietação e discriminação sociais em torno da prática homossexual, vide a homofobia, o adolescente, temendo ser rejeitado, esconde muitas vezes sua condição e se reclui, pondo sua saúde em risco” (TAQUETTE *et al.*, 2005, p. 400). Além dessa situação, ao envolverem-se afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, os adolescentes manifestam confusão e rejeição inicial ao impulso sexual homossexual e, quando resolvem experimentar o contato com o outro, sentem-se mal devido ao fato de não seguirem o roteiro preestabelecido pela sociedade e família e por não corresponderem ao padrão sexual hegemônico heterossexual estabelecido socialmente (TAQUETTE; RODRIGUES, 2015), desencadeando-se, assim, episódios subsequentes de internalização da homofobia e baixa autoestima, que podem levar à depressão e a comportamentos suicidas.

Em um estudo transversal, realizado em 2009 com 2.282 estudantes do ensino médio em três cidades do Oeste Paulista (Presidente Prudente, Assis e Ourinhos), sobre ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hétero e homoeróticas, demonstrou-se que

a prevalência de pensamentos suicidas entre os heterossexuais foi de 20,7%. Entre os não heterossexuais, essa prevalência foi de 38,6% [...]. Assim, os não heterossexuais da amostra apresentaram “aproximadamente” o dobro de chances de pensar em suicídio e o triplo de chances de tentar suicídio, comparativamente aos heterossexuais (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012, p. 658).

No entanto, não somente durante a adolescência, mas também na fase adulta “muitos gays não têm comportamentos estereotipados e desempenham um papel típico do gênero a que pertencem, o que lhes permite manter velada sua orientação sexual” (TAQUETTE *et al.*, 2005, p. 400), situação que implica a manifestação de distúrbios psicológicos. Dados de meta-análise de 25 estudos epidemiológicos revelaram a prevalência de depressão e transtornos de ansiedade (1,5 vezes maiores) e risco para tentativas de suicídio (2,47 vezes maior) entre indivíduos pertencentes a grupos minoritários sexuais (KING *et al.*, 2008).

Além das perturbações psicológicas sofridas, no que tange ao processo saúde-doença, dentre os riscos físicos, figuram como principais nessa população a possibilidade de aquisição de Infecções Transmissíveis Sexualmente (ITS) e do *Human Immunodeficiency Virus* (HIV), principalmente quando se somam elementos potencializadores de risco, como a ausência de autopercepção de risco, o grau de informação deficitário, o início precoce da vida sexual, o tipo e a quantidade de parcerias e as práticas sexuais inseguras (BRIGNOL *et al.*, 2015).

Em decorrência desses fatores, “a vulnerabilidade de homens que fazem sexo com homens no contexto da AIDS, quando se considera a transmissão sexual, permanece em patamares elevados” (ANDRADE *et al.*, 2007, p. 479), condição que, muitas vezes, resulta do preconceito social e da discriminação que incide sob essa população. Brignol *et al.* (2015) expõem que a infecção por HIV em homens que fazem sexo com homens (HSH), em muitos países, apresenta taxas elevadas quando se compara a outras populações vulneráveis.

Dentre os comportamentos de risco, “o sexo anal (ativo ou passivo) sem o uso do preservativo apresenta-se como um importante fator para a infecção por HIV e outras ITS” (BRIGNOL; DOURADO, 2011, p. 424). Esse achado corrobora a pesquisa realizada com 465 HSH em Brasília, que revelou existir uma grande preferência da população de HSH pela prática do sexo anal (LIMA *et al.*, 2014). Para esses autores, esse tipo de prática está associado a uma importante dimensão da identidade sexual, possuindo um significado simbólico dentro dos cenários das práticas sexuais dessa população.

Alguns autores empregam o termo *barebacking* para designar essa prática, que tem sua origem nos rodeios norte-americanos como uma modalidade de esporte sem proteção e “significa, literalmente, 'cavalgar ou montar sem cela' e que passou a ser usado comumente nas comunidades gays norte-americanas, em meados de 1990, de forma analógica” (SILVA; IRIART, 2010, p. 740), para fazer referência ao sexo sem preservativo, de caráter intencional, muitas vezes realizado sem nenhum tipo de vínculo ou envolvimento afetivo, além do prazer obtido pelo sexo sem camisinha, desconsiderando, assim, a condição sorológica dos parceiros.

A prática traz no seu bojo a possibilidade de soroconversão, para uns considerada uma prática de risco, para outros, uma vontade ou um desejo intencional de se contrair o HIV e “viver ou compartilhar com o outro uma condição ou identidade [soro] positiva” (SILVA, 2009, p. 1385). Tal condição é descrita pelo termo em inglês “bug chaser (que significa caçador de inseto),

termo usado para o homem HIV negativo que procura ser infectado pelo vírus, e quem passa o vírus é denominada de gift giver (doador de presente), ou seja, aquele que dá o 'presente' (o HIV)” (SILVA, 2009, p. 1383).

Embora a condição de soropositividade possa produzir reações de repulsa nas pessoas soronegativas, alguns aspectos parecem estar envolvidos ao motivar a realização dessa prática nas trajetórias homoeróticas, tais como os benefícios e prazeres obtidos através do sexo sem camisinha, o maior contato físico e emocional entre os parceiros ou a presença de sentimentos contraditórios e ambíguos de alívio e/ou tensão diante da inevitável contaminação, bem como “o prazer de sentir-se exposto ao risco ou ao desejo de morrer” (SILVA, 2009, p. 1385), tendo a AIDS como forma de satisfazê-lo.

Nesse contexto, um inquérito sociocomportamental realizado no período de 2003 a 2006, com 533 participantes, sobre as práticas sexuais desprotegidas entre usuários da Internet e que praticaram sexo anal desprotegido pelo menos uma vez nos últimos 12 meses demonstrou que

a prática do sexo anal (ativo ou passivo) desprotegido com parceiro HIV positivo ou de sorologia desconhecida foi relatada por 30,8% dos participantes [...], que os principais fatores individuais que se associaram significativamente com a prática do sexo anal sem proteção com parceiros HIV positivos ou com sorologia desconhecida foram: o número de parceiros no ano ($p=0,0001$); sentir-se em risco de contrair HIV/AIDS ($p=0,0001$) e sexo oral passivo ($p=0,038$) (BRIGNOL; DOURADO, 2011, p. 427).

Em contrapartida, a prática produz novos e complexos desafios além do contexto da saúde, implicando questões e conflitos morais, sociais e religiosos frente à questão da sexualidade, que, por si só, encontra-se já em uma dimensão bastante complexa. Embora haja instabilidades conceituais, torna-se importante o reconhecimento da existência do *barebacking* (sexo sem camisinha), com necessária abertura de espaços coletivos para a discussão da temática, objetivando-se considerar essa prática como uma dimensão da sexualidade e das experiências eróticas, afetivas e emocionais dos indivíduos, independentemente da orientação sexual, pois somente assim é que se pode “compreender e discutir os distintos interesses e sensações envolvidos no sexo desprotegido e as estratégias utilizadas no cotidiano de atores diversos para não se usar o preservativo” (SILVA, 2010, p. 523). Dessa forma, amplia-se a criação de estratégias para minimização desses riscos, a serem empreendidas por profissionais de saúde em torno das práticas sexuais desprotegidas.

Em estudo transversal, aninhado em uma coorte de 195 homens autodenominados homossexuais (26%) e bissexuais (55%) HIV negativos, que relataram ter tido relações sexuais com homens e mulheres nos seis meses anteriores à entrevista, em Belo Horizonte, Minas Gerais, recrutados e selecionados no período de 1994 a 2005, revelou-se predomínio de “atividade sexual (72,3%) e desejo sexual (56,9%) principalmente por homens e ocasionalmente por mulheres” (GRECO *et al.*, 2007, p. 112) e que o sexo seguro foi mais frequente com parceiros ocasionais do que com parceiros fixos, além da ausência de proteção nas relações sexuais com mulheres, “onde a taxa de uso consistente de preservativo foi notavelmente mais baixa do que em parcerias ocasionais, independentemente do tipo de prática sexual” (GRECO *et al.*, 2007, p. 113).

Outro estudo, realizado nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2003, que objetivou analisar o risco relativo (RR) para AIDS na população de homo/bissexuais em relação à população heterossexual masculina, apontou que

o RR permanece em níveis muito elevados [...], e se mostra com índice superior entre os homossexuais exclusivos do que sobre os bissexuais, [...] embora o RR para homossexuais exclusivos tenha trajetória decrescente ao longo do tempo, o que não vem ocorrendo com o RR para os bissexuais (BELOQUI, 2008, p. 442).

Além desses riscos, fatores organizacionais dos serviços de saúde também despontam, elevando a vulnerabilidade para a infecção pelo vírus da AIDS nesse grupo. Em pesquisa realizada com 353 HSH, a dificuldade de se obter gel lubrificante aumenta a probabilidade de infecção pelo HIV (BRIGNOL *et al.*, 2015). A utilização de gel lubrificante é de fundamental importância para a prevenção da infecção pelo vírus. Embora seja preconizada sua distribuição gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a populações vulneráveis no Brasil, o acesso ao insumo ainda é limitado. Em contrapartida, observa-se uma alta frequência de testagem para o HIV nesses indivíduos, o que pode estar associado à exposição a situações de risco (LIMA *et al.*, 2014).

Como proposta para a minimização dos riscos desvelados em diversos estudos e prevenção de infecção pelo HIV, uma pesquisa realizada em São Paulo propõe a utilização de grupos operativos (estratégia de intervenção baseada na educação em saúde) entre homens que fazem sexo com homens. Dados obtidos pós-intervenção de um grupo operativo revelaram “redução da prática sexual sexo anal desprotegida e aumento do número médio de respostas

favoráveis à prevenção” (COLOSIO *et al.*, 2007, p. 953), indicando que a população de HSH apresentou-se sensível à mudança em favor da adoção da prática de sexo mais seguro mediante participação no grupo operativo, após conhecimento, dentre outros fatores, das consequências negativas à saúde dessas práticas. Desse modo, torna-se importante a investigação das consequências das práticas sexuais anais e/ou sem proteção e sua associação com comorbidades nesse grupo.

Nesse contexto, um estudo que objetivou avaliar a associação de neoplasia intraepitelial anal (NIA) ao tipo do *Human Papiloma Virus* (HPV) em pacientes com HIV positivo, que se apresentavam em imunodepressão durante longos períodos, realizado com 39 homens homossexuais HIV positivo, portadores de condilomas acuminados perianais, revelou que “tanto os tipos de HPV oncogênicos como os não oncogênicos estão relacionados ao aparecimento de NIA nesse grupo de doentes” (MANZIONE *et al.*, 2004, p. 283).

Uma pesquisa sobre a correlação entre a incompetência esfinteriana anal (disfunção involuntária de origem multifatorial caracterizada pela incapacidade de controle intestinal adequado) e a prática de sexo anal, realizada com 100 homossexuais do sexo masculino passivos, que buscou investigar a penetração do pênis e objetos no ânus como possível etiologia para o desenvolvimento de incontinência anal traumática, utilizando variáveis como idade, tempo de prática e frequência semanal de sexo anal, revelou que “a incontinência anal estava presente em 62%, sendo que a perda de gases foi considerada a mais significativa” (FERREIRA, 2010, p. 57).

Ainda, em geral, nas parcerias homoeróticas, os indivíduos, quando indicam “o uso do preservativo, se restringem ao sexo anal e raramente é usado no sexo oral” (RIOS, 2003, p. 226). Embora existam evidências científicas suficientes para se concluir que o sexo oral pode ser uma via de transmissão para o HIV, “ainda não se dispõem de respostas precisas com respeito à quantificação e qualificação desse risco” (FUNARI, 2003, p. 1842). Por outro lado, observa-se nas representações sociais que a realização do sexo oral “nem sempre é percebida como prática sexual propriamente dita, ainda que represente uma das primeiras expressões da sexualidade, principalmente entre jovens” (FUNARI, 2003, p. 1842).

Esse fato pode estar relacionado ao comportamento sexual dos indivíduos, que, independentemente das “parcerias homossexuais ou heterossexuais, normalmente realizam sexo oral conjuntamente com o sexo genital e, assim, não é possível comparar os riscos desses dois tipos de atividade sexual” (FUNARI, 2003, p. 1842).

Destaca-se ainda a associação entre uso de álcool e outras drogas e comportamento sexual como fator de risco para transmissão e infecção por ITS/HIV, à medida que se contribui para a não adoção de medidas preventivas durante as relações sexuais, favorecendo-se o envolvimento com parceiros/as diversos/as, prática do sexo em grupo e realização de sexo anal.

Aponta-se que “a prática do sexo sob efeito de álcool tem prevalência maior entre homens, adolescentes, HSH e profissionais do sexo, embora esteja presente também entre as mulheres, no entanto, com menor frequência” (CARDOSO *et al.*, 2008, p. 72).

Um estudo realizado em Recife com 277 HSH acerca do uso de drogas apontou que,

dos entrevistados, 88,8% referiu consumir álcool em quantidade e frequência variadas, e que quase metade (46,6%) mencionou ter usado alguma outra droga nos últimos 12 meses. Afirmaram ainda que sentem-se mais desinibidos em relação ao sexo (67,7%), tornam-se mais agressivos sob efeito do álcool (19,42%) e dentre as consequências, destaca-se a dificuldade de lembrar de fatos ocorridos pós consumo em 36,8% dos entrevistados (VIEIRA, 2006, p. 51-52).

Por ser uma droga psicotrópica depressora do sistema nervoso central, o álcool atua diminuindo a capacidade de discernimento frente a situações de risco, além de dificultar a negociação para uso do preservativo, embora socialmente exista a errônea “percepção de que seu uso melhora/aumente o desempenho e prazer sexual” (CARDOSO *et al.*, 2008, p. 71).

Além dos aspectos físicos descritos, os homossexuais estão sujeitos a diversas formas de violência, homofobia, discriminação e preconceito, que abalam a capacidade para enfrentamento de situações que os expõem a transtornos psicológicos e emocionais ao longo de suas vidas.

Dados recentes do Grupo Gay da Bahia (GGB) revelam em seus relatórios anuais sobre assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, um total de 645 crimes homofóbicos com vítimas fatais durante o triênio 2008-2009-2010, sendo que deste total, 378 foram contra homossexuais masculinos (gays) (BAHIA, 2010).

Os relatórios elaborados nos anos de 2011, 2012 e 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apontam para um grave quadro de violências homofóbicas no Brasil. Dados

recentes do último relatório reforçam as considerações que já haviam sido constatadas quando da elaboração dos relatórios anteriores, de que o perfil da população LGBTTI mais vitimizada continua sendo o de jovens (54,9%), pretos e pardos (39,9%), do sexo biológico masculino (73%), gays (24,5%) e travestis/transsexuais (17,8%) (BRASIL, 2016).

Em consequência disso, a violência perpetrada contra indivíduos homossexuais produz repercussões negativas para a saúde física e mental desse grupo, tendo em vista que essas pessoas vivenciam situações homofóbicas e acabam internalizando sentimentos negativos ao longo de suas vidas.

Um estudo britânico comparativo realizado com 7.403 entrevistados sobre a prevalência de resultados de saúde mental por orientação sexual apontou que indivíduos não heterossexuais são mais propensos a adquirir algum transtorno neurótico geral, episódio depressivo maior, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno de fobia, psicose provável, dependência de drogas no ano anterior, dependência de álcool nos últimos seis meses, bem como pensamentos suicidas, tentativas de suicídio e automutilação (CHAKRABORTY *et al.*, 2011).

Quando atingem a maturidade, □□esses estressores associam-se a outros próprios do envelhecimento (WIGHT *et al.*, 2012). Uma pesquisa realizada entre janeiro de 2007 e junho de 2008 com 40 sujeitos de orientação sexual homossexual e 40 sujeitos com orientação sexual heterossexual, pareados por idade, gênero, nível de escolaridade e classe social, com idade superior a 50 anos, revelou que “os sujeitos homossexuais, na maturidade e na velhice, apresentaram maior frequência de transtornos mentais” (CEARÁ; DALGALARRONDO, 2010, p.120). O referido estudo coloca que “possíveis indicativos de homofobia internalizada” (CEARÁ; DALGALARRONDO, 2010, p. 121) podem estar associados a dificuldades psicossociais e sugere-se que a não revelação da homossexualidade e o esforço no curso da vida em ocultá-la talvez representem fatores associados à maior ocorrência de transtornos mentais na maturidade e na velhice.

Considerações Finais

Considerando as reflexões sobre a homossexualidade masculina expostas por inúmeros autores, ressalta-se a importância de pesquisas frente a essa população, uma vez que permitem aproximações aos problemas de saúde enfrentados e facilitam a compreensão da vulnerabilidade desses indivíduos.

Nesse sentido, estudos nessa perspectiva servem de referência para os profissionais de saúde como propostas para a elaboração de estratégias de atuação através do reconhecimento dos fatores que se entrecruzam, maximizam riscos e contribuem para as iniquidades em saúde do grupo.

Destaca-se que a desconsideração das relações de gênero na formação profissional concorre para um despreparo ao se abordarem aspectos relativos à sexualidade, principalmente no tocante à homossexualidade. Dessa forma, as condutas adotadas pelos profissionais são heteronormativas e as demandas do homossexual acabam reprimidas.

Acredita-se que não há como promover saúde sem ações de educação em saúde. Nessa direção, fazem-se necessárias intervenções que forneçam subsídios para a redução dos comportamentos de risco e dos problemas enfrentados pela população homossexual.

Por esse viés, ao entenderem as representações e os sentidos que fundamentam as práticas e os contextos que incidem e repercutem na saúde homossexual masculina, os profissionais serão capazes de precisar as necessidades de saúde desses indivíduos e, através da atuação e das competências, contribuir para a melhoria e a qualidade da atenção dispensada à população homossexual nos serviços de saúde.

Embora importante, a revisão apresenta limitação. Apesar de o recorte temporal adotado e a utilização de duas bases de dados figurarem como possíveis limitações associadas ao estudo, espera-se que as informações apontadas forneçam subsídios para a elaboração de estudos posteriores e implementação de ações, políticas e estratégias que associem prevenção e promoção da saúde na minimização de riscos, danos e agravos à saúde da população homossexual masculina.

Referências

ANDRADE, Sonia Maria Oliveira *et al.* Vulnerabilidade de homens que fazem sexo com homens no contexto da AIDS. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 479-482, 2007. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v23n2/27.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ARAÚJO, Olívia Dias. *Representações sociais da AIDS elaboradas por prostitutas*. 2009. 115p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

BAHIA, Grupo Gay. *Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais, 2010*. Disponível em: <[http://www.ggb.org.br/Assassinatos de homossexuais no Brasil relatório geral completo.html](http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relat%C3%B3rio%20geral%20completo.html)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BELOQUI, Jorge A. Risco relativo para AIDS de homens homo/bissexuais em relação aos heterossexuais. *Rev Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 437-442, 2008. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rsp/v42n3/6541.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2013*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRIGNOL, Sandra; DOURADO, Inês. Inquérito sociocomportamental sobre as práticas sexuais desprotegidas entre homens que fazem sexo com homens usuários da Internet. *Rev Bras Epidemiol*, v. 14, n. 3, p. 423-434, 2011. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rbepid/v14n3/07.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRIGNOL, Sandra *et al.* Vulnerabilidade no contexto da infecção por HIV e sífilis numa população de homens que fazem sexo com homens (HSH) no Município de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/csp/v31n5/pt_0102-311X-csp-31-5-1035.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

CARDOSO, Luciana Roberta; MALBERGIER, André; FIGUEIREDO, Tathiana Fernandes. O consumo de álcool como fator de risco para a transmissão das DSTs/HIV/AIDS. *Rev. Psiq. Clín.*, v. 35, supl 1, p. 70-75, 2008. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rpc/v35s1/a15v35s1.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CEARÁ, Alex Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. *Rev Psiq Clín*, v. 37, n. 3, p. 118 - 123, 2010. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rpc/v37n3/v37n3a05.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

CHAKRABORTY, Apu *et al.* Mental health of the nonheterosexual population of England. *Br J Psychiatry*, London, v. 198, n. 2, p. 143-48, 2011. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21282785>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COLOSIO, Robson *et al.* Prevenção de infecção pelo HIV por intermédio da utilização do

grupo operativo entre homens que fazem sexo com homens, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 949-959, 2007. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v23n4/21.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COSTA, Adriano Henrique. Homens que fazem Sexo com Homens (HSH): Uma categoria, muitos significados. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 25. **Anais...** Fortaleza, 2009. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1464.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FERREIRA, Máira Costa *et al.* Correlação Entre a Incompetência Esfincteriana Anal e a Prática de Sexo Anal em Homossexuais do Sexo Masculino. *Rev. Bras. Coloproct*, v. 30, n. 1, p. 55-60, 2010. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rbc/v30n1/07.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

FUNARI, Sérgio Luís. Sexo oral e HIV entre homens que fazem sexo com homens. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p 1841-1844, 2003 Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v19n6/a28v19n6.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

GRECO, Marília *et al.* Diferenças nas situações de risco para HIV de homens bissexuais em suas relações com homens e mulheres. *Rev Saúde Pública*, v. 41, Supl. 2, p. 109-17, 2007. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rsp/v41s2/5956.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

HEILBORN, Maria Luisa. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: *Sexualidades Brasileiras*. PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996.

KING, Michael *et al.* A systematic review of mental disorder, suicide, and deliberate self harm in lesbian, gay and bisexual people [on line]. *BMC Psychiatry*, v. 8, n. 70, 2008. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2533652/>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

LIMA, Diego Jorge *et al.* Comportamentos e práticas sexuais de homens que fazem sexo com homens. *Rev. Bras. Enferm*, Brasília, v. 67, n. 6, p. 886-90, 2014. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/reben/v67n6/0034-7167-reben-67-06-0886.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LIONÇO, Tatiana. Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/sausoc/v17n2/03.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MANZIONE, Carmen Ruth; NADAI, Sidney Roberto; CALORE, Edenilson Eduardo. Oncogenicidade do papilomavírus humano e o grau de neoplasia Intraepitelial anal em doentes HIV positivo. *Rev Assoc Med Bras*, v. 50, n. 3, p. 282-5, 2004. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/ramb/v50n3/21660.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

NUNAN, Adriana. Violência Doméstica entre Casais Homossexuais: o segundo armário?. *Rev. PSICO*, v. 35, n. 1, p. 69-78, 2004. Disponível em: <http://www.adriananunan.com/pdf/adriananunancom_violencia_domestica.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

RIOS, Luís Felipe. Corpos e prazeres nos circuitos de homosociabilidade masculina do Centro do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 2, p. 465-475, 2008. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csc/v13n2/a22v13n2.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RIOS, Luís Felipe. Parcerias e práticas sexuais de jovens homossexuais no Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, Sup. 2, p. S223-S232, 2003. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v19s2/a04v19s2.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SANTOS, Manoel Antônio. Prostituição masculina e vulnerabilidade às DSTs/AIDS. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 76-84, 2011. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/tce/v20n1/09.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos. A cibersexualidade e a pesquisa online: algumas reflexões sobre o conceito de barebacking. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, v. 14, n. 34, p. 513-27, 2010. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/icse/v14n34/aop0310.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos. Barebacking e a possibilidade de soroconversão. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 1381-1389, 2009. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v25n6/20.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Práticas e sentidos do barebacking entre homens que vivem com HIV e fazem sexo com homens. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, v. 14, n. 35, p. 739-52, 2010. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/icse/v14n35/aop2210.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SILVA, Alessandro Soares. Por um lugar ao sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou Homossexualidade: a história dos vencidos?). *Bagoas*, v. 8, p. 77 - 102, 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:J7bJi3XOgKcJ:www.cchl.a.ufrn.br/bagoas/v06n08art04_silva.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 mar. 2016.

TAQUETTE, Stella Regina; RODRIGUES, Adriana de Oliveira. Homosexual experiences of adolescents: considerations for healthcare. *Interface*, Botucatu, v. 19, n. 55, p.1181-91, 2015. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/icse/v19n55/1807-5762-icse-1807-576220140504.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

TAQUETTE, Stella R. *et al.* Relatos de experiência homossexual em adolescentes masculinos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 399-407, 2005. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csc/v10n2/a18v10n2.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/sausoc/v21n3/11.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

VIEIRA, Nadjanara Alves. Entendendo quem entende: comportamentos, atitudes e práticas de risco e de prevenção para AIDS entre homens que fazem sexo com homens. 2006. 102p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2006. 102p.

VILLELA, Wilza Vieira; DORETO, Daniella Tech. Sobre a experiência sexual dos jovens. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2467-2472, 2006. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v22n11/21.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *J Adv Nurs*, v. 52, n. 5, p. 546-53, 2005. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16268861>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

WIGHT, Richard G. *et al.* Stress and Mental Health Among Midlife and Older Gay-Identified Men. *Am J Public Health*, v. 102, n. 3, p 503-510, 2012. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3337756/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

As imagens de O Boticário e a celebração do Dia do Homem: Narrativas de (des)legitimação da masculinidade

*The images of O Boticário and the celebration of Men's Day:
Narratives of (de)legitimation of masculinity*

João Paulo Baliscei

*Professor no curso de Artes Visuais na Universidade Estadual de Maringá
e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da referida instituição.
vjbaliste@gmail.com*

Victor Hugo Jordão

*Graduado em Artes Visuais pela Universidade Estadual de
Maringá e atua no ensino de Arte como professor da Educação Básica.
vhjordao@hotmail.com*

Vinícius Stein

*Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Maringá e professor da Universidade Estadual de Maringá.
vsteiin@gmail.com*



Resumo

Os discursos intrínsecos às imagens da cultura da mídia projetam aos sujeitos ideais e identidades culturais a serem alcançadas. Materializados nas imagens publicitárias esses discursos difundem e valorizam posições que contribuem para a constituição e manutenção do que é aceitável aos indivíduos masculinos. Organizamos esta argumentação com o objetivo de analisar e identificar que ideais de masculinidade são (des)legitimados em duas peças publicitárias de O Boticário, divulgadas em comemoração ao Dia do Homem em 2014 e 2015. Realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando como referência os Estudos Culturais. Consideramos que as referidas peças publicitárias deslegitimam alguns padrões hegemônicos de masculinidade, ao mesmo tempo em que legitimam estereótipos masculinos associando-os restritamente à heterossexualidade.

Palavras-chave: Estudos culturais, pedagogia cultural, gênero, publicidade, imagem, visualidades.

Abstract

The discourses intrinsic to images of the media culture project to the subjects ideals and imagens of cultural identities to be achieved. Materialized in advertising images, these discourses disseminate and value positions that contribute to the constitution and maintenance of what is acceptable to male individuals. We organized this argument with the objective of analyzing and identifying which ideals of masculinity are (de)legitimized in two advertising pieces of O Boticário, released in commemoration of the men's day in 2014 and 2015. We carry out a bibliographical and documentary research using as reference the Cultural Studies. We believe that these advertising pieces delegitimize some hegemonic patterns of masculinity, while legitimizing male stereotypes by associating them strictly with heterosexuality.

Keywords: Cultural studies, cultural pedagogy, genre, advertising, image, visualities.

1. O oceano de imagens da Modernidade Líquida

Uma característica predominante na organização social da atualidade é a descartabilidade. Da mesma maneira que as mercadorias e produtos são adquiridos e logo são descartados, também as informações e os ideais de beleza são rapidamente substituídos por outros, os quais desempenham semelhante poder entre e sobre os indivíduos. O período atual, denominado “Modernidade Líquida” por Bauman (2007), tem o consumismo como uma de suas principais características e, para desempenhá-lo, explora o ciclo aquisição-descarte-aquisição de objetos, pessoas e sensações pelas visualidades cotidianas.

Kellner (2001) argumenta que os discursos intrínsecos às visualidades e imagens da cultura da mídia projetam aos sujeitos ideais e identidades culturais a serem alcançadas. Materializados nas imagens televisivas, cinematográficas e publicitárias, por exemplo, as narrativas visuais difundem e valorizam posições de sujeitos específicos. Por meio da repetição de imagens e da insistência com que são veiculadas pelos sistemas de representação, as pessoas buscam se aproximar dos referenciais de mulher, de homem, de saúde, de juventude e de beleza, por exemplo, que são valorizados visualmente. As imagens da cultura da mídia, dentre elas as publicitárias, constroem suas narrativas visuais investindo em personagens bem sucedidas, felizes, com uma vida imaginária, na qual os problemas - quando existem - podem ser resolvidos com uma borrifada de determinado desodorante ou com o bom hálito proporcionado por um enxaguante bucal. Desta maneira, interpelam o/a espectador/a para que deseje o que está sendo divulgado e acredite que, por meio do consumo daquele determinado produto ocupará o *status* e aceitação social que almeja.

Diante disto consideramos oportuno apresentar dois esclarecimentos. O primeiro deles é que distanciamos-nos de abordagens que defendem que os indivíduos são passivos em relação à cultura da mídia, no sentido de que “recebem” sem questionamento aquilo que lhes é “transmitido”. Ao aproximarmos-nos de pesquisas dos Estudos Culturais, compreendemos que as relações entre indivíduos e imagens se assemelham mais a uma negociação e uma troca, do que a uma “manipulação” ou “imposição” de valores. Assim, concordamos com Duncun (2011, p. 21) quando considera que, frente a um artefato cultural, “[...] os espectadores detêm o poder de negociar e/ou resistir a significados dominantes, bem como de criar seus próprios significados”. O segundo aspecto que destacamos diz respeito ao papel das visualidades provenientes da cultura da mídia na formação da identidade dos sujeitos. As

identidades culturais são construções sociais que, como demonstra Hall (2006), foram interpretadas e manifestadas de diferentes formas ao longo dos séculos. Antes do século XX, a constituição das identidades culturais encontrava referências, sobretudo, nos conhecimentos legitimados pela família, pela religião, pela cultura popular e pela educação escolar. Sob condições líquido-modernas é possível afirmar que os referenciais para a constituição identitária foram ampliados, principalmente no que diz respeito às visualidades, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico e as mídias digitais que contribuem para que fronteiras temporais, geográficas e culturais sejam borradas. Neste sentido, para Woodward (2012, p. 18):

A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular - o adolescente "esperto", o trabalhador em ascensão, ou a mãe sensível. Os anúncios só serão "eficazes" no seu objetivo de nos vender coisas se tiverem apelo para os consumidores e se fornecerem imagens com as quais eles possam se identificar.

A partir das reflexões de Woodward (2012), podemos questionar: Para além das representações do adolescente esperto, do trabalhador em ascensão e da mãe sensível, de que maneira as narrativas publicitárias sugerem comportamentos ideais aos sujeitos masculinos? Para alcançarmos nosso objetivo de analisar e identificar que ideais de masculinidade são (des)legitimados em duas peças publicitárias de O Boticário, realizamos uma pesquisa com delineamento bibliográfico e documental, estruturada a partir de materiais já elaborados e organizada para a construção e análise sobre um objeto específico, respectivamente (GIL, 2002).

Metodologicamente, tomamos como referencial as pesquisas de autores/as dos Estudos Culturais - campo de investigação com destaque na segunda metade do século XX, que contribui significativamente para a problematização dos significados promovidos pelas e nas visualidades. Quanto à estrutura, dividimos esse artigo em cinco momentos. No primeiro deles, discutimos sobre as Pedagogias Culturais e as estratégias que a publicidade e outros sistemas de representação utilizam para estabelecer vínculos entre produtos e indivíduos, e explicamos nossos caminhos e escolhas metodológicas para o desenvolvimento de investigações visuais. No segundo momento, apresentamos nosso *corpus* de análise, as publicidades Malbec Supremo (2014) e Quasar Evolution (2015) que, posteriormente, no terceiro momento, são analisadas a partir de pesquisas dos Estudos Culturais. No quarto momento, por fim, tecemos nossas considerações finais e posicionamo-nos frente às imagens, narrativas e discursos analisados.

2. (Des)Construindo narrativas

Em um mundo líquido-moderno, as mídias e principalmente a publicidade são consideradas ferramentas utilizadas pela difusão e manutenção dos discursos dominantes, atuando como reguladores do comportamento e pensamento dos sujeitos. Por isso, assumem papéis de Pedagogias Culturais, isto é, de artefatos que promovem pedagogias associando a aquisição de produtos com a sensação de felicidade e satisfação, por exemplo. Sugerindo significações específicas, as Pedagogias Culturais ensinam como os indivíduos precisam se portar para serem aceitos e valorizados socialmente.

Quando produzem e divulgam representações de sujeitos, as imagens publicitárias valorizam comportamentos, gestos e culturas, enquanto desconsideram e invisibilizam outros. Gregolin (2007) se refere a esses movimentos como exposição e silenciamento, respectivamente, denunciando o potencial das visualidades em controlar e modificar sentidos, gostos e "verdades". Essas estratégias atuam para que as identidades culturais hegemônicas continuem a ser legitimadas como a "norma" e para que as identidades diferentes sejam reforçadas como "estranhas" ou "desviantes", inclusive nas visualidades endereçadas às crianças, como demonstram Sabat (2003) e Baliscei, Calsa e Stein (2016) em análise de filmes animações infantis.

De diferentes formas, as representações visuais sobre o gênero masculino versam sobre os papéis que os homens "precisam" ocupar socialmente e contribuem para que as demais possibilidades de ser homem não sejam consideradas autênticas. Homens românticos, homens delicados, homens homossexuais, homens dançarinos e homens tímidos, por exemplo, ao contrário da representação hegemônica de masculinidade, são apontados como cômicos, desviantes, estranhos e, por isso, precisam ser corrigidos ou, pelo menos, ridicularizados pela abjeção que representam. Segundo Louro (2008), estes discursos agem como conselhos e ordens, fazendo com que sejamos controlados por seus mecanismos e impelidos a sofrer as suas censuras. Portanto, quando aceitam as narrativas publicitárias como verdades, desconsiderando a possibilidade de negociação que é tão cara aos Estudos Culturais (KELLNER, 2001), os sujeitos masculinos passam a se autorregular e a regular uns aos outros, promovendo aquilo que Junqueira (2013) se refere como Pedagogia do Armário. Tal pedagogia se refere ao fato de os homens não conseguirem responder simetricamente às representações hegemônicas de masculinidades e isso, conforme o autor, contribui para que, desde a infância, homens e meninos vigiem(-se) uns os

outros, corrigindo comportamentos ou ações avaliadas como "não-masculinas". "Fale como macho", "homens não choram" e "dançar é coisa de mulherzinha" são exemplos de prescrições comuns a Pedagogia do Armário e que ilustram as maneiras como o machismo e a homofobia também atingem, violentam e restringem os próprios homens.

Consideramos as pesquisas dos Estudos Culturais como pressuposto teórico-metodológico para analisar as narrativas visuais presentes nas peças publicitárias e nas demais imagens da mídia pela preocupação que essa área de estudo têm demonstrado pelas visualidades e as significações que elas proporcionam. Ao investigar as aproximações e convergências entre pesquisadores/as dos Estudos Culturais e o Estudo da Cultura Visual no que diz respeito aos estudos de artefatos visuais Baliscei e Stein (2015) estabeleceram oito aspectos comuns entre as abordagens. São eles:

- 1- Avaliam que as imagens da cultura popular precisam ser abordadas nas intervenções pedagógicas;
- 2- Não emitem olhares maniqueístas para os artefatos da cultura popular, isto é, não os consideram apenas positivos ou apenas negativos;
- 3- Orientam os/as professores/as a não utilizarem os elementos da cultura popular apenas por seu caráter hedonista;
- 4- Demonstram preocupação com o desenvolvimento da criticidade para se estudar as imagens;
- 5- Estimulam os/as professores/as a irem além dos estudos dos aspectos de composição das imagens;
- 6- Evidenciam a importância de investigar os discursos intrínsecos às imagens da cultura popular;
- 7- Entendem que uma mesma imagem pode ser interpretada de modos diferentes e, inclusive, opostos entre si; e
- 8- Consideram que as interpretações dizem respeito às características e conhecimentos dos sujeitos que interpretam (BALISCEI; STEIN, p. 271, 2015).

Consideramos que estas oito convergências entre os campos de investigação atuam como caminhos que podem guiar a análise e interpretação de uma imagem e a identificação das representações que ela, visualmente (des)valoriza. Avaliamos que essas aproximações permitem ao/à pesquisador/a valorizar a investigação das imagens da cultura da mídia, tais como aquelas oriundas da publicidade. Contrapor o pensamento de que os valores imagéticos são inquestionáveis é uma prática que pode promover a autonomia e a capacidade de resistir a estas formas de repressão. Tais aproximações também se destacam por esquivarem-se de análises maniqueístas, como aquelas denunciadas por Hernández (2007), pois, propõem que uma imagem,

publicitária ou não, é polissêmica e que apresenta inúmeros discursos que podem contribuir tanto para a difusão de estereótipos e normatizações, quanto para a desconstrução deles.

3. Os Homens de O Boticário

Pensando que, como sistema de representação, as visualidades da publicidade operam como Pedagogias Culturais capazes de prestar manutenção aos discursos dominantes de masculinidade e, ao mesmo tempo, de apresentarem (ou repreender) outras maneiras possíveis de ser homem, investigamos e problematizamos duas peças publicitárias de perfumes circuladas no Dia do Homem, nos anos de 2014 e 2015.

Os documentos que integram o *corpus* de análises desse artigo são as peças publicitárias Malbec Supremo (2014) e Quasar Evolution (2015), que expõem produtos pertencentes à marca O Boticário, uma das maiores empresas de perfumaria e cosméticos do Brasil e presente em outros países. Escolhemos como *corpus* de análise essas duas peças publicitárias de O Boticário por terem sido criadas e veiculadas em comemoração ao Dia do Homem e por possuírem uma área de alcance significativa e atingindo inúmeros sujeitos de idades, classes sociais, etnias, culturas e gêneros diferentes¹.

Respaldados em Louro (2000; 2008), compreendemos que ser homem é uma construção social alicerçada principalmente na cultura e nas imagens que, assim como aquelas criadas pelo O Boticário, legitimam e denunciam o que é adequado e aceitável nos comportamentos de indivíduos masculinos. Ao analisar essas imagens e narrativas de O Boticário que, implicitamente ensinam a ser homem, identificamos e questionamos as técnicas e narrativas aplicadas ao corpo, aos gestos e à masculinidade do Homem-Malbec e do Homem-Quasar, assim como as maneiras como eles colaboram para a difusão, reprodução e/ou desestabilização das representações dominantes de masculinidade.

3.1 O Homem-Malbec, o homem que deixa sua marca

A propaganda Malbec Supremo (2014) inicia-se com um homem branco e sem camisa saindo de um dos cômodos e indo em direção à sala. Na medida

¹ É preciso destacar que, ainda que as publicidades escolhidas celebrem o Dia do Homem, os possíveis consumidores/as ultrapassam o gênero masculino, já que mulheres podem se identificar com os produtos e/ou adquiri-los para presentear.

em que ele se move, a câmera mostra várias peças de roupas espalhadas pelos cenários, criando a ideia de que o Homem-Malbec se relacionou com outra pessoa naquele local, como pode ser percebido na Figura 1.



Figura 1: O Homem-Malbec, 2014. Print Screen do 2º segundo do vídeo localizado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sWj1a5v2FnQ>>. Acesso em 11 nov. de 2015.

O homem, aparentemente o protagonista dessa narrativa, primeiramente recolhe sua camisa e a veste enquanto a câmera faz um corte brusco mostrando o lado de fora de um hotel, onde há uma multidão eufórica, segurando seus aparelhos celulares preparados para fotografar ou gravar algo. Com isso, é criada a ideia de que o homem é famoso e a multidão do lado de fora aguarda, agitada, para recebê-lo. Após essa cena, o enquadramento da imagem evidencia o abdômen do homem valorizando seu porte físico específico, característico de pessoas que se preocupam com a aparência e que praticam exercícios físicos. O personagem abotoa a camisa, vestindo-a, enquanto recolhe um relógio jogado sobre o tapete.

A rolha de garrafa de vinho e as manchas avermelhadas que contrastam com a cor neutra do tapete são focadas pela câmera como indicativos de um cenário romântico e sensual. A disposição das manchas e dos objetos insinuam que não houve, por parte das pessoas envolvidas, preocupação em organizar o espaço. A cena é cortada mais uma vez para o lado de fora mostrando a multidão, o que reforça, novamente, a fama do personagem homem. Em seguida, recolhe sua gravata sobre a cadeira, veste-a e, em frente ao espelho, borrija em si o perfume Malbec de O Boticário.

Após terminar de se arrumar, o homem recolhe os últimos pertences que lhe faltavam. Quando esta prestes a sair, abre a cortina de maneira a espiar as pessoas acenando, agitadas, do lado de fora e a câmera muda novamente do espaço interno para o externo, revelando que a multidão está cercado a entrada do hotel. Ainda dentro do quarto, o homem dá um beijo de despedida no rosto de uma mulher que está dormindo na cama, confirmando a ideia, criada pela narrativa, de que teve companhia durante a noite. Ao sair do quarto do hotel, o Homem-Malbec passa por vários seguranças, enquanto a câmera retorna ao cômodo, onde a mulher sorri quando percebe que seu parceiro deixou-lhe um cartão. A câmera corta mais uma vez e retorna ao homem, que nesse momento sai do elevador e atravessa a recepção do hotel indo ao encontro da multidão.

Em nossa análise, consideramos que o cenário, a ambientação e o figurino dos personagens presentes na publicidade Malbec Supremo (2014), foram construídos de forma que atingissem um determinado público, uma vez que, os espaços internos e externos do hotel apresentavam elementos de luxo. Uma celebridade, por hipótese, preferirá se hospedar em um local luxuoso, com conforto, beleza e sofisticação. Isso é confirmado pelos móveis, cortinas, espaço, flores, e pilares que integram o cenário do quarto. Ao mesmo tempo que a desordem do quarto faz remeter ao ato sexual e à liberdade do casal, a qualidade e nobreza dos objetos refinados reforçam a ideia de fama e de poder social e econômico que detém.

A maneira como a narrativa é construída e as imagens são sobrepostas sugerem a interpretação de que o Homem-Malbec é o detentor do poder, haja vista sua aparência, seu corpo, sua vaidade, as roupas que veste, o hotel que frequenta e, especialmente nessa publicidade, a multidão e o assédio que o espera do lado de fora. Até esse momento da narrativa, inferimos que os discursos hegemônicos de masculinidade foram apropriados pela peça de O Boticário e utilizados para reforçar os espaços e papéis tradicionalmente masculinos. Além de ser heterossexual, o Homem-Malbec apresenta um porte físico forte, jovem, e suas roupas – terno, gravata e camisa social – remetem a um sujeito trabalhador, poderoso e eficiente - características esperadas e projetadas nos sujeitos masculinos desde a infância. Até esse momento, as características do Homem-Malbec corroboram que as imagens masculinas carregam “[...] uma conotação da representação mais corrente que se tem sobre masculinidade, aquela ligada à força, à virilidade.” (SABAT, 2001, p. 18). Ao associar o Homem-Malbec ao desejo feminino e ao poder econômico, a peça publicitária de O Boticário parece recorrer a predicativos já tradicionais e estereotipados para a construção da masculinidade.

Ocorre que, nos segundos finais dessa peça publicitária nossas expectativas e impressões são contrariadas. Surpreendemo-nos pelo fato de que, quando sai do hotel, o Homem-Malbec não é assediado pela multidão. As mulheres e jornalistas que (ainda) gritam euforicamente à espera da celebridade, parecem pouco ou nada notar da presença do Homem-Malbec. O conflito da peça é explicado na cena posterior, quando o homem passa pela multidão e a câmera revela quem é, de fato, a celebridade esperada: a mulher que está no quarto do hotel. É só nessa cena, próxima do final da peça, quando vemos o rosto feminino estampado nas camisetas das fãs, que nos é revelado que, na verdade, o sujeito pelo qual os/as fãs e *paparazzi* esperam e o qual detêm poder financeiro suficiente para consumir produtos tão luxuosos, como aqueles que descrevemos anteriormente, é a mulher que ainda permanece no quarto do hotel. Nesse momento, nossa hipótese inicial é contrariada já que o Homem-Malbec – a quem creditamos a fama, o poder, a riqueza e o *status* - distancia-se da multidão quase que despercebidamente (Figura 2).



Figura 2: A Verdadeira Celebridade, 2014. Print Screen do 42º segundo do vídeo localizado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sWj1a5v2FnQ>>. Acesso em 11 nov. de 2015.

Por fim, a protagonista feminina é mostrada novamente, ainda no interior do quarto, sentindo o aroma do travesseiro que, possivelmente, mantém o odor do perfume utilizado pelo Homem-Malbec. A narrativa é encerrada com a personagem masculina colocando seus óculos com um sorriso no rosto, seguido da imagem da fragrância Malbec, acompanhada da voz masculina de um narrador que anuncia “Chegou o novo Malbec Supremo com exclusivo toque francês. Malbec deixe sua marca”.

3.2 O Homem-Quasar, o homem que impulsiona suas conquistas

Divulgada em 2015 em celebração ao Dia do Homem, a propaganda Quasar Evolution (2015) inicia-se com várias viaturas de onde descem policiais juntamente com seus cães farejadores. Os/as policiais retiram uma jaqueta de couro de um pacote de evidência, característico de filmes de ação, e oferecem para os cães farejarem. Motivados pelo cheiro, os cães começam a procurar a quem pertence a jaqueta de couro. Nessa busca, passam inicialmente por uma floresta escura (acompanhados pelos/as policiais que carregam lanternas e iluminam o caminho); por um aeroporto (onde se aproximam de malas, farejando-as a fim de localizar o possível suspeito); e por ruas movimentadas (vasculhando o chão por onde as pessoas caminham). A sobreposição de imagens, assim como o curto intervalo de transição entre elas e a instabilidade da câmera que se movimenta demasiadamente asseveram a impressão de velocidade e agressividade da cena (Figura 3).



Figura 3: Cenas Iniciais, 2015. Prints Screen do 6º ao 25º segundo do vídeo localizado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-TYeACOHnDo>>. Acesso em 11 nov. de 2015.

Após isso, a cena é cortada para um homem jovem e branco que, em um espaço interno, perfuma-se com a fragrância Quasar em frente ao espelho, admirando seu reflexo, como se estivesse se aprontando para sair. A velocidade e a agressividade proporcionadas pelas cenas anteriores, agora, conflitam-se com as cores quentes e o a ambientação tranquila e intimista do quarto do jovem.

As próximas cenas mostram os cães latindo frente a uma porta de vidro, como se, finalmente, tivessem encontrado o dono da jaqueta de couro. De uma vista aérea, as viaturas e motos policiais se aproximando do local. Como em uma operação de captura, armados/as, e em posição de espreita, os/as policiais entram no local e sobem as escadas, rapidamente, como se almejassem chegar a um andar superior e render o indivíduo que procuram. Em um dos andares, os/as policiais se posicionam em frente a um apartamento específico e, estrategicamente, acessam os mecanismos da fechadura.

No momento em que a porta é aberta, a câmera direciona nossos olhares para uma policial mulher, que aparece em meio a dois policiais homens. A comandante entra no apartamento do jovem, que ainda se arruma em frente ao espelho, e, sorrindo, empurra a porta, impedindo que os outros policiais adentrem o espaço e que eles acompanhem visualmente suas ações. Conforme se aproxima do jovem, arremessa-lhe a jaqueta de couro e depois o abraça, posicionando seus braços no pescoço dele, como se fosse beijá-lo. Por fim, os policiais homens que ainda aguardam do lado de fora, em posição de ataque, se entreolham como se estranhassem a demora da comandante em retornar ou orientá-los a uma ação específica. Por último, ao mesmo tempo em que uma voz masculina diz “Quasar Evolution, de O Boticário”, o produto Quasar é mostrado, agora em destaque, sozinho, centralizado em um fundo azul e acompanhado de informações sobre o produto.

4. O que (nos) dizem o Homem-Malbec e o Homem-Quasar?

Como toda peça publicitária, Malbec Supremo (2014) e Quasar Evolution (2015) constroem uma amálgama de valores simbólicos de forma a almejar a identificação por parte do público. Segundo Sabat (2001, p.13), é por meio do conjunto de valores simbólicos “[...] que são tecidas as relações entre produto e consumidor/a; é através dele que o produto desperta em nós algo tão subjetivo como o desejo”. A partir disso, podemos afirmar que é por meio dos vínculos estabelecidos entre o/a espectador/a e a publicidade que são criados e potencializados os desejos por consumir os produtos oferecidos.

Consideramos que as peças de publicidades de O Boticário aqui analisadas inovam em relação a outras, mais tradicionais, pois apresentam outras formas de se pensar e encarar a masculinidade. Mesmo que ainda ofereçam modelos, legitimando o que é "adequado" e "inadequado" para sujeitos masculinos, os discursos projetados no Homem-Malbec e no Homem-Quasar parecem ser menos severos do que aqueles analisados por Baliscei, Teruya e Stein (2015) e, fortalecem a hipótese de Garboggini (2005) e Santos e Postinguel (2016) de que, com o passar do tempo, a publicidade têm representado certa flexibilização na representação masculina, associando-o a papéis, sentimentos e ações tradicionalmente femininas.

Na propaganda Malbec Supremo (2014) a flexibilização no que tange à caracterização masculina tem seu ápice quando desloca o papel de maior importância do homem para a mulher. A narrativa construída demonstra que, na verdade é a mulher a pessoa aguardada pela multidão, a famosa, cuja importância social e trabalho são capazes de proporcionar acesso a hotéis de luxo, à qualidade de vida com padrão elevado e a outros bens de consumo. No entanto, mesmo que o papel de sujeito detentor de poder econômico não esteja associado diretamente ao homem, é interessante analisarmos que essa peça publicitária atribui outros poderes aos sujeitos masculinos, prestando manutenção aos princípios patriarcais. Conforme essa narrativa de O Boticário, a valorização do homem não precisa ser conquistada por meio do consumo de produtos luxuosos, do reconhecimento social, do assédio de *paparazzis* ou da ação de pagar as contas ou sustentar uma mulher, como poderíamos supor em representações convencionais de masculinidade. Em nossa análise, o Homem-Malbec busca outras estratégias para atingir o sucesso e para operar na manutenção e na reafirmação de sua masculinidade hegemônica. Essas estratégias são constituídas, sobretudo, pelo poder que lhe é concedido quando exhibe ter dormido, conquistado e dominado uma mulher famosa.

Quando apresenta o Homem-Quasar, a segunda propaganda analisada por nós, faz uso estratégico das câmeras, ângulos e ambientações, construindo condições para que as imagens associadas ao produto de O Boticário provoquem poder de imersão, semelhante às produções cinematográficas. Os cenários em tons azulados e os ângulos na diagonal e cortes rápidos, agregaram mistério e dinamicidade às cenas de modo que supomos que os/as policiais estão procurando alguém muito poderoso e perigoso. As viaturas e os/as policiais armados/as invadindo o apartamento criam emoções e expectativas ao/à espectador/a, convidando-lhe a participar na busca do suposto criminoso. Ao optar em construir seu anúncio publicitário aproximando-se da narrativa, cenários e movimentos característicos das séries

e filmes policiais, analisamos que O Boticário “[...] utiliza-se de um discurso de particularidade que leva o/a consumidor/a estabelecer com o produto um tipo de relação pessoal.” (SABAT, 2001, p.13). Além disso, a trilha sonora da publicidade – constituída pelos passos, pelos latidos, pela sirene e pelos helicópteros – contribui para a construção de espaços e imaginários culturalmente masculinos.

Percebe-se que, assim como na primeira peça publicitária, aqui, novamente, é a mulher quem ocupa o espaço de detentora do poder. É ela quem ocupa os espaços externos, que é retratada trabalhando, uniformizada. Nessa propaganda, a mulher não só desempenha uma profissão socialmente masculina (que valoriza a força, a velocidade e o controle), como também está sobre o comando. Supomos que os cães farejadores, as viaturas, as motos, o helicóptero e, inclusive, os próprios homens policiais, retratados na publicidade, são submissos às orientações profissionais e desejos da comandante mulher.

No entanto, o anúncio é construído de forma que o Homem-Quasar, retratado na intimidade de seu quarto, não seja submetido completamente à mulher, mesmo ela estando em uma posição superior a dele. Ao final, quando a mulher sorri para ele e o abraça, nos é revelado que toda a perseguição e os aparatos socialmente masculinos aos quais ela recorria, giravam não em torno de um crime, mas sim da obsessão de uma mulher para encontrar o homem, com o qual, supostamente, havia tido uma relação no passado.

Nesse sentido, as duas peças publicitárias analisadas por nós, apresentam certas desestabilizações na representação masculina à medida em que reposicionam homens e mulheres em seus papéis sociais, aproximando-se da categoria a qual Santos e Postinguel (2016) denominam de flexível.

A categoria *flexível* é uma variação do modelo hegemônico tradicional com flexibilidade em alguns pontos de identificação da imagem masculina. Baseada na heteronormatividade apresenta resquícios dos princípios patriarcais e machistas, ainda que demonstre certa abertura quanto ao comportamento masculino, sobretudo, no que diz respeito a aspectos que, historicamente, foram associados ao universo feminino. São exemplos situações como o cuidado e a atenção com os filhos, a preocupação com a estética e a beleza e a expressão de sentimentos (SANTOS E POSTINGUEL, 2016, p. 38, *grifos dos autores*).

Nessas duas narrativas de O Boticário, ambos, Homem-Malbec e Homem-Quasar representam uma masculinidade flexível sem abrir mão de atributos normativos. Ambos são retratados em espaços internos, revelando sua intimidade, exibindo-se e admirando-se através do reflexo do espelho, como se autorizassem outros sujeitos masculinos a também cuidar de sua aparência e, principalmente, a consumir os produtos da marca. São eles, e não as mulheres, que demonstram vaidade e que ocupam o tempo com a manutenção de sua autoimagem através do uso de cosméticos, vestuários e olhares narcisistas lançados ao espelho. Na Figura 4, elegemos cenas que mostram, primeiro, o Homem-Malbec ajustando sua gravata enquanto admira seu reflexo e, depois, o Homem-Quasar perfumando-se em frente ao espelho.



Figura 4: Olhares narcisistas. Print Screen do 15º e do 24º segundos dos vídeo localizado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sWj1a5v2FnQ>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=-TYeACOHnDo>>, respectivamente. Acesso em 11 nov. de 2015.

Nesse sentido, tanto o Homem-Malbec quanto o Homem-Quasar investem em conotações que, segundo Sabat (2001, p.18), são associadas ao "homem da nova era", isto é, "aquele que privilegia maneiras suaves e carinhosas - atributos considerados marcadamente femininos". Para Garboggini (2005), essa nova representação masculina pode ser explicada, em parte, por importantes transformações sociais conquistadas pelos movimentos feministas e pelas lutas de outros grupos minoritários.

Apesar disso, identificamos na recorrência à conquista heterossexual, indícios de que os homens apresentados e valorizados pelas imagens de O Boticário nessas duas peças publicitárias, de certa forma, prestam manutenção à representação hegemônica de masculinidade. Como demonstrado na Figura 5 em que, primeiro, o Homem-Malbec beija a celebridade com quem passou a noite e, depois, o Homem-Quasar é abordado em seu quarto pela comandante policial, O Boticário tem sugerido referenciais exclusivamente heterossexuais para a celebração do Dia do Homem.



Figura 5: Conquistas dos homens de O Boticário.
Print Screen do 25º e do 53º segundos dos vídeo localizado em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=sWj1a5v2FnQ>> e
<<https://www.youtube.com/watch?v=-TYeACOHnDo>>, respectivamente. Acesso em 11 nov. de 2015.

Como numa espécie de atualização, as narrativas dessas duas peças publicitárias de O Boticário demonstram – e ensinam – que, sob condições líquido-modernas, os espaços ocupados pelos homens não são mais os mesmos e que, ser anônimo, vaidoso e, sobretudo, consumir perfumes e demais cosméticos da empresa não são atributos que põem em xeque aquilo que é tão valioso entre os homens: sua heterossexualidade. Ao contrário disso, conforme o desfecho anunciados pelo Homem-Malbec e pelo Homem-Quasar, em que ambos conquistam mulheres poderosas, tais predicativos tradicionalmente femininos podem, inclusive, contribuir para que sujeitos masculinos possam conquistar mulheres em condição social de destaque.

Desta forma, tanto o Homem-Malbec como o Homem-Quasar distanciam-se da categoria opositiva que, conforme Santos e Postinguel (2016), problematizam as representações tradicionais de masculinidade, questionando, sobretudo, a supremacia e naturalização da heterossexualidade. Pelos finais que apresentam às narrativas, as imagens de O Boticário legitimam a normatividade da heterossexualidade, que nunca é questionada, ao mesmo tempo em que insistem na invisibilidade de sujeitos masculinos não-heterossexuais, reforçando que, para mostrar-se homem, um sujeito torna "[...] outras versões do que ser homem significa duvidosas e desprezíveis" (KIMMEL, 1998, p. 116).

5. Considerações

As imagens que circulam pelos meios midiáticos carregam consigo narrativas que ensinam aos sujeitos modos de ser e de se comportar, sendo assim, atuam como Pedagogias Culturais. Nesse artigo, interessamo-nos principalmente pelas Pedagogias Culturais de masculinidade, haja vista que ser homem, para nós, é uma construção social alicerçada também nas imagens que (des)legitimam e (in)visibilizam maneiras específicas de ser homem. Representações de homens heterossexuais, brancos, altos, magros, jovens, malhados, ricos, poderosos, empresários, valentes, viris e agressivos têm sido largamente difundidas por personalidades (apresentadores infantis, atores, cantores, atletas, modelos, entre outros), cujas imagens são veiculadas de diferentes maneiras.

Em nossa reflexão, propomos analisar as peças publicitárias Malbec Supremo (2014) e Quasar Evolution (2015), da marca O Boticário, investigando quais representações de masculinidade potenciam e valorizam. Em nossa análise, examinamos que os anúncios apresentam, em certo nível,

desconstruções em relação às representações de como ser homem e de como ser mulher. Ambas as narrativas, mostram mulheres que se distanciam dos estereótipos e figuras femininas submissas, dependentes financeiramente, donas de casa e frágeis. Ao contrário disso, as duas mulheres evidenciadas por O Boticário são fortes, determinadas, bem sucedidas e, principalmente, ocupam espaços culturalmente atribuídos aos homens: o da fama e o da força física. Da mesma maneira, os modelos de homem criados por essas publicidades apresentam alguns traços diferentes daqueles que integram as representações dominantes de masculinidade. O Homem-Malbec e o Homem-Quasar têm características frequentemente associadas ao feminino, como a vaidade, a passividade e o anonimato. Além disso, há outra característica em comum entre o Homem-Malbec e o Homem-Quasar: eles não são representados como detentores da virilidade e do poder econômico. São as mulheres, suas respectivas parceiras, que ocupam esses lugares.

Nesse sentido, inferimos que o Homem- Malbec e o Homem-Quasar são modelos masculinos que, de certa maneira, fogem aos padrões hegemônicos de masculinidade, flexibilizando-a, mas que, todavia, fazem perpetuar estereótipos masculinos, associando-os restritamente à conquista amorosa e, sobretudo, à heterossexualidade, como se essas práticas fossem sinônimos da celebração do Dia do Homem. E quanto aos sujeitos masculinos não-heterossexuais, por que não são incluídos nessas peças publicitárias que celebram o Dia do Homem? Ao mesmo tempo que demonstra nossas inquietações particulares, esse questionamento assinala a necessidade de investigar a construção visual da masculinidade e as imagens endereçadas e representativas de homens não-heterossexuais.

Referências

BALISCEI, João Paulo; CALSA, Geiva Carolina; STEIN, Vinícius. "(In)felizes para sempre"? Imagens da Disney e a manutenção da heteronormatividade. **Revista Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades**, v.10, n.14, p. 163-180, jan./jun. de 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/11451>>. Acesso em 03 de mar. de 2017.

BALISCEI, João Paulo; STEIN, Vinícius. Como olhamos e somos olhados pelas imagens? Estudos críticos dos artefatos da cultura visual. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.1, p.251-275, jan./jun.2015. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5790/pdf_11>. Acesso em 10 de jan. de 2016.

BALISCEI, João Paulo; TERUYA, Teresa Kazuko; STEIN, Vinícius. Como "ser homem"? Investigando discursos sobre masculinidades. **Revista digital do LAV**, Santa Maria, v.8, n.4, p.88-104, jan./abr.2015. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revislav/article/view/15098>>. Acesso em 10 de jan. de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2007.

DUNCUN, Paul. Por que a arte-educação precisa mudar e o que podemos fazer. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs.). **Educação da Cultura Visual: Conceitos e contextos**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011, p. 15-30.

GARBOGGINI, Fláilda Brito. O homem na publicidade da última década. Uma cultura em mutação? **Revista Educar**, Curitiba, v.21, n.26, p. 99-144, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n26/n26a08.pdf>>. Acesso em 29 de fev. de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - São Paulo: Atlas, 2002.

GREGOLIN, Maria. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista comunicação mídia e consumo**, São Paulo, v.04, n.11, p.11-25, nov.2007. Disponível em <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105>>. Acesso em 11 de mar. de 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. -11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional**. Tradução de Ana Duarte. Porto Alegre: Mediação, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, p. 481-498, 2013. Disponível em <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/320>>. Acesso em 11 de mar. de 2017.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o mundo moderno e o pós-moderno**. - Bauru: EDUSC, 2001.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.9, 1998, p. 103-117. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>>. Acesso em 13 de mar. de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Louro (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. - Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.7-34.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 09, n.01, p. 09-21, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>>. Acesso em 22 de nov. de 2016.

_____. **Filmes infantis e a produção performativa da heterossexualidade**. Tese (Doutorado). Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2003.

SANTOS, Filipe Bordinhão dos; POSTINGUEL, Danilo. Processos de atualização da imagem masculina na comunicação publicitária. **Versos e Reversos**, São Leopoldo, v.30, n.73, p. 34-49, jun./abr., 2016. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2016.30.73.04>>. Acesso em 06 de jul. de 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 7-72.